



ACESSO À EDUCAÇÃO: Desafios na Inclusão de Pessoas com Deficiência

A IMPORTÂNCIA DA
INTERAÇÃO ENTRE
FAMÍLIA E ESCOLA: uma
parceria essencial para
beneficiar o processo de
ensino-aprendizagem

POLÍTICAS PÚBLICAS E OS
IMPACTOS DA PANDEMIA
NA SAÚDE E BEM-ESTAR
DOS IDOSOS

GRAVIDEZ NA
ADOLESCÊNCIA E EVASÃO
ESCOLAR: uma análise da
relação entre esses
fenômenos

A REINVENÇÃO DA ESCOLA
DURANTE A PANDEMIA:
ESTRATÉGIAS DE GESTÃO
PARA ENFRENTAR OS
OBSTÁCULOS



R454

Revista Scientific Magazine [recurso eletrônico] / [Editores chefe] Prof.^a Mestre Fabiana Catellan Erich, Prof^o Dr. Walmir Chagas - Ano: XXI, V. 15. -N^o 150- Abril/2023. São Paulo -SP. 293 Fls. color

Publicação: Mensal

Modo de acesso: <http://scientificmagazine.org/en>

ISSN: 2177-8574 (on-line)

DOI: [10.29327/218457](https://doi.org/10.29327/218457)

Data da publicação: 30/04/2023

1.Educação. 2. Ciência. 3.Pesquisa. 4. Tecnologias.

SCIENTIFIC MAGAZINE

Ano: XXI, V. 15. -Nº 150/ Abril/2023

São Paulo. SP.

Publicação: Mensal

DOI: [10.29327/218457](https://doi.org/10.29327/218457)

Publicação contínua

E-mail:

scientificmagazine@hotmail.com

ISSN: 2177-8574

Versão online

Resumo português

Resumo inglês

Anual: 2006-2008. Semestral: 2009-

2016. Quadrimestral: 2017- Mensal:

2018

PERIODICIDADE

Mensal

IDIOMA

A revista aceita artigos em português

e espanhol, as línguas oficiais do

MERCOSUL

DIRETORES

Prof. Ms. Mauricio Furlanetto

Prof. Dr. Jonas Ferreira Soutto

SECRETÁRIOS/EDUCACIONAIS

Ms. André Luís

Ms. Francisca Lira Schummer

ORGANIZADORES

Fabiana Catellan Erich

Walmir Chagas

Luiz Carlos Fabian

Revisão:

Joel Farias Pettiere

Angela Costa Filage

Marcondes Ferreira Lopes

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Rubens Ranzinny

Aparício Francis Ribeiro

SITE DA REVISTA

<http://scientificmagazine.org/en>

CONTATO:

E-mail:

scientificmagazine@hotmail.com

<http://scientificmagazine.org/en>

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Paulo César Ribamar Martins

Prof. Dr. Fabio Marques Barros

Prof. Dr. José Contenatto

Prof. Dr. Luiz Paulo Barbosa

Prof. Dr. Marcos Silvestre Trivellato

Prof. Ms. Demetrio Casanova Mamani

Prof. Ms. Fábio Sabino de Sousa

Prof. Ms. Jair Pereira da Cruz

Prof^a Ms. Mara Cristina da Conceição

COMISSÃO CIENTÍFICA

Prof^a Ms. Sebastiana Gomes Rodrigues

Prof^a Ms. Maria Magdalena Grego Moren

Prof^a Ms. Maria do Socorro Facundes
Fontenelle

Prof^a Dr^a. Etiene dos Santos Souza Silva

Prof^a Dr^a. Maria Nonata Nogueira da Costa

Prof^o Ms Alberto Jorge Ferreira de Oliveira

Prof^a Ms. Laurimar Pantoja da Silva

Prof^a Ms. Eduarda Maria de Almeida
Barros

Prof^a Ms. Cecília Oliveira da Silva

Prof^a Ms. Verônica Rodrigues da Silva

Prof^a Ms. Elisângela Cristina Carvalho de
França

Prof^a Ms. Luizete Moreira da Fonseca

Prof^a Ms. Ezeane Moraes Monteiro

Prof^a Ms. Elisângela Maria Figueiredo de
Oliveira

Prof^a Ms. Erenice Almeida Alegria

APRESENTAÇÃO

A **SCIENTIFIC MAGAZINE (On-line)** com registro no **ISSN: 2177-8574**, composta pelo Conselho Editorial de pareceristas ad hoc e consultores sobre compreensibilidade, sendo publicada ininterruptamente desde 2006. É uma publicação eletrônica, mensal de caráter acadêmico, que tem o intuito de promover a divulgação de pesquisas, cumprindo a tríplice missão de proporcionar ensino, pesquisa e extensão de modo indissociável. Incentivando pesquisas e procura o envolvimento da comunidade acadêmica, tanto em nível de graduação pós-graduação *latu sensu* e *estricto sensu* de interesse social, educacional, científico ou tecnológico.

Na busca pela cientificidade a **SCIENTIFIC MAGAZINE** procura manter a periodicidade e regularidade de publicação da revista; seguindo convenções editoriais internacionais (para facilitar a recuperação dos artigos originais em qualquer lugar); submeter os artigos enviados para análise e revisão aos pares (*peer review*); dar caráter de internacionalidade à revista, globalizá-la (com publicação de artigos científicos em outras línguas, como inglês, e citar artigos de autores de outros países) permite a editores, localizar estas publicações, por meio do *International Standard Serial Number* e DOI - *Digital Object Identifier* (Identificador de Objeto Digital), é um padrão de números e letras que identificam publicações.

A revista aceita artigos originais, não publicados anteriormente, bem como de autores da comunidade científica nacional e internacional. Publicam artigos, notas científicas, relatos de pesquisas, estudos teóricos, relatos de experiência profissional, resenhas e revisão de literatura nas diversas áreas do conhecimento científico, sempre a critério de sua Comissão Editorial e de acordo com o formato dos artigos publicados

Equipe Científica

SUMÁRIO

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR: uma análise da relação entre esses fenômenos	7
Sebastiana Gomes Rodrigues.....	7
OS IMPACTOS DA COVID-19 NA SAÚDE MENTAL DOS IDOSOS	22
Maria Magdalena Grego Moren.....	22
POLÍTICAS PÚBLICAS E OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA SAÚDE E BEM-ESTAR DOS IDOSOS	38
Maria Magdalena Grego Moren.....	38
A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA O FUTURO PROFESSOR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DOS ANOS INICIAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA	57
Maria do Socorro Facundes Fontenelle	57
A ADAPTAÇÃO DOS DOCENTES AO USO DO CELULAR EM SALA DE AULA: UM NOVO DESAFIO	77
Etiene dos Santos Souza Silva.....	77
A IMPORTÂNCIA DA INTERAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA:.....	93
uma parceria essencial para beneficiar o processo de ensino-aprendizagem	93
Maria Nonata Nogueira da Costa	93
A REINVENÇÃO DA ESCOLA DURANTE A PANDEMIA: estratégias de gestão para enfrentar os obstáculos	109
Alberto Jorge Ferreira de Oliveira.....	109
CONTEXTO E VULNERABILIDADE NA CRISE DO COVID-19: fatores que impactaram o idoso durante e depois	129
Maria Magdalena Grego Moren.....	129
NOVAS POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA: o uso do celular como ferramenta pedagógica	146
Laurimar Pantoja da Silva	146
FAMÍLIA E ESCOLA: a necessidade de uma aliança para a formação dos alunos	162
Luizete Moreira da Fonseca	162
TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDIC'S), NA PRÁTICA PEDAGÓGICA: a formação de professores como desafio	181
Verônica Rodrigues da Silva	181
O ENSINO DA CARTOGRAFIA COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO E APRENDIZAGEM	194

Eduarda Maria de Almeida Barros	194
A LINGUAGEM LÚDICA COMO MECANISMO PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO, EMOCIONAL E SOCIAL DO ALUNO	208
Elisângela Cristina Carvalho de França	208
RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS MATEMÁTICOS: o paradigma cognitivo da interpretação textual	221
Cecília Oliveira da Silva	221
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA ATENDER ALUNOS COM TEA	236
Elisângela Maria Figueiredo de Oliveira.....	236
FAMÍLIA E ESCOLA: dois contextos comprometidos com a formação do educando	248
Ezeane Moraes Monteiro	248
ACESSO À EDUCAÇÃO: Desafios na Inclusão de Pessoas com Deficiência	262
Erenice Almeida Alegria	262

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR: uma análise da relação entre esses fenômenos

Sebastiana Gomes Rodrigues¹

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar os fatores de risco que condicionam a evasão escolar em decorrência de gravidez na adolescência na perspectiva das estudantes grávidas. A gravidez na adolescência desde o seu início envolve riscos à saúde da mãe e de seu filho. A pesquisa, que teve como base compreender as dificuldades enfrentadas pelas estudantes gestantes durante o período gestacional e como a escola lida com essa situação, promovendo intervenções pedagógicas que auxiliem na permanência, acesso e inclusão dessas jovens. A falta de apoio da escola e as dificuldades de permanência após o nascimento do bebê foram apontadas como principais fatores que levam à evasão escolar, uma vez que a maternidade acarreta uma mudança intensa de rotina que interfere diretamente no ritmo de aprendizagem e nos estudos, retardando o processo de conclusão dos estudos. Foi desenvolvido um estudo qualitativo exploratório, embasado na pesquisa bibliográfica descritiva. O resultado do estudo apontou que diante da complexidade do tema gravidez na adolescência e evasão escolar, é fundamental que sejam realizados estudos e ações que promovam a prevenção da gravidez na adolescência e garantam o suporte adequado às jovens que enfrentam desafios relacionados à sexualidade, pois, muitas adolescentes grávidas enfrentam estigmas e exclusão social, o que pode levar ao abandono escolar e limitar suas oportunidades futuras.

Palavras-chave: Gravidez. Adolescência. Evasão Escolar. Educação.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the risk factors that condition school dropout due to pregnancy in adolescence from the perspective of pregnant students. Pregnancy in adolescence from its beginning involves cliffs to the health of her mother and her son. A research, which is based on understanding the difficulties faced by pregnant students during the gestational period and how the school deals with this situation, promoting pedagogical interventions that help the permanence, access and inclusion of these young people. In the absence of school support and the difficulties of permanence after the birth of the baby, they are pointed out as the main factors that lead to school evasion, once maternity entails an intense change of routine that directly interferes with the pace of learning and our studies,

¹ **Graduação:** Normal Superior, UEA (Universidade do Estado do Amazonas); **Pós-graduação em** Psicopedagogia Educacional, FASE (Faculdade de Educação da Serra); **Mestrado:** em Ciências da Educação, UNIDAS (Universidad De La Integración De Las Americas). rodriguessebastiana@gmail.com

retarding the process of concluding two studies. An exploratory qualitative study was developed, based on a descriptive bibliographical research. The result of the study suggests that given the complexity of the issue of adolescent pregnancy and school dropout, it is essential that studies and actions be carried out that promote the prevention of adolescent pregnancy and guarantee adequate support for young people who face challenges related to sexuality, thus, Many pregnant adolescents face stigma and social exclusion, which can lead to school dropout and limit their future opportunities.

Keywords: Gravidity. Adolescence. School evasion. Education.

1. INTRODUÇÃO

A gravidez na adolescência é um fenômeno multidimensional definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2021) como aquela que ocorre na mulher entre o início da idade reprodutiva e o final da fase da adolescência. A OMS (2020), estabelece a fase da adolescência entre 10 e 19 anos e, segundo a mesma instituição, 15 milhões de jovens se tornam pais antes dos 19 anos. Destes, quase 80% pertencem a países em desenvolvimento (MORENO e GONÇALVES, 2020).

A adolescência é considerada um período particular de maturação. Segundo Sousa *et al.* (2018) é uma fase importante onde o processo de individuação se inicia de forma consciente e a identidade é definida, para que a emancipação seja alcançada. Destaca-se que nesse período os limites entre identidade e narrativa são permeáveis, mas vão se solidificando no caminho para a vida adulta. Espera-se que ao final desse período a adolescente assuma a independência de sua família de origem e avance para papéis e metas de acordo com sua inteligência, habilidades e possibilidades do meio. No entanto, é importante que ela tenha as informações necessárias para escolher e que a família permita que ela interprete os papéis que escolher; ou seja, que possa ser autônoma, pois escolher suas próprias regras é também escolher suas próprias opções.

Nesta fase da vida, Louro (2022) menciona que o fenômeno da gravidez na adolescência apresenta-se como tema de interesse em boa parte

dos países do mundo. Isso se manifesta tanto por suas características epidemiológicas quanto pelas implicações sociais, familiares e pessoais a que está vinculada.

Enquanto Rodrigues (2019) afirma que: “A gravidez na adolescência e seu impacto na permanência e educação escolar em nível global também abrange o Brasil”, assim como a “América Latina surpreende em escala global por suas altas taxas de fertilidade adolescente, que são apenas mais altas do que na África.” (ROMAN, 2021, p. 121). Os termos gravidez, adolescência, incidência, evasão escolar, permanência e escolaridade são indicadores que estão intimamente relacionados e nas estatísticas internacionais.

Por outro lado, Silveira (2020) afirma que: “Países como o Brasil têm considerado a adoção de políticas ligadas a visões e marcos legais mais amplos para a inclusão de adolescentes grávidas”, como os de não discriminação e interculturalidade. Em suma, a gravidez na adolescência é considerada um problema de saúde pública nos países latino-americanos desde a década de 1980. Nesse sentido, Nascimento (2018) destaca que é importante considerar que, do ponto de vista dos direitos, a gravidez é uma decisão que deve ser tomada em um contexto de liberdade e autonomia, pois esse fato tem fortes implicações nas diferentes áreas da vida de uma pessoa (pessoal, social econômico, familiar, profissional e acadêmico, entre outros) que podem ser prejudicados se não houver um processo de informação e orientação adequado.

Tanto a permanência escolar quanto a gravidez na adolescência segundo Rocha (2021), são problemas comuns na maioria das instituições de ensino, ou seja, a gravidez na adolescência pode levar ao abandono escolar, que ocorre por vários motivos, entre eles: vergonha, medo da rejeição e, segundo a vivência de um ambiente hostil. Tanto a permanência e a incidência escolar quanto as taxas de fecundidade adolescente não diminuíram.

Da mesma forma, o IBGE (2020) traz informações, que ano após ano e ciclo após ciclo, em média, 9 a 12 adolescentes grávidas são identificadas nas Unidades escolares, o que resulta no abandono de seus estudos ou em outros casos que o desempenho acadêmico é baixo no período escolar. É um tema polêmico no campo educacional, pois é multifatorial e requer a intervenção de diferentes instâncias. Além dos riscos físicos associados à gestação precoce, as adolescentes grávidas também enfrentam dificuldades emocionais, financeiras e sociais.

A adaptação a essa nova fase segundo Dolto (2021) é uma das maiores dificuldades enfrentadas pelas adolescentes grávidas. De repente, elas precisam lidar com um corpo em transformação, uma nova rotina e a responsabilidade de cuidar de outro ser humano em desenvolvimento. Tudo isso pode ser bastante desafiador e desgastante, tanto física quanto emocionalmente.

Outro problema comum enfrentado pelas adolescentes grávidas segundo Quaresma da Silva (2020) é a falta de recursos financeiros. Muitas vezes, elas ainda estão estudando ou trabalhando em empregos precários e mal remunerados, o que dificulta o acesso a itens básicos para a gestação e para o cuidado do bebê. Além disso, o preconceito e a discriminação podem dificultar ainda mais a busca por oportunidades de trabalho e estudo. Dessa forma, o estudo traz o seguinte questionamento: Quais os fatores que condicionam a evasão escolar em decorrência de gravidez na adolescência na perspectiva das estudantes grávidas?

O estudo justifica-se pela importância em analisar as dificuldades que surgem na vida escolar dessas jovens mães e entender como a escola pode ajudá-las a superar esses obstáculos. Ao compreender essas dificuldades e as estratégias utilizadas pelas escolas para apoiar as adolescentes grávidas, é possível desenvolver políticas mais eficazes e inclusivas para garantir que essas jovens possam continuar seus estudos e se preparar para um futuro melhor, tanto para elas quanto para seus filhos evitando a evasão escolar. Além disso, essa análise pode contribuir para a conscientização da sociedade

sobre a importância de apoiar as jovens mães e de combater o estigma e a discriminação associados à gravidez na adolescência.

A falta de adaptação das escolas para receberem as adolescentes grávidas também é uma grande preocupação. Muitas escolas não possuem estrutura adequada para atender as necessidades das jovens mães, como salas de amamentação e creches. Além disso, a falta de flexibilidade para horários e de políticas inclusivas pode afastar as adolescentes grávidas da escola e levá-las a abandonar os estudos. Nesse contexto, o estudo traz por objetivo: analisar os fatores que condicionam a evasão escolar em decorrência de gravidez na adolescência na perspectiva das estudantes grávidas.

2. A ADOLESCÊNCIA

A adolescência é um período especial de desenvolvimento, crescimento e na vida de cada indivíduo. É uma fase de transição entre um estado, o infantil, para culminar no adulto. É uma etapa de elaboração da identidade definitiva de cada sujeito que se concretizará em sua individuação adulta. Tudo isto supõe um trabalho mental gradual, lento e cheio de dificuldades que fazem da adolescência um episódio de que quase todos se envergonham, é relegado ao esquecimento e que como afirma Moreno (2020):

[...] um conjunto de complexos sintomáticos que sintetizam as lutas e, por vezes, esforços violentos para resolver os desafios que se colocam para crescer e conseguir chegar à fase adulta. É o que veio a ser chamado de Síndrome Normal da Adolescência ou Crise da Adolescência (MORENO, 2020, p. 65).

Na adolescência, segundo o autor, ocorre um conjunto de mudanças corporais, que vão desde o crescimento físico até alterações neuroendócrinas que desencadeiam algumas modificações corporais que culminarão na consolidação de um corpo adulto e facilitarão o aparecimento de caracteres sexuais secundários, diferenciados no masculino e no feminino.

Manifestações da capacidade reprodutiva aparecem pela primeira vez com a menstruação e a primeira emissão seminal. Essas mudanças conforme Sousa (2018), também são acompanhadas pelo desenvolvimento de desejos e pulsões sexuais, com uma intensidade até então desconhecida e que constituem um dos elementos mais difíceis de assimilar emocionalmente. Do ponto de vista biológico, esse conjunto de mudanças físicas é chamado de puberdade. Da mesma forma, muda a posição social do adolescente que passa da infância como uma etapa bem definida do ciclo vital para uma nova, embora mal definida e com limites e variáveis cada vez menos precisos, dependendo do contexto cultural.

Essa nova etapa social para Louro (2022), é transitória e não tem a delimitação tão clara quanto outras podem ter. Essas mudanças ensejaram a classificação do ponto de vista social e antropológico do adolescente como jovem, adquirindo assim um novo status social. Esse conceito de juventude remete a um critério cronológico no desenvolvimento vital e remete à ideia de ser novo e ao mesmo tempo inexperiente e imaturo, de algo que requer tempo para terminar seu processo de amadurecimento.

O adolescente que não atingiu a maioridade legal de acordo com Silva (2021), é qualificado judicialmente como menor, com direitos específicos, bem como certas responsabilidades penais. Este período da vida pode e é abordado de diferentes perspectivas, dependendo do ângulo a partir do qual é visto. No entanto, acredita-se, que o conceito de adolescência é mais abrangente e inclui todos eles: o psicológico, o biológico, o sociológico, o antropológico e o judicial, porque é um processo de mudança que inclui a mente, o corpo e o todo complexa rede de relações com seu meio social e em sua condição de cidadão da comunidade onde vive.

[...] As circunstâncias e vicissitudes do que viemos a chamar de adolescência variam em cada sociedade e em cada etapa histórica. Mesmo uma mesma empresa pode ter critérios diferentes dependendo dos conceitos de referência. Existem sociedades ou comunidades onde a transição adolescente é facilitada através de ritos de iniciação cuja superação supõe a consideração de um adulto, assim como nos próprios grupos de adolescentes podemos encontrar com relativa frequência a exigência do cumprimento de

alguns ritos ou provas para a admissão de um novo membro (SILVA, 2021, p. 53).

Esses ritos e provas são medidas que o adolescente tem que superar para ser considerado adulto e admitido entre seus pares adultos. A dureza e até a crueldade de algumas dessas provas nos dão uma ideia das dificuldades que o adolescente sente que deve superar para atingir a maturidade. Nesses casos, Rodrigues (2019) explica que o adolescente sabe o que esperar, diante de indefinições e dúvidas sobre o que lhe é pedido, como ocorre na maioria das sociedades ocidentais.

[...] Esses testes de iniciação deixam claro o que se espera dele. O adolescente deixa de ser criança, mas ao mesmo tempo essas mudanças não se concretizam, não são estipuladas ou não são claras. Ele é solicitado a se comportar como um adulto, embora essa qualidade ainda não seja reconhecida. Fica em terra de ninguém, não é criança e tem que se comportar como adulto mesmo que ainda não seja considerado como tal (RODRIGUES, 2019, p. 56).

Esse trânsito ocorre de forma indistinta, para o autor, com ampla gama de variações e por um período de tempo maior em que o adolescente teme ficar para trás nos processos de desenvolvimento e crescimento. Nas sociedades ocidentais, Silva (2021) podemos encontrar vários critérios que estabelecem diferentes limiares de entrada na idade adulta.

Nos Estados Unidos, segundo Maranhão (2022), explica que que o adolescente é considerado maduro para ser julgado como adulto por atos criminosos cometidos nesse período de tempo, mas essa idade penal pode ser totalmente diferente da idade para votar, ou idade em que sua contribuição para o mundo do trabalho na exploração infantil é considerada útil ou a idade em que são considerados aptos para matar ou serem mortos em sucessivas guerras que assolam um grande número de países como crianças-soldados, etc.

Globalmente Sousa (2018), coloca que os limites do que considera como adolescência foram ampliados tanto na idade de início quanto na de término (ONU, 2019). O que caracteriza, em suma, a adolescência é a simultaneidade do funcionamento infantil e adulto em seu mundo interno, apresentando um gradiente de acordo com a idade do adolescente. No início

encontra mais manifestações de seu funcionamento infantil e tentativas adultas até que, com o passar do tempo, os comportamentos adultos predominem sobre os infantis. É esta simultaneidade que dá à adolescência esta marca característica que se vai exprimir na crise da adolescência, onde podemos encontrar adolescentes com um leque variado de condutas e comportamentos, tanto crianças como adultos em simultâneo e sem diferenciar ou discriminar e que por vezes nem os adultos conseguem diferenciar, gerando confusão no diálogo com os adolescentes.

A adolescência seria a fase da vida que, Louro (2022), por suas características de crise de desenvolvimento, apresenta maior potencial para distúrbios em múltiplas áreas, que a tornam suscetível a manifestações patológicas. É interessante considerar a adolescência como um período em que o adolescente está sujeito a enormes pressões, tanto internas quanto externas. Para chegar à fase adulta, o adolescente deve enfrentar uma laboriosa elaboração psíquica de suma importância para sua vida futura.

O adolescente segundo Silva (2021), pode se sentir ameaçado se for forçado a assumir precocemente sua identidade genital. Isso significaria a perda de sua dependência infantil em um momento de confusão, de luto, em que essa dependência se torna ainda mais necessária, se possível, para a qual ele precisa tomar seu tempo.

[...] A adolescência é o período entre a triste despedida da infância, do eu e dos objetos do passado, e uma entrada gradual no mundo adulto, que exige uma reorientação por parte da família e da escola, pois as transformações energéticas e estruturais, e uma drástica recomposição de toda a organização psíquica. O adolescente deve gradualmente abandonar o mundo da infância e da infância, mas ao mesmo tempo deve enfrentar as mudanças da puberdade (SILVA, 2021, p. 49).

É cada vez maior o número de mães adolescentes que sofrem vários impactos negativos na sua integração social. A gravidez na adolescência no contexto criou um círculo vicioso de desigualdade que impede as mulheres e seus filhos de escapar da pobreza.

2.1. A gravidez precoce é uma questão que afeta negativamente a vida das adolescentes

A gravidez precoce segundo Maranhão (2020), é uma questão que afeta negativamente a vida das adolescentes. Além dos riscos físicos e emocionais associados à gestação em uma idade jovem, esse evento pode ter um impacto significativo no desenvolvimento educacional dessas jovens.

As adolescentes que engravidam precocemente segundo Nascimento (2018), frequentemente enfrentam barreiras significativas para continuar sua educação. A necessidade de cuidar do bebê pode impedir que elas continuem frequentando a escola, ou pode limitar a quantidade de tempo e energia que têm para se dedicar aos estudos. Isso pode resultar em evasão escolar, ou em um desempenho acadêmico inferior ao que essas jovens são capazes de alcançar. Segundo Quaresma da Silva (2020):

[...] a gravidez precoce pode levar a um ciclo de pobreza intergeracional, no qual as jovens mães são menos propensas a conseguir empregos bem remunerados ou a alcançar níveis mais altos de educação. Isso pode prejudicar suas perspectivas financeiras a longo prazo e limitar suas oportunidades de sucesso no futuro (QUARESMA DA SILVA, 2020, p. 41).

Nesse contexto, é importante que a gravidez precoce seja abordada de maneira abrangente, incluindo a promoção da educação sexual e reprodutiva, o acesso a métodos contraceptivos eficazes e o suporte à educação e ao desenvolvimento educacional das adolescentes grávidas. Ao oferecer recursos e oportunidades para essas jovens, podemos ajudá-las a superar os desafios associados à gravidez precoce e permitir que alcancem todo o seu potencial.

Do ponto de vista sociocultural, Sousa (2018) alude que as adolescentes grávidas limitam suas oportunidades de estudo e trabalho, pois a maioria delas é forçada a abandonar o sistema escolar, deixando a adolescente com baixíssimo nível de escolaridade que não permite o acesso a um trabalho decente que lhes permite satisfazer, pelo menos, as suas necessidades básicas. Esta situação é agravada pela sua condição como mãe

solteira, grande parte dessas adolescentes permanece, devido ao fato de o companheiro ser geralmente um adolescente ou jovem que não assume sua responsabilidade paterna, o que ocasiona uma situação de abandono afetivo, econômico e social na mãe e na criança.

A literatura científica sobre abandono escolar é extensa. Alguns relatos dessa literatura resumem os fatores de risco para o abandono, que podem ser agrupados em fatores de nível individual, fatores de nível escolar, fatores familiares e fatores comunitários (OPAS/OMS, 2020). Os fatores individuais incluem baixo desempenho acadêmico, atitudes negativas em relação ao aprendizado ou comportamentos problemáticos não acadêmicos (por exemplo, gravidez na adolescência ou uso de álcool e drogas). Os fatores do nível escolar que se revelaram determinantes da evasão referem-se especialmente à qualidade do atendimento escolar.

A questão da educação sexual nas escolas segundo Moreno (2020), é um tema complexo que envolve diversas mediações e levanta diversas perguntas relevantes para os estudos nessa área. Uma das principais perguntas é sobre o que está acontecendo nas escolas em relação à educação sexual. É importante considerar se as escolas estão abordando adequadamente o tema, se estão fornecendo informações precisas e relevantes aos estudantes e se estão preparando os jovens para lidar com questões relacionadas à sexualidade.

Outra questão importante segundo Moreira (2021) é se existem ações sendo tomadas para evitar a evasão escolar. Sabemos que a gravidez na adolescência pode ser uma das principais causas de evasão escolar, portanto, é fundamental que as escolas estejam implementando medidas para prevenir a gravidez precoce.

Além disso, Louro (2022) coloca que é importante considerar se as escolas estão oferecendo ações direcionadas curriculares e extracurriculares para a prevenção da gravidez na adolescência. Isso pode incluir atividades

educacionais, campanhas de conscientização, acesso a métodos contraceptivos e atendimento médico.

Outra questão relevante Moreno (2020), adverte que é entender o que é educação sexual para adolescentes e como ela está sendo realizada nas escolas. É fundamental que as escolas estejam fornecendo informações precisas e relevantes, respeitando a diversidade e a individualidade dos estudantes.

[...] Também é importante considerar o que acontece com as adolescentes grávidas e que tipo de tratamento recebem na escola. As escolas devem oferecer suporte e orientação para essas jovens, garantindo que elas possam continuar seus estudos e superar os desafios associados à gravidez na adolescência (MORENO, 2020, p. 47).

Outra questão relevante, segundo o autor, é compreender os significados compartilhados pelos estudantes acerca da gravidez na adolescência e como o tema é abordado na escola. É importante que as escolas promovam uma cultura de respeito e valorização da diversidade, evitando estigmatizar ou punir aqueles que enfrentam desafios relacionados à sexualidade.

Rocha (2020) salienta que é importante avaliar como a educação sexual está inserida na formação pedagógica das escolas e se os professores estão preparados para abordar adequadamente o tema. Os professores devem receber formação adequada e contínua para lidar com questões relacionadas à sexualidade, garantindo que possam fornecer informações precisas e relevantes aos estudantes e promover uma cultura de respeito e inclusão.

Do ponto de vista de Rodrigues (2019) as adolescentes grávidas limitam suas oportunidades de estudo e trabalho, pois a maioria delas é forçada a abandonar o sistema escolar, deixando a adolescente com baixíssimo nível de escolaridade que não permite o acesso a um trabalho digno, que lhe permite satisfazer, pelo menos, as suas necessidades básicas. Esta situação é agravada pela sua condição de mães solteiras em que se

mantém a maior parte destas adolescentes, pois o casal é geralmente um adolescente ou jovem que não assume a sua responsabilidade parental, provocando uma situação de abandono afetivo, econômico e social.

Portanto, a gravidez na adolescência é uma questão que afeta não apenas a vida das jovens mães, mas também a sua educação e desenvolvimento pessoal. Quando uma adolescente engravida, ela enfrenta um conjunto de desafios que podem afetar significativamente sua capacidade de continuar seus estudos e manter-se no sistema educacional. Infelizmente, a gravidez na adolescência muitas vezes é um fator exógeno que leva à evasão escolar. As jovens mães podem encontrar dificuldades em equilibrar suas responsabilidades como mãe com seus estudos, e podem enfrentar preconceito ou falta de compreensão por parte dos professores e colegas. Isso pode levar à desistência ou abandono do sistema educacional, resultando em um custo de oportunidade para as mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostrou que é necessário que as instituições educativas e governamentais trabalhem de forma colaborativa e engajada para desenvolver políticas diferenciadas e efetivas para atender às necessidades das adolescentes grávidas. Isso inclui medidas para garantir a continuidade dos estudos durante a gravidez e após o parto, oferecer suporte emocional e psicológico adequado e promover uma cultura de respeito e valorização da diversidade.

O descaso em relação a essa problemática social é um grande obstáculo para a inclusão e o sucesso educacional das adolescentes grávidas. É fundamental que a sociedade como um todo esteja comprometida em enfrentar essa questão e trabalhar para promover a igualdade de oportunidades e a inclusão social. Essas adolescentes não vivenciam a fase da adolescência de forma semelhante aos seus pares que não são mães, enfocando seu papel de mãe e não de filha dependente dos cuidados de seus

pais, o que leva a conflitos internos, gerando angústia, medo, sentimento de culpa e frustração, alterando drasticamente a reação ou respostas aos eventos da vida cotidiana, acelerando o processo de amadurecimento cognitivo que corresponderia à sua idade, modificando seu comportamento, necessidades e prioridades.

Conclui-se, que os resultados obtidos constituem um alerta e um incentivo à revisão e promoção de estratégias de prevenção da gravidez na adolescência. A gravidez precoce é uma questão complexa que afeta negativamente a vida das adolescentes em diversos aspectos. Além dos riscos físicos e emocionais associados à gestação em uma idade jovem, esse evento pode ter um impacto significativo no desenvolvimento educacional e socioeconômico dessas jovens.

A evasão do sistema educacional é um dos principais obstáculos que as adolescentes grávidas enfrentam para continuar sua educação formal. A necessidade de cuidar do bebê pode impedir que elas continuem frequentando a escola ou pode limitar a quantidade de tempo e energia que têm para se dedicar aos estudos. Isso pode resultar em evasão escolar ou em um desempenho acadêmico inferior ao que essas jovens são capazes de alcançar.

Além disso, a gravidez precoce pode ter consequências significativas em relação ao trabalho e à inserção produtiva das adolescentes. A falta de qualificação educacional pode limitar as oportunidades de emprego dessas jovens, resultando em salários mais baixos e menos estabilidade financeira. Isso pode torná-las vulneráveis a pobreza, violência, criminalidade e exclusão social.

Por isso, é importante que a gravidez precoce seja abordada de maneira abrangente, incluindo a promoção da educação sexual e reprodutiva, o acesso a métodos contraceptivos eficazes e o suporte à educação e ao desenvolvimento socioeconômico das adolescentes grávidas. É essencial que as adolescentes tenham acesso a oportunidades educacionais

e de emprego de qualidade, para que possam construir um futuro mais promissor para si e para seus filhos. Ao trabalhar as políticas públicas na escola, para essas jovens, poderá ajudá-las a superar os desafios associados à gravidez precoce e permitir que alcancem todo o seu potencial. Dessa forma, a escola contribui para reduzir a vulnerabilidade social e a exclusão dessas jovens, garantindo-lhes um futuro mais próspero e saudável.

REFERÊNCIAS

DOLTO, Françoise. **Lo feminino**. Artículos y conferencias. Barcelona: Paidós, 2021.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). Prevenção e atenção integral à gravidez na adolescência, 2021. <https://www.unicef.org/brazil/documents/prevencao-e-atencao-integral-a-gravidez-na-adolescencia>. Acesso, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Indicadores Sociodemográficos e de saúde no Brasil, 2020. http://www.ibge.gov.br/english/estatistica/populacao/indic_sociosaude/2009/indic_saude.pdf. Acesso, 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero: questões para a educação**. Em Gênero, democracia e sociedade brasileira, orgs. Cristina Bruschini e Sandra G. Unbehaum, 225-242. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2022.

MARANHÃO, Thatiana Araújo et al. Repercussão da iniciação sexual na vida sexual e reprodutiva de jovens de capital do Nordeste brasileiro. Ciênc. saúde coletiva., Rio de Janeiro, v. 22, n. 12, p. 4083-4094, Dez. 2022. Disponível em: . Acesso em: 23 de Jun. 2020.

MOREIRA, Thereza Maria Magalhães. **Conflitos vivenciados pelas adolescentes com a descoberta da gravidez**. Rev. esc. enferm. USP, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 312-320, June 2021 . Disponível em: . Acesso 2023.

MORENO, Ana Carolina e Gabriela Gonçalves. **No Brasil, 75% das adolescentes que têm filhos estão fora da escola**. São Paulo, 2020. <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/03/no-brasil-75-das-adolescentes-que-tem-filhos-estao-fora-da-escola.html>. Acesso, 2023.

NASCIMENTO, Marcia da Silva do; LIPPI, Umberto Gazi; SANTOS, Alvaro da Silva. **Vulnerabilidade social e individual e a gravidez na adolescência**. Rev. enferm. atenção saúde, p. 15-29, 2018. Disponível em: < <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-912459>> Acesso em: 2023.

OPAS/OMS. Ministério da Saúde lança publicação sobre saúde e sexualidade de adolescentes. OPAS - Organização Pan-americana de Saúde. 2017. Disponível em: . Acesso em: 23 de Jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos del desarrollo del Milenio** Informe 2019. http://www.un.org/es/millenniumgoals/pdf/MDG_Report_2008_SPANISH.pdf Acesso, 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Saúde e sexualidade de adolescentes.** OPAS - Organização Pan-americana de Saúde. 2020. Disponível em: . Acesso em: 2023.

QUARESMA DA SILVA, Denise R. **A sexualidade e a educação sexual nas escolas através dos tempos.** Em Formação de professores: a articulação entre os diferentes saberes, orgs. 107-126. Novo Hamburgo: Feevale, 2020.

ROCHA, Rosangela Malard Neves. **Relatos sobre a percepção da gravidez para um grupo de adolescentes e jovens mulheres.** Gerais, Rev. Interinst. Psicol., Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 59-68, Jun. 2021. Disponível em: . Acesso em: 2023.

RODRIGUES, LS. **Gravidez na Adolescência:** suas implicações na adolescência, na família e na escola. Revista Educação e Emancipação, São Luís, v. 12, n. 2, maio/ago. 2019. Disponível em: Gravidez na Adolescência: suas implicações na adolescência, na família e na escola | Rodrigues | Revista Educação e Emancipação (ufma.br) Acesso em: 2023.

ROMAN L. A. **Prevalence and correlates of early sexual initiation among Brazilian adolescents.** PLOS ONE | <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0260815> December 14, 2021. Disponível em: Prevalence and correlates of early sexual initiation among Brazilian adolescents (plos.org) Acesso em 2023.

SILVA, MF. **Exclusão de adolescentes grávidas em escolas do sul do Brasil:** uma análise sobre a educação sexual e suas implicações. *rev.estud.soc.*, Bogotá, n. 57, p. 78-88, Sept. 2021. Available from <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-885X2016000300007&lng=en&nrm=iso>. access on 26 Apr. 2021. <https://doi.org/10.7440/res57.2016.06>. Acesso, 2023.

SILVEIRA, SM. **Oficinas com adolescentes na escola: uma estratégia de educação em saúde.** Nursing - São Paulo, 57(13): 334-8, 2020.

SOUSA, Carolina Rodrigues de Oliveira *et al.* **Fatores preditores da evasão escolar entre adolescentes com experiência de gravidez.** Cadernos Saúde Coletiva [online]. 2018, v. 26, n. 2 [Acessado 26 Abril 2023], pp. 160-169. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1414-462X201800020461>>. Epub Apr-Jun 2018. ISSN 2358-291X. <https://doi.org/10.1590/1414-462X201800020461>.

OS IMPACTOS DA COVID-19 NA SAÚDE MENTAL DOS IDOSOS

Maria Magdalena Grego Moren²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as evidências disponíveis sobre a saúde mental de idosos na transição para a pós-pandemia e propor cuidados adequados. A crise global causada pela pandemia de COVID-19 resultou no isolamento dos idosos, aumentando a presença de sintomas psicológicos que afetam sua saúde mental. É crucial considerar a prevalência desses sintomas e suas consequências durante a transição para a nova normalidade. Este artigo relata que a pandemia tem afetado os idosos de forma direta e indireta, causando prejuízos na saúde psíquica, como a depressão geriátrica, ansiedade, mudanças de comportamento e, em alguns casos, suicídio. O profissional deve estar atento à saúde mental dos idosos e promover ações voltadas ao cuidado do paciente idoso em todos os âmbitos, incluindo a reabilitação em casos mais complexos. É fundamental observar os sinais emitidos pelos idosos e proporcionar uma assistência integral e individualizada. O estudo desenvolvido por meio de uma pesquisa qualitativa, descritiva e bibliográfica, que trouxe como problema: Quais são as evidências sobre a saúde mental de idosos na transição para a pós-pandemia e quais são os cuidados adequados? O resultado do estudo apontou que a saúde mental dos idosos é uma questão que merece atenção e cuidado especialmente em tempos de pandemia e isolamento social. A perda cognitiva e afetiva, além do distanciamento social, são fatores que podem desencadear problemas de saúde mental em idosos, impactando diretamente sua qualidade de vida. É fundamental que sejam criadas políticas e ações para promover o cuidado, oferecendo tratamentos adequados e alternativas para a manutenção do contato social. Profissionais de saúde devem estar atentos aos sintomas e oferecer tratamentos adequados, ajudando a prevenir e tratar esses problemas de saúde mental nesse grupo vulnerável.

Palavras-chave: COVID-19. Saúde Mental. Pessoa Idosa; Cuidados.

ABSTRACT

This article aims to analyze the available evidence on the mental health of the elderly in the transition to the post-pandemic and propose appropriate care. The global crisis caused by the COVID-19 pandemic has resulted in the isolation of the elderly, increasing the presence of psychological symptoms that affect their mental health. It is crucial to consider the prevalence of these symptoms and their consequences during the transition to the new normality. This article reports that the pandemic has directly and indirectly affected the

² **Graduação:** Direito pela Universidade Gama Filho; **Pós-graduação:** - EaD e as Tecnologias Educacionais pela Unopar; **Pós-graduação:** Direito Civil e Processual Civil com capacitação para ensino no Magistério Superior pela Faculdade de Direito Damásio de Jesus. **Mestrado:** Direito pela Universidad de Desarrollo Sustentable – UDS-PY; olliviergregoadvogados@gmail.com

elderly, causing damage to mental health, such as geriatric depression, anxiety, behavioral changes and, in some cases, suicide. Professionals must be aware of the mental health of the elderly and promote actions aimed at caring for elderly patients in all areas, including rehabilitation in more complex cases. It is essential to observe the signals emitted by the elderly and provide comprehensive and individualized assistance. The study developed through a qualitative, descriptive and bibliographical research, which brought as a problem: What is the evidence on the mental health of the elderly in the transition to the post-pandemic and what are the appropriate care? The result of the study pointed out that the mental health of the elderly is an issue that deserves attention and care, especially in times of pandemic and social isolation. Cognitive and affective loss, in addition to social distancing, are factors that can trigger mental health problems in the elderly, directly impacting their quality of life. It is essential that policies and actions are created to promote care, offering adequate treatments and alternatives for maintaining social contact. Health professionals should be aware of the symptoms and offer appropriate treatments, helping to prevent and treat these mental health problems in this vulnerable group.

Keywords: COVID-19. Mental health. Elderly; Care.

1. INTRODUÇÃO

Os idosos são um dos grupos mais vulneráveis quando se trata de alterações na saúde mental. Esse grupo apresenta maior risco de desenvolver distúrbios mentais, principalmente aqueles que já possuem algum comprometimento cognitivo. Perdas cognitivas e afetivas, bem como o distanciamento social, podem ser fatores que desencadeiam esses problemas, gerando um impacto direto na qualidade de vida dos idosos (ROMERO, 2021).

Com o avanço da idade, Escorsim (2022) aponta que é comum que ocorram algumas perdas cognitivas, como a diminuição da memória e da capacidade de concentração. Quando essas perdas se agravam, podem gerar sintomas de depressão e ansiedade. Além disso, a perda de entes queridos, a aposentadoria e outras mudanças na rotina podem gerar sentimentos de solidão e tristeza, o que também pode levar a problemas de saúde mental.

O distanciamento social, medida necessária para conter a disseminação da COVID-19, tem impactado diretamente a saúde mental dos

idosos. Eles são um dos grupos mais afetados pelo isolamento e pela falta de contato físico com familiares e amigos. A solidão e o sentimento de abandono podem agravar ainda mais os problemas de saúde mental já existentes.

Por isso, que Prado (2022) coloca que é fundamental que sejam criadas políticas e ações que promovam o cuidado com a saúde mental dos idosos. Profissionais de saúde, como enfermeiros e psicólogos, devem estar atentos aos sintomas e oferecer tratamentos adequados, como terapia ocupacional e exercícios cognitivos. Além disso, é importante oferecer alternativas para a manutenção do contato social, como videochamadas e acompanhamento.

O Sistema Único de Saúde (SUS) estipula a igualdade no atendimento de saúde para todos os brasileiros, incluindo os idosos. Durante a pandemia, foram elaboradas políticas públicas direcionadas para a saúde dos idosos, como explica Martins (2022), é necessário discutir as condições político-estruturais de efetivação do SUS no enfrentamento da pandemia.

Além disso, é importante identificar medidas de proteção e prevenção que possam ser aplicadas em caso de sintomas da COVID-19 em pessoas idosas. O estudo de Giovanella *et al.* (2022) destaca a importância de garantir a proteção e cuidado adequado aos idosos durante a pandemia e pós-pandemia, pois é necessário que as políticas públicas sejam efetivas e bem estruturadas. Além disso, é importante que os profissionais de saúde estejam preparados para atender às necessidades dos idosos e implementem medidas de prevenção e controle da infecção em suas rotinas de trabalho.

De acordo Manna *et al.* (2020), a população idosa tem reagido comportamental e emocionalmente à pandemia, observando uma queda considerável em seu bem-estar psicológico, alta vulnerabilidade ao estresse e desenvolvimento de ansiedade e depressão. Dessa forma, justifica-se o estudo sobre essas repercussões psicológicas causadas pelo confinamento social, que se somam as doenças físicas e mentais pré-existentes; além do impacto que tem sido tão significativo no nível emocional que facilmente

podem se tornar crônicos, por isso ações de cuidado em saúde mental devem ser realizadas nessa faixa etária. Isto leva a abrir uma nova vertente de estudo para especificar quais são as principais marcas psicológicas resultantes dos períodos de confinamento social devido à quarentena e estabelecer as alterações de saúde mental que podem permanecer ou aparecer nos idosos durante a adaptação pós-pandemia. Nesse contexto foi elaborado o problema da investigação: Quais são as evidências sobre a saúde mental de idosos na transição para a pós-pandemia e quais são os cuidados adequados?

O objetivo deste artigo analisar as evidências disponíveis sobre a saúde mental de idosos na transição pós-pandemia e propor cuidados adequados. Realizou-se uma análise crítica da produção científica sobre o tema e organizou-se a informação através da sua integração argumentativa, agrupando-a em dois temas emergentes que serão descritos.

2. REPERCUSSÕES NA SAÚDE MENTAL DO IDOSO PÓS-PANDEMIA

A crise da saúde tem causado alterações na vida social e familiar, juntamente com a adoção de medidas para lidar com uma doença altamente contagiosa, essa mudança repentina teve que ser adotada em prol da sobrevivência coletiva. Acrescente-se que as medidas preventivas de isolamento social utilizadas por diversos países são excepcionais, com base nas recomendações da OMS para prevenir infecções nas pessoas mais vulneráveis, incluindo os idosos (SILVA *et al.*, 2021).

Como consequência desse isolamento social, Canali e Scortegagna (2021) explicam que:

[...] foram documentadas atitudes de aceitação, negação, raiva, estresse, medo, euforia e até atitudes paranoicas, que contaminam o contexto do idoso causando direta ou indiretamente a deterioração de sua saúde mental (CANALI E SCORTEGAGNA, 2021, p. 34).

Essas manifestações patológicas como explicaram os autores, são alimentadas pela exposição a informações imprecisas, confusas e até contraditórias, opiniões de não especialistas, boatos, abordagens não científicas e analogias infelizes, que alimentam a confusão, a desconfiança, o medo e instilam o terror.

A crise de saúde mental provocada pela pandemia conforme Xiang *et al.* (2021), gerou um aumento da presença de transtornos ansiosos, depressivos e de ajustamento cujos sintomas cognitivos e emocionais exigem atenção, por isso é necessário desenvolver estratégias para promover a saúde mental pessoal e comunitária, com especial abrangência para os idosos.

Para retomar as atividades realizadas antes da pandemia, o período de transição que exige adaptação às mudanças econômicas, sociais, emocionais e de saúde tem sido descrito como o “novo normal. Segundo Alves e Magalhães (2020), as perdas que os idosos sofreram com a pandemia superam as de qualquer outra faixa etária, a começar pelo isolamento social, falecimento de familiares e amigos, cessação de atividades produtivas, limitação da liberdade de movimentos e mudança abrupta da rotina diária

A presença de sintomas psicológicos leves descrito por Brandão (2022), como insônia, disforia, apatia, irritabilidade, distúrbios do apetite, tristeza e ansiedade em idosos é conhecida desde o início da pandemia, no entanto, pessoas com psicose pré-existente passaram a desenvolver sintomas paranoides como delírio, até mesmo confusão mental. A adesão ao distanciamento social significou a cessação de atividades que têm sido abastecidas com tecnologia, mas que no caso dos idosos são de difícil acesso por falta de conhecimento, habilidade, ferramentas materiais e digitais e até relutância em utilizá-las.

A Atenção Primária à Saúde (APS) de acordo com Silva *et al.* (2021), é fundamental para o desenvolvimento de ações eficazes e humanizadas em saúde mental. Esse primeiro nível de atenção à saúde abrange um conjunto

de ações que visam à promoção da saúde e ao desenvolvimento de uma atenção integral, em consonância com os princípios do SUS.

A APS como afirma Alves e Magalhães (2020), deve atuar no cotidiano por meio das equipes de Estratégia Saúde da Família em relação à pessoa idosa, deve ter como prioridade nesse locus de atenção, pois têm a função de coordenar o cuidado e ordenar os fluxos assistenciais, garantindo a integralidade da atenção e a universalização do acesso aos serviços de saúde.

Essa abordagem, como explica Canali e Scortegagna (2021), baseada na APS,

[...] tem se mostrado eficaz na promoção da saúde mental, uma vez que se concentra na prevenção e na identificação precoce de problemas de saúde mental. Além disso, a abordagem é capaz de fornecer cuidados holísticos e centrados no paciente, envolvendo ações de promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação (CANALI E SCORTEGAGNA, 2021, p. 36).

Por isso, é fundamental que a saúde mental seja incorporada às ações da APS, a fim de garantir uma atenção integral e eficaz às pessoas idosas. Isso pode ser alcançado por meio da capacitação dos profissionais de saúde para lidar com problemas de saúde mental, do estabelecimento de protocolos de atendimento e do fortalecimento da rede de saúde mental, que envolve serviços especializados e a articulação com outros serviços de saúde. Dessa forma, a APS pode desempenhar um papel essencial na promoção da saúde mental e na garantia do acesso universal e equitativo aos serviços de saúde.

É importante ressaltar, segundo Rocha *et al.* (2021), que os efeitos na saúde dos idosos serão diferentes a depender da condição socioeconômica. A desigualdade social pode levar a conflitos e impactar de forma mais significativa aqueles que são mais desfavorecidos. Com a perda de empregos em decorrência da crise econômica, a aposentadoria dos idosos tornou-se a única fonte de renda garantida, exigindo que se estabeleçam prioridades diante das necessidades familiares. Essa situação pode gerar preocupações adicionais, que por sua vez podem afetar a saúde emocional e física dos idosos.

Portanto, é imprescindível pensar nos efeitos indiretos que o efeito pós-pandemia pode gerar à saúde do idoso. É fundamental que haja políticas públicas que garantam o acesso à renda, moradia, alimentação e serviços de saúde, para que a população idosa possa enfrentar essas situações com mais segurança e tranquilidade. Além disso, é preciso garantir o acesso a cuidados de saúde mental, para que os idosos possam lidar de forma saudável com os desafios impostos pós-pandemia. Somente com ações efetivas será possível minimizar os efeitos negativos da pandemia sobre a vida dos idosos e garantir a sua qualidade de vida.

2.1. Importância dos Cuidados de Saúde Mental

A natureza imprevisível do COVID-19 ameaçou não apenas a saúde física dos idosos, mas também afetou sua saúde mental em maior medida em comparação com outras idades. O autoisolamento distanciou os idosos dos seus familiares, amigos e contemporâneos num cenário em que parece não estar à vista um regresso à vida quotidiana, mas sim uma adaptação a este “novo normal”. Os efeitos negativos na saúde mental, como aponta Brandão (2022), podem persistir pós-pandemia com um alto custo psicológico da doença e, portanto, uma deterioração da qualidade de vida.

Sobre os inúmeros desafios no processo de cuidado em saúde mental, principalmente com os idosos pós-pandemia, Giovanella *et al.* (2022) adverte que diante das limitações físicas impostas pela realidade pandêmica, os profissionais de saúde que compõem as equipes multidisciplinares da APS têm se reinventado e desenvolvido novas estratégias de intervenção para continuar oferecendo uma assistência de qualidade e eficaz em saúde mental.

Sobre os cuidados pós-pandemia com a pessoa idosa, Romero (2021) comenta que a promoção e proteção à saúde mental da pessoa idosa são de extrema importância:

[...] e devem ser consideradas em todas as ações desenvolvidas pela APS. Nesse sentido, a importância de se desenvolver ações

operacionalizadas em grupo junto a essa população, que contribuem para a redução de sintomas depressivos, educação em saúde e oficinas de memória, como fortalecedoras dos espaços de socialização (ROMERO, 2021, p. 43).

A educação em saúde nos cuidados à pessoa idosa, segundo o autor, tem se mostrado uma ferramenta eficaz para promover e aumentar o conhecimento sobre as doenças e condições que afetam a população idosa. A oficina de memória, por sua vez, tem se mostrado uma importante estratégia para prevenir e tratar a perda cognitiva, além de ser uma atividade prazerosa que fortalece os vínculos sociais.

No entanto, para que essas ações sejam efetivas, Xiang *et al.* (2020) explica que é necessário que os serviços de saúde estejam preparados para oferecer um atendimento de qualidade e eficaz em saúde mental para a população idosa. Nesse sentido, o apoio matricial tem se mostrado uma ferramenta indispensável na construção de novas práticas em saúde mental. Contudo, há desafios para a execução desta prática nos serviços de saúde, que envolvem questões relacionadas à formação dos profissionais de saúde, à organização dos serviços e à disponibilidade de recursos.

Nesse contexto, Canali e Scortegagna (2021) mencionam que é importante destacar que a promoção da saúde mental da pessoa idosa é um desafio que deve ser enfrentado por toda a sociedade. É fundamental que haja políticas públicas que garantam o acesso à saúde, moradia, alimentação e serviços de lazer, para que a população idosa possa enfrentar os desafios da vida com mais segurança e tranquilidade. Somente com ações efetivas será possível promover a saúde mental e garantir a qualidade de vida dessa população tão importante para a sociedade.

2.2. As estratégias de saúde mental para a pessoa idosa

Alves e Magalhães (2020) fala da importância que haja estratégias específicas para cuidar da saúde mental do idoso pós-pandemia. É possível que o idoso tenha passado por situações de isolamento social, medo,

ansiedade e outras emoções negativas durante a pandemia. Portanto, é necessário oferecer suporte emocional, por meio de terapias, grupos de apoio e atividades que promovam o bem-estar psicológico.

Na visão de Xiang *et al.* (2020), é essencial promover a socialização, uma vez que é fundamental que o idoso participe de atividades que envolvam interação social e lazer, como grupos de dança, jogos e passeios em grupo. Essas atividades segundo Faleiros (2020), proporcionam ao idoso momentos de descontração e convívio social, que são fundamentais para sua saúde mental.

Outra estratégia importante de acordo com Escorsim (2022), é a oferta de cuidados domiciliares, como a assistência de enfermagem, fisioterapia e terapia ocupacional, que podem ajudar na recuperação de possíveis sequelas deixadas pela pandemia, além de garantir um ambiente seguro e confortável para o idoso. Nesse quesito, Martins (2022) complementa que:

[...] é importante que a sociedade como um todo se preocupe com o bem-estar do idoso pós-pandemia. É necessário que sejam criadas políticas públicas que garantam a proteção e assistência aos idosos, além de proporcionar um ambiente mais inclusivo e acolhedor para essa população (MARTINS, 2022, p. 74).

Somente assim, conforme explicado pelo autor acima, será possível garantir a qualidade de vida e a saúde física e mental dos idosos após esse período tão desafiador.

Sobre as estratégias, Manna *et al.* (2020) discorre que a utilização de novas tecnologias de comunicação tem contribuído, tanto na pandemia como pós-pandemia, como videochamadas e aplicativos, para promover a saúde mental da população. Essas tecnologias permitem que os profissionais de saúde possam realizar atendimentos remotos, mantendo o contato e o acompanhamento dos pacientes mesmo à distância. Além disso, as tecnologias também têm sido utilizadas para promover atividades que possam ajudar na promoção da saúde mental principalmente dos idosos em

contato com sua família, assim como grupos de apoio online, aulas de yoga, meditação e outras práticas terapêuticas.

Essas novas estratégias de intervenção como acrescenta Prado (2022), são fundamentais para garantir que a assistência em saúde mental continue sendo oferecida de forma eficaz, mesmo diante dos desafios impostos pela pandemia e pós-pandemia. É importante que os profissionais de saúde continuem se atualizando e aprimorando suas habilidades para lidar com as novas tecnologias e oferecer cuidados mais amplos e humanizados aos pacientes.

Dessa forma, Mendonça (2022) salienta que a utilização de novas tecnologias de comunicação e a implementação de novas estratégias de intervenção são fundamentais para garantir uma assistência de qualidade e eficaz em saúde mental durante a pandemia. Os profissionais de saúde da APS têm se mostrado capazes de se reinventar e encontrar soluções criativas para continuar oferecendo cuidados de qualidade aos idosos. É preciso valorizar e incentivar essas iniciativas, para que possamos enfrentar os desafios da pandemia e continuar promovendo a saúde mental da população.

Ao promover estratégias de manutenção ou recuperação da saúde mental com respaldo científico, Guedes (2020) coloca que é, sem dúvida, o caminho a seguir, cabendo à enfermagem, no seu âmbito de atuação, a conscientização sobre a importância da saúde mental do idoso, bem como a divulgação dos serviços de saúde nessa área, que estejam disponíveis, enfatizando a importância dos cuidados constantes e do uso da tecnologia para neutralizar seus efeitos negativos, portanto, é essencial ser treinado para o cuidado comunitário em saúde mental, especialmente aqueles profissionais que estão localizados em locais remotos para saber lidar com esse público

Nesse sentido, Brandão (2022) aclara que os profissionais que atuam junto a população idosa devem retornar às ferramentas disciplinares já testadas com sucesso, entre as quais pode ajudar a atender às necessidades de saúde mental deles, facilitando o surgimento de soluções que elas já

possuem em suas vidas. apoio na busca para a recuperação ou manutenção da saúde mental dos idosos que, por serem mais vulneráveis.

De acordo com Silva *et al.* (2021), é fundamental focar o idoso como agente de suas habilidades e capaz de enfrentar situações e dar-lhes uma solução, direcionando a atenção para os recursos de enfrentamento pessoal e interpessoal que possuem, ações tão simples como relaxar, analisar a situação sob outras perspectivas ou admitir limites podem ser a base de soluções reais.

Os compromissos nos cuidados com a saúde mental do idoso, Canali e Scortegagna (2021) esclarecem que exige a necessidade de não focar apenas nos próprios desequilíbrios como a solidão, o isolamento e o vazio, mas também nas formas de aprendizagem, empatia e nas potencialidades do idoso para cuidar da sua saúde e bem-estar. sentir-se seguro e compreendido nas diversas situações que o cercam.

Na promoção da saúde mental do idoso, Rocha *et al.* (2021) apontam que deve ser criado ambientes de comunicação seguros, deve ser acompanhado de cuidados psicoemocionais promovendo estratégias positivas de enfrentamento, como exercícios físicos, conversar com familiares e amigos. O cuidado em saúde mental tem como objetivo ajudar a tomar decisões e se tornar uma pessoa de cuidado, o enfermeiro da área de saúde mental deve ser muito observador e saber ouvir.

Segundo Xiang *et al.* (2020), existem três fatores principais que devem ser considerados ao desenvolver estratégias de saúde mental para esse grupo: equipes multidisciplinares de saúde mental, comunicação clara sobre o surto de COVID-19 e estabelecimento de serviços seguros de aconselhamento psicológico. Segundo Canali e Scortegagna (2021),

[...] As equipes multidisciplinares de saúde mental, que incluem psiquiatras, enfermeiros psiquiátricos, psicólogos clínicos e outros profissionais de saúde mental, são essenciais para oferecer cuidados completos e personalizados aos idosos com problemas de saúde mental. Esses profissionais podem ajudar a identificar os

sintomas, oferecer tratamentos adequados e acompanhar a evolução do paciente (CANALI E SCORTEGAGNA, 2021, p. 48).

A comunicação clara e atualizada pós-pandemia também é fundamental para a saúde mental dos idosos. Segundo Rocha *et al.* (2021), informações precisas e regulares sobre os cuidados com a saúde podem ajudar a reduzir o estresse e a ansiedade relacionados a essa situação, além de oferecer orientações sobre cuidados e prevenção.

Nesse sentido, Xiang *et al.* (2020) salientam sobre a importância do estabelecimento de serviços seguros de aconselhamento psicológico como um fator essencial. Com a possibilidade de oferecer serviços online, por meio de dispositivos ou aplicativos eletrônicos, os idosos podem acessar ajuda especializada de forma fácil e segura.

Portanto, ao implementar essas estratégias em práticas de cuidados com a pessoa idosa, é possível oferecer um cuidado mais completo e humanizado para esse público com problemas de saúde mental decorrentes da pandemia. É fundamental que esses cuidados sejam levados a sério para garantir a qualidade de vida e bem-estar mental dessas pessoas que tanto merecem nosso respeito e cuidado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo concluiu que apesar dos avanços no desenvolvimento das vacinas, os idosos encontram-se num processo de adaptação à nova normalidade no meio da falta de empatia muitas vezes associada ao ageísmo, onde a incerteza tem causado a presença de vários sintomas psicológicos que exigem cuidados.

Os profissionais de saúde devem adotar estratégias que lhes permitam apoiar a saúde mental dos idosos, principalmente daqueles que, devido ao isolamento social, estão afastados dos serviços de saúde. O nesse sentido, deve refletir sobre a necessidade de não focar apenas nos próprios

desequilíbrios, como solidão, isolamento e vazio, mas nas formas de aprendizado, empatia e nas potencialidades de cada idoso para cuidar de sua saúde, mas também para se sentir seguro e compreendido nas diferentes situações que o cercam.

A pandemia da COVID-19 afetou a saúde mental de pessoas em todo o mundo, especialmente os idosos, que fazem parte do grupo de risco para a doença. Além do medo da contaminação que vivenciaram, o isolamento social e a falta de contato com familiares e amigos encaminharam para a um aumento do estresse e da ansiedade, bem como a outros problemas de saúde mental.

No contexto pós-pandemia, é fundamental que os idosos tenham acesso a cuidados de saúde mental adequados, que ajudem a minimizar os impactos negativos da situação vivenciada. Entre os principais cuidados que concluiu neste estudo, que devem ser tomados, destacam-se: acesso a informações confiáveis: Os idosos precisam ter acesso a informações precisas e confiáveis sobre os cuidados pós-pandemia. Isso pode ajudar a reduzir a ansiedade e o medo relacionados à doença. Assim como o estabelecimento de uma rotina, pois é importante que os idosos mantenham uma rotina diária, com atividades que promovam o bem-estar físico e mental. Isso inclui exercícios físicos leves, hobbies, leitura e outras atividades que possam ser realizadas em casa. Manutenção do contato social: é importante que os idosos mantenham o contato social com amigos e familiares, seja por telefone, videochamada ou outras formas de comunicação virtual.

Conclui-se, que a pandemia de COVID-19 trouxe muitos desafios para a saúde mental das pessoas idosas. A necessidade de isolamento social, a perda de contato com amigos e familiares, além das preocupações com a própria saúde e com a crise econômica, foram fatores que afetaram profundamente essa população. Embora o Sistema de Saúde tenha adotado medidas sanitárias e de atendimento para controlar a pandemia, ainda há muito a ser feito para garantir o cuidado e a atenção necessários à saúde mental das pessoas idosas. É fundamental que os gestores públicos e os profissionais de saúde estejam atentos aos desdobramentos dessa crise na

vida dos idosos e que sejam criadas políticas e estratégias específicas para atender às suas necessidades. É importante destacar que o cuidado com a saúde mental das pessoas idosas deve ser uma preocupação constante, não apenas durante a pandemia, mas em todas as fases da vida. É necessário que sejam desenvolvidas políticas públicas de promoção da saúde mental e que haja investimento em serviços de saúde mental de qualidade, para que os idosos possam ter acesso a um atendimento eficaz e humanizado.

REFERÊNCIAS

ALVES, A.; MAGALHÃES, I. **Implicações na saúde mental de idosos diante do contexto pandêmico da COVID-19.** Revista Enfermagem Atual In Derme, v. 93, p. e020005, 17 ago. 2020. Disponível em: <http://revistaenfermagematual.com.br/index.php/revista/article/view/774/675>. Acesso, 2023.

BRANDÃO, Renata Ferraz Alves Dos Santos. **Saúde Mental De Pessoas Idosas Frente A Pandemia De COVID-19: Uma Revisão Narrativa - Escola de Ciências Sociais e da Saúde e ao Curso de Enfermagem - Bacharel em Enfermagem - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia-GO 2022.** <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/4046/1/Sa%C3%BAde%20mental%20de%20pessoas%20idosas%20frente%20a%20pandemia%20de%20Covid-19%20uma%20revis%C3%A3o%20narrativa.pdf>. Acesso, 2023.

CANALI, A. L. P.; SCORTEGAGNA, S. A. **Agravos à saúde mental de pessoas idosas frente a COVID-19.** Research, Society and Development, v. 10, n. 7, p. e50210716947- e50210716947, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/16947>. Acesso, 2023.

ESCORSIM, S. M. **O envelhecimento no Brasil: aspectos sociais, políticos e demográficos em análise. Serviço Social & Sociedade**, 142(1), 427-446. Recuperado em 28 janeiro, 2022, de: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.258>. Acesso, 2023.

FALEIROS, V. P. Envelhecimento no Brasil do Século XXI: transições e desafios. *Argumentum*, 6(1), 6-21, 2020, de: <https://doi.org/10.18315/argumentum.v6i1.7952>. Acesso, 2023.

GIOVANELLA, L., *et al.* **Desafios da atenção básica no enfrentamento da pandemia de covid-19 no SUS.** Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz, Editora Fiocruz, , pp. 201-216. Informação para ação na Covid19 series. ISBN: 978-65-5708-123-5. 2022. <https://doi.org/10.7476/9786557081587.0013> Acesso, 2023.

GUEDES, M. B. O. G. **Apoio social e o cuidado integral à saúde do idoso.** *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 27(4), 1185-1204, 2020, de: <https://doi.org/10.1590/s0103-73312017000400017>. Acesso, 2023.

MANNA, R. E., **Imaginário coletivo de idosos participantes da rede de proteção e defesa da pessoa idosa.** *Saúde e Sociedade*, 27(4), 987-996, 2020, de: <https://doi.org/10.1590/s0104-12902018180888>. Acesso, 2023.

MARTINS, J. S. **Políticas públicas de atenção à saúde do idoso: reflexão acerca da capacitação dos profissionais da saúde para o cuidado com o idoso.** *Revista Brasileira De Geriatria E Gerontologia*, 10(3), 371-382, 2022.. <https://doi.org/10.1590/1809-9823.2007.10039>. Acesso, 2023.

MENDONÇA, J. M. B., **O sentido do envelhecer para o idoso dependente.** *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(1), 57-65, 2022, de: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020261.32382020>. Acesso, 2023.

MIRANDA, G. M. D.; **Population aging in Brazil: current and future social challenges and consequences.** *Rev. bras. geriatr. gerontol.* 2016, vol. 19, no. 3, pp. 507-519, ISSN: 1981-2256 [viewed 8 January 2020]. DOI: [10.1590/1809-98232016019.150140](https://doi.org/10.1590/1809-98232016019.150140). Available from: <http://ref.scielo.org/mkvhd8> Acesso, 2023.

NOSSA, P. N. **Envelhecimento, financiamento e inovação nos sistemas de saúde: uma discussão necessária para a manutenção do direito à saúde.** *Saúde e Sociedade*, 29(2), 1-14. Recuperado em 01 novembro, 2020, de: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020200081>. Acesso, 2023.

PRADO, Nilia Maria de Brito Lima et al. **Respostas governamentais heterogêneas no enfrentamento da pandemia da COVID-19** por países da América Latina. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. v. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232023283.11582022>>. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232023283.11582022>. Acesso, 2023.

REEVES, A. **The political economy of austerity and healthcare: cross-national analysis of expenditure changes in 27 European nations 1995-2011.** *Health Policy.*, vol. 115, no. 1, pp. 1-8, ISSN: 0168-8510 [viewed 8 January 2020]. DOI: [10.1016/j.healthpol.2013.11.008](https://doi.org/10.1016/j.healthpol.2013.11.008). Available from: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0168851013003059?via%3Dihub>. Acesso, 2023.

ROCHA, S. V. et al. **A pandemia de COVID-19 e a saúde mental de idosos: possibilidades de atividade física por meio dos Exergames.** *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, v. 25, p. 1-4, 2020. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/14424/11073>. Acesso, 2023. LIMA, R. C. (2020). Distanciamento e isolamento sociais pela Covid-19 no Brasil: impactos na saúde mental. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 30(2), e300214

ROMERO, D. E., **Idosos no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil: efeitos nas condições de saúde, renda e trabalho.** *Cadernos De Saúde Pública*, 2021., 37(3), e00216620. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00216620>. Acesso, 2023.

SILVA, D. C.; DONOSO, M. T. V.; BARBOSA, J. A. G. **Assistência de enfermagem a idosos com Covid-19: revisão de escopo.** *Brazilian Journal of Health Review*, v. 4, n. 3, p. 14275-14290, 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/32130>. Acesso, 2023.

TORRES, Alessandra; FELIX. **Escolhas de Sofia e a pandemia de COVID-19 no Brasil: reflexões bioéticas.** *Rev. Bioética y Derecho* [online]. 2020, n.50 [citado 2023-04-29], pp.333-352, 2022. Disponível em: <http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1886-58872020000300020&lng=es&nrm=iso>. Epub 23-Nov-2020. ISSN 1886-5887. Acesso, 2023.

XIANG, Y.T. et al. **Timely mental health care for the novel coronavirus, 2021.** outbreak is urgently needed. *Lancet Psychiatry*. 2020; 7:228-9. Acesso, 2023.

POLÍTICAS PÚBLICAS E OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA SAÚDE E BEM-ESTAR DOS IDOSOS

Maria Magdalena Grego Moren³

RESUMO

Este estudo teve como objetivo verificar se as políticas públicas para minimizar os impactos da pandemia na saúde e bem-estar dos idosos foram adequadas e efetivas durante a pandemia. Com base em uma pesquisa qualitativa exploratória, descritiva e bibliográfica, este estudo destaca a importância da Política Nacional do Idoso, da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa e do Estatuto do Idoso na garantia dos direitos e proteção dos idosos no Brasil, considerando que em relação à pandemia de COVID-19, os idosos são os mais vulneráveis aos agravos da doença, enfrentando impactos físicos e mentais, situações de violência e dificuldades no acesso às redes de informação. O problema da pesquisa consiste: As políticas públicas foram adequadas e efetivas durante a pandemia contribuindo para minimizar os impactos na saúde e bem-estar dos idosos? Os resultados mostraram que os idosos são os mais vulneráveis aos agravos da doença, devido às suas condições físicas. Além disso, eles enfrentam impactos físicos e mentais, situações de violência e dificuldades no acesso às redes de informação. Esse foi um período complexo e desafiador para manter os princípios de assistência na saúde dos idosos. É necessário maior atenção e cuidado com esse grupo populacional. É importante reconhecer que as demandas na área de saúde dos idosos requerem uma análise especial, devido às suas características e custos mais elevados. É necessário formular novas concepções de assistência à saúde da população idosa, que respeitem suas especificidades e peculiaridades. Em relação à pandemia de COVID-19, os idosos ficaram mais vulneráveis aos agravos da doença, enfrentando impactos físicos e mentais, situações de violência e dificuldades no acesso às redes de informação. É fundamental que implementem ações de saúde voltadas para o idoso saudável, bem como programas qualificados para os já doentes considerando melhorias na assistência domiciliar aos idosos, visando garantir uma maior qualidade de vida para essa população.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Idoso. COVID-19. Saúde. Bem-Estar.

ABSTRACT

This study aimed to verify whether public policies to minimize the impacts of the pandemic on the health and well-being of the elderly were adequate and effective during the pandemic. Based on an exploratory, descriptive and bibliographic qualitative research, this study highlights the importance of the National Policy for the Elderly, the National Health Policy for the Elderly and the Statute for the Elderly in guaranteeing the rights and protection of the

³ **Graduação:** Direito pela Universidade Gama Filho; **Pós-graduação:** - EaD e as Tecnologias Educacionais pela Unopar; **Pós-graduação:** Direito Civil e Processual Civil com capacitação para ensino no Magistério Superior pela Faculdade de Direito Damásio de Jesus. **Mestrado:** Direito pela Universidad de Desarrollo Sustentable – UDS-PY; olliviergregoadvogados@gmail.com

elderly in Brazil, considering that in In relation to the COVID-19 pandemic, the elderly are the most vulnerable to the aggravations of the disease, facing physical and mental impacts, situations of violence and difficulties in accessing information networks. The research problem consists of: Were public policies adequate and effective during the pandemic, contributing to minimize the impacts on the health and well-being of the elderly? The results showed that the elderly are the most vulnerable to the aggravations of the disease, due to their physical conditions. In addition, they face physical and mental impacts, situations of violence and difficulties in accessing information networks. This was a complex and challenging period to maintain the principles of health care for the elderly. Greater attention and care is needed with this population group. It is important to recognize that the demands in the health area of the elderly require a special analysis, due to their characteristics and higher costs. It is necessary to formulate new conceptions of health care for the elderly population, which respect their specificities and peculiarities. In relation to the COVID-19 pandemic, the elderly were more vulnerable to the aggravations of the disease, facing physical and mental impacts, situations of violence and difficulties in accessing information networks. It is essential that they implement health actions aimed at the healthy elderly, as well as qualified programs for the already sick, considering improvements in home care for the elderly, aiming to guarantee a better quality of life for this population.

Keywords: Public Policies. Elderly. COVID-19. Health. Well-being

1. INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 trouxe à tona diversas questões relacionadas à saúde e ao bem-estar da população, especialmente dos idosos, que são considerados mais vulneráveis à doença, devido a sua idade avançada e possíveis comorbidades. de COVID-19, o SUS tem desempenhado um papel fundamental na garantia de atendimento de saúde a toda a população, incluindo os idosos (PRADO, 2022).

A Política Nacional do Idoso, segundo Martins (2022) instituída criada através do Decreto 6.800/2009, é um instrumento importante para garantir direitos à população idosa e criar condições que permitam sua inclusão e participação efetiva na sociedade. Assim como a Constituição Federal de 1988 que estabelece que os Estados devem apoiar as populações mais idosas, garantindo seus direitos de participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e direito à vida. O Estatuto do Idoso (Lei n°

10.741/2003) também é uma iniciativa inovadora na garantia de direitos da pessoa idosa, fruto de forte mobilização da sociedade, essas Leis são especialmente importantes durante e após a pandemia de COVID-19, quando os idosos são os mais vulneráveis aos agravos da doença (MOREIRA, 2020).

O SUS, por sua vez, é uma política pública de cunho social que tem como objetivo garantir atendimento de saúde a toda a população, incluindo os idosos. Durante a pandemia, o SUS tem desempenhado um papel fundamental na prevenção, controle e tratamento da COVID-19, garantindo o acesso de todos à assistência médica necessária (MENDONÇA, 2022).

É importante destacar que a proteção e cuidado aos idosos durante a pandemia e pós-pandemia, devem ser uma prioridade, garantindo que eles recebam atendimento de saúde adequado e medidas de prevenção e controle da infecção. As políticas públicas, como a Política Nacional do Idoso e o SUS, são instrumentos essenciais para garantir a proteção e cuidado adequado à população idosa. É necessário que essas políticas sejam efetivas na proteção e cuidado aos idosos, garantindo sua inclusão, participação e bem-estar na sociedade.

As políticas públicas como explana Escorsim (2022), têm um papel fundamental na resposta à doença, especialmente quando se trata de grupos de maior risco, como os idosos. No entanto, essa orientação pode ser difícil de ser cumprida em diferentes arranjos familiares em que o idoso está inserido. Muitos idosos vivem em condições de vulnerabilidade social, morando com filhos ou netos em situações precárias, ou mesmo em instituições de longa permanência, onde o contato social é inevitável. Nesses casos, o distanciamento social tornou-se durante a pandemia uma recomendação impossível de ser seguida, expondo fragilidades no contexto social em que o idoso está inserido.

Como argumenta Moura (2021, p. 11), “assistência para a pessoa idosa deve ser direcionada com o objetivo de prevenção e intervenção antecipada”. A falta de condições adequadas de moradia, alimentação e

acesso a serviços de saúde pode levar a um aumento da vulnerabilidade dos idosos, tornando-os mais suscetíveis a doenças e complicações relacionadas à COVID-19 e outras doenças. Além disso, muitos idosos sofrem com a solidão e a falta de contato social, o que pode ter um impacto negativo em sua saúde mental e emocional.

Diante desse cenário, o estudo justifica-se em aprofundar a temática em relação as políticas públicas e programas que levem em consideração as especificidades da população idosa e assegurem a proteção e o bem-estar desses indivíduos. Uma vez que é preciso que a pandemia de COVID-19 evidenciou as fragilidades do contexto social em que muitos idosos estão inseridos, especialmente em relação à falta de condições adequadas de moradia, alimentação e acesso a serviços de saúde. Nesse contexto, é fundamental que sejam implementadas políticas e programas que levem em consideração as especificidades da população idosa e garantam sua proteção e bem-estar. Nesse entendimento, surge o problema da pesquisa: As políticas públicas foram adequadas e efetivas durante a pandemia contribuindo para minimizar os impactos na saúde e bem-estar dos idosos?

É importante destacar que os determinantes sociais da saúde do idoso são influenciados por fatores em diversos níveis: proximal, intermediário e distal. Isso significa que a saúde deles é afetada não apenas por aspectos individuais, mas também por fatores sociais, econômicos e ambientais. É fundamental que se leve em consideração todos esses aspectos ao planejar políticas e programas de saúde voltados para essa população, a fim de garantir que suas necessidades sejam atendidas de maneira integral e justa. Dessa forma, foi elaborado o objetivo geral do estudo: verificar se as políticas públicas para minimizar os impactos da pandemia na saúde e bem-estar dos idosos foram adequadas e efetivas durante a pandemia.

2. MUDANÇAS DE PARADIGMAS NA ANÁLISE DO ENVELHECIMENTO

Desde o início da década de 1990, Brandão (2022) observa-se uma mudança de paradigma na análise do envelhecimento e da situação do idoso, abordando ambos os temas sob a ótica dos direitos humanos. Esta abordagem tem sido amplamente endossada pelas Nações Unidas, que levanta fundamentalmente o imperativo ético e normativo de ver as pessoas idosas não como um grupo vulnerável a ser protegido, mas como titulares de direitos.

Com base neste novo critério e no atual contexto de evolução demográfica, cuja principal tendência é o acentuado envelhecimento da população, a atenção é dirigida à garantia da integridade e dignidade das pessoas idosas, o alargamento da proteção efetiva dos seus direitos humanos em condições de igualdade e sem qualquer discriminação, bem como o reforço da sua autonomia e a ética da solidariedade (MARTINS, 2022).

Num contexto comum Mendonça (2022) discorre que a todas as sociedades desenvolvidas em que o fenómeno do envelhecimento populacional tem crescente destaque, pode ser entendida como uma conquista de que as pessoas alcancem idades avançadas e, ao mesmo tempo, como um desafio que implica uma abordagem ativa e satisfatória esta fase da vida.

Para além do envelhecimento da população em geral, Prado (2022) adverte que é necessário ter em conta as características e necessidades que podem acompanhar os processos de envelhecimento das pessoas, por ser um processo complexo da vida, onde são vivenciadas mudanças físicas, psicológicas, sociais, entre outras; portanto, constitui um espaço ideal para fornecer ferramentas de intervenção que permitam compreender o fenómeno do envelhecimento e também fornecer alternativas que promovam a qualidade de vida dos idosos, a fim de criar taxonomias de cuidado que permitam maior conhecimento e, conseqüentemente, melhor cuidado.

Nessa perspectiva, Escorsim (2022) explica que se modifica a lógica de elaboração de leis, políticas e programas, pois o ponto de partida não é a

existência de pessoas com necessidades, que devem ser atendidas, mas sujeitos de direitos que vinculam o Estado e o restante da comunidade e sociedade.

A pessoa idosa, portanto, é o sujeito central do desenvolvimento e as garantias consagradas no regime universal de proteção dos direitos humanos constituem o quadro conceitual aceito pela comunidade internacional, capaz de oferecer um sistema coerente de princípios e regras para orientá-lo. Esta abordagem também permite estabelecer as obrigações dos Estados em relação aos direitos (econômicos, sociais, culturais, civis e políticos) envolvidos em uma estratégia de longo prazo.

As ações públicas e as instituições responsáveis pelo cuidado dos idosos segundo Ramos (2022) devem estar expressamente fundamentadas em normas internacionais de direitos, uma vez que são protegidas por instrumentos vinculantes de direitos humanos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e dos Direitos Políticos, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos e seu Protocolo Adicional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, entre outros.

Segundo Martins (2020, p. 9), “Estatuto do Idoso são dispositivos legais que norteiam ações, sociais e de saúde, garantem os direitos das pessoas idosas e obrigam o Estado na proteção dos mesmos”. O Estatuto do Idoso, em seu Artigo 18, no Capítulo IV em relação ao direito à saúde, diz: “As instituições de saúde devem atender aos critérios mínimos para o atendimento às necessidades do idoso, promovendo a capacitação dos profissionais, assim como orientação a cuidadores familiares e grupos de autoajuda”. Assim, estabelece especificamente a proteção dos idosos, onde os Estados se comprometem a fornecer progressivamente instalações adequadas, alimentação e assistência médica especializada aos idosos que deles carecem, criar programas de trabalho destinados a dar-lhes a

possibilidade de realizar desenvolver uma atividade produtiva e estimular a formação de organizações sociais que melhorem sua qualidade de vida.

Os direitos dos idosos, no entanto, não foram padronizados em um instrumento vinculante como ocorre com outros grupos sociais: mulheres, crianças e pessoas com deficiência. Nesse sentido, a jurisprudência e a doutrina dos comitês de tratados desempenham um papel importante no avanço da compreensão dos direitos na velhice.

Nesse novo paradigma do envelhecimento, a expectativa é que as pessoas vivam mais e com qualidade de vida, tendo a oportunidade de continuar contribuindo para a sociedade e mantendo sua autonomia e independência. O envelhecimento ativo e saudável é importante não apenas para o indivíduo, mas também para a sociedade como um todo, pois a população idosa pode desempenhar um papel significativo no desenvolvimento econômico e social.

É importante que as políticas públicas estejam alinhadas com esse novo paradigma do envelhecimento, fornecendo recursos e suporte adequados para promover a saúde e o bem-estar dos idosos. Isso pode incluir a implementação de programas de atividade física e mental, a promoção de atividades sociais e culturais e o incentivo à participação social e comunitária. Além disso, é fundamental que as políticas públicas considerem as necessidades específicas da população idosa, como cuidados de saúde especializados e medidas de proteção e prevenção durante a pandemia de COVID-19.

Portanto, o novo paradigma do envelhecimento tem como objetivo promover o envelhecimento ativo e saudável, aumentando a expectativa de vida saudável e contribuindo para o desenvolvimento econômico e social. As políticas públicas devem estar alinhadas com esse paradigma, fornecendo suporte e recursos adequados para promover a saúde e o bem-estar dos idosos e considerando suas necessidades específicas.

2.1. A legislação e as políticas sobre o envelhecimento

A Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa é um instrumento importante para garantir o acesso à saúde e a qualidade de vida da população idosa. Recentemente, essa política foi atualizada, levando em consideração o Pacto pela Saúde e suas Diretrizes Operacionais para consolidação do SUS. (MIRANDA *et al.*, 2020).

A Política Nacional Idoso e o Estatuto do Idoso são importantes dispositivos legais que, segundo Escorsim (2022) têm como objetivo garantir os direitos das pessoas idosas e a proteção do Estado em relação a esse grupo populacional. No entanto, para que essas políticas públicas sejam efetivamente implementadas, é fundamental que haja a participação consciente, ética e cidadã de todos os envolvidos.

Isso significa que, conforme Faleiros (2020), o Estado deve fornecer os recursos e as condições necessárias para garantir o acesso à saúde, a assistência social, a educação e outros direitos previstos na legislação. Os profissionais da saúde, por sua vez, devem estar capacitados e comprometidos em atender às necessidades específicas da população idosa, oferecendo um atendimento de qualidade e humanizado.

Os idosos, conforme expõem Mendonça (2022), por sua vez, devem se engajar em atividades que promovam a saúde e o bem-estar, como a prática de exercícios físicos, a alimentação saudável e a participação em atividades sociais e culturais. Além disso, é importante que eles sejam conscientes de seus direitos e reivindiquem sua proteção, quando necessário.

O envelhecimento populacional segundo Martins (2022) é uma realidade mundial, e o Brasil não está fora dessa tendência. Com o aumento da expectativa de vida, a população idosa cresce, o que traz desafios para a saúde pública. A maioria dos idosos apresenta doenças crônicas, que requerem atenção especial e tratamento adequado.

A PNSPI de acordo com Guedes (2020), reafirma a necessidade de enfrentar esses desafios impostos pelo processo de envelhecimento, e destaca a escassez de equipes multiprofissionais e interdisciplinares com conhecimento em envelhecimento e saúde da pessoa idosa como um dos principais problemas.

[...] a atualização da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa é um passo importante para garantir o acesso à saúde e a qualidade de vida da população idosa. É fundamental que as políticas públicas forneçam suporte e recursos adequados para garantir a formação de equipes multiprofissionais e interdisciplinares com conhecimento em envelhecimento e saúde da pessoa idosa, além de continuar aprimorando essa política para garantir o acesso à saúde e a qualidade de vida da população idosa (GUEDES, 2020, p. 53).

Para enfrentar esses desafios, o autor coloca que é importante que as políticas públicas forneçam suporte e recursos adequados para garantir a formação de equipes multiprofissionais e interdisciplinares com conhecimento em envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Isso pode incluir a implementação de programas de formação e treinamento para profissionais de saúde, bem como a alocação de recursos financeiros para garantir o funcionamento dessas equipes.

Além disso, Torres (2022) discorre que é fundamental que a PNSPI continue a ser atualizada e aprimorada para garantir o acesso à saúde e a qualidade de vida da população idosa. As políticas públicas devem ser sensíveis às necessidades específicas da população idosa e garantir que as equipes de saúde tenham os recursos e o conhecimento necessários para atender a essas necessidades.

A legislação e as políticas sobre o envelhecimento descrito por Mendonça (2022), devem promover e proteger os direitos e liberdades fundamentais na velhice. Para que se concretizem, é necessário que os poderes políticos estabeleçam os meios e recursos com os quais serão efetivados, como a constitucionalização de direitos, a criação de leis e políticas especiais de proteção ou planos de ação para garantir os direitos das pessoas. Da mesma forma, é necessário alocar orçamentos que financiem as disposições normativas e políticas com as quais um país se compromete.

Segundo explica Escorsim (2022), os idosos são suscetíveis de discriminação em termos de direitos, recomendando que:

[...] Os Estados que: i) revisem sua legislação e eliminem qualquer discriminação de jure ou de facto; ii) promulgar regulamentos que protejam os idosos contra a discriminação e iii) estabelecer medidas de discriminação positiva quando as oportunidades dos idosos forem equiparadas a outros grupos sociais no gozo de certos direitos (ESCORSIM, 2022, p. 89).

Embora o critério progressivo reconheça que nem todos os direitos podem ser plenamente realizados em um curto período de tempo, isso não significa que o Estado possa adiar indefinidamente sua realização ou que o faça uma vez alcançado um determinado nível de desenvolvimento econômico. A progressividade também implica uma obrigação de resultados, pelo que o Estado deve demonstrar avanços quantitativos e qualitativos no processo de concretização plena dos direitos. Em suma, os Estados devem planejar as medidas necessárias para tornar efetivos os direitos dos idosos, uma vez que sua efetivação progressiva requer metas, indicadores e referenciais para sua efetivação.

A inclusão da proteção do idoso na legislação brasileira segundo Miranda (2020), é um importante passo para garantir os direitos dessa população. No entanto, como destaca Faleiros (2016), ainda há muito a ser feito para que essas políticas públicas sejam efetivamente implementadas e as ações sejam mais articuladas e abrangentes.

Para Prado (2022), isso significa que as políticas públicas devem abranger não apenas a proteção legal, mas também ações concretas que promovam o acesso à saúde, assistência social, educação e outros direitos previstos na legislação. Além disso, é fundamental que essas políticas sejam implementadas de forma integrada e articulada, envolvendo diferentes setores e instituições para garantir a efetividade das ações.

O envelhecimento populacional como aponta Manna *et al.* (2020), é uma realidade mundial, e o Brasil não está fora dessa tendência. Com o aumento da expectativa de vida, a população idosa cresce, o que traz desafios

para a saúde pública. É necessário que as políticas públicas sejam sensíveis às necessidades específicas da população idosa e garantam que as equipes de saúde tenham os recursos e o conhecimento necessários para atender a essas necessidades. Além disso, é importante que a sociedade em geral reconheça a importância dos idosos e valorize sua experiência e sabedoria. A inclusão social e a participação ativa na comunidade podem contribuir para uma vida mais saudável e plena na terceira idade.

Portanto, embora a inclusão da proteção do idoso na legislação brasileira seja um passo importante, ainda há muito a ser feito para garantir a efetividade das políticas públicas. É fundamental que as ações sejam mais articuladas e abrangentes, envolvendo diferentes setores e instituições, e que a sociedade em geral valorize e reconheça a importância dos idosos em nossa sociedade.

2.2. Direito à saúde dos idosos durante e pós-pandemia da COVID-19

Em 2020, a declaração de pandemia por COVID-19 impulsiona mudanças relevantes no cotidiano da população mundial. Entre outros aspectos, tornaram-se visíveis as desigualdades estruturais a que estão expostos os grupos mais vulneráveis, bem como as condições díspares para enfrentar a emergência sanitária e suas consequências. Nesse cenário, surgem múltiplos desafios em relação à atenção à saúde do idoso. A nova realidade intensificou as demandas dentro das famílias e o cuidado ganhou uma centralidade inédita.

O Estatuto do Idoso representa um grande avanço da legislação brasileira iniciado com a promulgação da Constituição de 1988, a qual engloba esforços para mobilização de todos na estratégia de efetivar no País um “Pacto pela Vida”, por isso, está amparado pelo Art 2º:

Art. 2.º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros 7 meios, todas as

oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade

O Art. 2º, que garante que o idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, na preservação de sua saúde física e mental, no entanto, a pandemia de COVID-19 trouxe novos desafios para a atenção à saúde do idoso no Brasil. Com o aumento da vulnerabilidade e do risco de contágio, Moreira (2020) coloca que muitos idosos se viram isolados e sem acesso a serviços de saúde adequados. Nesse sentido, é preciso garantir que o Estatuto do Idoso seja cumprido integralmente, assegurando aos idosos o acesso aos serviços de saúde de forma segura e adequada, mesmo após a pandemia.

Para tanto, Ramos (2022) argumenta que é necessário que sejam desenvolvidas estratégias específicas para a atenção à saúde do idoso, tais como a implementação de medidas de proteção sanitária para os idosos em instituições de longa permanência, a oferta de serviços de saúde domiciliares para os idosos que não podem sair de casa e a priorização do atendimento aos idosos em hospitais e postos de saúde.

Além disso, Catão e Rocha (2021) mencionam que é preciso promover ações para o cuidado e o bem-estar dos idosos, tais como a oferta de atividades físicas e culturais adaptadas às necessidades dos idosos e a criação de redes de apoio e suporte para os idosos em situação de vulnerabilidade social. Dessa forma, a atenção à saúde do idoso pós-pandemia deve ser uma prioridade para as autoridades públicas e para a sociedade como um todo, com o objetivo de garantir o cumprimento integral do Estatuto do Idoso e a promoção da dignidade e dos direitos fundamentais dos idosos no Brasil.

Os idosos, como afirma Nossa (2020), declarados grupo de risco, depararam-se com a necessidade de serem assistidos pela recomendação de “ficar em casa”, que visava evitar o contágio. Essa situação possibilitou uma condição de dependência, ainda que não o fosse, agravou a necessidade de apoio e reforçou estereótipos que associam a velhice à fragilidade. As formas de enfrentamento da possibilidade de não sair de casa variam de acordo com

sexo, idade, nível socioeconômico, autoestima, local de residência e rede de apoio que possuem. Esses fatores são alguns marcadores de desigualdades que posicionam as pessoas de maneiras diferentes para lidar com o mesmo fenômeno.

[...] A fragilidade de alguns idosos condiciona a sua fraca resposta imunitária, e a diminuição da reserva funcional, o que implica uma diminuição da capacidade intrínseca e da resiliência. Além dos problemas de saúde causados pela doença e dos medos que ela desperta, as relações interpessoais mudaram drasticamente desde o confinamento (TORRES, 2022, p. 55).

Nesse sentido, Giovanella *et al.* (2022), a saúde psicológica e emocional das pessoas idosas está sendo seriamente afetada, e os efeitos semelhantes aos do estresse pós-traumático que podem ser duradouros. Estar com os entes queridos, principalmente em situações dolorosas, na admissão em unidades de terapia intensiva ou no final da vida, para citar alguns exemplos, tornou-se difícil ou impossível em muitos casos.

Os idosos com doenças crônicas e em situação de dependência são um grupo particularmente vulnerável e com mau prognóstico face à COVID-19, sendo uma população prioritária para iniciativas de confinamento e distanciamento social para evitar o contágio por SARS-CoV-2. Segundo, Guedes (2020), o direito à saúde dos idosos é um dos mais afetados pela pandemia da Covid-19, segundo relatório assinado pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) e outras entidades. Isso ocorre porque grande parte da população idosa possui uma ou mais doenças crônicas não transmissíveis, como hipertensão arterial, diabetes, asma e doença pulmonar obstrutiva crônica, o que aumenta a vulnerabilidade a quadros mais graves da doença.

Além disso, Nossa (2020) explica que o distanciamento social, medida fundamental para reduzir a transmissão do vírus, limita o acesso dos idosos aos serviços de saúde para acompanhamento regular, o que pode agravar ou descompensar condições clínicas preexistentes. Isso cria um desafio para a gestão pública da saúde, que precisa encontrar formas de garantir o acesso dos idosos aos serviços de saúde e promover a prevenção de doenças.

Nesse sentido, Giovanella *et al.* (2022) discorre que é fundamental que as políticas públicas sejam adaptadas para garantir o acesso dos idosos aos serviços de saúde de forma segura, promovendo medidas para minimizar os riscos de contágio pelo vírus. Além disso, é importante investir em campanhas de conscientização para que os idosos possam se cuidar e tomar medidas preventivas para evitar a infecção pela Covid-19.

Conforme aponta Romero (2021), é importante destacar a necessidade de um olhar mais cuidadoso para a população idosa em todas as políticas públicas. É preciso garantir que os idosos tenham seus direitos preservados e sejam incluídos de forma plena na sociedade, de forma que possam viver com dignidade e qualidade de vida.

Apesar de serem considerados um grupo mais vulnerável à Covid-19, Escorsim (2022) menciona que os idosos podem apresentar resiliência e manter sua saúde mental e bem-estar diante das condições adversas da pandemia. No entanto, é fundamental que as políticas públicas estejam atentas às suas necessidades e ofereçam proteção e cuidado para promover sua saúde e diminuir o sofrimento psíquico inerente à situação de ameaça e isolamento.

Nesse sentido, Prado (2022) coloca que é necessário um cenário mais amplo de cuidado aos idosos, que contemple ações para prevenir e tratar doenças, promover o envelhecimento saudável e a autonomia, e garantir o acesso aos serviços de saúde e assistência social. Além disso, é importante que essas políticas sejam desenvolvidas de forma integrada, envolvendo diversos setores da sociedade, para garantir um cuidado integral aos idosos.

Para Martins (2022), é preciso, ainda, valorizar a sabedoria dos idosos e sua experiência de vida, reconhecendo que eles podem contribuir de forma significativa para a sociedade. Para isso, é necessário combater o preconceito etário e promover a inclusão social dos idosos, garantindo que

eles possam participar ativamente da vida em comunidade e ter seus direitos preservados.

Portanto, é fundamental garantir um cuidado integral aos idosos durante a pandemia da COVID-19 e pós-pandemia e em todas as políticas públicas. Isso inclui ações de prevenção e tratamento de doenças, promoção da autonomia e envelhecimento saudável, acesso aos serviços de saúde e assistência social, valorização da sabedoria e experiência dos idosos, e combate ao preconceito etário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados obtidos neste estudo, pode-se concluir que as políticas públicas para minimizar os impactos da pandemia na saúde e bem-estar dos idosos precisam ser constantemente utilizadas e revistas. Os idosos representam um grupo mais vulnerável e exigem atenção especial em relação à prevenção e tratamento de doenças, promoção da autonomia e envelhecimento saudável, acesso aos serviços de saúde e assistência social, valorização da sabedoria e experiência dos idosos, e combate ao preconceito etário.

A Política Nacional do Idoso, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa e o Estatuto do Idoso são dispositivos legais que norteiam ações sociais e de saúde e garantem os direitos das pessoas idosas. No entanto, a implementação dessas políticas precisa ser mais efetiva e articulada, com maior participação dos envolvidos e interessados em viver envelhecendo de modo mais saudável possível.

É importante reconhecer que as demandas na área de saúde dos idosos requerem uma análise especial, devido às suas características e custos mais elevados. É necessário formular novas concepções de assistência à saúde da população idosa, que respeitem suas especificidades e peculiaridades.

Conclui-se, que é fundamental garantir um cuidado integral aos idosos durante a pandemia da COVID-19 e pós-pandemia e em todas as políticas públicas. Isso inclui ações de prevenção e tratamento de doenças, promoção da autonomia e envelhecimento saudável, acesso aos serviços de saúde e assistência social, valorização da sabedoria e experiência dos idosos, e combate ao preconceito etário. É necessário implementar medidas para melhorar a assistência domiciliar aos idosos, visando garantir uma maior qualidade de vida para essa população.

REFERÊNCIAS

ALVES, A.; MAGALHÃES, I. Implicações na saúde mental de idosos diante do contexto pandêmico da COVID-19. *Revista Enfermagem Atual In Derme*, v. 93, p. e020005, 17 ago. 2020. Disponível em: <http://revistaenfermagematual.com.br/index.php/revista/article/view/774/675>. Acesso, 2023.

BARROS, Marilisa Berti de Azevedo et al. **Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19.** *Epidemiol. Serv. Saúde* [online]. 2020, vol.29, n.4 [citado 2023-04-30], e2020427. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742020000400021&lng=pt&nrm=iso>. Epub 20-Ago-2020. ISSN 1679-4974. <http://dx.doi.org/10.1590/s1679-49742020000400018>.

BRANDÃO, Renata Ferraz Alves Dos Santos. **Saúde Mental De Pessoas Idosas Frente A Pandemia De COVID-19: UMA REVISÃO NARRATIVA** de bacharel em Enfermagem pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia-GO 2022. <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/4046/1/Sa%C3%BAde%20mental%20de%20pessoas%20idosas%20frente%20a%20pandemia%20de%20Covid-19%20uma%20revis%C3%A3o%20narrativa.pdf>. Acesso, 2023.

CANALI, A. L. P.; SCORTEGAGNA, S. A. Agravos à saúde mental de pessoas idosas frente a COVID-19. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 7, p. e50210716947- e50210716947, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/16947>. Acesso, 2023.

CATÃO, Fátima Fernandes; ROCHA, Kátia Karolina Rodrigues. **Políticas públicas e direitos humanos por idosos em serviço de convivência.** *Psicol. rev. (Belo Horizonte)*, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 909-923, ago. 2021. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682019000200033&lng=pt&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2019v25n2p909-923>. Acesso, 2023.

ESCORSIM, S. M. **O envelhecimento no Brasil: aspectos sociais, políticos e demográficos em análise.** *Serviço Social & Sociedade*, 142(1), 427-446. Recuperado em 28 janeiro, 2022, de: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.258>. Acesso, 2023.

FALEIROS, V. P. Envelhecimento no Brasil do Século XXI: transições e desafios. *Argumentum*, 6(1), 6-21, 2020, de: <https://doi.org/10.18315/argumentum.v6i1.7952>. Acesso, 2023.

GIOVANELLA, L., *et al.* **Desafios da atenção básica no enfrentamento da pandemia de covid-19 no SUS.** Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz, Editora Fiocruz, , pp. 201-216. Informação para ação na Covid19 series. ISBN: 978-65-5708-123-5. 2022. <https://doi.org/10.7476/9786557081587.0013> Acesso, 2023.

GUEDES, M. B. O. G. **Apoio social e o cuidado integral à saúde do idoso.** *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 27(4), 1185-1204. 2020, de: <https://doi.org/10.1590/s0103-73312017000400017>. Acesso, 2023.

MANNA, R. E., **Imaginário coletivo de idosos participantes da rede de proteção e defesa da pessoa idosa.** *Saúde e Sociedade*, 27(4), 987-996, 2020, de: <https://doi.org/10.1590/s0104-12902018180888>. Acesso, 2023.

MARTINS, J. S. **Políticas públicas de atenção à saúde do idoso: reflexão acerca da capacitação dos profissionais da saúde para o cuidado com o idoso.** *Revista Brasileira De Geriatria E Gerontologia*, 10(3), 371-382, 2022. <https://doi.org/10.1590/1809-9823.2007.10039>. Acesso, 2023.

MATTA, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., and SEGATA, J., eds. **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia** [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, 221 p. Informação para ação na Covid-19 series. ISBN: 978-65-5708-032-0. <https://doi.org/10.7476/9786557080320>

MENDONÇA, J. M. B., **O sentido do envelhecer para o idoso dependente.** *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(1), 57-65, 2022, de: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020261.32382020>. Acesso, 2023.

MIRANDA, G. M. D.; **Population aging in Brazil: current and future social challenges and consequences.** *Rev. bras. geriatr. gerontol.* 2016, vol. 19, no. 3, pp. 507-519, ISSN: 1981-2256 [viewed 8 January 2020]. DOI: [10.1590/1809-98232016019.150140](https://doi.org/10.1590/1809-98232016019.150140). Available from: <http://ref.scielo.org/mkvhd8> Acesso, 2023.

MOREIRA, R. S. P. **Percepção dos estudantes sobre o idoso e seus direitos: o caso da saúde.** Revista Gaúcha De Enfermagem, 30(4), 685–691. 2020, <https://doi.org/10.1590/S1983-14472009000400015>. Acesso, 2023.

NOSSA, P. N. **Envelhecimento, financiamento e inovação nos sistemas de saúde: uma discussão necessária para a manutenção do direito à saúde.** Saúde e Sociedade, 29(2), 1-14. Recuperado em 01 novembro, 2020, de: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020200081>. Acesso, 2023.

PRADO, Nilia Maria de Brito Lima et al. **Respostas governamentais heterogêneas no enfrentamento da pandemia da COVID-19** por países da América Latina. Ciência & Saúde Coletiva [online]. v. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232023283.11582022>>. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232023283.11582022>. Acesso, 2023.

RAMOS, Paulo Roberto Barbosa. **Direito à velhice: a proteção constitucional da pessoa idosa.** In: Pessoa Idosa e Pessoa Portadora de Deficiência: da Dignidade Necessária. Coleção Do Averso ao Direito. CEAF, 2022.

REEVES, A. **The political economy of austerity and healthcare: cross-national analysis of expenditure changes in 27 European nations 1995-2011.** *Health Policy.*, vol. 115, no. 1, pp. 1-8, ISSN: 0168-8510 [viewed 8 January 2020]. DOI: [10.1016/j.healthpol.2013.11.008](https://doi.org/10.1016/j.healthpol.2013.11.008). Available from: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0168851013003059?via%3Dihub>. Acesso, 2023.

ROCHA, S. V. et al. A pandemia de COVID-19 e a saúde mental de idosos: possibilidades de atividade física por meio dos Exergames. Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde, v. 25, p. 1-4, 2020. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/14424/11073>. Acesso, 2023. LIMA, R. C. (2020). Distanciamento e isolamento sociais pela Covid-19 no Brasil: impactos na saúde mental. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 30(2), e300214

ROMERO, D. E., **Idosos no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil: efeitos nas condições de saúde, renda e trabalho.** *Cadernos De Saúde Pública*, 2021., 37(3), e00216620. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00216620>. Acesso, 2023.

SILVA, D. C.; DONOSO, M. T. V.; BARBOSA, J. A. G. Assistência de enfermagem a idosos com Covid-19: revisão de escopo. Brazilian Journal of Health Review, v. 4, n. 3, p. 14275-14290, 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/32130>. Acesso, 2023.

TORRES, Alessandra; FELIX. **Escolhas de Sofia e a pandemia de COVID-19 no Brasil: reflexões bioéticas.** *Rev. Bioética y Derecho* [online]. 2020, n.50 [citado 2023-04-29], pp. 333-352, 2022. Disponible en: <http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1886-

58872020000300020&lng=es&nrm=iso>. Epub 23-Nov-2020. ISSN 1886-5887. Acceso, 2023.

XIANG, Y.T. et al. Timely mental health care for the novel coronavirus, 2021. outbreak is urgently needed. *Lancet Psychiatry*. 2020; 7:228-9. Acceso, 2023.

A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA O FUTURO PROFESSOR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DOS ANOS INICIAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Maria do Socorro Facundes Fontenelle⁴

RESUMO

O estágio na formação dos professores, oferece subsídios práticos que somada a toda a teoria estudada na universidade, faz a diferença no processo ensino-aprendizagem, diante disso o objetivo geral deste estudo é analisar a importância do estágio para o futuro professor da rede municipal de ensino e como objetivos específicos : Destacar as políticas públicas do ensino da rede municipal de ensino; mostrar a formação do professor; explicar a importância do estágio supervisionado para o futuro professor da rede municipal de ensino. Metodologia: a pesquisa é de cunho qualitativo com base em material bibliográfico. O estágio é muito relevante para o futuro professor, pois é o momento de unir a teoria versus a prática, também é essencial para que o docente possa desenvolver suas técnicas e suas habilidades profissionais. O estágio a partir da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), ganhou novos horizontes, pois esta lei estabelece não somente as normas, mais também, a duração da carga horária dos cursos de formação para o professor do ensino básico no Brasil.

Palavras Chaves: Estágio Supervisionado. Professor. Rede Municipal de ensino.

ABSTRACT

The internship in teacher training offers practical subsidies that, added to all the theory studied at the university, makes a difference in the teaching-learning process. teaching and as specific objectives: To highlight the public teaching policies of the municipal education network; show teacher training; explain the importance of the supervised internship for future teachers in the municipal education network. Methodology: the research is qualitative based on bibliographic material. The internship is very relevant for the future teacher, as it is the time to unite theory versus practice, it is also essential for teachers to develop their techniques and professional skills. The internship from the Law of Guidelines and Bases (LDB), gained new horizons, as this law

⁴ **Graduação:** Licenciatura Plena em História/Universidade Federal do Amazonas-UFAM. **Pós-graduação:** Psicopedagogia/Faculdade Martha Falcão; **Mestrado:** Ciências Sociais/Universidade De La Integracion de Las Américas-UNIDA. maria.fontenelle@semed.manaus.am.gov.br

establishes not only the norms, but also the duration of the workload of the training courses for the teacher of basic education in Brazil.

Keywords: Supervised Internship. Teacher. Municipal education network.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem o objetivo de discorrer sobre a importância do Estágio na formação dos professores, oferecendo subsídios práticos que somada a toda a teoria estudada na universidade, faz a diferença no processo ensino-aprendizagem.

As políticas públicas que abarcam a temática são de grande relevância para que o processo de estágio possa acontecer de acordo com as suas diretrizes, bem como, a junção da teoria e a prática no campo de estágio.

Para tanto, é necessário que os alunos dos cursos da área de educação, futuros professores, busquem uma preparação técnica e pedagógica adequada para atuar com desenvoltura no seu estágio, tornando-se fundamental para a futura profissão, neste caso os estudantes dos cursos de Pedagogia e Letras Libras, mais especificamente, são de suma importância para mediar os alunos, que estão presentes nos anos iniciais, das escolas da rede municipal de ensino.

O estágio supervisionado proporciona ao aluno a junção da teoria à prática, ou seja, momento em que o futuro profissional precisa aprender e tirar as suas dúvidas, para que no futuro possa colocá-lo em prática, contudo, a não realização deste, faz com que o profissional chegue na sala de aula e enfrente diversos desafios, devido a sua falta de experiência no que se refere a ministrar aulas, bem como, aos diversos entraves que acontecem no dia a dia do professor.

Diante do exposto, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a importância do estágio para ao futuro professor da rede municipal

de ensino e como objetivos específicos: Destacar as políticas públicas do ensino da rede municipal de ensino; mostrar a formação do professor; explicar a importância do estágio supervisionado para o futuro professor da rede municipal de ensino.

Para responder os objetivos propostos e a metodologia utilizada foi de cunho bibliográfico, baseada em livros, artigos e revistas já publicadas, de acordo com a temática. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo.

O presente trabalho está estruturado com as seguintes temáticas: A Rede Municipal de Ensino: uma breve Contextualização; As políticas públicas da Rede Municipal de Ensino; A formação do professor; Legislação do Estágio Supervisionado e a A importância do Estágio para o futuro professor da Rede Municipal de Ensino, finalizando com as Considerações Finais e as Referências.

2. REDE MUNICIPAL DE ENSINO: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nas escolas municipais de ensino, destaca-se o ensino da educação infantil, ou seja, as séries iniciais da Educação Básica que são garantidas pela Lei Municipal, cabendo ao município a responsabilidade do ensino, conforme estabelece a Emenda Constitucional.

Público atendido na Rede Municipal de Ensino:

[...] Nas escolas municipais o público atendido é educação infantil (Creches e pré-escolas) e séries iniciais no ensino fundamental, assim como o previsto na Lei Orgânica Municipal em seu artigo 147, “parágrafo 1º - O Município atuará prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar” e outros reguladores também orientam essa divisão na organização dos níveis de ensino, como por exemplo, o PNE (2014/2024) e a Emenda Constitucional nº 14, DE 12 de setembro de 1996, que estabelece em parágrafo segundo, que “Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil” (SILVA, *et al* 2018, p. 21).

Conforme o ordenamento legal brasileiro para a Educação Básica, uma das responsabilidades da administração municipal (Prefeituras) é prover

as condições necessárias para que os programas de formação inicial ou de capacitação em serviço dos professores que atuam na modalidade Ensino Fundamental I, ocorra independente do vínculo trabalhista no qual estão vinculados os docentes que atuam nas redes municipais de ensino, cabendo à União as diretrizes a respeito do assunto (DOS SANTOS e PEQUENO, 2018, p.2). Ainda segundo as autoras, o financiamento e a assessoria para implantação das diversas ações decorrentes dos respectivos projetos pedagógicos de cada ente federado, sempre em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Educação (2014 a 2024).

A Constituição Federal de 1988 já indicava que vencida a etapa das garantias do acesso ao ensino básico, o atendimento do direito à educação dos alunos pressupõe o aprendizado das competências que viabilizem “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

A Constituição também garantiu o acesso ao ensino básico, ensino este que garante não só o preparo para a cidadania, como também para uma mão de obra qualificada, ou seja, prepara este cidadão para o mercado de trabalho, que por sua vez está cada vez mais competitivo.

2.1. Políticas Públicas da Rede Municipal

O sistema de ensino da rede pública municipal é assegurado pelas suas diretrizes, bem como, seu estatuto que direciona o Plano de Carreira do Professor. Assim, na Lei de Diretrizes e Bases – LDB, ela é explicada da seguinte forma:

Art. 67 – Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes inclusive nos termos dos estatutos dos planos de cargos e carreira o magistério público: I – Ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; II – Aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico para esse fim; III - Piso salarial profissional; IV – Progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho; V – Período reservado a estudo, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho; VI – Condições adequadas de trabalho.

A Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que instituiu o Piso Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica, irá disciplinar a jornada de trabalho para o professor com 40 (quarenta) horas semanais. Pela lei do piso, um professor com uma jornada de 40 horas, tem direito ao mínimo de cerca de 13 (treze) horas de atividades sem educandos. Para quem cumpre 20 (vinte) horas semanais, mais de seis horas e meia deverão ser executadas sem alunos. Necessariamente, os sistemas de ensino devem estabelecer a quantidade de horas correspondentes à formação continuada em serviço e de modo presencial.

A educação depende de alguns fatores, nesse sentido:

[...] A educação depende da política no que diz respeito a determinadas condições objetivas como a definição de prioridades orçamentárias que se reflete na constituição-consolidação-expansão da infraestrutura dos serviços educacionais, etc.; e a política depende da educação no que diz respeito a certas condições subjetivas como a aquisição de determinados elementos básicos que possibilitem o acesso à informação, a difusão das propostas políticas, a formação de quadros para os partidos e organizações políticas de diferentes tipos, etc. (SAVIANI, 1986, p. 89).

A educação precisa ser priorizada pelos políticos, bem como, ser incluídas no orçamento municipal, para que possa ter qualidade no ensino, assim como escolas estruturadas para atender esta demanda.

De acordo Giron (2012), Investir na educação que se alinhe com os interesses e os projetos da sociedade como um todo, que promova o desenvolvimento de sujeitos com capacidade de analisar criticamente a realidade e transformá-la (de forma a garantir igualdade social), é urgente, principalmente quando se deseja construir um mundo digno e humano, que privilegie o “ser” em detrimento do “ter”, que promova a solidariedade, a compaixão e o amor incondicional entre todos os povos.

Para Giron (2012), a implementação de uma educação comprometida com a mudança social tem um importante papel a cumprir, pois auxilia na promoção e aquisição de saberes e competências necessárias, para que as pessoas possam participar dos processos de deliberação e de tomada de

decisões na sociedade, resgatando o direito de serem cidadãos na plenitude da palavra.

Segundo Demo (1997), a Educação Básica deveria dar conta de atender as necessidades básicas da aprendizagem visando: à redução da pobreza; o aumento da produtividade dos trabalhadores; à redução da fecundidade; à melhoria da saúde, além de dotar as pessoas de atitudes necessárias para participar plenamente da economia e da sociedade.

Conforme Freire (1998), investir na educação básica contribuiria para formar trabalhadores mais adaptáveis, capazes de adquirir novos conhecimentos sem grandes dificuldades, atendendo assim, a nova demanda do mercado globalizado.

A educação básica, conforme Demo e Freire, deveria dar conta de contribuir para a formação básica do processo de ensino de ensino/aprendizagem, para que no futuro, este possa ter mais conhecimento e conseqüentemente participar da economia do Estado.

Para Romanowski e Martins (2015, p. 151), “ultrapassar o eixo epistemológico da teoria como guia da ação, predominante na organização curricular dos cursos de Licenciatura e trabalhar com a concepção de teoria como expressão da prática”. Assim sendo, fazer do campo da Educação Básica um espaço de problematização, análise crítica e sistematização dos conhecimentos produzidos por seus agentes no enfrentamento dos problemas, decorrentes da contradição que persiste entre a formação acadêmica recebida e a realidade da escola onde atuam, com o apoio das políticas públicas existentes.

2.2. Formação do Professor

No Brasil, durante muito tempo, a formação era praticamente inexistente, basta olhar para a legislação brasileira para perceber como foi lento o processo de reconhecimento do poder público para com esse aspecto no campo educacional. Somente com o advento da Lei de Diretrizes e Bases

de nº 5.692/71, pôde-se perceber claramente adventos de mudanças voltadas para a formação continuada dos professores (DOS SANTOS e PEQUENO, 2018, p.2).

A formação do docente vem sendo amplamente discutida nas instituições escolares, ratificando que a formação inicial e continuada do educador é um fator extremamente essencial para o processo ensino/aprendizagem dos alunos. É óbvio que, com a existência de profissionais mais qualificados, quem ganha é a sociedade em geral, possuindo cidadãos criativos, críticos e atuantes, nesse mundo cada vez mais exigente competitivo, concorrido e excludente (COSTA et al. 2019, p.15).

Segundo o art. 61 sinaliza que:

[...] A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: I – a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço; (BRASIL, 1996) art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, e curso de literatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (Redação dada pela lei nº 13,415, de 2017) (DOS SANTOS e PEQUENO, 2018, p.3).

Para Elemenoufi (2012, p.33), “a construção da identidade social e, por extensão, da profissional, é marcada por este caráter dual; dessa forma, investigar a construção da identidade profissional do professor implica investigar essas duas dimensões”, ainda segundo os autores, o contexto da situação de trabalho como elemento que interfere nas concepções do professor acerca da profissão e de sua formação e, também, como concebe a docência a partir de sua trajetória pessoal, de sua biografia.

Os professores desenvolvem sua profissionalidade, primeiro no curso de formação inicial, na sua história pessoal como aluno, nos estágios, etc., mas é imprescindível ter-se clareza de que os professores aprendem muito compartilhando sua profissão, seus problemas, no contexto do trabalho. É no exercício do trabalho que, de fato, o professor produz sua profissionalidade.

Esta é hoje a ideia-chave do conceito de formação (DOS SANTOS e PEQUENO, 2018, p. 2).

A formação de professores, durante toda sua história, enfrentou obstáculos para ser reconhecida enquanto ciência. Contudo, as preocupações atuais vão além, focando-se na formação profissional. Embora as políticas educacionais superiores determinem os programas acadêmicos, no curso de formação de professores, ainda não definem quais são os conhecimentos profissionais pretendidos pelo educador para serem construídos durante sua trajetória de formação (VAMORBIDA, 2008, p.18).

Conforme (BRASIL, 2006), o curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

A formação do docente é desafiadora, assim:

[...] O que está no cerne da questão da formação docente no tocante à prática diária é a percepção de acompanhar as mudanças com propostas educacionais que promovem uma educação transformadora para todos. Os autores sinalizam ainda que, as problemáticas sociais e culturas que hoje nossa sociedade está imersa e é expressa diariamente na figura dos alunos diante dos olhos dos professores, exige uma nova postura docente. Embora a formação docente seja muitas vezes utilizada de forma equivocada, quando entendida a partir de uma perspectiva emancipatória, sua importância, é inquestionável. Especialmente e, relação à formação continuada, a mesma é imprescindível, pois se apresenta como elemento de análise e reflexão das dificuldades enfrentadas pelo professor (a) em suas práticas profissionais. Contudo, a formação continuada nem sempre é pensada por este ângulo, sendo muitas vezes utilizada como estratégia para atrair professores (as) com o discurso da qualificação profissional. O que se percebe, concretamente, é que a formação continuada, assim como a formação inicial de professores, tem se tornado u, verdadeiro mercado, com a venda de saberes, que por serem muitas vezes aligeirados, não refletem a realidade escolar e, toda a complexidade que lhe é peculiar (ELEMENOUFI, et al. 2012, p. 51).

De acordo com Elemenoufi et al (2012, p. 79), “a formação dentro do contexto atual é o primeiro passo para um novo direcionamento em relação à

socialização da identidade profissional e valorização do professorado”. Nesse sentido, os professores da rede municipal de ensino na cidade de Manaus, tiveram a importante oportunidade em sua formação, de evidenciar as suas reais necessidades, o que eles realmente esperam expondo suas demandas de formação e ideias para melhoria do processo educacional. Assim, as metas propostas pela atual gestão parecem vir em consonância com o que foi evidenciado pelos professores, como propostas para melhorias em seu trabalho.

Segundo Gatti (2014), observa-se, por outro lado, que diferentes aspectos e problemas ligados à docência na educação básica, e à formação para esse trabalho, têm sido estudados por variados grupos, ainda segundo a autora, em perspectivas e metodologias diferenciadas, e a produção atual é relativamente grande. O que se constata nessa produção é que a maior parte tem focos bem delimitados, traduzidos por muitos estudos de caso ou estudos etnográficos e similares.

De acordo com Oliveira e Vieira (2010), o trabalho do docente na educação básica no Brasil, principalmente na rede municipal, abre também largo espectro de compreensão sobre realidades enfrentadas no trabalho das escolas municipais, permitindo entender várias questões sobre a profissionalização de professores, convergindo com muitos outros estudos de caráter mais local.

A Didática contribui muito no que se refere a formação do professor, de acordo com Libâneo (1994, p. 25), “é o principal ramo de estudos da Pedagogia que investiga os fundamentos, condições e modos de realização da instrução e do ensino”. O autor diz também que, nos dados obtidos, tanto em relação ao total de disciplinas ofertadas nas matrizes curriculares como em relação à carga horária, essa disciplina representa apenas 6% (seis por cento) do curso.

Além da formação para os professores, é muito importante também o estágio supervisionado, pois é através dele que o aluno realiza a junção da

teoria com a prática, e isso só pode acontecer se o futuro professor o realizar de acordo com sua legislação.

2.3. Legislação do Estágio Supervisionado

O Estágio se constitui como um campo de conhecimento, o que significa atribuir-lhe um estatuto epistemológico que supera sua tradicional redução à prática instrumental (PIMENTA e LIMA, 2006, p. 6). Nesse sentido, o estágio une a teoria com a prática para formar o futuro professor em sala de aula.

A Resolução CNE/CP nº 02/2002 (BRASIL, 2002), sinaliza quatrocentas horas de prática como componente curricular para todas as licenciaturas (incluída a de pedagogia) a serem vivenciadas ao longo do curso, e quatrocentas horas de estágio curricular supervisionado, a partir do início da segunda metade do curso. Essas diretrizes não são seguidas pelos cursos de licenciatura em pedagogia.

Para Pimenta e Lima (2006), que compreendem a pesquisa no estágio como método de formação dos estagiários, futuros professores. O estágio proporciona ao aluno as novas descobertas que só na prática é possível desvelar. Assim, passa a ser obrigatório para que o aluno se prepare para exercer sua profissão.

O estágio tem por objetivo desenvolver com nossos licenciados um processo de autoconhecimento, uma pesquisa de “si mesmo”, não só para que possam melhor compreender o outro, mas, sobretudo para que, gradativamente, construam sua identidade de educador. Essa compreensão nos impulsiona afirmar que os instrumentos utilizados na prática profissional resultam especificamente de alguma determinada teoria (COSTA et al. 2019, P. 15).

Ainda sobre o estágio supervisionado:

[...] O estágio supervisionado permite encontrar habilidades na prática docente que levem à segurança das ações do educador no exercício profissional, para que seja capaz de reproduzir e avançar

para transformar esse conhecimento em uma base sólida na educação. Trata-se de um ponto riquíssimo de aprendizado, pois temos muitos profissionais qualificados surgindo nessa área para dar suporte aos estagiários quando surgirem eventuais problemas. Os professores que colaboram para que o estágio aconteça esperam que adquiramos experiências e prática para abordarmos na área de estudo e na realidade vivenciada. Precisamos analisar a teoria como uma ferramenta essencial na vida do indivíduo para a consolidação da prática, pois a observação é fundamental para esse novo aprendizado de construir questões que estão relacionadas ao ato de pensar, agir, para que nosso alunado tenha perspectiva positivas, e com os olhos de quem tudo pode (alcançar) (COSTA, et al. 2019, p. 12).

O estágio supervisionado no Brasil ganhou duas leis muito importantes diante das normas da Lei de Diretrizes e Bases (LDB): a Lei do Piso Nacional do Professor (lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008), que institui o piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica; e a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008; que dispõe sobre o estágio supervisionado. “Além das leis citadas anteriormente, existe ainda o parecer nº 28/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de formação de professores da educação básica em nível superior, curso de licenciatura e de graduação plena” (COSTA, et al. 2019, p. 12).

O estágio a partir desta lei ganhou novos horizontes, pois esta, estabelece não somente as normas, mais também, a duração da carga horária dos cursos de formação para o professor do ensino básico no Brasil.

2.4. A Importância do Estágio para o futuro professor na Rede Municipal

O Estágio é muito relevante para o futuro professor, pois é o momento de unir a teoria versus a prática, também é essencial para que o docente possa desenvolver suas técnicas e suas habilidades profissionais na educação na rede municipal de ensino.

Segundo Elemenoufi (2012, p. 28), “existe ainda vivência peculiar dos primeiros tempos no ambiente de trabalho, durante os quais cada um se ajusta à lógica institucional do sistema escolar e aprende estratégias de sobrevivências cotidianas com os colegas mais experientes da profissão”.

Nesse sentido, a importância do estágio está na preparação deste profissional para o enfrentamento de diversas dificuldades na sua prática pedagógica cotidiana nas redes municipais.

Para Pimenta (2017), o estágio deve constituir-se em eixo articulador de todo o currículo, partindo da realidade existente nas escolas. Ainda segundo a autora, deveria iniciar-se no princípio do curso, olhando a realidade das escolas como objeto de pesquisa do conjunto das disciplinas, voltar à realidade propondo formas e caminhos para superação dos problemas que impedem uma educação escolar emancipatória com qualidade para todos.

Para Lima M. e Pimenta (2006), o exercício de qualquer profissão é prático, no sentido de que se trata de aprender a fazer “algo” ou “ação”. A profissão de professor também é prática. E o modo de aprender a profissão, conforme a perspectiva da imitação, será a partir da observação, imitação, reprodução, e às vezes, da reelaboração dos modelos existentes na prática, consagrados como bons. Para isso, lançam mão de suas experiências e dos saberes que adquiriram.

Como a cultura institucional interfere na formação dos professores em seu cotidiano, é importante levar em consideração o que Tardit (2002, p. 33) coloca: “[...] o saber docente se compõe de vários saberes provenientes de várias fontes. Esses saberes são os saberes disciplinares, curriculares e profissionais. Assim, a base da formação do professor pode ser muito relevante para o sucesso do professor em sala de aula.

Conforme Lima (2006, p. 35), “o mundo atual requer um novo tipo de profissional, cujos saberes sejam polivalentes e, sobretudo, amplos e sólidos, para corresponder às peculiaridades e ao caráter multifacetado da prática pedagógica”. Assim, percebe-se que a necessidade de envolver todos os sujeitos, professor da disciplina, alunos e estagiário, para construção de conhecimentos e compartilhamentos de saberes.

A união entre a teoria com a prática faz com que o profissional, ou seja, o professor do futuro esteja preparado para as multifaces da prática pedagógica, onde serão aplicadas as diversas atividades de ensino que foram aprendidas durante o período do estágio.

Conforme Almeida e Pimenta (2014, p. 32), “compreende-se o estágio e a prática numa visão de unidade, na qual ambos constituam-se numa dimensão investigativa, ou seja, a investigação fundamenta-se como instrumento”, ainda segundo a autora, para assegurar a aproximação à realidade e à possibilidade da reflexão na escola, além de desenvolver nos alunos, futuros professores, a ideia da pesquisa como princípio formativo da docência, e contribuindo no processo de construção de sua identidade docente.

[...] A Didática tem no ensino seu objeto e investigação. Considerá-lo uma prática educacional em situações historicamente situadas significa examiná-lo nos contextos nos quais se efetiva – nas aulas e demais situações de ensino das diferentes áreas do conhecimento, nas escolas, nos sistemas de ensino, nas culturas, nas sociedades – estabelecendo-se os nexos entre eles. As novas possibilidades da didática estão emergindo das investigações sobre o ensino como prática social viva (PIMENTA, 2010, p. 17).

O ensino depende do processo de interação do professor no que se refere à prática profissional, exercício este que muitas vezes é adquirido durante a sua aprendizagem de campo no estágio supervisionado.

De acordo com Lima e Pimenta (2006), a formação do professor, dar-se-á pela observação e tentativa de reprodução dessa prática modelar, assim, como um aprendiz que aprende o saber acumulado. Essa perspectiva está ligada a uma concepção de professor que não valoriza sua formação intelectual, reduzindo a atividade docente apenas a um fazer, que será bem-sucedido, no entanto, quanto mais se aproximar dos modelos que observou. Por isso, gera o conformismo, que é a conservação de hábitos, ideias, valores, comportamentos pessoais e sociais legitimados pela cultura institucional dominante.

Segundo Milanesi (2012), o estágio é um período muito importante na formação inicial de professores e esperado pelos estudantes dos cursos de licenciatura com muita expectativa. Para muitos estudantes, o único contato que tiveram até então com a sala de aula foi na condição de alunos, mas agora os papéis se invertem, tenho que assumir a função de professor, por isso esses estudantes carregam consigo muita ansiedade.

Como afirma Lima e Pimenta (2006), o estágio então, nessa perspectiva, reduz-se a observar os professores em aula e a imitar esses modelos, sem proceder a uma análise crítica, ou seja, precisa ser fundamentada teoricamente e legitimada na realidade social em que o ensino se processa, assim, a escola passa a ser o ambiente mais propício para este ensino/aprendizagem.

De acordo com Pimenta e Lima (2004), o estágio é um espaço de pesquisa que contribui para a formação da identidade docente e um espaço de ampliação e aprofundamento do conhecimento pedagógico. A identidade do futuro professor é muito importante para que este possa se reconhecer como verdadeiro docente.

Para Milanesi (2012), através do estágio, e também da universidade como um todo, incentiva os alunos dos cursos de licenciatura a fazerem visitas periódicas às escolas, onde eles desenvolvem seus estágios. Assim, são criadas as condições para que esses acadêmicos não só conheçam o seu futuro lugar de trabalho, mas que compreendam que a realidade escolar, ou seja, um espaço formal e estruturado para que as ações pedagógicas aconteçam conforme as exigências.

Segundo Pimenta (2013), o estágio curricular contribui para a desconstrução de mitos e preconceitos, pois possibilita que os estudantes tenham o seu olhar instrumentalizado com teorias que lhes permitam uma análise crítica fundamentada das situações do ensino em seus contextos.

A ótica dos alunos muda a partir desta experiência e contribui muito para que o ensino nas redes municipais possa ter qualidade e sucesso em suas

práticas de ensino/aprendizagem, pois todo esse percurso ocorre conforme pede as diretrizes do ensino no Brasil.

3. MARCO METODOLÓGICO

A presente pesquisa foi desenvolvida em duas etapas, uma de cunho bibliográfico, onde foram realizadas pesquisas acadêmicas, de forma a construir o arcabouço teórico necessário para embasamento das observações realizadas e os conhecimentos acerca da temática proposta. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo e quantitativo, onde coletou-se diversas informações que buscam medir e descrever o tema, utilizando opiniões e pontos de vistas de vários autores e coleta de dados em campo para analisar a importância do estágio obrigatório para o futuro professor da rede municipal de ensino dos anos iniciais da Educação Básica na Cidade de Manaus.

Para Sampieri, Collado e Lúcio (2013) na maioria dos estudos mistos realiza-se uma revisão exaustiva e completa da literatura apropriada para a formulação do problema, da mesma forma que é feito com pesquisas quantitativas e qualitativas.

Segundo Hair *et al.*, (2009) a etapa de preparação dos dados é considerada uma parte essencial de qualquer técnica multivariada de dados devido ao poder analítico proporcionado ao pesquisador.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados da pesquisa foram coletados através de aplicação de dois questionários, compostos por perguntas semiestruturadas, sendo uma amostra escolhida entre professores da instituição de ensino, objeto do estudo de campo e outro aplicado junto aos estagiários da mesma instituição.

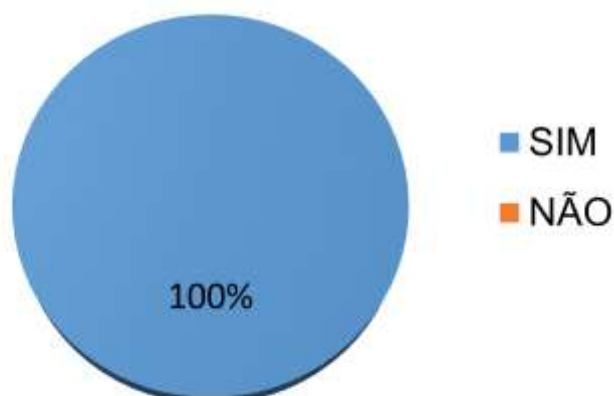
A coleta de dados ocorreu por intermédio de aplicação de questionários de pesquisa junto aos estagiários e alunos da referida escola. Os questionários foram entregues aos participantes em formato eletrônico, por E-mail e em alguns casos por aplicativo WhatsApp. Foram entrevistados 18 (Dezoito) pessoas, sendo 12 (doze) estagiários e 06 (seis) professores da Escola André Vidal.

Para Mesquita; França (2011) o professor é a figura responsável por orientar o estudante na construção da ligação entre o saber e o conhecimento teórico e a prática. Daí a relevância do professor reconhecer a importância do estágio para os estagiários

Esta afirmação corrobora com a opinião de Gauche et al (2008) de que há a necessidade de integrar de maneira equilibrada a teoria e a prática para que se formem profissionais bem capacitados. Segundo o autor, apenas uma das experiências não é suficiente para a completa formação do profissional.

Na questão 06 “Na sua opinião, o estágio obrigatório é levado a sério por parte dos estagiários ou estes buscam apenas cumprir a carga horária necessária para obtenção do diploma?”, todos os 6 entrevistados (100,0%) responderam que SIM.

Gráfico 04: Opinião dos professores quanto a seriedade dos estagiários.



Fonte: O próprio autor, 2020.

De acordo com o Gráfico acima, 100% dos professores entrevistados entendem que os estagiários levam a sério o aprendizado prático no estágio, prepara-os para a sua práxis pedagógica, e viabilizando o desenvolvimento de suas competências profissionais, o que contribui de forma significativa para a inserção dos mesmos para o mercado de trabalho.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo apresentou a importância do estágio supervisionado, de acordo com marco legal e bibliografia pertinente ao assunto, que são de suma importância para a construção e formação do futuro professor.

A formação para os professores é muito importante, contudo, o estágio supervisionado, faz parte desta formação, pois é através dele que o aluno realiza a junção da teoria com a prática.

Diante da lei municipal de ensino, cabe ao município a responsabilidade de garantir o ensino para as crianças do ensino fundamental, pois é um direito que precisa ser efetivado por parte do mesmo.

A escola passa a ser o ambiente mais propício para o estágio, pois é nele que o aluno aprende todo o processo de ensino/aprendizagem que irá aplicar em sala de aula quando estiver exercendo sua profissão.

O estudo é de grande relevância para a sociedade, pois a discussão levantada nesta pesquisa pode contribuir para futuras pesquisas voltadas para esta temática, apoiando-se nos grandes autores que sinalizam a realidade da formação dos futuros professores.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Isabel; PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Estágio supervisionado na formação docente**. São Paulo: Cortez, 2014.

BRASIL. Lei nº 9.924, de 24 de dezembro de 2006. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/prolei-financiamento-da-educacao>. Acesso em: 11 de setembro. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 2/2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da educação básica em nível superior. Brasília, DF: MEC, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Estadual da Educação. Resolução CNE/CP 1/2006. Institui diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em pedagogia, licenciatura. Brasília, DFR: MEC, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11738.htm. Acesso em: 12 de set. 2019

BRASIL. (Constituição 1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

COSTA, Valeska Cristiane Gomes et al. **O cotidiano escolar a partir do estágio supervisionado em uma escola de ensino fundamental de Alagoinha/PB**. 2019

DEMO, Pedro. *A nova LDB: ranços e avanços*. Campinas: Papirus, 1997.

DOS SANTOS, Marilena Soares Matos; PEQUENO, Alice Maria Correia. A FORMAÇÃO CONTINUADA OFERTADA NOS RETORNOS PEDAGÓGICOS PARA PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO EM BOA VISTA-RR. **Revista Expressão Católica**, v.7, n.1, p. 6-13, 2018.

ELEMENOUFI, Marcia Maria Brandão et al. **As representações sociais do trabalho docente entre os professores do ensino fundamental da rede municipal de ensino em Manaus: uma análise comparativa entre os professores dos anos iniciais e anos finais**. 2012.

FREIRE, PAULO. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GATTI, Bernardete A. Formação inicial de professores para a educação básica: pesquisas e políticas educacionais. **Estudos em Avaliação Educação**, v. 25, n. 57, p. 24-54, 2014.

GIRON, GRAZIELA Rossetto. Políticas públicas, educação e neoliberalismo: o que isso tem a ver com cidadania? **Revista de Educação PUC-Campinas**, n. 24, 2012.

LIMA, Maria da Glória Soares Barbosa. **Sujeitos e saberes movimento de autorreforma da escola**. In: **Mendes Sobrinho; José Augusto Carvalho; Marlene Araújo de (Orgs) Formação de professores e práticas docentes: olhares contemporâneos**. Belo Horizonte: Autentica, 2006, p. 35.

LIMA, M. Socorro Lucena; PIMENTA, Selma Garrido. Estágio e docência: diferentes concepções. **Póiesis Pedagógica**, v.3, n. 3 e 4, p. 5-24, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MESQUITA, S. M.; FRANÇA, S.L.B. **A importância do estágio supervisionado na inserção de alunos de graduação no mercado de trabalho**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GETÃO, 7., Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro [s.n.], 2011.

MILANESI, Irton. Estágio supervisionado: concepções e práticas em ambientes escolares. **Educar em revista**, n. 46, p. 209-227, 2012.

OLIVEIRA, D. A.; VIEIRA, L. M. F. **Sinopse do Survey Nacional: pesquisa do trabalho docente na educação básica no Brasil**. Belo Horizonte: Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente – Gestrado/FAE/UFMG, DEZ. 2010.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA Maria do Socorro Lucena. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poiesis**, Florianópolis, v. 3, nº 3 e 4, p. 5-24. 2005/2006.

PIMENTA, Selma Garrido; **Estágio e Docência**, São Paulo, Cortez Ed. 2004.

PIMENTA, Selma Garrido; Et al. **Os cursos de licenciatura em pedagogia: fragilidades na formação inicial do professor polivalente**. **Educação e Pesquisa**, v. 43, n. 1, p.15-30, 2017.

PIMENTA, Selma Garrido; Epistemologia da prática ressignificando a didática. In: FRANCO, Maria Amélia Santoro; PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Didática: embates contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2010. P. 15-41.

PIMENTA, Selma Garrido; O estágio na formação de professores: unidade entre teoria e prática. **Cadernos de pesquisa**, n. 94, p. 58-73, 2013.

ROMANOWSKI, J. P.; MARTINS, P. L. O. **Técnicas de estudo para além da dimensão do fazer. Novas tramas para as técnicas de ensino e estudo**. 1. ed. Campinas: Papirus, 2015, v. 1, p. 133-152.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M.P.B. **Metodologia de pesquisa**, 5. Ed. Porto Alegre: Penso, 2013

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1986.

SILVA, Renata Kelly Vieira da et al. **A educação física como componente curricular nas escolas da rede municipal de Santa Maria – PA**: uma análise entre a legalidade e a realidade. 2018.

TARDIF, MAURICE. **Saberes docentes e formação profissional**, 2^a. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

VALMORBIA, T. I. V.; **A formação do professor das séries iniciais: um estudo do caso 108** p. Dissertação (Mestrado em Educação Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, Santa Catarina, 2008.

A ADAPTAÇÃO DOS DOCENTES AO USO DO CELULAR EM SALA DE AULA: UM NOVO DESAFIO

Etiene dos Santos Souza Silva⁵

RESUMO

A situação de isolamento social obrigatório devido à pandemia global de COVID-19 afetou todas as esferas da vida, e a educação não tem sido exceção. Não apenas as escolas se adaptaram ao novo panorama, oferecendo instâncias virtuais de ensino, como os alunos desenvolveram práticas de estudo por meio dos dispositivos digitais. Este artigo trouxe por objetivo: Analisar os efeitos do uso consciente e planejado do celular em sala de aula. O estudo apresenta os resultados de uma pesquisa qualitativa, descritiva e bibliográfica, com o propósito de investigar as mudanças que o uso do celular nas aulas remotas gerou nas formas de estudo. Os resultados indicam que a pandemia foi um divisor de águas que mostrou que a utilização do aparelho celular em sala de aula pode ser uma ferramenta poderosa, desde que usada de forma consciente e planejada. A transformação educacional pode ser impulsionada pela TIC, e a presença do celular pode ser uma grande aliada nesse processo, cabe aos docentes adaptarem sua conduta em sala de aula para lidar com essa realidade.

Palavras-chave: TIC. Aparelho Celular. Ensino. Desempenho. Aprendizagem.

ABSTRACT

The mandatory social isolation situation due to the global COVID-19 pandemic has affected all spheres of life, and education has been no exception. Not only did schools adapt to the new scenario, offering virtual teaching instances, but students also developed study practices through digital devices. This article aimed to: Analyze the effects of the conscious and planned use of cell phones in the classroom. The study presents the results of a qualitative, descriptive and bibliographical research, with the purpose of investigating the changes that the use of cell phones in remote classes generated in the forms of study. The results indicate that the pandemic was a watershed that showed that the use of the cell phone in the classroom can be a powerful tool, as long as it is used in a conscious and planned way. Educational transformation can be driven by ICT, and the presence of cell phones can be a great ally in this process, it is up to teachers to adapt their conduct in the classroom to deal with this reality.

Keywords: ICT. Cellphone. Teaching. Performance. Learning.

⁵ **Graduação:** Licenciatura em História – UNIASSELVI (Centro Universitário Leonardo Da Vinci). Pedagogia- ESBAM (Educação Superior Batista do Amazonas). **Pós-graduação:** Psicopedagogia- GAMA FILHO. **Mestrado:** em Ciências da Educação – UNIDA (Universidad de Integracion de Las Américas)-Paraguai. **Doutorado:** Doutora em Ciências da Educação- UNIDA (Universidad de Integracion de Las Américas). eti.edu@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a presença dos dispositivos móveis inteligentes tem impactado e atravessado a vida social e suas práticas. Graças à sua condição onipresente e transportável, o celular tornou-se parte fundamental do contexto geral da "sociedade em rede". Nesse sentido, as redes se apresentam como uma estrutura que se organiza graças a um novo ambiente tecnológico-digital baseado em sua flexibilidade, adaptabilidade e capacidade de sobrevivência (ARAÚJO e MOREIRA, 2018).

A proliferação de dispositivos móveis segundo Castells (2020) transformou radicalmente o consumo de notícias, produtos e serviços, bem como os processos de ensino e aprendizagem, visto que a vida social aparece atravessada pela mediação de software, plataformas de *mídia* e as telas.

Na atualidade, os números sobre o grau de utilização dos dispositivos móveis são eloquentes e podem dar conta da relevância do problema que se coloca. Nesse sentido, o IBGE (2020) documentou, através do inquérito realizado nos domicílios do quarto trimestre de 2019, que 84,3% da população inquirida em 31 aglomerados urbanos do país tem acesso a um *smartphone*. O número cai para 51,4% quando os entrevistados respondem se possuem computador. Se observarmos os dados estratificados por idade de utilização, verifica-se que 95,9% das pessoas entre os 18 e os 29 anos utilizam um dispositivo móvel para comunicar, enquanto se esta informação for tratada tendo em conta o nível de escolaridade, os 98,5% dos entrevistados que estão cursando uma carreira de nível superior ou universitário usam um telefone celular para se comunicar, principalmente na pandemia do COVID-19. Esse percentual é o mais alto em relação a outros grupos (como aqueles com menor nível de formação acadêmica).

A presença da tecnologia é cada vez mais inserida em diversas áreas, como o entretenimento e a comunicação. Entretanto, Lopes e Pimenta (2022) mencionam, quando se trata da educação, principalmente a pública, percebe-se que muitas vezes ela não acompanha essa transformação

tecnológica. Os estudantes, por sua vez, estão altamente conectados através de seus dispositivos móveis, tendo acesso a uma quantidade imensa de informações na palma de suas mãos. O uso do celular em sala de aula sempre foi alvo de grandes debates, mas com o distanciamento social causado pela pandemia da COVID-19, a utilização desse aparelho se tornou fundamental para muitas atividades remotas.

Com a pandemia, o celular se tornou parte fundamental em diversas atividades remotas de ensino. Além disso, houve uma mudança na visão sobre a possível participação do aparelho nas aulas presenciais. A tecnologia da informação e comunicação (TIC) tem o potencial de transformar o ensino público, tornando-o mais acessível, interativo e eficaz. O uso do aparelho celular é apenas uma das ferramentas disponíveis para isso.

Se por um lado, os aparelhos podem ser ferramentas úteis no processo de ensino-aprendizagem, por outro, conforme Orlandi (2019), sua utilização inadequada pode prejudicar o desempenho dos estudantes e o ambiente da sala de aula. Nesse sentido, é importante que as instituições de ensino estabeleçam diretrizes claras sobre o uso do celular em sala de aula, a fim de orientar os professores e alunos sobre as melhores práticas. Além disso, cabe aos docentes adaptarem sua conduta em sala de aula para lidar com essa realidade.

Uma das principais preocupações é o uso excessivo do celular durante as aulas, seja para acessar redes sociais, jogos ou mensagens pessoais. Essa distração pode prejudicar o aprendizado e o desempenho dos estudantes, além de interferir na concentração da turma como um todo.

Por outro lado, os celulares também podem ser utilizados de forma positiva em sala de aula, como ferramenta para pesquisas, acesso a materiais complementares, aplicativos educativos e para a comunicação entre os alunos e professores. Nesse contexto surge a pergunta da investigação: Os efeitos do uso consciente e planejado do celular em sala de aula contribui para o desempenho dos alunos?

Dessa forma, o estudo justifica-se, de que a partir de uma abordagem adequada é possível equilibrar o uso dos celulares com as necessidades pedagógicas da sala de aula, oferecendo uma experiência de aprendizagem

mais rica e eficaz para os estudantes. Assim, os educadores devem estar preparados para lidar com os desafios relacionados ao uso do celular em sala de aula, estabelecendo regras claras e eficazes, e incentivando o uso consciente e produtivo dos dispositivos. Assim, foi elaborado o objetivo da pesquisa: Analisar os efeitos do uso consciente e planejado do celular em sala de aula

2. A EVOLUÇÃO DA MÍDIA EM DIREÇÃO À APRENDIZAGEM MÓVEL

Do ponto de vista da ecologia midiática, segundo Queiroga (2021), a teoria desenvolvida principalmente por, Neil Postman, Marshall McLuhan, Félix Guattari, Armand Mattelart, Jean Baudrillard, entre outros, as mídias criam ao seu redor, em um ambiente sensorial, um ambiente que modifica os padrões de percepção de seus usuários. Isso foi definido segundo Hugo (2021, p. 32), como “a *dimensão ambiental* da ecologia da mídia”. Da mesma forma, esse autor sustenta que os meios de comunicação constituem um ecossistema complexo, onde um meio não pode ser compreendido exceto em interação com outros meios de comunicação.

Sob a perspectiva da midiamorfose Skinner (2019) explica que os meios evoluem de forma convergente, e quando surge um novo meio, a princípio toma emprestadas as principais características do meio anterior, para depois se diferenciar e amadurecer. Também se refere a esse fenômeno quando fala em “convergência midiática” e argumenta que os meios de comunicação irão interagir de formas complexas e imprevisíveis, e as audiências assumirão um papel fundamental nessa evolução.

Da mesma forma, Gandra (2021) salienta que as mídias evoluem e coevoluem em relação a outras mídias e também em relação aos usuários, por meio do espaço interativo representado pela interface. A interface pode ser entendida como uma “gramática de interação” entre o usuário e o computador, mas posteriormente este autor leva o conceito de interface para

uma diversidade de dispositivos e práticas sociais em que se desenvolve um diálogo entre o usuário e o sistema, um diálogo através do qual ocorre uma negociação de significado, pois a interface sempre admite usos desviantes e consequências não previstas pelo designer. Numa perspectiva semelhante, fala sobre o *software* como uma interface, pois no cotidiano cada vez mais as ações são mediadas por algum tipo de programa de computador que funciona como uma interface com o mundo exterior, com nossas relações sociais e com nós mesmos.

Nesse sentido, as apropriações que os usuários fazem das ferramentas digitais oferecidas tanto pelo celular como pelo computador como *metameio* adquirem relevância central em relação à aprendizagem. Justamente, uma das características que essas “tecnologias relacionais” possuem é o aspecto colaborativo. A aprendizagem colaborativa destaca a importância da interação social no desenvolvimento do conhecimento e do pensamento.

Da mesma forma, Sousa (2020) explica que a relação entre aprendizagem colaborativa e tecnologia digital é estreita, a tal ponto que uma das áreas de pesquisa derivadas da colaboração assistida por celular e computador é justamente a aprendizagem, que visa melhorar o processo e os resultados acadêmicos dos alunos com o auxílio da tecnologia. Para Fegert (2020):

[...] A aprendizagem colaborativa por meio do celular é uma das áreas em que a tecnologia digital tem sido amplamente explorada nos últimos anos. Com o advento dos smartphones, o uso do celular tem se tornado cada vez mais comum, especialmente entre os jovens, e essa realidade tem sido aproveitada pelas instituições educacionais para promover uma forma de aprendizado mais dinâmica e interativa (FEGERT, 2020, p. 62).

Nessa explicação do autor, a aprendizagem colaborativa é um processo que se baseia na troca de conhecimentos entre os alunos, de forma que todos possam aprender e contribuir com o aprendizado do grupo. Essa abordagem pedagógica tem se mostrado eficiente para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e emocionais, além de estimular a criatividade e a capacidade de solucionar problemas de forma colaborativa.

A tecnologia digital, por sua vez, tem permitido que essa abordagem seja aplicada de forma ainda mais ampla e eficiente. Com o uso de aplicativos e ferramentas específicas para a aprendizagem colaborativa, é possível compartilhar informações, recursos, ideias e feedback em tempo real, o que torna a experiência mais dinâmica e envolvente.

Outro conceito-chave para entender o potencial das ferramentas digitais a serviço da aprendizagem é a multimodalidade, conceito desenvolvido por Ferreira (2020, p. 71), que “refere-se à diversidade de linguagens que atualmente contemplam grande parte das mensagens em circulação social”. Dado o amplo significado do termo linguagem, então, multimodais são aquelas mensagens que combinam diferentes modos em sua construção.

Nesse sentido, Rocha (2020) aponta que as tecnologias digitais, em geral, e as tecnologias móveis, em particular, provocaram algumas transformações em relação às metodologias tradicionais de ensino que vinham sendo utilizadas. No espaço escolar, há um duplo desafio pedagógico: por um lado, os dispositivos se apresentam como ferramentas de interação. Por outro lado, existe a questão da perda de atenção e distração por parte dos alunos. Segundo a visão do autor, o telemóvel inteligente permitiu adaptar os processos de ensino e aprendizagem a um modelo ubíquo. Por sua vez garantem que os *smartphone* sem contextos de ensino facilitam a inclusão social, uma vez que os alunos prestam atenção à criatividade, resolução de problemas, experimentação e comunicação, entre outros fatores.

Nessa perspectiva, segundo Lopes e Pimenta (2022), a aprendizagem móvel como proposta utiliza dispositivos como ferramentas educacionais; além do mais:

[...] Baseia-se em premissas ligadas à economia de dispositivos, à extensão da disponibilidade de smartphones e tablets na comunidade estudantil, ao domínio e à motivação gerados pelo seu uso entre os alunos e à grande variedade de aplicações que são geradas todos os dias (LOPES E PIMENTA, 2022, p. 76)

Segundo estudo dos autores, permite o desenho de atividades formativas que facilitam a interligação de alunos, professores e materiais sem limitações geográficas ou cronológicas, incentiva o trabalho colaborativo e possibilita uma aprendizagem ubíqua e em movimento. Entretanto, de acordo com Gandra (2020), existem duas visões opostas sobre os efeitos do uso do celular no desempenho dos alunos: por um lado, há quem diga que o celular pode melhorar a eficiência das atividades acadêmicas ao permitir que os alunos busquem informações continuamente e ao facilitar o trabalho em equipe; e, por outro, há quem afirme que os alunos somente utilizam o *smartphone* como uma fonte de entretenimento e não como uma ferramenta para estudar

Nesse patamar, o uso de dispositivos móveis para aprendizagem cresceu no contexto de isolamento social causado pela pandemia global de COVID-19, já que em muitos casos o celular se tornou um importante aliado para garantir a continuidade educacional.

2.1. Aprender em tempos de pandemia

O uso de celular aumentou significativamente durante o “novo normal” produzido pela pandemia global de COVID-19. Senhoras (2020) em relação à efetividade da tecnologia digital na educação durante a pandemia, destaca que a educação digital estabelece um ambiente *blended learning*, no qual os celulares desempenham um papel importante. Do ponto de vista quantitativo, um dos métodos mais utilizados para analisar a adoção e o uso de telefones celulares em salas de aula é o modelo de aceitação de tecnologia.

Nessa perspectiva, Vercelli (2020) indica que os fatores que podem prever a adoção de telefones celulares por estudantes universitários são os seguintes: utilidade percebida, facilidade de uso percebida, atitudes em relação a um aplicativo móvel e a intenção de usar um aplicativo móvel.

Nessa perspectiva, Ferreira (2020) menciona a maneira como a plataforma de mídia -WhatsApp- teve uso prioritário durante o confinamento, em relação às redes sociais e mídias tradicionais, por exemplo, para consumo informativo.

Sobre o uso do WhatsApp como parte das estratégias de aprendizagem colaborativa, sob a perspectiva da aprendizagem colaborativa móvel (MCL) e da teoria da aprendizagem móvel, Berg, Vestena e Costa-Lobo (2020) descrevem que o WhatsApp tem o potencial de promover interação e participação durante as atividades de aprendizagem, possibilitar a aprendizagem colaborativa assíncrona e ajudar a criar imediatismo e conexão na aprendizagem formal e informal.

Na mesma linha, Hodges (2020) argumenta que o WhatsApp adquiriu uma importância significativa no campo do ensino durante a pandemia com um notável impulso para o desenvolvimento da aprendizagem colaborativa entre alunos e professores.

[...] A tecnologia é uma ferramenta fantástica. Graças a ela, a aprendizagem está sendo democratizada, alcançando a transversalidade das habilidades digitais e a motivação de alunos e professores na jornada educacional. Além disso, embora se fale que pode causar stress, isolamento ou solidão, muitas vezes é uma forma muito eficaz para os adolescentes e jovens se socializarem e descobrirem novas experiências e interesses (HODGES (2020, p. 42).

O que é inegável é que a tecnologia como parte importante nesse contexto contribuiu para que o ensino e aprendizagem tornasse uma realidade para muito alunos. No entanto, Senhoras (2020) chama atenção para o fato, de que, apesar do telefone celular ser muito útil e atender às necessidades dos usuários na pandemia, é preocupante constatar que o uso dos diversos serviços oferecidos pelo celular fica comprometido com o acesso à Internet que ele possui.

Esta é a realidade que muitos alunos vivem atualmente porque a pandemia obrigou as autoridades a fornecer educação virtual, como consequência podemos dizer que alguns alunos não têm a facilidade de fazer

uso dos diferentes aplicativos educacionais que os permitem. para aproveitar o aprendizado e estar em aulas virtuais.

Sobre o uso de telefones celulares em seu tempo de aprendizagem e as possíveis repercussões em seu desempenho acadêmico, Sousa (2020) concluiu que, além das diferenças em termos do tipo de estudos escolhidos, um fator importante é o grau de autocontrole e responsabilidade manifestado pelo próprio aluno quanto ao uso do celular durante o tempo de aprendizagem. De acordo com o autor, há alunos que são mais permissivos com o uso das TIC em sala de aula, que acreditam que seu uso não prejudica seus estudos; e outros mais conscientes e responsáveis, que desenvolvem mecanismos de autocontrole para limitar o uso de celulares tanto nas aulas quanto nos estudos.

Por outro lado, Lopes e Pimenta (2022) indagaram sobre as condições de acesso tecnológico de estudantes secundários e universitários no âmbito desta quarentena obrigatória devido à pandemia do COVID-19, revelou que o aparelho mais utilizado pelos alunos é o celular (86,6%), seguido de *notebooks* ou *tablet* (57,7%) e computadores de mesa (43,8%).

Da mesma forma, Santos (2023) menciona sobre as condições de conectividade no cotidiano para realizar as atividades escolares no Ensino Fundamental, os resultados mostraram que 32,86% dos alunos utilizam mais de um aparelho para as tarefas de casa e aulas virtuais, enquanto dos que utilizam apenas um aparelho (celular), 50,51% utilizam o *notebook* e o telemóvel, 16,63 % o computador de mesa e o *tablet*.

Com a necessidade de manter o distanciamento social, Gandra (2021) salienta que o uso do celular e de outras tecnologias se tornou ainda mais importante para a realização de trabalhos em grupo. Durante a pandemia, muitos estudantes tiveram que se adaptar rapidamente para realizar trabalhos em equipe por meio do celular. Com o uso de aplicativos como o WhatsApp, o Skype e o Zoom, os estudantes puderam se comunicar e compartilhar informações em tempo real, mesmo estando distantes fisicamente.

Essa adaptação para o trabalho em grupo por meio do celular Hugo (2021) observa que tem exigido dos estudantes uma maior disciplina e organização. É preciso planejar as reuniões, definir as tarefas e prazos, e garantir que todos estejam alinhados para alcançar os objetivos propostos. Isso tem contribuído para o desenvolvimento de habilidades importantes, como a gestão do tempo, a comunicação e a colaboração.

Outro aspecto positivo do uso do celular para o trabalho em grupo durante a pandemia Silva (2020) descreve que é a possibilidade de se conectar com pessoas de diferentes lugares. Com a tecnologia, é possível colaborar com pessoas de outros estados ou até mesmo de outros países, o que amplia as possibilidades de aprendizado e de troca de experiências.

No entanto, Queiroga (2021) coloca que é importante ressaltar que o uso excessivo do celular pode trazer alguns prejuízos para a saúde mental e física dos estudantes, especialmente durante um período de isolamento social prolongado. Por isso, é fundamental manter um equilíbrio entre o tempo de estudo e o tempo de descanso, e procurar formas de manter o contato com amigos e familiares, mesmo que virtualmente. O autor na entrevista com alunos:

[...] tanto para o corpo docente quanto para se comunicar com os amigos. A gente tem muitos grupos na faculdade [...] Uso muito o Spotify para ouvir música, uso o YouTube tanto para aprender quanto para me divertir. (Queiroga, 2021, entrevistado NICOLAS, 23 anos, p. 39).

Nesse sentido, o trabalho colaborativo entre os alunos se reflete, acima de tudo, na possibilidade oferecida pelos sistemas de mensagens para criar grupos. Assim, os informantes asseguram que se encontram nesses espaços vinculados pelo estudo de um assunto em comum, embora às vezes nem tenham se encontrado pessoalmente.

2.2. O trabalho pedagógico por meio do celular

Pode-se dizer segundo Berg, Vestena e Costa-Lobo (2020), que o uso do dispositivo pode se tornar um recurso que permite o desenvolvimento de atividades básicas em sua rotina diária, que podem deixar uma marca cultural e social graças à complementação dos benefícios do telefone celular e as habilidades que podem desenvolver os alunos devido ao gerenciamento constante, permitindo que seja visto como uma ferramenta para a prática pedagógica.

Vercelli (2020) fala da importância de identificar os benefícios do serviço móvel para todos os usuários, pois na rede há acesso a muitas informações e avanços tecnológicos, porém, quando se trata de aprender Barbosa, Viegas e Batista (2020) mencionam que aprender nesse ambiente pode permitir uma interação imediata entre aluno e educador, este por sua vez, promover o desenvolvimento de competências e habilidades nos alunos para a gestão do ensino e aprendizagem.

Os aparelhos celulares conforme alude Ferreira (2020), oferecem benefícios que permitem a ampliação das oportunidades de aprendizagem, em muitos casos a tecnologia e o avanço destas favorecem o desenvolvimento do processo de aprendizagem. Assim, a intenção do ensino e aprendizagem por meio desse recurso é crescente, pois a cada dia são desenvolvidas novas tecnologias e ferramentas de interação educacional que são de grande contribuição para produzir novas conquistas em benefício da tecnologia e da educação.

Fegert (2020) discorre que a utilização de ferramentas tecnológicas que possibilitem um desenvolvimento adequado do processo de ensino, para que isso seja eficaz, esses dispositivos devem estabelecer uma conexão com redes de internet sem fio que permitam a comunicação e interação imediata entre aluno e educador, além de promover o desenvolvimento de habilidades para o gerenciamento das TICs.

Ou seja, esse tipo de aprendizado utiliza aspectos relacionados à telefonia móvel, que estão diretamente relacionados ao progresso tecnológico. A aprendizagem móvel é baseada no uso das TICs para fortalecer o aprendizado gerado. Segundo Castells (2020):

[...] O avanço tecnológico dos últimos anos tem proporcionado uma revolução na forma como a aprendizagem é vista e praticada. Com o aumento do uso de dispositivos móveis, tornou-se possível ter acesso a uma quantidade imensa de informações, a qualquer hora e em qualquer lugar, o que contribuiu para uma maior democratização do conhecimento (CASTELLS, 2020, p. 61).

Como explicou o autor, é notável aumento da utilização de dispositivos móveis no âmbito educacional, pois tem um papel importante nos múltiplos benefícios da aprendizagem, tornando-a flexível e ainda mais personalizado no tempo e no espaço, permitindo-lhes adquirir novas experiências para o estudante.

O celular como expõem Queiroga (2021), tornou-se um recurso amplamente utilizado pelos usuários, principalmente pela população adolescente do mundo, devido ao nível de acessibilidade para se conseguir um no mercado e aos diversos aplicativos ou funções que eles oferecem. Aos poucos, os telefones celulares deixaram de ser simples dispositivos onde se faz uma chamada telefônica para complexos dispositivos que fornecem acesso a grandes plataformas de internet com aplicativos de interação social, entretenimento e uso diário que, de certa forma, simplificam sua vida e a tornam "mais fácil", motivando os indivíduos a usá-la e aumentando-a.

A geração de alunos descrito por Santos (2023), depende de um uso adequado do celular em termos de formação acadêmica, considerando que o celular ocupa um lugar privilegiado entre o uso de outros aparatos tecnológicos, é necessário tê-los já que permitem a comunicação entre professor e aluno de forma eficaz, eficiente e imediata. A tudo isso o autor expõe:

[...] Dadas as características de conectividade e facilidades de interação oferecidas por um smartphone, o m-learning se apresenta como uma alternativa diferente da didática instrucional em que o

fluxo de informações ocorre em uma única direção” (SANTOS, 2023, p. 9).

Este último citado, leva em conta a relação entre aluno e educador juntamente com as atividades internas como professor, ou seja, o desenvolvimento de estratégias, acompanhamento de atividades, etc., e do aluno como a assimilação do conteúdo, compromisso, etc., Isso pode permitir que desenvolva habilidades mais interdisciplinares quanto mais próximo estiver conectado a outras áreas do conhecimento.

É importante ressaltar que, apesar de todos os benefícios trazidos pelos dispositivos móveis, é necessário que os estudantes utilizem esses recursos de forma consciente e equilibrada. O uso excessivo pode trazer prejuízos para a saúde mental e física, além de prejudicar o aprendizado.

Portanto, o aumento do uso de dispositivos móveis na aprendizagem tem contribuído significativamente para a democratização do conhecimento, tornando-o mais acessível e personalizado. Com a disponibilização de dados informativos, os estudantes têm a oportunidade de adquirir novas experiências e ampliar seu conhecimento, de acordo com suas necessidades e velocidade de aprendizado. No entanto, é fundamental que o uso desses recursos seja consciente e equilibrado, para que o aprendizado seja efetivo e saudável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado revela a forma como as múltiplas funções que os dispositivos móveis cumprem no cotidiano dos alunos, que foram ressignificadas a partir do isolamento social causado pela pandemia de COVID-19. Essas transformações, do ponto de vista ecológico, os meios ou tecnologias de comunicação não podem ser analisados de forma isolada ou separada, pois cada um deles aporta ao ecossistema um conjunto de usos e possibilidades, bem como associado a outros aprendizados. Essa questão indica que os usos de mídia e plataformas estão inter-relacionados.

Durante o estudo houve a compreensão, de que, o uso de aparelhos celulares se tornou uma realidade cada vez mais presente em diversas esferas da sociedade, inclusive na educação. Muitos estudantes utilizam seus celulares em sala de aula, seja para acessar a internet, consultar informações, tirar fotos ou realizar outras atividades.

Compreende-se, que diante dessa realidade, cabe aos docentes adotar uma postura mais flexível e adaptável, pois o uso consciente e planejado do celular pode ser uma ferramenta poderosa para impulsionar a transformação educacional através das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

Conclui-se, que os celulares, quando utilizados de forma correta, podem auxiliar na busca por informações, na realização de pesquisas e na elaboração de trabalhos acadêmicos, além de permitir uma interação mais dinâmica e colaborativa entre os estudantes e o professor. No entanto, é preciso lembrar que o uso descontrolado e desorganizado do celular em sala de aula pode ser prejudicial ao aprendizado e ao desempenho dos estudantes. Por isso, é fundamental que os docentes estabeleçam regras claras e objetivas sobre o uso do celular em sala de aula, para que os estudantes possam utilizá-lo de forma consciente e planejada, sem prejudicar o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Portanto, é importante ressaltar que a presença do celular em sala de aula não é uma ameaça ao ensino tradicional, mas sim uma ferramenta adicional que pode contribuir para a melhoria da qualidade do ensino. Cabe aos docentes adotarem uma postura mais flexível e adaptável, e incluir o uso do celular como parte do processo educacional, de forma consciente e planejada. Dessa forma, a transformação educacional pode ser impulsionada pelas TIC, e a presença do celular pode ser uma grande aliada nesse processo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, K. S. S.; MOREIRA, R. P. S. **As tecnologias na educação: desafios e possibilidades na prática docente.** In *As tecnologias na educação: desafios e possibilidades na prática docente.* ARAÚJO, K. S. S.; MOREIRA, R. P. S (Org.) Curitiba: CRV, p. 15-20, 2018.

BARBOSA, Andre Machado; VIEGAS, Marco Antônio Serra; BATISTA, Regina Lucia Napolitano Felício Felix. **Aulas Presenciais em Tempos de Pandemia:** relatos de experiências de professores do nível superior sobre as aulas remotas. *Revista Augustus*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 51, p. 255-280, jul./out. 2020.

BERG, Juliana; VESTENA, Carla Luciane Blum; COSTA-LOBO, Cristina. **Criatividade e Autonomia em Tempo de Pandemia:** ensaio teórico a partir da pedagogia social. *Revista Internacional de Educación para la Justicia Social*, Madri, v. 9, n. 3, maio 2020.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede – a era informação: economia, sociedade e cultura.** Volume I. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FEGERT, Jörg et al. **Challenges and Burden of the Coronavirus 2019 (COVID-19) Pandemic for Child and Adolescent Mental Health:** a narrative review to highlight clinical and research needs in the acute phase and the long return to normality. *Child and Adolescent Psychiatry and Mental Health*, Germany, v. 14, p. 1-11, may 2020.

FERREIRA, Patrícia Tocha. **Uma Realidade das Escolas Particulares Perante a Pandemia da COVID-19.** *Revista Gestão & Tecnologia*, Goiânia, v. 1, n. 30, p. 38-40, jan./jun. 2020.

GANDRA, Alana. **Empresas Adotam Home-Office por Conta do Coronavirus Rio de Janeiro:** Agência Brasil, mar. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-03/empresas-adotam-home-office-por-conta-do-coronavirus>>. Acesso em: 14 jul. 2020. » <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-03/empresas-adotam-home-office-por-conta-do-coronavirus>

HODGES, Charles et al. **As Diferenças entre o Aprendizado Online e o Ensino Remoto de Emergência.** *Revista da Escola, Professor, Educação e Tecnologia*, Recife, v. 2, p. 1-12, abr. 2020.

HUGO, Assmann. **Curiosidade e Prazer de Aprender – O papel da curiosidade na aprendizagem criativa.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2020.

LOPES, P.A.; PIMENTA, C.C.C. **O uso do celular em sala de aula como ferramenta pedagógica: benefícios e desafios.** In: *Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica*, Recife, v.3 n. 1, p. 52-66, 2022.

OMS, Organização Mundial da Saúde. **Folha informativa COVID-19:** escritório da OPAS e da OMS no Brasil. jan. 2021. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19>>. Acesso em: 18 jan. 2021. » <https://www.paho.org/pt/covid19>

ORLANDI, Eni. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos.** Campinas: O uso do celular na sala de aula e a legislação vigente no Brasil. Anais III Congresso sobre Tecnologia na Educação, Cultura Make na Escola. Fortaleza, Ceará – Brasil, p. 111-122, 2019.

QUEIROGA, Fabiana. **Orientações para o Home Office Durante a Pandemia da Covid-19** Porto Alegre: Artmed, 2020.

ROCHA, Daniel dos Santos. Readequação do Contexto Escolar para o Formato Remoto Em Meio à Pandemia de COVID-19. **Pedagogia em Ação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 263-274, jul. 2020.

SANTOS, Julio César Furtado. **Aprendizagem significativa:** modalidades de aprendizagem e o papel do professor. 1ª Ed. Porto Alegre: Mediação, 2023.

SENHORAS, Eloi Martins. **Coronavírus e Educação:** análise dos impactos assimétricos. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 2, n. 5, p. 128-136, maio 2020.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **O professor e o combate à alienação imposta.** São Paulo, Cortez & Autores Associados, 2020.

SKINNER, B. F. **Tecnologia do ensino.** São Paulo: EPU, 2019.

SOUZA, A. C. A, et al. **“Ei, desliga esse celular!”:** vilania e heroísmo da utilização de tecnologias móveis na sala de aula [de língua inglesa], 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/LinguaTec/article/view/3678>, Parlamento francês aprova proibição dos celulares em escolas na França. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticias/2018/07/31> Acesso em 2023.

VERCELLI, Ligia de Carvalho Abões. **Aulas Remotas em Tempos de COVID-19: a percepção de discentes de um programa de mestrado profissional em educação.** Revista @mbienteeducação, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 47-60, maio/ago. 2020.

ZABALLA, Vidiella Antoni. **A prática educativa:** como ensinar. Porto alegre: Artmed, 2018.

A IMPORTÂNCIA DA INTERAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA: uma parceria essencial para beneficiar o processo de ensino- aprendizagem

Maria Nonata Nogueira da Costa⁶

RESUMO

O relacionamento entre família e escola tem sido marcado por divergências relacionadas ao papel de cada um no processo educativo do aluno, sendo que a escola tem assumido cada vez mais responsabilidades que antes eram da família. Este artigo apresenta os fundamentos teóricos e os resultados de um estudo exploratório realizado com o propósito de investigar as causas dos problemas educacionais que envolvam a participação conjunta da família e escola. O papel da família reflete uma função importante na educação dos alunos, pois transmite valores, princípios e emoções, que permitem ao aluno aumentar seu desempenho no ambiente educacional. O objetivo da investigação foi analisar a influência dos pais no processo de ensino e aprendizagem na formação de seus filhos, considerando que é um tema necessário para a comunidade educativa. Portanto, a pesquisa foi realizada com base em uma abordagem qualitativa usando o método indutivo-dedutivo, utilizando a análise bibliográfica para fundamentar as experiências da pesquisa. Além disso, entre os resultados mais relevantes, foi evidenciada uma limitada incidência da participação familiar na vida escolar, através de múltiplos fatores como o tempo, o nível de preparação ou os recursos disponíveis, sejam econômicos ou materiais, que dificultam e causam uma intervenção inadequada dos pais na educação. Conclui-se que é importante que se revejam as responsabilidades, limites e expectativas de cada parte para que essa colaboração seja efetiva. A participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento escolar dos filhos é fundamental para um bom desempenho acadêmico. É necessário um debate constante para identificar os papéis de cada parte e como efetivar essa parceria de forma vantajosa para todos.

Palavras-chave: Participação. Família. Ensino e Aprendizagem.

ABSTRACT

The relationship between family and school has been marked by divergences related to the role of each one in the student's educational process, with the school assuming more and more responsibilities that previously belonged to the family. This article presents the theoretical foundations and results of an exploratory study carried out with the purpose of investigating the causes of educational problems involving the joint participation of family and school.

⁶ **Graduação:** Licenciatura Plena em Pedagogia- UFAM- Universidade Federal do Amazonas. **Pós-graduação:** Especialização em Educação de Jovens e Adultos – UFAM- Universidade Federal do Amazonas. **Mestrado:** Ciências da Educação – UNIDAS -UNIVERSIDAD DE LA INTEGRACIÓN DE LAS AMÉRICAS; **Doutorado:** Ciências da Educação -- UNIDAS -UNIVERSIDAD DE LA INTEGRACIÓN DE LAS AMÉRICAS. mnoqueiradacosta@gmail.com

The role of the family reflects an important function in the education of students, as it transmits values, principles and emotions, which allow students to increase their performance in the educational environment. The objective of the investigation was to analyze the influence of parents in the teaching and learning process in the formation of their children, considering that it is a necessary theme for the educational community. Therefore, the research was carried out based on a qualitative approach using the inductive-deductive method, using bibliographical analysis to support the research experiences. In addition, among the most relevant results, a limited incidence of family participation in school life was evidenced, through multiple factors such as time, level of preparation or available resources, whether economic or material, which make it difficult and cause an inadequate intervention of parents in education. It is concluded that it is important to review the responsibilities, limits and expectations of each party for this collaboration to be effective. The participation of parents or guardians in monitoring their children's school is essential for good academic performance. A constant debate is needed to identify the roles of each party and how to implement this partnership in a win-win way.

Keywords: Participation. Family. Teaching and learning.

1. INTRODUÇÃO

A família tem um papel importante no processo de ensino-aprendizagem, pois desde o nascimento inicia-se a preparação do indivíduo em diversos aspectos: capacidade de dar afeto, tolerância, relacionamento com a sociedade, fator econômico, disponibilidade de tempo, valores, cultura, religião, entre outras, portanto, o lar é a primeira escola onde se formam as crianças (TRISTÃO, 2022).

Na presente investigação, a participação do papel da família na vida escolar dos seus filhos é cuidadosamente estudada, uma vez que é essencial para o sucesso escolar do aluno. Porém, devido a vários fatores, sejam eles sociais ou familiares, não têm o contributo necessário no processo de ensino. Aprendizagem. O problema reside no fato de existirem pais que por vários fatores não estão envolvidos ativamente, pelo que este estudo pode fornecer informações valiosas para a comunidade sobre os vários aspetos que podem influenciar positiva ou negativamente a vida da criança na escola (SANTOS e ROCHA, 2020).

De fato, Caetano (2020) explica que as famílias cumprem funções como preparação para papéis sociais, viver em comunidade, prática de

valores e seleção de objetivos, permitindo que as crianças se tornem membros proativos da sociedade. As pessoas têm a característica de responder à demanda social por um espaço adequado para a formação de habilidades para se relacionar com os outros, fornecer proteção e afeto, de forma que os pais sejam atribuídos aos processos de socialização. Além disso, os pais são a primeira rede de apoio para os alunos, portanto, é necessário promover um ambiente familiar harmonioso, onde sejam fornecidos os recursos necessários para o desenvolvimento pessoal dos indivíduos.

Por outro lado, Dias (2021) descreve que é necessário ter uma formação que comece em casa, para estabelecer um ato de corresponsabilidade entre a escola e a comunidade. Além disso, o processo educacional tem seu início na família e depois na instituição educacional; a ajuda de ambas as partes é necessária para alcançar o desenvolvimento educacional e pessoal do menino ou menina, assim, a escola deve promover a importância da participação e colaboração dos pais na educação de seus filhos e a necessidade de uma relação respeitosa com os professores, a fim de desempenharem sua função de forma afetiva.

O papel da família conforme expõe Oliveira (2020), tem deixado de ser cumprido com eficiência na escola, por falta de colaboração nos processos de ensino-aprendizagem que os professores desenvolvem nas instituições de ensino. Algumas investigações realizadas sustentam que os pais não estão envolvidos por vários motivos, como: disponibilidade de tempo, horários de trabalho, ocupações ou outras atividades compartilhadas pelos membros da família, que interferem em suas obrigações na educação de seus filhos.

A relação do corpo docente com a família ocupa um lugar de destaque, pois é em casa que os alunos encontram as primeiras formas de socialização, aprendizagem e comunicação, que depois transcendem para a escola. Este modelo de escola assenta no princípio que reconhece a família como entidade social essencial na interiorização do patrimônio cultural e das

tradições populares que reafirmam a identidade e pertença a um determinado contexto comunitário.

As concepções educacionais segundo Nogueira e Romanelli (2021), se fundamentam que a família converge com a escola no desenvolvimento da personalidade de cada aluno, como reafirmação de sua individualidade dentro de sua projeção social; bem como, na satisfação das suas necessidades motivacionais, cognitivas e culturais com base na estimulação da aprendizagem; bem como, no desenvolvimento de valores e habilidades necessárias para que sejam pessoas conscientes de sua responsabilidade geracional perante a sociedade.

Por outro lado, Almeida (2021) aponta que a comunidade escolar deve também adaptar-se à existência de vários tipos de famílias; ou seja, na atualidade a família se reinventa por meio de novos modelos e pela existência de múltiplas formas de relacionamento familiar. Por isso, tanto a escola quanto a família constituem componentes sociais que devem construir novos sistemas de relacionamento, baseados nas realidades sociais contemporâneas. Esses novos sistemas de relacionamento socioeducativo devem estimular os alunos a atingirem níveis motivacionais e cognitivos elevados como premissas para o desenvolvimento pleno de sua personalidade.

Também é importante reconhecer que a educação escolar deixou de ser bilateral (aluno-professor), para se tornar um processo multilateral, expandindo-se para toda a comunidade educativa escolar, incluindo as famílias, entre outros.

Por tudo isso, as famílias devem se interessar em participar da educação escolar em benefício do menino, da menina ou do jovem concebido em sua totalidade e como sujeito de direitos; a integração família/escola resultará na melhoria das condições de vida. Assim, pais e professores devem ser corresponsáveis pela condução do desenvolvimento da personalidade de cada menina e menino que está passando pelos diferentes níveis de educação escolar (TRISTÃO, 2022).

Martins e Silva (2021) asseguram que a participação dos pais pode ser avaliada através de dois aspectos: um relacionado com a sua informação sobre a escola e outro referente à sua intervenção nas atividades educativas, e sustenta que a informação dos pais sobre o que se passa na escola, facilita uma maior participação nas atividades escolares.

Dessa forma, o estudo justifica-se pelo envolvimento dos pais pode ajudar a melhorar a qualidade dos sistemas escolares públicos e que os pais envolvidos podem fornecer um mosaico de oportunidades para que seus filhos tenham sucesso na escola. Justifica-se também, conforme refletido acima, cabe ao corpo docente promover e orientar a participação dinâmica, colaborativa e inclusiva de pais, mães e responsáveis nos processos de aprendizagem e desenvolvimento, bem como da gestão escolar por meio de estratégias, ações e recursos que promovam o estreita ligação entre a família e a escola, a fim de oferecer às crianças, adolescentes e jovens as condições que possibilitem o alcance das aprendizagens estabelecidas nos planos e programas de estudos vigentes. Com base no problema de pesquisa identificado, duas questões científicas são colocadas: Qual é o nível de participação da família no processo educacional? Quais são as causas que estão causando a insuficiente participação da família na educação escolar? Portanto, o objetivo deste artigo analisar a influência dos pais no processo de ensino e aprendizagem na formação de seus filhos.

2. FAMÍLIA

A família é um dos principais agentes de socialização das crianças, pelo que é necessário dar uma definição o mais precisa possível. Caetano (2020) define a família como "um sistema de participação e exigências entre pessoas unidas por laços afetivos e/ou consanguíneos", um contexto em que as emoções são geradas e expressas, o ambiente onde se espera que a satisfação seja proporcionada e onde as funções relacionadas com o educação e cuidado das crianças e dos adultos que a integram.

Como pode ser visto, a família tem várias funções. Segundo Dias (2021), Martins e Silva (2021) e Caetano (2020), podemos afirmar que as principais são: biológicas, econômicas, protetoras, socializadoras e, claro, educativas. A função educativa e socializadora da família está intimamente relacionada. A família é o primeiro agente de socialização, pois é de onde vai adquirindo conhecimentos que ajudarão a atuar em sociedade. Portanto, o menino ou a menina vai adquirindo gradativamente as normas e valores da sociedade em que vive, mas como aponta Almeida (2021), "para que essa função de socialização seja realizada de forma adequada, é necessário que ocorram na família." processos educativos e convivência positiva".

A família, segundo Santos e Rocha (2020, p. 45), a Declaração Universal dos Direitos Humanos, é "o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado" A partir dessa afirmação, duas abordagens foram levantadas em relação a esse conceito.

Numa primeira abordagem, Martins e Silva (2021, p. 52) a família aparece como um grupo natural de pessoas unidas por uma relação biológica e assistencial:

[...] Procriação: que gera novos membros para o desenvolvimento e perpetuação da família. A assistência: que se concentra nas funções relacionadas com a alimentação, educação e proteção dos membros mais jovens para garantir o seu desenvolvimento e manter a unidade.

Uma segunda abordagem descrita por Martins e Silva (2021), propõe que, do ponto de vista sociológico, uma família é um grupo de pessoas unidas por laços de parentesco que são principalmente de dois tipos:

[...] Laços de afinidade: derivados do estabelecimento de relações socialmente reconhecidas, como o casamento. Laços de consanguinidade: como a filiação entre pais e filhos ou os laços estabelecidos entre irmãos descendentes do mesmo pai ou mãe (MARTINS e SILVA, 2021, p. 28).

Com base na análise dessas abordagens, Oliveira (2020) assume a seguinte definição de família:

[...] Grupo humano que partilha um património biológico e/ou cultural; é a primeira instituição socializadora que facilita a transmissão de princípios e valores culturais por meio de complexos processos interativos, nos quais as diferentes formas de atuação e comunicação desempenham um papel essencial na formação e desenvolvimento da personalidade de seus membros (OLIVEIRA, 2020, p. 76).

A família, por se tornar a primeira janela de educação e cultura, é considerada insubstituível na formação da personalidade; portanto, na escola contemporânea considera-se que todos educamos e aprendemos com todos; daí a ideia de que se um professor aprende com seus alunos; na família, os pais educam os filhos, mas, ao mesmo tempo, também aprendem com eles (OLIVEIRA, 2020).

Entre as funções insubstituíveis que a família desempenha segundo Nogueira e Romanelli (2021), estão:

- ✓ Função biológica: vinculada ao cuidado da saúde de seus membros, para que sejam capazes de se reproduzir e manter a família;
- ✓ Função econômica: relacionada com a satisfação das crescentes necessidades materiais: alimentação, habitação, vestuário, entre outras;
- ✓ Educacional - função cultural: responsável pelo desenvolvimento de sentimentos, expectativas, estados de satisfação, conhecimentos, habilidades; aqueles que juntos compõem a personalidade, que inclui desenvolvimento mental, espiritualidade e modos de ação.

Do ponto de vista demográfico, Dias (2021) alude que as famílias e, portanto, os domicílios que as abrigam constituem esferas de relações sociais íntimas, onde convivem e interagem pessoas aparentadas de diferentes gêneros e gerações. Fortes laços de solidariedade são construídos dentro dela; as relações de poder e autoridade estão interligadas; os recursos são reunidos e distribuídos para satisfazer as necessidades básicas dos membros, as obrigações, responsabilidades e direitos são definidos de acordo com as normas culturais, idade, sexo e posição na relação de parentesco de seus membros.

Segundo Caetano (2020), a família é a instituição básica de qualquer sociedade humana, que dá sentido aos seus membros e, por sua vez, os prepara para enfrentar as situações que se apresentam. Em relação ao contexto educacional, quando os pais se envolvem no ensino dos filhos, ajudam nas tarefas de casa, reforçando o processo de aprendizagem que ocorre em sala de aula e interagem com as crianças de forma planejada, o desempenho aumenta (TRISTÃO, 2022).

Do ponto de vista histórico, Almeida (2021) menciona que a participação da família na educação escolar é marcada pelo desenvolvimento da família como instituição social. No entanto, as mudanças na família na sociedade, paulatinamente ocorreram em um contexto de complexas transformações e fenômenos sociopolíticos e econômicos que deixaram marcas profundas na estrutura e conformação das famílias. Dentre essas transformações, destaca-se a incorporação da mulher ao mercado de trabalho, iniciando-se, um processo gradual de acesso da mulher ao mercado de trabalho e aos processos educacionais, incluindo o acesso a títulos universitários. Esse processo de abertura e emancipação laboral e educacional das mulheres aumentou gradativamente a preocupação das famílias, principalmente das mães, com a educação que suas filhas e filhos recebiam.

2.1. A participação da família no processo educativo

A família, como primeiro ambiente onde a criança cresce e se desenvolve, e a escola como fonte de experiências e aprendizados, devem ter uma relação de constante coordenação e coerência. Citando Dias (2021, p. 61) “a educação é muito importante para ser deixada apenas nas mãos dos professores, por isso pais e mães devem ser agentes mais ativos no processo educacional de seus filhos e filhas (...). A participação da família na educação de seus filhos e filhas deve ser considerada essencial e fundamental, pois são

eles que lançam a primeira pedra dessa importante construção que marcará o futuro de todo ser humano”.

Entende-se que a família tem o dever de oferecer uma educação, que irá variar de acordo com o tipo de família em que nos encontramos, por isso Martins e Silva (2021) comentam que se deve levar em conta que todas as famílias são diferentes e que o envolvimento na educação de suas crianças e, portanto, na escola, será diverso. Encontramos famílias mais participativas, ausentes e desinteressadas que se limitam a comparecer às reuniões obrigatórias sem maiores envolvimento.

Percebe-se tanto na família quanto na escola segundo Nogueira e Romanelli (2021), que um entrave para esse envolvimento é a falta de tempo dos pais e professores. Ainda assim, a qualidade da educação aumenta quando os pais se dedicam mais à educação formal dos seus filhos, embora segundo vários estudos seja necessária uma boa comunicação entre a escola e a família, como base para uma colaboração ativa, partilha de tarefas, interação e estabelecimento de metas. Muitos estudos consultados oferecem que: a participação dos pais na escola é geralmente escassa e ineficaz. Graças às mobilizações e à mudança de mentalidade produzida na sociedade durante as últimas décadas, a consciência social da importância da participação dos pais no ato educativo supôs uma ascensão neste.

Por um lado, Dias (2022) menciona que o aumento da consciência participativa dos pais garante o sucesso escolar da criança; Oliveira (2020, p. 59), afirma que “o aumento da consciência de que a escola e a família se unem na mesma pessoa, o maior preparo dos próprios pais; a família de hoje passa por um processo de mudança contínua em que se adapta às necessidades da sociedade. Este e alguns aspectos como a incorporação da mulher ao trabalho, as reformas trabalhistas, a dificuldade de conciliar vida familiar e profissional, entre outros, têm dado origem à existência de famílias de todos os tipos: nuclear, monoparental, monoparental, adoção... A partir daí, surgem novas necessidades e fazem com que os pais tenham menos tempo para se dedicar à educação dos filhos, também que não saibam como fazê-lo e que

apareçam mais conflitos entre as famílias. Além disso, vários estudos afirmam que o nível sociocultural e econômico das famílias pode ser um fator determinante na participação das famílias na escola (TRISTÃO, 2022).

Para a educação de meninos e meninas é necessário um trabalho colaborativo entre família e escola, o que Nogueira e Romanelli (2021), especificam em tarefas como: comunicação entre professores, planejamento conjunto de ensino, trabalho de professores de apoio dentro da sala de aula, troca de dúvidas ou experiências, colaboração escola-família, promoção da colaboração, comunicação, voluntariado, acordos...

Como resultado das transformações, Dias (2021) aponta que o vínculo casa-escola teve que se adaptar a essas novas realidades na família; embora, ainda, no contexto educacional existam controvérsias nos campos jurídico, social, econômico e, claro, nas ideologias e categorizações, já que as idiosincrasias familiares e culturais, ainda não abriram, para a família contemporânea; o que por si só é apontado como uma das possíveis causas que limitam a participação da família no processo educativo.

Segundo Oliveira (2020), exige-se a consciencialização, tanto a nível familiar, como por parte do corpo docente, de que a escola não é o único contexto educativo; antes, que a família desempenha um papel educativo importante e significativo, uma vez que é a primeira e mais importante instituição socioeducativa. Portanto, o corpo docente deve estimular a participação da família no processo educacional, pois a escola sozinha não pode atender às necessidades de formação dos alunos, mas todo o sistema educacional deve contar com a colaboração dos pais e das mães, como agentes primários da educação.

Nesse sentido, quando Caetano (2020) se referem ao conceito de participação educativa, estão assumindo que é a colaboração direta da família nos processos de ensino-aprendizagem e desenvolvimento integral da personalidade dos alunos, tanto durante o horário escolar quanto fora dele e nos espaços de treino em casa.

Nesse entendimento, Almeida (2021) define que a participação da família no processo educativo como um sistema de intervenção crítico e responsável; assumidas por membros da família adequadamente motivados, organizados e capacitados na análise e avaliação das potencialidades e limitações de suas ações como parte da comunidade educativa na proposição de soluções alternativas viáveis e na tomada de decisão em benefício da aprendizagem e da integralidade formação de suas filhas e filhos, juntamente com o corpo docente.

Ferreira (2022) reconhece que a família deve participar das atividades educativas de duas formas distintas: primeiro, como atores diretos no processo ensino-aprendizagem, pois contribuem para a aprendizagem de seus filhos, seja na sala de aula ou em outros espaços. horas extracurriculares. Quando a família participa colaborando nas atividades educativas, as escolas ganham em recursos humanos que apoiam e melhoram a qualidade do processo educativo.

Em segundo lugar, a participação da família no processo educativo segundo, Nogueira e Romanelli (2021) implicam também um processo educativo para as próprias famílias. Nesse sentido, a família participa de programas educativos, oficinas, escolas para pais, etc., que respondam às suas necessidades. A criação destes espaços educativos e culturais onde a família pode aprender ativamente reforça o tipo de interações que têm sido classificadas como positivas na avaliação da qualidade da participação da família na educação escolar.

Estudos realizado por Dias (2021), afirmam que a atitude dos professores face à participação dos pais nem sempre é favorável uma vez que, por vezes, são relutantes à participação dos pais, especialmente em termos de questões didáticas. Estudos, como a pesquisa de Nogueira e Romanelli (2021), mostram uma contradição, pois os professores querem a participação das famílias, mas são herméticos à participação das famílias nas disciplinas acadêmicas.

[...] A atitude dos professores é muitas vezes ambivalente em relação ao envolvimento dos pais; Por um lado, veem-no como uma interferência ou intrusão no seu campo profissional, por outro, reconhecem que o fator familiar é importante para a consecução dos objetivos acadêmicos propostos (NOGUEIRA E ROMANELLI, 2021, p. 98).

Essa atitude, segundo os autores, aliada à inexistente tradição de participação da família na escola, pode ser um dos motivos pelos quais as famílias não participam mais do processo educacional de seus filhos e filhas. Caetano (2020) afirma que “quando houver queixas de que pais e mães não colaboram suficientemente ou que lhes falta interesse, os educadores e gestores devem questionar se as próprias escolas estão fazendo todo o possível nesse sentido. Se pais e mães estão envolvidos e se existe abertura para a participação no ambiente escolar. A este respeito, a pesquisa sugere que as escolas podem tomar medidas para aumentar o papel dos pais e seu senso de eficácia em ajudar seus filhos a aprender. Uma dessas etapas poderia ser a formação de professores, pois como afirma Almeida (2021): “os professores não foram suficientemente formados para reconhecer a importância do papel das famílias dentro das escolas” e institutos e não foram datadas de estratégias para abordar as famílias. Até há relativamente pouco tempo, pela formação recebida pelos professores, e pelo sistema educativo como um todo, esta relação entre professores e famílias não era considerada importante, para além das reuniões e tutorias.

Portanto, Martins e Silva (2021) advertem que o professor tem um papel importante, pois é ele o responsável por realizar uma ação de orientação e promover a inclusão das famílias no processo educacional de seus filhos e filhas. Com efeito, deve verificar se existe uma correta relação entre a família e a educação escolar, favorecendo assim a participação familiar de forma coordenada. Dessa forma, é fundamental que o corpo docente das escolas capacite pedagogicamente cada família; e, ao mesmo tempo, abrir as portas da escola, flexibilizando o horário escolar, para que a família seja motivada a participar do processo educativo escolar.

Por isso, Ferreira (2022) descreve que a escola deve ser aberta, um lugar de encontro; respeitoso, democrático e participativo que oferece muitas

oportunidades e espaços onde as famílias podem participar, trocar e compartilhar com os professores, valorizando os momentos cotidianos com a família. Esta deve estar ciente do enorme potencial educativo que encerra enquanto instituição social, e mesmo transformadora da vida escolar. Participar e desfrutar das experiências da escola com seus filhos e filhas é a melhor forma de a família se envolver no processo educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas evidências apresentadas como resultados do estudo exploratório realizado, o nível de vínculo entre a escola e a família ainda é baixo para favorecer o desenvolvimento integral dos alunos. Por isso, novas estratégias devem ser trabalhadas para conseguir envolver mais a família no ambiente educacional de seus filhos.

A escola como instituição visa formar os alunos para o desempenho de diferentes papéis na vida social, e desenvolver suas habilidades físicas, morais e mentais. É também um fator importante na preparação das crianças para a vida adulta, sobretudo nas sociedades modernas, em que as funções produtivas são muito complexas e extensas, e o seu ensino e transmissão não podem ser responsabilidade exclusiva da família. É necessário um novo contrato social entre famílias e escolas, visando um trabalho conjunto. Pois, quando as escolas e as famílias trabalham juntas para apoiar o aprendizado, os alunos se saem melhor, aproveitam mais a escola e permanecem na escola por mais tempo.

Compreendeu-se, que existe grandes benefícios que os alunos obtêm nas escolas onde as famílias estão engajadas, melhor desempenho acadêmico, melhor comportamento, maior conclusão de tarefas, maior participação nas aulas, melhora da autoestima, maior frequência às aulas e probabilidade de concluir os estudos. Nas relações existentes entre a escola e a família, em uma compreensão mais ampla e multidimensional do termo.

Houve a compreensão sobre a influência dos pais no processo de ensino e aprendizagem dos filhos é um assunto bastante relevante e merece uma análise cuidadosa. É inegável que os pais desempenham um papel fundamental na formação educacional de seus filhos, desde a primeira infância até a adolescência.

Compreende-se também, que a educação é uma responsabilidade compartilhada entre a escola e a família, e a participação ativa dos pais pode ter um impacto significativo no sucesso acadêmico de seus filhos. A presença dos pais na vida escolar dos filhos pode ajudá-los a se sentir apoiados, motivados e confiantes em suas habilidades, o que pode contribuir para um desempenho escolar melhor. Os pais podem ajudar a criar um ambiente de aprendizagem positivo em casa, estabelecendo rotinas de estudo, fornecendo um espaço tranquilo para a realização de tarefas escolares e incentivando a leitura e o aprendizado fora da sala de aula. Eles também podem desempenhar um papel importante no estímulo à curiosidade intelectual dos filhos, encorajando-os a explorar novas áreas de interesse e a participar de atividades extracurriculares que possam desenvolver suas habilidades.

Além disso, os pais podem contribuir para o desenvolvimento social e emocional de seus filhos, fornecendo um suporte emocional e criando um ambiente familiar seguro e acolhedor. Quando os filhos se sentem seguros e apoiados em casa, é mais provável que tenham um bom desempenho escolar e desenvolvam uma atitude positiva em relação à aprendizagem. No entanto, é importante ressaltar que a influência dos pais não deve ser vista como uma garantia de sucesso acadêmico. Cada criança tem seu próprio ritmo de aprendizagem e suas próprias necessidades, e a influência dos pais pode variar de acordo com as características individuais de cada criança.

Conclui-se, que a influência dos pais no processo de ensino e aprendizagem de seus filhos é significativa e pode contribuir para o sucesso acadêmico e emocional dos filhos. Os pais devem ser incentivados a participar ativamente da vida escolar dos filhos e a criar um ambiente de

aprendizagem positivo em casa. No entanto, é importante lembrar que a influência dos pais é apenas um dos muitos fatores que contribuem para o sucesso acadêmico e que cada criança tem seu próprio ritmo de aprendizagem e suas próprias necessidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Relação família-escola como objeto de estudo nos trabalhos acadêmicos brasileiros: 1987/2008.** In: XV Encontro Nacional De Didática E Práticas De Ensino, 2010, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ENDIPE, 2021.

BONELL, C. **Effects of the Learning Together intervention on bullying and aggression in English secondary schools a cluster randomised controlled trial.** *The Lancet*, 392(10163), 2452-2464, 2020. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(18\)31782-3](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(18)31782-3). Acesso, 2023.

CAETANO, A. **Emoções no cyberbullying: um estudo com adolescentes portugueses.** *Educação e Pesquisa*, 42(1), 199-211.2020. <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201603138125> [[Links](#)]

DIAS, A. T. T. **Pesquisando a relação família-escola: o que revelam as teses e dissertações dos programas de pós-graduação brasileiros.** 2009. 219 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2022.

FERREIRA, N. S. A. **As pesquisas denominadas “estado da arte”. Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2022.

MARTINS, A. M.; SILVA, V. G. **Estado da Arte: gestão, autonomia da escola e órgãos colegiados.** *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: v. 41, p. 228-245, 2021.

NOGUEIRA, M. A., ROMANELLI, G., ZAGO, N. (org.). **Família & Escola – trajetórias de escolarização em camadas médias e populares.** Petrópolis: Vozes, 2021.

OLIVEIRA, L. M. **A relação família-escola nos periódicos científicos brasileiros.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, 2020.

ROMANELLI, G., NOGUEIRA, M. A., ZAGO, N. (org.). **Família & Escola –** Novas perspectivas de análise. Petrópolis: Vozes, 2013. [[Links](#)]

SANTOS, T. C.; ROCHA, M. S. P. M. L. O “estado da arte” nas pesquisas sobre as relações família-escola: anais da Anped e Endipe. *In: XV ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA PUC-CAMPINAS*, 2010, Campinas. **Anais [...]**. Campinas, 2020.

TRISTÃO, Laura et al. Bullying e cyberbullying: intervenções realizadas no contexto escolar. *Revista de Psicología* [online]. 2022, vol.40, n.2 [citado 2023-04-28], pp.1047-1073. Disponible en: <http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0254-92472022000201047&lng=es&nrm=iso>. Epub 04-Jul-2022. ISSN 0254-9247. <http://dx.doi.org/10.18800/psico.202202.015>. Acesso, 2023.

A REINVENÇÃO DA ESCOLA DURANTE A PANDEMIA: estratégias de gestão para enfrentar os obstáculos

Alberto Jorge Ferreira de Oliveira⁷

RESUMO

O estudo traz como objetivo conhecer os desafios que a gestão escolar enfrenta e as estratégias face a imposição da pandemia de COVID-19. A gestão escolar é um conceito polissêmico gradualmente incorporado à educação básica. Com a pandemia de Covid-19, importa refletir sobre a sua pertinência para dar continuidade ao ato educativo. O presente trabalho explica o processo de gestão escolar durante a educação. Este trabalho se baseia em uma pesquisa qualitativa, descritivo e bibliográfico que explora os caminhos percorridos pela gestão escolar para manter o vínculo pedagógico em tempos de pandemia, fornecendo insights valiosos para outras escolas enfrentando desafios semelhantes. Os achados explicitam uma gestão que por meio da reinvenção da escola durante a pandemia necessitou de estratégias de gestão para enfrentar os obstáculos decorrentes da pandemia, os gestores escolares precisaram orientar, planejar e implementar processos de valorização e aprimoramento do ensino e da aprendizagem, estabelecendo prioridades, metas e ações baseadas em um diagnóstico escolar contextualizado. Com a impossibilidade de aulas presenciais, o ambiente virtual e remoto se tornou um espaço estratégico para tomar decisões sobre atendimento diferenciado, inclusivo e socioemocional.

Palavras-chave: Gestão Escolar. Estratégias. Educação Básica. COVID-19.

ABSTRACT

The study aims to know the challenges that school management faces and the strategies to face the imposition of the COVID-19 pandemic. School management is a polysemic concept gradually incorporated into basic education. With the Covid-19 pandemic, it is important to reflect on its relevance to continue the educational act. The present work explains the process of school management during education. This work is based on a qualitative, descriptive and bibliographic research that explores the paths taken by school management to maintain the pedagogical bond in times of pandemic, providing valuable insights for other schools facing similar challenges. The findings explain a management that, through the reinvention of the school during the pandemic, needed management strategies to face the obstacles arising from the pandemic, school managers needed to guide, plan and implement processes of valuing and improving teaching and learning,

⁷ **Graduação:** em Letras, UEA - Universidade do Estado do Amazonas; **Pós-graduação:** em Educação de Jovens e Adultos / PROMINAS; **Mestrado:** em Ciência da Educação – Universidad de La INTEGRACIÓN de LAS AMÉRICA – UNIDA. alberto.oliveira@seducam.pro.br

establishing priorities , goals and actions based on a contextualized school diagnosis. With the impossibility of face-to-face classes, the virtual and remote environment has become a strategic space for making decisions about differentiated, inclusive and socio-emotional care.

Keywords: School Management. Strategies. Basic Education COVID-19.

1. INTRODUÇÃO

Os efeitos gerados pela pandemia de Covid-19 mostraram a vulnerabilidade que os contextos escolares enfrentam atualmente. A mudança da escola para as casas foi um ato inusitado que produziu mudanças nas formas de ensinar e aprender, na comunicação e na gestão escolar.

Pensar a educação em tempos de pandemia leva, entre outras questões múltiplas e consideráveis, a analisar a gestão; e em especial, o papel do diretor diante desse fato inédito para pensar uma boa escola que garanta os direitos onde todos aprendam conteúdos socialmente significativos.

A gestão, ator-chave da escola, com novo olhar para os percursos educativos neste contexto especial e desconhecido de situação de pandemia e isolamento, entre as múltiplas preocupações e desafios que foram surgindo e que respiga nos dias atuais, até do ponto de vista pessoal ao social (MENEZES, 2020).

Essa mudança repentina da rotina escolar trouxe inúmeros desafios para os gestores escolares e para os educadores. Foi necessário repensar novas estratégias, toda a dinâmica de ensino e encontrar formas de continuar engajando os alunos, mesmo em um ambiente virtual. Nesse novo contexto, a gestão escolar teve um papel fundamental na adoção de novas práticas pedagógicas, na capacitação dos professores para o uso de tecnologias digitais e na garantia de que os alunos tivessem acesso aos recursos necessários para o aprendizado remoto (PRETTO et al., 2020).

A virtualidade, que já era uma realidade em muitas escolas, tornou-se ainda mais presente durante a pandemia. A adoção de plataformas online para aulas, conforme aponta Oliveira (2021), as tarefas e comunicação se tornou imprescindível e demandou que os gestores escolares adotassem medidas para garantir a segurança e a privacidade dos alunos.

Apesar dos desafios, a pandemia também trouxe oportunidades para repensar o processo de ensino e aprimorar as práticas pedagógicas. A gestão escolar teve que ser mais criativa e inovadora para enfrentar as dificuldades e criar um ambiente virtual que fosse efetivo e envolvente para os alunos (RODRIGUES DE ALMEIDA, 2021).

Esta pesquisa buscou analisar e refletir sobre a prática da gestão escolar na organização no contexto da pandemia de Covid-19. De forma a delimitar o objeto de estudo e análise, as questões que orientaram a investigação são: Que estratégias são postas em prática para gerir a escola à distância? Que questões relacionadas ao trabalho como diretor foram modificadas após a suspensão das aulas presenciais? Como garantir a continuidade das atividades educacionais, mesmo com as escolas fechadas? Como manter a qualidade do ensino, em um ambiente virtual? Como promover a inclusão e o acesso à educação, quando muitos estudantes não têm acesso a dispositivos e internet?

Para responder às questões colocadas, foram referenciadas pelos diferentes especialistas em educação que, surgidos no mesmo contexto de pandemia e isolamento. O enquadramento teórico, faz um breve percurso pelo trabalho do gestor escolar e a sua importância para a construção de uma boa escola, nomeadamente em tempos de pandemia, tempos de incerteza, onde a continuidade escolar é marcada pela sincronia e assíncrono (HODGES, 2020).

A pandemia veio bloquear as rotinas escolares e alterar o que se conhece, fundando novas práticas pedagógicas e exigindo novas estratégias por parte da gestão escolar, que sem dúvida, tem um papel fundamental

nestes novos cenários marcados pela virtualidade. Assim, o estudo trouxe como Objetivo geral: Conhecer os desafios que a gestão escolar enfrenta e as estratégias face a imposição da pandemia de COVID-19. Como Objetivos específicos: discorrer sobre o papel do gestor escolar durante as aulas remotas; Identificar as estratégias específicas implementadas pelas equipas de gestão para sustentar o vínculo educativo no contexto de isolamento social obrigatório devido à pandemia.

Levando em conta o exposto, neste trabalho tomou-se como unidade de análise o papel da gestão escolar em tempos de pandemia. Nesse contexto, o papel do gestor escolar, consiste na prática em orientar, planejar e concretizar processos de valorização e aperfeiçoamento da prática de ensino e aprendizagem, estabelecer prioridades, metas e ações com base em um diagnóstico escolar contextualizado. Dessa forma, diante da situação emergencial, tornaram-se o espaço estratégico virtual e remoto para tomada de decisão sobre atendimento diferenciado, inclusivo e socioemocional. Conhecer os caminhos percorridos para manter o vínculo pedagógico motivou este trabalho situado, que se trata de uma pesquisa qualitativa para atender aos objetivos supracitados.

2. GESTÃO EDUCACIONAL

O conceito de gestão segundo Martins e Almeida (2020), está associado à liderança e à administração. Nesta área, na língua inglesa aparece como management, de onde o francês a traduziu como gestion e da qual, por sua vez, o espanhol a adotou em alguns casos como management e em outros como management. Embora no espaço público as pessoas reconhecem indistintamente de gestão.

No caso da educação, Almeida (2020) define a gestão educacional como o conjunto de métodos, procedimentos e técnicas que permitem colocar em prática a teoria explicativa da condução da educação, ou seja, são as estratégias que possibilitam a administração e desenvolvimento da educação

Conforme Oliveira (2021) expõem como gestão escolar as ações desenvolvidas pelos gestores que dirigem amplos espaços organizacionais de um todo que integra conhecimento e ação, ética e eficácia, política e gestão de processos que tendem à melhoria contínua das práticas educativas, à exploração de todas as possibilidades, e inovação permanente como um processo sistemático. Para o autor:

[...] A gestão educacional se estabelece como uma política do sistema para o sistema; marca as relações, articulações e trocas entre currículos, programas de apoio e propostas que desembarcam na escola (OLIVEIRA, 2021, p. 23).

Nesse entendimento, como explanou o autor, a gestão escolar está ligada à ideia de transformação educacional constante, supõe um quadro de atuação que não tem relação com o paradigma burocrático cujas características indelévels são a verticalidade das decisões e relações, a estrita divisão do trabalho, a existência de trabalho em equipe, a padronização de papéis quando podem ser diversificados, a ruptura entre o administrativo e o pedagógico, bem como ensino-aprendizagem como suporte articulador da educação.

Martins e Almeida (2020), argumentam que as dimensões da gestão são diretrizes para todos os níveis, uma vez que cada instituição implementa em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) um determinado modelo de gestão, missão e visão. Da mesma forma, o conhecimento teórico de gestão é elementar para uma verdadeira gestão escolar.

A gestão escolar de acordo com Almeida (2020), consolida-se não só na abordagem de finalidades para a resolução de problemas, mas também assenta na reestruturação do funcionamento dos estabelecimentos de ensino. É pertinente apontar a gestão escolar é um conjunto de atividades e práticas que têm como objetivo garantir o bom funcionamento de uma instituição de ensino, desde a sua estrutura física até a qualidade do ensino oferecido. Para que uma escola possa atingir suas metas educacionais, é fundamental que a gestão escolar seja bem estruturada e eficiente.

A gestão escolar segundo Dias (2020), envolve a análise de diversas variáveis, tais como a estrutura física da escola, o perfil dos alunos, a equipe de professores e funcionários, além de outros fatores que podem influenciar no desempenho da instituição. Para que a gestão escolar seja eficaz, é necessário que haja um planejamento estratégico, com a definição de objetivos claros e metas alcançáveis.

A consolidação da gestão escolar para Diogo (2021), não se restringe apenas à abordagem de finalidades para a resolução de problemas, mas também inclui a reestruturação do funcionamento da escola como um todo. Isso implica na análise e melhoria dos processos internos da instituição, bem como na adoção de práticas inovadoras que possam trazer resultados positivos para o aprendizado dos alunos.

Entre as principais responsabilidades da gestão escolar conforme discorre Dias (2020), estão a administração de recursos, a promoção da participação dos pais e da comunidade, a criação de um ambiente escolar acolhedor e motivador, a avaliação do desempenho dos alunos e professores, entre outras atividades que visam garantir uma educação de qualidade.

Considerada por Martins e Almeida (2020), que a gestão escolar é essencial para o sucesso de qualquer instituição de ensino, uma vez que permite a identificação de problemas e a adoção de medidas para a solução dos mesmos, além de promover um ambiente de aprendizagem saudável e produtivo para os alunos e professores. A reestruturação do funcionamento da escola é fundamental para que a gestão escolar seja eficiente e possa trazer resultados positivos para a educação.

A gestão escolar como aponta Diogo (2020, p. 19) traduz-se na “capacidade legal de tomar decisões relativas aos domínios da gestão e da manobra institucional”. No contexto atual, a gestão escolar apresenta mudanças constantes e vertiginosas, as instituições de ensino se veem na necessidade de repensar sua forma de trabalhar, questionando suas finalidades, escopo e organização, às quais se somam as novas competências

ou habilidades necessárias para os responsáveis pelos processos de gestão educacional.

Segundo Oliveira, Thums e Alves, (2021), os princípios que norteiam a gestão escolar são a autonomia para a tomada de decisões, a corresponsabilidade, a transparência e a prestação de contas. Isso significa compartilhar e transferir responsabilidades e recursos para o local onde as decisões são tomadas mais próximo dos envolvidos, assumindo que são eles quem melhor conhece os problemas e seu potencial de atenção, pois são os que estão mais próximos deles. Assim, a gestão escolar representa uma nova forma de trabalho horizontal (colegiado) com informações transversais e fluxos de decisão para identificar os principais problemas das escolas, priorizando sua atenção, tornando as ações transparentes e informando sobre as ações e estratégias empreendidas.

2.1. Gerenciar estratégias e construir uma boa escola no contexto da pandemia

Tudo mudou. A escola mudou, tudo o que sabíamos sobre ensinar e aprender foi questionado pelo aparecimento do COVID-19, colocando um parêntese na longa história da escolarização, obrigando a população em geral, a viver a exceção.

A pandemia fechou as salas de aula e abriu todo tipo de questionamento. Ninguém imaginou as novas condições de ensino, muito menos teorizou sobre elas. Nesse sentido Almeida (2020) discorre que:

[...] precisamos de uma pedagogia da exceção, ou seja, uma pedagogia que contemple e atue sobre as imensas desigualdades sociais que hoje são muito mais acentuadas, principalmente nos países da América Latina, a região mais desigual do planeta, onde a nova realidade A educação é fundamental, apesar dos inúmeros esforços das políticas públicas e das escolas (ALMEIDA, 2020, p. 2).

Segundo este pesquisador, é necessário que:

[...] a pedagogia apela à didática para requalificar o currículo procurando interações significativas através de propostas pedagógicas integradas com mensagens claras e também com um grau de acessibilidade que as permita chegar a todas as famílias, que assumem protagonismo e centralidade no facto educativo” (ALMEIDA, 2020, p. 2).

Trata-se de caminhar rumo a uma pedagogia sensível, reflexiva e humana, em meio à incerteza em que vivemos. Neste contexto, Menezes (2020) descreve que por algum tempo não foi possível o retorno à normalidade pedagógica. Foi preciso que o sistema educacional através do papel do Estado junto às políticas públicas tornasse esse fardo menos pesado e sobretudo, o trabalho das equipes gestoras e grupos docentes:

[...] Em todo caso, este caminho rumo à pedagogia da exceção nos permitiu pensar em tudo. Foram recomendadas medidas para garantir a inclusão e a equidade, em um contexto de desigualdade social. As escolas adotaram estratégias para garantir o acesso à tecnologia e à internet, como a distribuição de tablets e a oferta de conexões gratuitas. Também foram desenvolvidos projetos para garantir a alimentação dos estudantes e o apoio psicológico, em um contexto de grande ansiedade e incerteza. Isso somou para sair mais reflexivos e capazes, de equilibrar o que realmente funciona na velha ordem e o que podemos mudar (MENEZES, 2020, p. 13)

Essa realidade leva a repensar a escola e suas transformações em busca de estratégias que permitam enfrentar esse momento inesperado que exige respostas imediatas.

Segundo Oliveira (2021), essas transformações exigiram um novo exercício de “transposição didática pandêmica”, algo inédito, onde foi possível direcionar o trabalho dos professores que passaram a reinstalar a escola nas casas e aprendizagem na vida dos alunos:

[...] Essa nova transposição poderá utilizar as forças da gramática escolar, pois seus desenhos e costumes também se tornaram uma série de parâmetros conhecidos para criar um novo diálogo de aprendizagem nos lares, trazer novas estratégias no âmbito escolar como enfrentamento de primeira linha (OLIVEIRA., 2021, p. 19).

Avançando na leitura do que o autor propõe, é possível perceber cinco grandes caminhos para transitar neste tempo, principalmente naquelas escolas cuja comunidade educativa foi atravessada por altas desigualdades e conectividade desigual, tanto de alunos quanto de professores. São caminhos

possíveis para sustentar a aprendizagem baseada em novas estratégias sustentada em novas experiências educativas.

Como primeiro caminho, Diogo (2021) destaca necessidade de recuperar rostos, de conectar. Esta não é uma questão menor porque foi um tempo desprovido de valores, com descrédito das instituições onde a única busca do homem é a da felicidade causada não mais pelo ser, mas pelo ter. A pandemia impõe a necessidade e a importância de recuperar o que se quebrou ou perdeu e isso tem a ver com a recuperação do que é humano.

No âmbito das escolas, as funções da gestão escolar passaram a desempenhar um papel fundamental no estabelecimento de contato humano, o que implicou criar estratégias novas para localizar cada aluno, saber se tem as suas necessidades básicas satisfeitas, se tem conectividade, se pode realizar as atividades propostas e se há continuidade neles. É tempo de reinventar a escola a partir da virtualidade que propõe “um espaço separado dos corpos, mas unificado na pertença institucional, na preocupação humana e pedagógica com a situação de cada aluno” (GOMES, 2021, p. 41).

O segundo caminho apontado por Oliveira (2021), tem a ver com reclassificar o currículo e a didática, ou seja, priorizar. A ausência da aula presencial, de tempos e espaços regulados, de relação com o outro para estabelecer o vínculo, desafia a recorrer as novas estratégias, novos desenhos de propostas pedagógicas cheias de sentido que possibilitem vínculos e contenção emocional.

Um terceiro caminho colocado por Dias (2020) se dá pela necessidade de planejar com desigualdade, multiplicando as opções de ensino. A realidade impôs uma mudança nas condições de educabilidade que possibilitam a circulação e a produção do conhecimento requerem um novo intermediário no quadro educacional: a família. Por isso é necessário um maior realismo didático, onde a compreensão do contexto é fundamental na hora de pensar em experiências de aprendizagem.

No que diz respeito à tarefa docente, Oliveira (2022) descreve que é essencial um trabalho colaborativo que promova a multiplicação de propostas didáticas, a fim de que os alunos possam se encontrar virtualmente e compartilhar um diálogo escolar na busca de um espaço que vá além do estritamente pedagógico encontrando contenção na solidão de a pandemia. O desenho didático pode contemplar sempre dentro dos contextos realistas dos encontros virtuais com os alunos um espaço de tutoria entre pares, possibilitando a consulta daqueles que não entendem algo ou avançam às cegas. Criando filtros de leitura entre pares, trabalho em equipe e incentivando sempre a resolução colaborativa de problemas.

Outro caminho que foi proposto, Oliveira, Thums e Alves, (2021) explicam que tem a ver com a criação de uma nova sequência rotinizada. A incerteza quanto à duração do isolamento social obrigatório tornou necessário entrar em mais uma fase da pedagogia da exceção ligada ao estabelecimento de um novo calendário escolar, traçando um possível percurso com projeção para os anos vindouros, recalculado o pós-pandemia, a necessidade de uma maior flexibilidade e adaptação às mudanças, que se tornaram frequentes e imprevisíveis.

Oliveira (2021) explica que, o gestor precisou, renovar e inovar os espaços escolares, estabelecendo um projeto coletivo atravessado pela confiança nas possibilidades do corpo docente de desenhar novas estratégias e rotinas institucionais e possibilitar espaços de reflexão, troca honesta e busca compartilhada de sentido em todas as ações geradas.

A gestão escolar sempre foi uma tarefa complexa, envolvendo uma série de desafios para garantir o bom funcionamento da escola e o sucesso dos alunos. Com a imposição da pandemia de COVID-19, Alves e Faria (2020) coloca que, no entanto, esses desafios se tornaram ainda mais acentuados, exigindo estratégias diferenciadas para lidar com as novas demandas e garantir a continuidade do ensino.

Um dos principais desafios que a gestão escolar enfrentou segundo Araújo (2021), foi a adaptação ao ensino remoto, uma vez que muitas escolas foram obrigadas a fechar suas portas devido à necessidade de distanciamento social. Para isso, foi preciso garantir o acesso dos alunos e professores à tecnologia necessária para a realização de aulas virtuais e ao material didático adequado.

Além disso, Costin (2020) menciona que a gestão escolar também precisou estar atenta à saúde dos alunos, professores e demais funcionários da escola, implementando medidas de segurança sanitária para evitar a disseminação do vírus. Isso inclui a obrigatoriedade do uso de máscaras, a higienização frequente das mãos e a adoção de protocolos de distanciamento social.

Outro desafio importante segundo Dias (2020) foi a manutenção da qualidade do ensino, mesmo em um ambiente virtual. Para isso, foi preciso que a gestão escolar trabalhasse em conjunto com os professores na adaptação do conteúdo programático para o ensino à distância, bem como na adoção de metodologias de ensino inovadoras e eficientes para engajar os alunos.

Dentre as estratégias que podem ser adotadas, Diogo (2021) destacou a utilização de plataformas virtuais de ensino, que possibilitaram a interação dos alunos com os professores e a realização de atividades em grupo, mesmo à distância. Além disso, a gestão escolar pode promover capacitações para os professores para que estes estivessem mais preparados para o ensino remoto.

Portanto, a gestão escolar enfrentou e ainda enfrenta muitos desafios relacionados à pandemia de COVID-19, mas pode adotar diversas estratégias para garantir a continuidade do ensino e a segurança dos alunos, professores e demais funcionários da escola. É preciso estar atento às necessidades de todos os envolvidos e buscar soluções criativas e eficientes para superar as dificuldades impostas pela atual crise sanitária.

2.2. A gestão escolar e seus desafios pós-pandemia

No contexto da pandemia, cada país procurou construir diferentes estratégias de resposta à crise, de forma a cumprir a continuidade educativa. Entregas de computadores para os setores mais vulneráveis, programas de educação a distância diferenciados por níveis, entregas de livros didáticos, planos de leitura para famílias, programas educativos de televisão, materiais específicos de apoio à parentalidade em casa, bibliotecas lúdicas em família para o maior número de crianças, encontros virtuais com as famílias, aulas de zoom, entre outros (GOMES, 2021).

Os diretores das instituições de ensino junto com os professores têm se encarregado de levar essas políticas à comunidade; portanto, retornar à suposta “normalidade” implica na perda dessas estratégias? Algumas delas não são muito eficazes para contribuir com o cumprimento educativo? ou seja, deve-se buscar por uma política educacional inclusiva, equitativa e de qualidade.

Os esquemas de administração e gestão das instituições educativas exigem uma resposta eficaz às exigências do contexto. Até agora, este foi e é o desafio destas organizações, visando o desenvolvimento de organizações educacionais inteligentes, que buscam gerar condições favoráveis para que as escolas em geral respondam com eficiência às demandas sociais emergentes. Martins e Almeida (2020) destacam as seguintes questões que devem ser observadas:

- a) Liderança inovadora: É uma liderança que responde com propostas transformadoras, focadas no desenvolvimento e viabilização de oportunidades com uma visão holística do futuro. Além disso, é uma liderança independente, comprometida, responsável, transparente, competitiva, com visão de complexidade, espírito crítico, pedagógico, estratégico e político. Investimentos em formação continuada constates para lidar com incertezas e conflitos, trabalhando de forma planejada;

b) Elevados valores éticos e competências humanas, com formação acadêmica satisfatória e capacidade política para unir vontades e assim aumentar a capacidade de gestão. Hábil em conhecer o seu capital humano e compreender as capacidades e requisitos que os seus colaboradores têm face aos objetivos da organização;

b) Organização inovadora: Capaz de gerar atualização constante de si mesma, garantindo sua legitimidade e posicionamento social frente à competitividade frente aos novos cenários globais e tecnológicos;

c) Qualidade e relevância educacional: Possuir planos e programas acadêmicos renovados que permitam produzir conhecimento de alto nível, capaz de responder às demandas do ambiente;

d) Redes de cooperação: Estamos na sociedade em rede. Uma das principais mudanças nas escolas contemporâneas é deixar de lado o trabalho localizado, dando lugar a formas globais de trabalhar. Isto permite a partilha de conhecimentos e experiências com escolas de outras paragens, desde as nacionais às internacionais.

e) Políticas de internacionalização: Ter alianças internacionais que permitam a articulação de projetos e a mobilização de recursos além de suas fronteiras.

No contexto educacional, Saviani e Galvão (2021) coloca que vale destacar que um dos elementos de seu ambiente que mais rapidamente convida a mudanças constantes é a incorporação de tecnologias para a otimização de práticas habituais dentro das organizações. Essas mudanças tecnológicas nem sempre são vistas como algo prazeroso, como é o caso da incorporação da tecnologia como mediadora da relação professor-aluno no processo de ensino-aprendizagem.

Os processos de incorporação tecnológica conforme expõem Almeida (2020), devem ser encarados como processos de mudança, para além dos pressupostos de melhor qualidade e maior produtividade, é

inevitável a resistência à mudança por parte de alguns dos seus membros, fazendo com que a sua incorporação não seja imediata nem instantânea. Como todo processo de mudança, a incorporação de tecnologia para realizar a prática docente deve ser planejada, preparando respostas para imprevistos no desenvolvimento da implementação de mudanças.

O atual cenário representa um desafio para as organizações educativas. Eles se deparam com a necessidade de mudanças organizacionais radicais e reativas. O confinamento segundo Gomes (2021) representou uma perturbação do normal funcionamento das atividades educativas, perante o qual a resposta para preservar o ótimo desenvolvimento destas atividades deve ser inovadora em termos de métodos, formas e atividades, o que ajuda a compreender que a introdução destas alterações será difícil gerenciar.

Entre as várias forças que motivam as mudanças, destaca-se o apelo à incorporação da tecnologia como recurso mediador entre a relação professor-aluno. Para Oliveira, Thums e Alves, (2021), cada organização tem respondido a partir da sua complexidade e necessidades a estes desafios, considerando o planejamento e gestão de emergências adequados como a forma ideal de resolver situações e abrir caminho à mudança organizacional. Redefinem-se modelos e assumem-se abordagens emergentes que permitem avançar em tempos de grandes desafios.

Conforme mencionado, Dias (2020) aponta que a principal mudança que essas organizações introduziram é a implementação de atividades acadêmicas exclusivamente à distância, com o que a introdução de ferramentas digitais se tornou fundamental para facilitar a comunicação e as atividades entre os atores envolvidos; portanto, as organizações educacionais devem introduzir tecnologias de qualidade plataformas que permitem o desenvolvimento ótimo das suas atividades.

A gestão escolar conforme aponta Machado *et al.* (2023) enfrentou a redefinição de seus processos tradicionais. Tanto o pessoal administrativo,

professores e alunos estão enfrentando essas mudanças com o uso de seus recursos tecnológicos pessoais, fala-se da privatização das condições de trabalho e estudo dos participantes, bem como a privatização das ferramentas de trabalho e estudo, respectivamente.

Tanto os alunos como os professores e funcionários da organização têm a obrigação de ser responsáveis, no entanto, Diogo (2020) explica que ter as condições mínimas necessárias para aceder ao processo educativo não é da responsabilidade direta da organização, devendo ser assumida pelos alunos ou participantes na aprendizagem processar formas de resolução individual que viabilizem a gestão de sua aprendizagem.

Assim, Oliveira, Thums e Alves, (2021) salientam que embarcar neste processo de mudança organizacional implica avaliar as diversas variáveis em causa pós-pandemia:

a) O fator humano: a formação dos diferentes atores é fundamental. Não apenas no que diz respeito a ferramentas de ensino, mas também ferramentas administrativas para a digitalização adequada dos processos educacionais. Tanto os alunos como os docentes devem ter formação e conhecimento das ferramentas a disponibilizar para o desenvolvimento das suas atividades dentro da nova normalidade pós-pandemia.

b) Ter uma estratégia: Gerir esta mudança implica saber responder às necessidades dos atores. A direção das organizações educativas deve saber quais os aspetos que os participantes requerem para o ótimo desenvolvimento do seu trabalho, desde o conhecimento e formação tecnológica, até ao acesso a ferramentas e plataformas tecnológicas de qualidade que permitam o desempenho das respetivas tarefas.

c) Resolução inovadora de problemas: Os líderes devem ser flexíveis e saber lidar com os problemas que surgem ao longo do caminho para atingir o objetivo principal, que é o desempenho educacional e o cumprimento das ações planeadas na comunidade escola.

Outro aspecto substancial Martins e Almeida (2020) coloca que refere-se à redefinição dos programas curriculares e a necessidade de introdução de alterações que permitam a adaptação de conhecimentos e competências à nova realidade.

Portanto, gerir esta mudança implica saber responder às necessidades tanto dos alunos quanto dos professores. Os alunos podem ter passado por momentos de dificuldade durante a pandemia, seja por questões emocionais, sociais ou de aprendizagem. Por isso, é importante que o gestor escolar esteja preparado para identificar e atender a essas demandas, oferecendo suporte emocional, atividades extracurriculares, aulas de reforço, entre outras iniciativas.

O papel desempenhado pelo gestor escolar pós-pandemia é fundamental para garantir uma educação de qualidade para os alunos e um ambiente de trabalho seguro e acolhedor para os professores. Gerir essa mudança implica em estar preparado para atender às necessidades tanto dos alunos quanto dos professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em contextos caracterizados pela pandemia declarada no início de 2020, evidenciam-se mudanças radicais e significativas nas organizações, ainda mais nas organizações educativas; a gestão escolar tem o desafio de equacionar desigualdades e avançar no desenvolvimento de programas com abrangência para o cumprimento de seus objetivos e da missão declarada, para isso, deve redirecionar estratégias das áreas de gestão que devem dirigir.

Compreendeu-se durante o estudo, que a pandemia do coronavírus trouxe grandes desafios para o setor educacional, exigindo que os gestores escolares se adaptassem rapidamente a uma nova realidade de ensino remoto e híbrido. Agora, com o avanço da vacinação e a retomada gradual das

atividades presenciais, é fundamental que os gestores escolares estejam preparados para gerir essa mudança de forma eficiente.

Houve a compreensão também, de que, o papel desempenhado pelo gestor escolar pós-pandemia é de extrema importância, pois ele é o responsável por garantir que a escola esteja preparada para atender às necessidades tanto dos alunos quanto dos professores. Isso envolve a criação de um ambiente de aprendizado seguro e acolhedor, a promoção da saúde e do bem-estar dos alunos e professores, além da implementação de novas estratégias pedagógicas que possam ajudar a compensar os possíveis prejuízos causados pelo ensino remoto.

Outro fator importante durante o estudo, sobre a utilização das tecnologias de Informação e Comunicação que apresenta cenários altamente exigentes em relação ao desenvolvimento vertiginoso de processos para dar resposta e manter níveis de operacionalidade, eficiência e competitividade. Para preservar a sua relevância, é crucial que o gestor seja capaz de adquirir conhecimento constantemente, que lhe permita responder às mudanças do contexto; da mesma forma, entender sistematicamente o ambiente em que está inserida, acompanhada de relações humanas satisfatórias, trabalho em equipe, planejamento futuro, alto grau de comprometimento e responsabilidade por parte de seus integrantes e uma gestão renovada do conhecimento.

Conforme observado, compreende-se ainda, que as crises geradas por emergências ou desastres geralmente afetam os sistemas educacionais de várias e variadas maneiras. Em todos os casos, reduzem sempre a capacidade dos sistemas educativos de proporcionar uma educação continuada, inclusiva, equitativa e de qualidade para todas as pessoas, uma vez que as consequências tendem a atingir com maior intensidade as populações vulneráveis e as desigualdades educativas que podem aprofundar. Portanto, uma reação planejada por parte do gestor escolar e do sistema educacional é necessária.

Portanto, conclui-se, que planejar é um ato técnico-político que implica ter um conjunto de ferramentas e uma intenção política clara para alcançar transformações sociais desejáveis para a sociedade, não é um simples ato burocrático. Compete ao gestor escolar acompanhar esta situação e realizaram ações inovadoras: estar próximo da comunidade educativa, próximo das famílias, confortar meninos e meninas que perderam familiares, rever novas estratégias com os professores. Sem dúvida, o papel do diretor é complexo pela diversidade de funções que abrange.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. C., & Dalben, A. **(Re)Organizar O Trabalho Pedagógico Em Tempos De Covid-19: No Limiar Do (Im)Possível**. Educação & Sociedade, 2020, 41, e239688. <https://doi.org/10.1590/ES.23968> Acesso, 2023.

ALVES, Elaine Jesus; FARIA, Denilda Caetano de. **Educação em Tempos de Pandemia: lições aprendidas e compartilhadas**. Revista Observatório, Palmas, V. 6 n° 2, p. 1-18, abr-jun. 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/9475>. Acesso em: 2023

ARAÚJO, Denise Conceição Garcia et al. **Percepções sobre o ensino remoto-domiciliar durante o isolamento físico: o que as mães têm a nos relatar?** O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES). Saúde e Sociedade [online]. v. 31, n. 1, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902022200877>>. ISSN 1984-0470. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902022200877>. Acesso, 2023.

COSTIN, C. **Educar para um futuro mais sustentável e inclusivo**. Estudos avançados, n. 100, p. 43-52, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v34n100/1806-9592-ea-34-100-43.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2021.

DIAS, É., & Pinto, F. C. F.. (2020). **A Educação e a Covid-19. Ensaio: Avaliação E Políticas Públicas Em Educação**, 28(Ensaio: aval.pol.públ.Educ., 2020 28(108)), 545–554. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002801080001>

DIOGO, Maria Fernanda; ASSIS, Neiva de. **Atividades pedagógicas não presenciais em tempo de pandemia: contribuições a partir da psicologia histórico-cultural**. Rev. psicol. polít., São Paulo, v. 21, n. 51, p. 491-

508, ago. 2021. Disponível em
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2021000200014&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 2023.

GOMES, C. A., et al. **Education during and after the pandemics**. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação* [online]. 2021, vol.29, no.112, pp.574-594 [viewed 08 September 2021]. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362021002903296>. Available from: <http://ref.scielo.org/94cd85>

HODGES, C. et al. **The difference between emergency remote teaching and online learning**. *Educause Review*, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning> Acesso em: 4 jun. 2020.
» <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning> Acesso, 2023.

MACHADO, S. N. DA S.; FRITSCH, R.; PASINATO, D. **Abandono escolar no contexto da pandemia**: *Revista Labor*, v. 2, n. 26, p. 220-241, 31 dez. 2021. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/51026/34672>. Acesso em: 2023.

MARTINS, Vivian; ALMEIDA, Joelma. **Educação em Tempos de Pandemia no Brasil**: saber fazeres escolares em exposição nas redes e a educação online como perspectiva. *ReDoC*. Rio de Janeiro, V. 4 n° 2, maio/agosto. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/51026/34672>. Acesso em: 2023.

MENEZES, C. et al. Artigo: **Educação a distância no contexto universitário**. UFRGS, Porto Alegre, 24 abr. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-educacao-a-distancia-no-contexto-universitario/> Acesso em: 6 maio 2020.
» <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-educacao-a-distancia-no-contexto-universitario/> Acesso, 2023.

OLIVEIRA, Alberto Jorge Ferreira de. **Estudo Do Impacto Nos Anos De 2019 E 2020 em Escola Estadual No Município De Itacoatiara Amazonas/Brasil** - Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação Universidad de la Integración de las Américas, Paraguay, 2022.

OLIVEIRA, Andréa Silva de; THUMS, Angela; ALVES, Katiusse Içara. **Evasão e abandono escolar: do princípio da fuga ao caminho para a permanência**. In: FRITSCH, Rosângela (org.). *Ensino Médio: caminhos e descaminhos da evasão escolar*. São Leopoldo: Oikos, p.45-64, 2021.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; PEREIRA JUNIOR, Edmilson Antônio. **Trabalho docente em tempos de pandemia**: mais um retrato da desigualdade educacional brasileira. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, V. 14 n° 30, p. 719-735. set/dez. 2020. Disponível em:

<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1212/pdf>.
Acesso em: 2023.

OLIVEIRA, J. B. A. e ., GOMES, M., & Barcellos, T. **A Covid-19 e a volta às aulas: ouvindo as evidências**. *Ensaio: Avaliação E Políticas Públicas Em Educação*, 28(Ensaio: aval.pol.públ.Educ., 2020 28(108)), 555–578. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362020002802885>

OLIVEIRA, Sidimar da Silva. **Educar na incerteza e na urgência**: Implicações do ensino remoto ao fazer docente e a reinvenção da sala de aula. *Interfaces Científicas - Educação*, 10(1), 25-40, 2021, doi: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v10n1p25-40>. Acesso, 2023.

PRETTO, N. D. L.; BONILLA, M. H. S.; SENA, I. P. F. S. **Educação em tempos de pandemia**: reflexões sobre as implicações do isolamento físico imposto pela Covid-19. Salvador: Edição do autor, 2020.

RODRIGUES DE ALMEIDA, Patrícia et al. **Relações no ambiente escolar pós-pandemia: enfrentamentos na volta às aulas presenciais**. *Rev. Actual. Investig. Educ*, San José , v. 21, n. 3, p. 275-302, Dec. 2021. Available from <http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-47032021000300275&lng=en&nrm=iso>. access on 24 Apr. 2023. <http://dx.doi.org/10.15517/aie.v21i3.46287>. Acesso, 2023.

SAVIANI, Demerval; GALVÃO, Ana Carolina. **Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto**. *Universidade e Sociedade - ANDES-SN*, ano XXXI, n. 67, jan. 2021, p. 36-49. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b283db72641d4ada_1609774477.pdf. Acesso em: 2023.

CONTEXTO E VULNERABILIDADE NA CRISE DO COVID-19: fatores que impactaram o idoso durante e depois

Maria Magdalena Grego Moren⁸

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi analisar os fatores que impactaram a saúde da pessoa idosa durante e depois da pandemia de COVID-19. A pandemia do COVID-19 e a subsequente quarentena geraram uma crise global nas diferentes sociedades do planeta. O artigo descreve uma tríade emocional inicial: medo, ansiedade e angústia. O estudo apresenta como problema: Quais os fatores que impactaram a saúde da pessoa idosa durante e depois da pandemia de COVID-19? O estudo distingue uma série de fatores que potencializam essas emoções iniciais. Não primeiro, incerteza, quarentena e superinformação; enquanto, não segundo, a complexidade aumenta com as dificuldades econômicas, criando situações de depressão e ansiedade, principalmente em pessoas idosas. Este estudo analisou os fatores que afetaram a saúde da pessoa idosa durante e após a pandemia de COVID-19, por meio de uma pesquisa bibliográfica, descritiva e qualitativa. Os resultados indicaram que o isolamento social provocou impactos emocionais, como medo, ansiedade, angústia e problemas de sono, além de dificuldades financeiras. Fatores como incerteza, quarentena e superinformação, bem como dificuldades econômicas, aumentaram a complexidade desses impactos. A qualidade do sono também foi afetada e o estresse, a ansiedade e a depressão foram elevadas. Este estudo destaca a importância de medidas de enfrentamento psicossocial, além das medidas biológicas já estabelecidas, para minimizar os impactos negativos das restrições sociais na saúde mental das pessoas idosas.

Palavras-chave: COVID-19, Idoso. Vulnerabilidade. Estados Emocionais.

ABSTRACT

The objective of this research was to analyze the factors that impacted the health of the elderly during and after the COVID-19 pandemic. The COVID-19 pandemic and the subsequent quarantine generated a global crisis in different societies on the planet. The article describes an initial emotional triad: fear, anxiety and anguish. The study presents as a problem: What factors impacted the health of the elderly during and after the COVID-19 pandemic? The study distinguishes a series of factors that potentiate these initial emotions. Not first, uncertainty, quarantine and overinformation; while, secondly, the complexity increases with economic difficulties, creating situations of depression and anxiety, especially in elderly people. This study

⁸ **Graduação:** Direito pela Universidade Gama Filho; **Pós-graduação:** - EaD e as Tecnologias Educacionais pela Unopar; **Pós-graduação:** Direito Civil e Processual Civil com capacitação para ensino no Magistério Superior pela Faculdade de Direito Damásio de Jesus. **Mestrado:** Direito pela Universidad de Desarrollo Sustentable – UDS-PY; olliviergregoadvogados@gmail.com

analyzed the factors that affected the health of the elderly during and after the COVID-19 pandemic, through a bibliographical, descriptive and qualitative research. The results indicated that social isolation caused emotional impacts, such as fear, anxiety, anguish and sleep problems, in addition to financial difficulties. Factors such as uncertainty, quarantine and overinformation, as well as economic hardship, have added to the complexity of these impacts. Sleep quality was also affected and stress, anxiety and depression were elevated. This study highlights the importance of psychosocial coping measures, in addition to the already established biological measures, to minimize the negative impacts of social restrictions on the mental health of older people.

Keywords: COVID-19, Elderly. Vulnerability. Emotional States.

1. INTRODUÇÃO

A experiência de crise que se vive com o aparecimento da COVID-19 e a consequente pandemia, reside não só nas repercussões psicológicas e emocionais que o confinamento acarretou, assim como geraram uma série de sintomas e diversas reações caracterológicas. Por um lado, foram exacerbadas as particularidades de cada pessoa individualmente, mas também nas características relacionais, principalmente em relação a pessoa idosa.

A experiência de crise que se viveu com o aparecimento da COVID-19 e a consequente pandemia, residiu não só na possibilidade de contágio, mas também nas repercussões psicológicas e emocionais que o confinamento acarretou. Segundo Matta *et al.* (2021), a decisão de quarentena e todos os cuidados voltados para a prevenção geraram uma série de sintomas, principalmente no que diz respeito, a vulnerabilidade, aos estados emocionais, assim como a economia.

No início, Barros *et al.* (2020) comentam sobre as recomendações dos psicólogos, principalmente por meio de orientações para uma convivência harmoniosa na quarentena, que serviram para amenizar os anseios e angústias, principalmente das pessoas idosas. Mas, aos poucos, foram-se esgotando os recursos criativos que haviam sido retirados de cada ser humano em reclusão, para dar lugar ao tédio, ao aborrecimento, ao mau

humor, à intolerância, sentimentos que servem de disfarce para a angústia que esta altura fica mais evidentes.

O método de confinamento residiu no isolamento obrigatório para evitar a propagação do COVID-19 e foi uma das estratégias de saúde pública internacional. Como método, consistiu em que as pessoas ficassem em casa, interrompendo suas atividades habituais, o que implicou numa mudança profunda no ritmo da vida cotidiana. Nas famílias, a escola, o trabalho e as relações sociais foram claramente afetados, levando as pessoas a reestruturar suas vidas após a pandemia e reduzir suas atividades ao perímetro de suas casas (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2020).

O foco das atenções como apontam Rocha *et al.* (2021), compreende os cuidados com a pessoa idosa. Pois, ao mesmo tempo em que as pessoas foram orientadas sobre o assunto, os detalhes de sua saúde mental também foram relegados. Lembrando que pessoas que ficaram em isolamento social e com pouco ou nenhum contato com outras pessoas gerou um grau significativo de vulnerabilidade e com isso a possibilidade de desencadear comportamentos sintomáticos, patologias psiquiátricas e outras disfunções como brigas de relacionamento, estresse agudo e pós-traumático, solidão, ansiedade e angústia, insônia, pânico, depressão.

Todas essas implementações que foram instaladas pelo COVID-19 produziram demandas agregadas, econômica e socialmente, geraram aumento do desemprego, inadimplência bancária, diminuição da renda do trabalho, insolvência de empresas e redução do consumo e da poupança. Como explica Canali e Scortegagna (2021), a COVID-19 levou a um estado de emergência sanitária com medidas políticas inéditas para o mundo, que causaram variações no nível socioeconômico. Que causou instabilidade na saúde mental, principalmente dos idosos, que a curto e longo prazo que o sistema de saúde teve que adotar medidas estratégicas. Esta epidemia trouxe grandes impactos negativos para os profissionais de saúde e populações vulneráveis, porque lhes causou estresse, confusão, raiva, medo, preocupação, tédio, ansiedade, depressão, culpa, desesperança e frustração.

Pós-pandemia, muitas pessoas têm experimentado diversos sentimentos como medo, preocupação, estresse, depressão, etc. São respostas comuns a situações de mudança ou crises como a que estamos vivendo.

Silva *et al.* (2021) apontam que a população idosa foi a que mais apresentaram indicadores de ansiedade, transtornos do pânico, distúrbios do sono, desesperança, aborrecimento, angústia que se manifestam devido ao confinamento durante as pandemias. Conforme descrevem Alves e Magalhães (2020), altos níveis de estresse, ansiedade, depressão e angústia foram encontrados no grupo de pessoas idosas.

Nesse contexto, Silva *et al.* (2021) salientam que um grupo especialmente vulnerável ao COVID-19 são as pessoas com 60 anos ou mais. As variáveis que os colocam em risco são várias. Dentre elas, maior prevalência de fragilidade e vulnerabilidade a eventos adversos, incapacidade e dependência, condições de saúde subjacentes, tais como: doenças cardiovasculares, doenças respiratórias, insuficiência renal crônica, hipertensão arterial e diabetes mellitus; aquelas que dificultam a recuperação, uma vez contraído o vírus, e aumentam a probabilidade de morte. Por esse motivo, os indivíduos sentem uma sensação de estresse, ansiedade, medo, tristeza e solidão, o que aumenta a possibilidade de agravamento de transtornos mentais.

A saúde mental das pessoas idosa também fora afetada, assim como seu estado emocional, psicológico e social, que é muito importante no ser humano, pois intervém na forma como a pessoa pensa, age e sente perante a vida. O surgimento da epidemia de COVID-19 esclarecido por Brandão (2022), trouxe grande impacto psicológico e emocional para as populações da terceira idade, pois gerou sequelas físicas e mentais como ansiedade, depressão, estresse, tanto durante o isolamento social quanto naqueles que já tiveram a doença, que um membro da família teve ou morreu. Pelo exposto, pode-se dizer que a saúde mental é uma prioridade de pesquisas no país porque é um problema de saúde social, por isso é muito importante investigar o impacto psicológico nas pessoas idosas devido a esta pandemia, para que

possa determinar a magnitude do problema e, assim, criar estratégias preventivas que ajudem a reduzir esse problema.

Uma vez estabelecida a relevância da pesquisa, apresenta o problema do estudo: Quais os fatores que impactaram a saúde da pessoa idosa durante e depois da pandemia de COVID-19? Dessa forma justifica-se a pesquisa pela importância de conhecer e discorrer sobre o panorama da COVID-19, que envolve as vulnerabilidades socioeconômicas e familiares em idosos. Com base nessa revisão, é apresentado o objetivo geral da pesquisa: analisar os fatores que impactaram a saúde da pessoa idosa durante e depois da pandemia de COVID-19.

2. O ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL

O envelhecimento saudável como explica Romero (2021), é um conceito que vai além da mera ausência de doença ou incapacidade física. Ele se refere a um processo dinâmico de adaptação às mudanças que ocorrem ao longo da vida, permitindo que os idosos mantenham um bom estado de saúde físico, mental e social.

Manter um envelhecimento saudável de acordo com Guedes (2020), é essencial para garantir uma boa qualidade de vida na velhice, permitindo aos idosos participar ativamente da sociedade, manter relações interpessoais e realizar suas atividades cotidianas. Esse conceito também está relacionado à identificação dos determinantes que influenciam o processo de envelhecimento saudável, como fatores genéticos, ambientais e comportamentais.

Entre os fatores que influenciam o envelhecimento saudável, Torres (2022) adverte que podemos destacar a prática de atividade física regular, alimentação saudável e equilibrada, manutenção de atividades cognitivas, conexões sociais significativas, acesso a serviços de saúde de qualidade e medidas de prevenção de doenças.

Como opinam Giovanella *et al.* (2022), é importante promover a conscientização sobre a importância do envelhecimento saudável, incentivando a adoção de hábitos saudáveis desde a juventude, bem como garantir políticas públicas e serviços de saúde adequados para os idosos, permitindo que eles possam envelhecer com dignidade, autonomia e qualidade de vida.

Com o aumento do risco de complicações graves decorrentes da infecção pelo vírus, Brandão (2022) esclarece que as medidas de distanciamento social e a necessidade de proteger a saúde dos idosos levaram a mudanças significativas nos programas de saúde voltados para essa faixa etária:

[...] Durante esse período, aprendemos que os programas que visam a atenção e a promoção da saúde do idoso devem oferecer sistemas de apoio ao autocuidado que incluam ações educativas e de reabilitação (BRANDÃO, 2022, p. 56).

Esses sistemas permitem que mesmo as pessoas idosas com algum grau de dependência possam ter a oportunidade de fortalecer sua capacidade funcional intrínseca, promovendo assim um envelhecimento mais saudável e autônomo. Para Torres (2022), é fundamental que esses programas promovam bons relacionamentos familiares e apoio social para os idosos, uma vez que as relações interpessoais são fundamentais para a saúde mental e emocional dos idosos. A pandemia mostrou que o isolamento social pode ter efeitos negativos graves sobre a saúde dos idosos, levando a um aumento do risco de depressão, ansiedade e outras doenças mentais.

Assim, programas de saúde que visem à promoção da saúde do indivíduo idoso devem oferecer um suporte abrangente que vá além do cuidado médico. Esses programas devem incluir estratégias que promovam a independência funcional dos idosos, incentivando a prática de atividades físicas, a adoção de uma dieta saudável e o autocuidado. Ao mesmo tempo, devem oferecer apoio emocional e social, garantindo que os idosos possam manter sua qualidade de vida, mesmo em períodos de isolamento social ou outros desafios.

A pandemia do COVID-19 como expõem Nossa (2020), tem exposto as vulnerabilidades da população idosa, especialmente no que diz respeito aos estados emocionais. A sensação de medo, incerteza e isolamento social pode ser ainda mais intensa nessa faixa etária, o que exige ações específicas de cuidado e apoio.

Além dos aspectos relativos ao autocuidado e ao apoio social, o cuidado à pessoa idosa envolve várias questões que se tornaram mais evidentes com a emergência da pandemia. Brandão (2022) menciona que é necessário considerar as condições específicas de saúde e as necessidades emocionais dos idosos, bem como sua relação com as pessoas próximas e a comunidade.

Para fazer frente a esses desafios, Torres (2022) explica que é essencial refletir com base na Ciência, buscando soluções e estratégias que tenham uma base sólida e confiável. Ações sem um adequado aprofundamento científico podem levar ao empirismo, que muitas vezes é irracional e pode colocar a saúde dos idosos em risco.

Assim, Guedes (2020) relata que é necessário envolver profissionais de saúde, pesquisadores e outras autoridades competentes na busca por soluções que levem em consideração as necessidades específicas da população idosa. Isso inclui o desenvolvimento de intervenções específicas para a promoção da saúde emocional dos idosos, o apoio à família e cuidadores, bem como medidas de prevenção e controle da doença.

Portanto, o cuidado à pessoa idosa exige uma abordagem integrada e multidisciplinar, que leve em consideração todos os aspectos envolvidos no processo de envelhecimento e vulnerabilidade. É necessário que a Ciência seja usada como base para o desenvolvimento de políticas públicas e programas de saúde que atendam às necessidades da população idosa, promovendo um envelhecimento saudável e autônomo.

2.1. Cuidado às pessoas idosas em diferentes contexto pós-pandemia

A pandemia do COVID-19 tem afetado a população de forma significativa, especialmente a população idosa. A necessidade de distanciamento social e outras medidas de proteção tem levado a um aumento do isolamento social e da vulnerabilidade dos idosos, tornando-se ainda mais necessário discutir e propor soluções que minimizem os impactos na qualidade de vida e saúde dessa população.

Nesse contexto, Alves e Magalhães (2020) alude que é importante considerar as demandas do cuidado às pessoas idosas em diferentes contextos, como instituições de longa permanência, cuidado domiciliar, hospitalar e atenção primária à saúde. As instituições de longa permanência (ILPI) têm sido especialmente afetadas pela pandemia, uma vez que são locais onde muitos idosos vivem em situação de vulnerabilidade e podem ser expostos a um maior risco. Para Silva *et al.* (2021):

[...] O cuidado domiciliar também apresenta desafios significativos, uma vez que muitos idosos dependem de cuidadores para realizar atividades cotidianas e manter sua saúde e bem-estar. O isolamento social e a necessidade de distanciamento físico podem dificultar o acesso a cuidadores e serviços de saúde, levando a uma deterioração da saúde e qualidade de vida dos idosos (SILVA *et al.*, 2021, p. 53).

O autor chama atenção também para o cuidado hospitalar e a atenção primária à saúde, que também têm enfrentado desafios significativos durante a pandemia, uma vez que muitos idosos evitaram buscar atendimento médico por medo de contágio. Para minimizar os impactos pós-pandemia na qualidade de vida e saúde da população idosa, é necessário desenvolver estratégias que levem em consideração as necessidades específicas dessa população. Isso inclui a criação de protocolos de segurança em ILPIs e serviços de cuidado domiciliar, a disponibilização de recursos de suporte emocional e social para os idosos e seus cuidadores, e a garantia do acesso a serviços de saúde de qualidade e medidas de prevenção de doenças.

A população idosa como aponta Canali e Scortegagna (2021), é frequentemente associada a conceitos de vulnerabilidade e dependência, o

que pode levar a uma desvalorização do idoso como ser humano multifacetado. No entanto, a revitalização da solidariedade e a valorização do idoso como um indivíduo único e com experiências significativas podem ajudar a combater essa visão estereotipada.

A solidariedade descrita por Rocha *et al.* (2021), é um valor que pode ser revitalizado para promover o cuidado e a proteção dos idosos. Isso envolve a construção de redes de apoio que possam oferecer suporte emocional, social e prático para os idosos, principalmente aqueles que residem sozinhos ou que possuem limitações físicas ou cognitivas. A rede de apoio pode incluir familiares, amigos, vizinhos, voluntários e profissionais de saúde.

Além disso, Barros *et al.* (2020) coloca que é necessário valorizar o idoso como um ser humano multifacetado e não apenas como um número ou classificação de parâmetro social. O idoso tem experiências significativas, conhecimentos e habilidades que podem ser compartilhados e valorizados pela sociedade como um todo.

A valorização do idoso para Matta *et al.* (2021), também é importante em termos de saúde emocional. A idade avançada pode estar associada a uma série de mudanças emocionais, como sentimentos de solidão, tristeza e depressão. A valorização do idoso pode ajudar a combater esses sentimentos negativos, promovendo a autoestima e o sentimento de pertencimento.

[...] é importante destacar que o grupo de idosos com limitações físicas ou cognitivas apresenta um crescimento quantitativo relevante, o que torna ainda mais urgente a necessidade de fortalecer a rede de apoio e valorizar o idoso como um ser humano multifacetado (Matta *et al.*, 2021, p. 62).

Nesse sentido, a revitalização da solidariedade e a valorização do idoso como ser humano multifacetado são importantes para combater a vulnerabilidade e promover a saúde emocional dos idosos. O fortalecimento da rede de apoio é fundamental para garantir que os idosos recebam o suporte necessário para viver de forma autônoma e saudável.

2.2. Fatores que impactaram a saúde da pessoa idosa durante e depois da pandemia de COVID-19

A solidão como emoção são fatores estrutural em que vivem muitos idosos. A pandemia do COVID-19 nos inunda com notícias alarmantes que nos encham de insegurança, desespero, medo, ameaça e solidão. Tudo isso causa depressão, irritabilidade, insônia, somatização, angústia e ansiedade no ser humano, devido à incerteza da situação, aos riscos reais de contágio à saúde, ao excesso de informações e à angústia de não ter contato com familiares e amigos

A solidão social e emocional como expõem Xiang *et al.* (2020), pode ser especialmente prejudicial para os idosos, uma vez que pode levar a um aumento do risco de depressão, ansiedade e outras condições de saúde mental. Além disso, a solidão pode afetar a saúde física dos idosos, levando a uma diminuição da imunidade e um aumento do risco de doenças crônicas.

O sentimento de solidão entre os idosos pode ser ainda mais intenso pós-pandemia, como alude Romero (2021):

[...] uma vez que muitos podem ter perdido contatos sociais importantes e enfrentado dificuldades para se adaptar às mudanças na rotina. É importante, portanto, oferecer apoio emocional e social para os idosos, incluindo a disponibilização de recursos e serviços que possam ajudar a promover a interação social e a manutenção do contato com familiares, amigos e outros membros da comunidade (ROMERO, 2021, p. 38).

A solidão e o isolamento social e emocional são fatores que impactaram significativamente a saúde mental da população idosa durante a pandemia e podem continuar sendo desafios pós-pandemia. É fundamental oferecer apoio emocional e social para os idosos, garantindo que eles tenham acesso a recursos e serviços que possam ajudá-los a manter o contato social e a interação com a comunidade, promovendo assim a saúde e o bem-estar dos idosos.

Como explica Brandão (2022), mesmo após o fim da pandemia, muitos idosos ainda enfrentam desafios em relação à sua saúde. Dentre os fatores que mais impactaram a saúde do idoso pós-pandemia, destacam-se a depressão, o estresse, a insônia e a ansiedade.

[...] A depressão é uma condição de saúde mental que pode ser especialmente comum entre os idosos pós-pandemia, devido à sensação de isolamento social e mudanças significativas na rotina e estilo de vida. O estresse também pode ser uma resposta comum à pandemia, afetando a saúde física e emocional dos idosos (BRANDÃO, 2022, p. 54).

Dentre as múltiplas causas envolvidas nas nefastas repercussões da pandemia, a perda da liberdade nas atividades da vida cotidiana é um dos principais fatores que impactou a vida dos idosos. Como aponta Romero (2021), os idosos são o grupo com maior taxa de mortalidade por COVID 19, pelo que esta situação os torna mais vulneráveis ao stress.

Por outro lado, a insônia como assinala é outro fator que pode afetar a saúde do idoso pós-pandemia, sendo relacionada à ansiedade e preocupações com a saúde e segurança. Além disso, as mudanças no estilo de vida, como o aumento do sedentarismo e o isolamento social, podem afetar a saúde física e emocional dos idosos, aumentando o risco de doenças crônicas.

Outro fator destacado por Xiang *et al.* (2020), diz respeito a crise econômica, que também pode afetar a saúde do idoso pós-pandemia, especialmente aqueles que dependem de uma renda fixa ou de serviços de cuidado e assistência. A falta de recursos financeiros pode levar a uma diminuição do acesso a cuidados de saúde e serviços básicos, além de aumentar o estresse e a ansiedade em relação ao futuro.

Para minimizar os impactos da pandemia na saúde do idoso pós-pandemia, Rocha *et al.* (2021) advertem que é necessário oferecer suporte emocional e social, além de medidas que promovam a saúde física e mental. Isso inclui a disponibilização de recursos e serviços de suporte emocional,

como psicoterapia e grupos de apoio, bem como medidas que promovam a atividade física, a alimentação saudável e o cuidado com a saúde mental.

Além disso, Canali e Scortegagna (2021) ressaltam que é importante considerar medidas que possam ajudar a mitigar os impactos da crise econômica, como a oferta de recursos financeiros e serviços de assistência para os idosos que necessitam de cuidado e suporte financeiro.

Portanto, os fatores que impactaram a saúde do idoso pós-pandemia incluem a depressão, o estresse, a insônia, a ansiedade, as mudanças no estilo de vida e a crise econômica. É fundamental oferecer suporte emocional e social, bem como medidas que promovam a saúde física e mental, para minimizar os impactos da pandemia na saúde do idoso.

2.3. Vulnerabilidades socioeconômicas e familiares

As vulnerabilidades que uma pessoa enfrenta referem-se aos diferentes riscos a que está exposta, e dependem do ambiente pessoal, familiar, socioeconômico e até político que fragilizam sua capacidade de prevenir, enfrentar, resistir e superar situações que impactam seu bem-estar. A vulnerabilidade socioeconômica como salienta Alves e Magalhães (2020), está associada a várias situações e dimensões, principalmente a idade avançada, menor escolaridade, a falta e incapacidade de resposta ao risco existente associado à falta de recursos materiais e acesso a diferentes bens e serviços.

Nos idosos, Matta *et al.* (2021) elucida que as vulnerabilidades socioeconômicas manifestam-se na tendência de diminuição dos seus rendimentos, na sua ligação a trabalhos precários, que os tornam especialmente vulneráveis às flutuações econômicas, com impactos diretos no seu bem-estar e qualidade de vida, por exemplo, os empregos ocupados pela população com 65 anos ou mais caracterizam-se por oferecer baixos salários e muitas vezes não oferecem os benefícios necessários para que a

população tenha acesso à previdência social, além disso, aqueles que trabalham o fazem por necessidade e, mesmo assim, sofrem carências e sua renda é insuficiente para satisfazer suas necessidades básicas. Nesse ponto Rocha *et al.* (2021) argumenta que:

[...] Mas, não é só o bem-estar econômico individual, a vulnerabilidade traduz-se também no enfraquecimento econômico das suas redes familiares ou comunitárias e na exposição à insegurança alimentar, para citar algumas dimensões ao nível pessoal e familiar (ROCHA *et al.*, 2021, p. 67).

Dessa forma, analisar a vulnerabilidade socioeconômica dos idosos torna-se relevante. Por outro lado, Canali e Scortegagna (2021) coloca que a ligação entre vulnerabilidade socioeconômica e bem-estar físico é menos clara, e é provável que haja uma inter-relação complexa entre economia e saúde. Algumas pessoas mais velhas podem se tornar cada vez mais vulneráveis devido à sua crescente saúde precária, e as preocupações financeiras podem exacerbar essa situação. Se o idoso economicamente ativo adoecer com COVID-19, pode ficar gravemente vulnerável em termos econômicos, uma vez que tem de parar de trabalhar devido a um estado de saúde comprometido, e se não tiver segurança social no trabalho que lhe permita recuperar e recebendo um salário, sua situação econômica e de saúde pode se deteriorar rapidamente.

A vulnerabilidade socioeconômica como descreve Alves e Magalhães (2020), está vinculada a essa questão desde a esfera institucional, que está relacionada ao baixo acesso à previdência social da população empregada, por estar no setor informal, ou pelo menos baixos níveis de população idosa com pensões contributivas. Por outro lado, também se faz referência às instituições estatais fragilizadas e fragmentadas.

Portanto, as vulnerabilidades são de vários tipos, podem ser físicas, emocionais, cognitivas ou financeiras, e quem está vulnerável em qualquer uma dessas dimensões da vida corre maior risco. Além disso, destacam que os idosos de contextos de baixa renda são mais propensos a sofrer de condições crônicas, multimorbidade ou mesmo fragilidade e, portanto, de serem economicamente mais vulneráveis. Gerar conhecimento sobre as

condições da população vulnerável é um dos objetivos deste estudo. É preciso desenvolver estratégias e apoios que visem minimizar os impactos de eventos como a pandemia, garantindo o acesso a serviços de saúde de qualidade e em tempo hábil, uma renda econômica de acordo com as necessidades e mantendo os padrões de bem-estar das pessoas. Além disso, a pandemia não está apenas ameaçando a vida dos idosos, mas também sua família e redes sociais, seu emprego e sua segurança econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise do COVID-19 teve um impacto significativo na saúde e bem-estar da população idosa em todo o mundo. Durante a pandemia, os idosos enfrentaram desafios únicos em relação à sua saúde, incluindo o aumento do risco de infecção e complicações graves, a necessidade de distanciamento social e isolamento, e a interrupção dos cuidados de saúde regulares.

Além disso, muitos idosos também enfrentaram desafios emocionais, incluindo o sentimento de solidão e isolamento, ansiedade e depressão.

Após o fim da pandemia, muitos idosos ainda enfrentam desafios em relação à sua saúde e bem-estar, incluindo a depressão, estresse, insônia, ansiedade, mudanças no estilo de vida e crise econômica.

Para minimizar os impactos da pandemia na saúde do idoso, é fundamental oferecer suporte emocional e social, bem como medidas que promovam a saúde física e mental. Isso inclui a disponibilização de recursos e serviços de suporte emocional, medidas que promovam a atividade física, a alimentação saudável e o cuidado com a saúde mental, além de medidas que possam ajudar a mitigar os impactos da crise econômica.

Conclui-se, que a valorização do idoso como um ser humano multifacetado e o fortalecimento da rede de apoio são fundamentais para combater a vulnerabilidade e promover a saúde emocional dos idosos. A revitalização da solidariedade e a oferta de recursos e serviços de suporte

emocional e social são medidas importantes para garantir que os idosos recebam o suporte necessário para viver de forma autônoma e saudável. Portanto, é fundamental que a sociedade como um todo esteja atenta e ofereça suporte aos idosos, garantindo que eles tenham acesso a recursos e serviços que possam ajudá-los a manter o contato social, a interação com a comunidade e a promoção da saúde e bem-estar.

REFERÊNCIAS

ALVES, A.; MAGALHÃES, I. Implicações na saúde mental de idosos diante do contexto pandêmico da COVID-19. *Revista Enfermagem Atual In Derme*, v. 93, p. e020005, 17 ago. 2020. Disponível em: <http://revistaenfermagematual.com.br/index.php/revista/article/view/774/675>. Acesso, 2023.

BARROS, Marilisa Berti de Azevedo et al. **Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19.** *Epidemiol. Serv. Saúde* [online]. 2020, vol.29, n.4 [citado 2023-04-30], e2020427. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742020000400021&lng=pt&nrm=iso>. Epub 20-Ago-2020. ISSN 1679-4974. <http://dx.doi.org/10.1590/s1679-49742020000400018>.

BRANDÃO, Renata Ferraz Alves Dos Santos. **Saúde Mental De Pessoas Idosas Frente A Pandemia De COVID-19: UMA REVISÃO NARRATIVA** - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia-GO 2022. <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/4046/1/Sa%C3%BAde%20mental%20de%20pessoas%20idosas%20frente%20a%20pandemia%20de%20Covid-19%20uma%20revis%C3%A3o%20narrativa.pdf>. Acesso, 2023.

CANALI, A. L. P.; SCORTEGAGNA, S. A. **Agravos à saúde mental de pessoas idosas frente a COVID-19.** *Research, Society and Development*, v. 10, n. 7, p. e50210716947- e50210716947, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/16947>. Acesso, 2023.

ESCORSIM, S. M. **O envelhecimento no Brasil: aspectos sociais, políticos e demográficos em análise.** *Serviço Social & Sociedade*, 142(1), 427-446. Recuperado em 28 janeiro, 2022, de: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.258>. Acesso, 2023.

FALEIROS, V. P. **Envelhecimento no Brasil do Século XXI: transições e desafios.** *Argumentum*, 6(1), 6-21, 2020, de: <https://doi.org/10.18315/argumentum.v6i1.7952>. Acesso, 2023.

GIOVANELLA, L., *et al.* **Desafios da atenção básica no enfrentamento da pandemia de covid-19 no SUS.** Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz, Editora Fiocruz, , pp. 201-216. Informação para ação na Covid19 series. ISBN: 978-65-5708-123-5. 2022. <https://doi.org/10.7476/9786557081587.0013> Acesso, 2023.

GUEDES, M. B. O. G. **Apoio social e o cuidado integral à saúde do idoso.** *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 27(4), 1185-1204. 2020, de: <https://doi.org/10.1590/s0103-73312017000400017>. Acesso, 2023.

MANNA, R. E., **Imaginário coletivo de idosos participantes da rede de proteção e defesa da pessoa idosa.** *Saúde e Sociedade*, 27(4), 987-996, 2020, de: <https://doi.org/10.1590/s0104-12902018180888>. Acesso, 2023.

MARTINS, J. S. **Políticas públicas de atenção à saúde do idoso: reflexão acerca da capacitação dos profissionais da saúde para o cuidado com o idoso.** *Revista Brasileira De Geriatria E Gerontologia*, 10(3), 371-382, 2022.. <https://doi.org/10.1590/1809-9823.2007.10039>. Acesso, 2023.

MATTA, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., and SEGATA, J., eds. **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia** [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, 221 p. Informação para ação na Covid-19 series. ISBN: 978-65-5708-032-0. <https://doi.org/10.7476/9786557080320>

MENDONÇA, J. M. B., **O sentido do envelhecer para o idoso dependente.** *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(1), 57-65, 2022, de: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020261.32382020>. Acesso, 2023.

MIRANDA, G. M. D.; **Population aging in Brazil: current and future social challenges and consequences.** *Rev. bras. geriatr. gerontol.* 2016, vol. 19, no. 3, pp. 507-519, ISSN: 1981-2256 [viewed 8 January 2020]. DOI: [10.1590/1809-98232016019.150140](https://doi.org/10.1590/1809-98232016019.150140). Available from: <http://ref.scielo.org/mkvhd8> Acesso, 2023.

NOSSA, P. N. **Envelhecimento, financiamento e inovação nos sistemas de saúde: uma discussão necessária para a manutenção do direito à saúde.** *Saúde e Sociedade*, 29(2), 1-14. Recuperado em 01 novembro, 2020, de: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020200081>. Acesso, 2023.

PRADO, Nilia Maria de Brito Lima et al. **Respostas governamentais heterogêneas no enfrentamento da pandemia da COVID-19 por países da América Latina.** *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. v. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232023283.11582022>>. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232023283.11582022>. Acesso, 2023.

REEVES, A. **The political economy of austerity and healthcare: cross-national analysis of expenditure changes in 27 European nations 1995-2011.** *Health Policy.*, vol. 115, no. 1, pp. 1-8, ISSN: 0168-8510 [viewed 8 January

2020]. DOI: [10.1016/j.healthpol.2013.11.008](https://doi.org/10.1016/j.healthpol.2013.11.008). Available from: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0168851013003059?via%3Dihub>. Acesso, 2023.

ROCHA, S. V. et al. **A pandemia de COVID-19 e a saúde mental de idosos: possibilidades de atividade física por meio dos Exergames**. Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde, v. 25, p. 1-4, 2020. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/14424/11073>. Acesso, 2023. LIMA, R. C. (2020). Distanciamento e isolamento sociais pela Covid-19 no Brasil: impactos na saúde mental. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 30(2), e300214

ROMERO, D. E., **Idosos no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil: efeitos nas condições de saúde, renda e trabalho**. *Cadernos De Saúde Pública*, 2021., 37(3), e00216620. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00216620>. Acesso, 2023.

SILVA, D. C.; DONOSO, M. T. V.; BARBOSA, J. A. G. **Assistência de enfermagem a idosos com Covid-19: revisão de escopo**. Brazilian Journal of Health Review, v. 4, n. 3, p. 14275-14290, 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/32130>. Acesso, 2023.

TORRES, Alessandra; FELIX. **Escolhas de Sofia e a pandemia de COVID-19 no Brasil: reflexões bioéticas**. *Rev. Bioética y Derecho* [online]. 2020, n.50 [citado 2023-04-29], pp.333-352, 2022. Disponible en: http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1886-58872020000300020&lng=es&nrm=iso. Epub 23-Nov-2020. ISSN 1886-5887. Acesso, 2023.

XIANG, Y.T. et al. Timely mental health care for the novel coronavirus, 2021. outbreak is urgently needed. *Lancet Psychiatry*. 2020; 7:228-9. Acesso, 2023.

NOVAS POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA: o uso do celular como ferramenta pedagógica

Laurimar Pantoja da Silva ⁹

RESUMO

Este estudo trouxe como objetivo analisar o uso do dispositivo celular como ferramenta pedagógica nas aulas de Geografia, por meio de uma análise qualitativa, descritiva e bibliográfica. Os resultados apontaram que muitos professores ainda utilizam apenas o livro didático e a explicação oral como recursos de ensino, enquanto o uso do celular pode oferecer novas possibilidades metodológicas para favorecer a aprendizagem do aluno. A utilização do celular como ferramenta pedagógica pode ser uma opção interessante, desde que sejam consideradas as barreiras legais e pessoais envolvidas. Integrar o celular a um projeto pedagógico inovador pode aproximar o ensino da realidade dos alunos e proporcionar novas modalidades de trabalho na escola. É necessário desenvolver novos métodos de ensino de Geografia que permitam ao aluno compreender o espaço e as mudanças no mundo em que vive, para uma melhor compreensão das propostas desta disciplina.

Palavras-chave: Ensino. Geografia. Aparelho Celular. Ferramenta Pedagógica. Educação e Tecnologia

ABSTRACT

This study aimed to analyze the use of the cell phone as a pedagogical tool in Geography classes, through a qualitative, descriptive and bibliographical analysis. The results showed that many teachers still only use the textbook and the oral explanation as teaching resources, while the use of cell phones can offer new methodological possibilities to favor student learning. The use of the cell phone as a pedagogical tool can be an interesting option, as long as the legal and personal barriers involved are considered. Integrating the cell phone into an innovative pedagogical project can bring teaching closer to the students' reality and provide new ways of working at school. It is necessary to develop new methods of teaching Geography that allow the student to understand the space and the changes in the world in which he lives, for a better understanding of the proposals of this discipline.

⁹ **Graduação:** Licenciatura em Geografia- UNIASSELVI (Centro Universitário Leonardo Da Vinci). **Graduação:** em Educação Física- UNIASSELVI (Centro Universitário Leonardo Da Vinci); **Pós-graduação:** Metodologia do Ensino de Geografia- UNIASSELVI (Centro Universitário Leonardo Da Vinci). **Mestrado:** em Ciências da Educação – UNIDA (Universidad de Integracion de Las Américas) - Paraguai. lpantojadasilva@gmail.com

Keywords: Teaching. Geography. Cellphone. Pedagogical Tool. Education and Technology.

1. INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, é quase impossível imaginar a vida sem um aparelho de telefonia celular. Esses dispositivos evoluíram de forma constante e se tornaram pequenos computadores de bolso, com inúmeras funcionalidades que vão além de apenas fazer ligações. Dentre as várias possibilidades oferecidas pelos celulares, a utilização desses aparelhos como ferramenta pedagógica tem sido cada vez mais frequente.

Segundo Mendoza Bernal, o telefone celular se tornou um dispositivo onipresente na vida cotidiana, o que afeta especialmente os mais jovens, como um objeto com múltiplos usos e significados. Considera que a geração de conhecimento depende de uma gestão adequada da informação, pelo que é necessário dispor de meios que permitam uma comunicação eficaz, eficiente e imediata; e um dos meios que permite esse tipo de comunicação é o celular.

Os telefones celulares na maioria das vezes representam um sério desafio para os professores. Para muitos, o celular virou inimigo, sinônimo de distração. Alguns educadores acreditam que os telefones celulares, como outras novas tecnologias, contêm um potencial educacional que não deve ser desperdiçado. É um tema que gera controvérsias e opiniões divergentes. Enquanto alguns educadores veem o celular como um elemento desnecessário e prejudicial ao andamento das aulas, outros defendem que é possível utilizar a tecnologia a favor do processo de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, é imprescindível que se iniciem ações de esclarecimento no ambiente escolar quanto aos benefícios dessa nova tecnologia, visando a conscientização dos educadores e a apresentação de efeitos positivos no desempenho dos alunos.

Muitos educadores convencionais alegam que o telefone celular distrai os alunos e os impede de prestar atenção nas aulas e explicações dos professores. No entanto, esse argumento é falho, uma vez que antes da popularização do celular, os estudantes também se distraíam com outras coisas, e continuam a fazê-lo mesmo nas escolas onde os telefones celulares foram proibidos. Portanto, é preciso contrapor essas opiniões e considerar as possibilidades oferecidas pela tecnologia, como a utilização do celular como ferramenta pedagógica.

A Geografia é uma disciplina que estuda as relações entre os seres humanos e o espaço geográfico em que vivem. A utilização do celular como ferramenta pedagógica pode auxiliar na compreensão dessas relações, permitindo uma maior interatividade e participação dos alunos nas atividades didáticas propostas.

No entanto, muitas vezes, o ensino de Geografia ainda se limita especificamente ao uso do livro didático e à explicação oral como recursos de ensino. Isso pode limitar o interesse dos alunos e impedir que eles tenham uma compreensão mais aprofundada dos conteúdos. É preciso, portanto, que os professores de Geografia estejam atualizados quanto às novas possibilidades tecnológicas que podem enriquecer o processo de ensino-aprendizagem.

Um dos recursos que vem se mostrando cada vez mais interessante é o uso de softwares e aplicativos que permitem visualizar áreas e localidades em tempo real. Essas ferramentas permitem que os alunos tenham uma compreensão mais clara e realista dos conteúdos, facilitando a assimilação do conhecimento. Além disso, a utilização de softwares de visualização tridimensional e a revolução do sistema cartográfico através do geoprocessamento e do sensoriamento remoto permitem que os alunos tenham uma experiência mais interativa e enriquecedora.

É importante destacar que o uso dessas ferramentas não deve substituir completamente o uso do livro didático e da explicação oral, mas sim

complementá-los. O papel do professor é fundamental nesse processo, já que cabe a ele selecionar as ferramentas e atividades mais adequadas para cada conteúdo e turma.

Porém, é importante destacar que o uso do celular em sala de aula deve ser planejado e consciente, visando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Para isso, é necessário que os educadores realizem um planejamento adequado, selecionando as atividades que serão realizadas com o uso do celular, definindo os objetivos e avaliando os resultados obtidos.

Diante disso, o estudo se justifica pela evidência que o ensino de Geografia pode se beneficiar muito com o uso das novas tecnologias. É preciso que os professores estejam atentos às possibilidades oferecidas por meio do uso do celular, buscando utilizá-los de forma consciente e planejada, visando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Com uma abordagem mais interativa e dinâmica, é possível despertar o interesse dos alunos e tornar o aprendizado da Geografia mais significativo e prazeroso. Dessa forma, o estudo traz como objetivo analisar o uso do dispositivo celular como ferramenta pedagógica nas aulas de Geografia.

2. O ENSINO DE GEOGRAFIA E A TECNOLOGIA

Desde os primórdios da história humana, a relação entre as pessoas e o meio ambiente sempre foi um elemento fundamental para a sobrevivência da espécie. Através da observação e da interação com o mundo, os seres humanos começaram a compreender as características dos lugares em que viviam, bem como os processos naturais que moldavam o planeta Terra. Segundo Zaballa (2018), foi nesse contexto que surgiu a Geografia como disciplina científica, que busca compreender as relações entre as pessoas e o ambiente natural e humano. A Geografia é uma ciência que se dedica ao estudo da superfície terrestre e dos processos que ocorrem nela, como a formação de paisagens, a dinâmica dos rios, o clima e a vegetação.

A necessidade da Geografia se tornou ainda mais evidente a partir do momento em que as sociedades humanas se tornaram mais complexas e desenvolveram atividades econômicas que exigiam uma compreensão mais profunda do meio ambiente. A agricultura, por exemplo, depende do conhecimento sobre as características dos solos e do clima, bem como dos ciclos naturais de plantio e colheita. Por outro lado, Santos (2023) aponta que a Geografia é fundamental para o planejamento e gestão do território, tanto em âmbito local quanto global. O estudo da Geografia permite compreender as desigualdades socioeconômicas, os processos de urbanização, as dinâmicas migratórias e as relações comerciais entre países.

Nos dias atuais, Lopes e Pimenta (2022) salienta que a Geografia é ainda mais necessária, em um mundo cada vez mais globalizado e interconectado. As questões ambientais, como as mudanças climáticas e a poluição, exigem uma compreensão profunda dos processos naturais e das ações humanas que afetam o planeta. Assim, a Geografia é um conhecimento que se transformou em necessidade, fundamental para a sobrevivência da espécie humana. Através do estudo da Geografia, é possível compreender as relações entre as pessoas e o ambiente natural e humano, bem como planejar e gerir o território de forma sustentável. Como aponta Gandra (2021):

[...] Com o uso de softwares, aplicativos e dispositivos móveis, o ensino de geografia se tornou mais dinâmico e interativo, permitindo aos alunos a visualização de informações geográficas em tempo real, bem como a exploração de imagens de satélite e mapas interativos (GANDRA, 2021, p. 45).

Essas ferramentas tecnológicas segundo o autor, facilitam a compreensão dos conceitos geográficos, tornando o aprendizado mais significativo e agradável. Para Hodges (2020), a tecnologia também permite que o ensino de geografia seja mais inclusivo e acessível a todos os alunos, independente de suas limitações físicas ou intelectuais. As ferramentas tecnológicas, como as legendas e descrições em áudio, tornam os conteúdos mais acessíveis para alunos com deficiências auditivas ou visuais.

No entanto, Berg, Vestena e Costa-Lobo (2020) discorrem que é importante destacar que o uso da tecnologia no ensino de geografia deve ser

acompanhado por uma reflexão crítica sobre as suas implicações sociais e ambientais. É necessário que os alunos compreendam que a tecnologia não é neutra, e que as suas escolhas e usos podem ter impactos significativos no meio ambiente e na sociedade como um todo.

Portanto, é importante que os professores de geografia estejam sempre atualizados em relação às novas tecnologias e às suas possibilidades educacionais, buscando integrá-las ao seu planejamento pedagógico e às práticas de ensino. Dessa forma, é possível garantir uma formação mais completa e atualizada para os alunos, que serão capazes de compreender e interagir com o mundo em constante transformação.

2.1. O uso do celular como ferramenta pedagógica de ensino e aprendizagem

Transformar o celular em um aliado do aprendizado é permitir que os alunos compartilhem imagens e vídeos, que embasam seus argumentos sobre um tema de discussão, obtenham dados atualizados para enriquecer um debate, localizem um fato histórico, publiquem denúncias e soluções para problemas da comunidade e gerem consultas básicas no dicionário para evitar tanto erro ortográfico. Para Senhoras (2020), o desafio é alcançado a partir de uma capacitação docente eficiente sobre o assunto e criatividade conjunta entre alunos e professores para fazer do celular um aliado nas aulas. Para isso, o professor deve ser um facilitador da experiência digital, promovendo desafios e discussões, a partir do uso de novos dispositivos.

Segundo Queiroga (2021), o uso de dispositivos móveis como ferramenta pedagógica melhora a interação dentro e fora da sala de aula, estimulando a exploração, a comunicação, o pensamento crítico e reflexivo. Porém, nem todos os professores veem o celular como um aliado, muitos o consideram um elemento de distração. Nas aulas de Geografia, o celular pode ser muito útil. O objetivo fundamental do ensino é que os alunos adquiram os conhecimentos e as atitudes necessárias para compreender a realidade do

mundo em que vivem, as experiências coletivas passadas e presentes, bem como o espaço em que se desenvolve a vida em sociedade. Para além da transmissão da memória coletiva, tempo, espaço e sociedade devem ser articulados nas representações mentais dos alunos para compreender o presente em que vivem, para interpretá-lo criticamente.

Zaballa (2018) propõem a explicação do professor como recurso didático para ensinar a pensar, mas acrescentam outro segundo grupo de recursos didáticos que se baseiam, ao contrário, em informações de natureza visual. A linguagem icônica tem características próprias e é particularmente aplicável às aulas de Geografia. Atualmente, a incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação na sala de aula facilita muito o seu uso nas atividades diárias. Ensiná-lo em um ambiente propício e utilizar ferramentas relacionadas a ele e muito utilizadas por eles, pode motivá-los.

[...] Um profissional com pensamento teórico plenamente formado e desenvolvido pode acessar a essência dos fenômenos que o cercam, e estabelecer as relações entre eles. Tudo isto lhes permitirá ter autonomia cognitiva, enriquecer e diversificar o conhecimento e aproveitá-lo em situações novas, de forma a dar solução aos problemas que surgem no exercício da sua profissão (ARAÚJO e MOREIRA, 2018).

Os autores consideram que "...a única aprendizagem autêntica é a aprendizagem significativa, a aprendizagem com significado. Qualquer outro aprendizado será puramente mecânico, mecânico, temporário: aprender a passar em um exame, a vencer a matéria, *etc.*

Por outro lado, Hugo (2021) expressa que o desafio está em motivá-los a aprender uma matéria várias vezes antes estudada e muitas, inclusive, rejeitada. Para isso, é necessário assumir uma perspectiva diferente, que conceba a abordagem do conhecimento geográfico longe de esquemas repetitivos ou concepções maniqueístas. Nesse sentido, o uso do celular oferece benefícios que facilitam o aprendizado.

Silva (2020) considera que há vários anos se discute se os telefones celulares são compatíveis ou não no campo educacional. A realidade é que os telemóveis chegaram para ficar (até ganham cada vez mais funções, como é

o caso dos Smartphones ou “smartphones”), e que muitas vezes as tentativas de bani-los na sala de aula falham face aos usos e apropriações culturais dos jovens e porque a própria sociedade da informação, em que vivemos, os inclui.

O uso do celular pode ser um recurso útil para a Geografia, como descreve Lopes e Pimenta (2022), uma vez que permite o acesso rápido e fácil a informações sobre lugares e fenômenos geográficos. Por meio de aplicativos e softwares especializados, é possível obter informações sobre clima, relevo, vegetação, população, entre outros aspectos que compõem o espaço geográfico.

Para Silva (2020), o celular também pode ser utilizado para produzir e compartilhar informações geográficas de forma dinâmica e interativa. Com as câmeras de alta qualidade presentes nos celulares modernos, é possível produzir fotos e vídeos de locais específicos, que podem ser utilizados para ilustrar conceitos e informações em sala de aula. Outra vantagem do uso do celular na disciplina de Geografia é que ele permite a realização de atividades fora da sala de aula, como trabalhos de campo e pesquisas em locais específicos. Isso permite aos alunos vivenciar de forma mais intensa os conceitos e conteúdos aprendidos em sala de aula, tornando a aprendizagem mais significativa e contextualizada.

No entanto, é importante destacar que o uso do celular na disciplina de Geografia deve ser acompanhado e orientado pelos professores, garantindo que os alunos utilizem a tecnologia de forma adequada e segura. É necessário estabelecer regras claras sobre o uso do celular em sala de aula, bem como orientar os alunos sobre os cuidados que devem ser tomados em relação à privacidade e à segurança das informações. Dessa forma, o uso do celular pode ser um recurso útil e eficaz na disciplina de Geografia, permitindo o acesso rápido e fácil a informações geográficas e a realização de atividades fora da sala de aula. No entanto, é importante que esse uso seja acompanhado e orientado pelos professores, garantindo que os alunos utilizem a tecnologia de forma adequada e benéfica para a aprendizagem.

2.2. Os dispositivos móveis como recursos nos processos educativos

Segundo, Antunes e Martins (2020, p. 65) os dispositivos móveis “são utilizados como recursos nos processos educativos devido à expansão dos serviços de Internet que aproximam as pessoas de um mundo regido pela tecnologia” os comportamentos decorrentes da interação tecnológica mudaram, assim como as formas de comunicação, os códigos sociais, dando origem a novos ícones de comportamento. São muitos os avanços da telefonia móvel, além de realizar diversas funções com ativação ocular, reconhecimento facial, respostas automáticas a movimentos, que até pouco tempo atrás eram fictícios. Segundo o autor, Bento e Cavalcante (2022):

[...] Os espaços de interação e acesso à informação através dos smartphones estão a expandir-se e a moldar novas relações sociais, o que potencia novas formas de apropriação dos espaços, novas formas de relacionamento interpessoal e com o meio (BENTO E CAVALCANTE, 2022, p. 34).

Para os autores, as novas formas de acesso à informação e ampliação das formas de interação com a expansão dos espaços de interação e acesso à informação através desses dispositivos, novas relações sociais estão sendo moldadas e novas formas de apropriação dos espaços estão sendo potencializadas. Costa (2020) discorre que o uso dos celulares tem permitido uma maior conexão entre as pessoas, possibilitando que estejam em contato constante, independentemente da distância física que as separa. Além disso, esses dispositivos possibilitam o acesso a uma grande quantidade de informações e conteúdos de forma rápida e fácil, o que tem influenciado diretamente na forma como nos relacionamos com o meio.

Conforme expõem Castells (2020, p. 67), as relações de conectividade ocorrem em todos os espaços físicos, mesmo cenários muito concorridos são apresentados onde as pessoas estão "conectadas a diálogos móveis e completamente desconectadas do local físico de concorrência" (p. 67). Algumas desvantagens foram detectadas devido à necessidade de desenvolver códigos de comportamento com mediação móvel, que segundo Queiroga (2021), “Alguns críticos defendem que o envio de mensagens de texto e outros comportamentos de comunicação digital diminuem

potencialmente competências sociais chave como a escuta eficaz. enquanto outros autores atribuem o uso intensivo de tecnologias ao desenvolvimento de «habilidades superiores promovidas pelo conteúdo de os recursos, como resolução de problemas, tomada de decisão, pensamento crítico, pensamento criativo.

Assim, Santos (2023) explica que os processos de aprendizagem se adaptam à ubiquidade, sem limites de espaço e tempo:

[...] O modelo de inovação baseado na aprendizagem invisível e nos sistemas ubíquos de aprendizagem é impulsionado pela aplicação da telefonia móvel, que expandiu as fronteiras da aprendizagem virtual devido ao maior uso de mídias, bem como dos dispositivos que ampliou a aplicação de ambientes virtuais de aprendizagem (SANTOS, 2023, p. 43).

O celular nas comunidades acadêmicas como explicou o autor, tem facilitado a inclusão social, uma vez que os ambientes virtuais de aprendizagem devem ser entendidos como lugares de aprendizagem de imersão em que criatividade, resolução de problemas, comunicação, colaboração, experimentação e pesquisa captam a atenção de os participantes. As barreiras para a educação especial foram ultrapassadas, envolvendo softwares, estratégias e processos de aprendizagem para a inclusão. Em seu estudo, Silva (2020) conclui que o celular facilita o acesso da sociedade moderna a uma enorme quantidade de recursos educacionais e de aprendizagem.

Embora seja verdade, Lopes e Pimenta (2022, p. 49) defendem o uso do telefone nos processos de ensino porque “a presença de dispositivos portáteis no campo educacional mudou as noções de tempo, lugar e espaço de aprendizagem”. Em contraste Skinner (2019, p. 40) descarta o uso da tecnologia em sala de aula por considerá-la contraproducente para o comportamento dos jovens, uma vez que o mobile “cumpre funções de fuga ou redução da angústia, funções de compensação emocional, companhia e reafirmação individual”, fatores que podem causar déficit de atenção se as tecnologias não forem planejadas dentro do processo de aprendizagem.

Sobre esse assunto Fegert (2020, p. 62) posiciona que consideram o celular inteligente na sala de aula como uma distração: “se um aluno se concentra em mensagens de texto, ele não consegue absorver a informação que está sendo demonstrada pelo professor no momento da aula”. Aqui se observa claramente a falta de integração deste dispositivo às estratégias pedagógicas, estando em uma primeira fase a rejeição ao uso do celular em sala de aula, deixando de lado os importantes benefícios que sua adequada administração e gestão oferecem para a aprendizagem.

Ferreira (2020, p. 82) destaca que “o uso indevido de smartphones pode ser através do uso de troca de mensagens de texto para encontrar respostas pela internet para colar em exames”. Segundo Vercelli (2020):

[...] aqueles que possuem smartphones no campus estão muito ocupados e atentos às notificações de mensagens do WhatsApp, Twitter, Instagram, Facebook e outras redes sociais que os tornam vulneráveis ao gerenciamento inadequado do tempo e passam a maior parte em diálogos informais em vez de discutir temas acadêmicos (VERCELLI, 2020, p. 76).

No entanto, é importante destacar que o uso excessivo dos smartphones também pode trazer consequências negativas, como o isolamento social, o vício em tecnologia e a falta de privacidade. Por isso, é necessário que as pessoas utilizem esses dispositivos de forma consciente e equilibrada, de modo a aproveitar os benefícios sem prejudicar a saúde mental e emocional.

Em relação aos usos acadêmicos, Berg, Vestena e Costa-Lobo (2020, p. 32) “o celular facilitou oportunidades de aprendizagem”, porque facilita mudanças no contexto de aprendizagem. Mas, as facilidades oferecidas pelo celular são maiores, pois mesmo em um mesmo espaço físico é possível transitar por diversos espaços virtuais que promovem maiores níveis de aprendizagem. Sousa (2020) esclarece que o uso intensivo do celular invadiu os ambientes educacionais devido à grande facilidade com que os jovens aprendem a interagir com os avanços da tecnologia, pois são considerados nativos digitais e possuem habilidades digitais importantes. Conforme menciona Lopes e Pimenta (2022):

[...] A aprendizagem móvel torna-se mais importante no ensino remoto e, mais ainda, na educação a distância devido às enormes facilidades de integração de pessoas, o manuseio de conteúdos em diferentes idiomas, o imediatismo da comunicação, a facilidade de armazenamento de dados na nuvem (LOPES E PIMENTA, 2022, p. 38).

Como descreveu os autores, o aparelho celular proporciona novos meios pedagógicos que só podem ser colocados em prática através da utilização destas tecnologias. Porém, Queiroga (2021) coloca que São necessários protocolos comportamentais para evitar usos negativos do smartphone e o desenvolvimento do pensamento visionário para antecipar os rápidos avanços da tecnologia móvel na aplicação do trabalho docente. De acordo com o estudo Barbosa, Viegas e Batista (2020, p. 45), os resultados indicam que “depressão, ansiedade e qualidade do sono podem estar associadas ao uso excessivo de smartphones”, sendo este um extremo da relação entre o telefone inteligente e seu respectivo usuário. Como explica Ferreira (2020):

[...] Um processo de aprendizagem através de aplicações móveis não deve centrar-se tanto na adaptação dos conteúdos aos cenários móveis (limitados pelas características dos dispositivos) mas, sobretudo, no redesenho metodológico, ou seja, na mudança da forma de ensinar e aprendizagem (FERREIRA, 2020, p. 55).

Segundo o autor, os principais interesses dos professores estão voltados para novos designs tecnológicos, pedagógicos e didáticos, bem como ferramentas que permitam maior interação com o aluno, transferência de informação e conhecimento.

Para Orlandi (2019, p. 57) “alguns usos em contextos educacionais são orientados para o uso de redes sociais para debate de ideias, troca de informações e formação de grupos de trabalho”. Há alunos e professores que têm acesso a múltiplas tecnologias, mas são necessárias práticas pedagógicas inovadoras e competências digitais para lidar com a grande quantidade de informação disponível na Internet. Importa aprender na gestão adequada de aplicações pedagógicas e didáticas, bem como na adoção de novas aplicações que permitam a organização e classificação da informação, que

fomentem o desenvolvimento de competências de síntese, análise, dedução, argumentação e tomada de decisão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado apontou que a Geografia é uma disciplina escolar que desempenha um papel fundamental na formação dos alunos, pois permite que eles compreendam melhor o mundo ao seu redor e as transformações que ocorrem nele. No entanto, para que os estudantes possam ter um entendimento adequado das propostas dessa disciplina, é necessário que sejam desenvolvidos novos métodos de ensino, que promovam uma aprendizagem mais significativa e contextualizada.

O ensino de Geografia deve ir além da memorização de conceitos e informações, buscando estimular a curiosidade e a reflexão crítica dos alunos sobre as questões geográficas. Isso pode ser feito por meio da utilização de metodologias ativas, como o estudo de casos, a realização de pesquisas e projetos, a utilização de jogos educativos e a aplicação de tecnologias educacionais. Além disso, é importante que os conteúdos de Geografia sejam apresentados de forma integrada, conectando os aspectos naturais, sociais e históricos das diferentes regiões do planeta. Isso permite que os alunos compreendam melhor as relações entre as diversas dimensões do espaço geográfico e as transformações que ocorrem nesse espaço ao longo do tempo.

Compreende-se, que necessário o uso do dispositivo celular como ferramenta pedagógica nas aulas de Geografia, pois é uma possibilidade que vem ganhando espaço nas escolas. Esse uso pode oferecer novas possibilidades metodológicas para favorecer a aprendizagem do aluno, tornando o ensino mais atraente e contextualizado. Ao integrar o celular a um projeto pedagógico como ferramenta pedagógica inovadora, é possível aproximar o ensino da realidade dos alunos e proporcionar novas modalidades de trabalho na escola. O celular pode ser utilizado para acessar

informações sobre locais específicos, pesquisas em tempo real, produção de vídeos e fotografias, entre outras atividades.

Houve a compreensão de que, o uso do celular pode incentivar a colaboração e a participação ativa dos alunos, permitindo que trabalhem em grupo e compartilhem informações e ideias. Dessa forma, é possível criar um ambiente mais dinâmico e participativo em sala de aula. No entanto, é importante ressaltar que o uso do celular como ferramenta pedagógica requer cuidados e acompanhamento por parte dos professores e da escola. É necessário estabelecer regras claras sobre o uso do celular em sala de aula e garantir que o dispositivo não seja utilizado de forma inadequada ou prejudicial à aprendizagem.

Conclui-se, que o uso do dispositivo celular como ferramenta pedagógica nas aulas de Geografia oferece novas possibilidades metodológicas para aproximar o ensino da realidade dos alunos e torná-lo mais atrativo e contextualizado. No entanto, é importante que esse uso seja acompanhado e orientado pelos professores e pela escola, garantindo uma utilização adequada e benéfica para a aprendizagem dos alunos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. T. P.; MARTINS, E. **Capital Intelectual: verdades e mitos.** Revista Contabilidade & Finanças. USP, São Paulo, n. 29, p. 41-54, maio/ago. 2002. BELLONI, M. L. Educação à distância. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2020.

ARAÚJO, K. S. S.; MOREIRA, R. P. S. **As tecnologias na educação: desafios e possibilidades na prática docente.** In As tecnologias na educação: desafios e possibilidades na prática docente. ARAUJO, K. S. S.; MOREIRA, R. P. S (Org.) Curitiba: CRV, p. 15-20, 2018.

BARBOSA, Andre Machado; VIEGAS, Marco Antônio Serra; BATISTA, Regina Lucia Napolitano Felício Felix. **Aulas Presenciais em Tempos de Pandemia:** relatos de experiências de professores do nível superior sobre as aulas remotas. Revista Augustus, Rio de Janeiro, v. 25, n. 51, p. 255-280, jul./out. 2020.

BENTO, M. C. M.; CAVALCANTE; R. S. **Tecnologias móveis em Educação: o uso do celular na sala de aula.** ECCOM, v. 4, n. 7, jan./jun. 2022. CONFESSOR, F. I. C. **Novas tecnologias: desafios e perspectivas na Educação.** 1. ed. Clube dos autores. Brasil, 2022.

BERG, Juliana; VESTENA, Carla Luciane Blum; COSTA-LOBO, Cristina. **Criatividade e Autonomia em Tempo de Pandemia:** ensaio teórico a partir da pedagogia social. *Revista Internacional de Educación para la Justicia Social*, Madri, v. 9, n. 3, maio 2020.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede – a era informação: economia, sociedade e cultura.** Volume I. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

COSTA, G. S. **Mobile Learning: explorando potencialidades com o uso do celular no ensino aprendizagem de língua inglesa como língua estrangeira com alunos da escola pública.** Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. Recife-PE, 2020.

FEGERT, Jörg et al. **Challenges and Burden of the Coronavirus 2019 (COVID-19) Pandemic for Child and Adolescent Mental Health:** a narrative review to highlight clinical and research needs in the acute phase and the long return to normality. *Child and Adolescent Psychiatry and Mental Health*, Germany, v. 14, p. 1-11, may 2020.

FERREIRA, Patrícia Tocha. **Uma Realidade das Escolas Particulares Perante a Pandemia da COVID-19.** *Revista Gestão & Tecnologia*, Goiânia, v. 1, n. 30, p. 38-40, jan./jun. 2020.

GANDRA, Alana. **Empresas Adotam Home-Office por Conta do Coronavirus Rio de Janeiro:** Agência Brasil, mar. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-03/empresas-adotam-home-office-por-conta-do-coronavirus>>. Acesso em: 14 jul. 2020. » <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-03/empresas-adotam-home-office-por-conta-do-coronavirus>

HODGES, Charles et al. **As Diferenças entre o Aprendizado Online e o Ensino Remoto de Emergência.** *Revista da Escola, Professor, Educação e Tecnologia*, Recife, v. 2, p. 1-12, abr. 2020.

HUGO, Assmann. **Curiosidade e Prazer de Aprender – O papel da curiosidade na aprendizagem criativa.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2020.

LOPES, P.A.; PIMENTA, C.C.C. **O uso do celular em sala de aula como ferramenta pedagógica: benefícios e desafios.** In: *Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica*, Recife, v.3 n. 1, p. 52-66, 2022.

OMS, Organização Mundial da Saúde. **Folha informativa COVID-19:** escritório da OPAS e da OMS no Brasil. jan. 2021. Disponível em:

<<https://www.paho.org/pt/covid19>>. Acesso em: 18 jan. 2021.
» <https://www.paho.org/pt/covid19>

ORLANDI, Eni. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: O uso do celular na sala de aula e a legislação vigente no Brasil. Anais III Congresso sobre Tecnologia na Educação, Cultura Make na Escola. Fortaleza, Ceará – Brasil, p. 111-122, 2019.

QUEIROGA, Fabiana. **Orientações para o Home Office Durante a Pandemia da Covid-19** Porto Alegre: Artmed, 2020.

ROCHA, Daniel dos Santos. Readequação do Contexto Escolar para o Formato Remoto Em Meio à Pandemia de COVID-19. **Pedagogia em Ação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 263-274, jul. 2020.

SANTOS, Julio César Furtado. **Aprendizagem significativa**: modalidades de aprendizagem e o papel do professor. 1ª Ed. Porto Alegre: Mediação, 2023.

SENHORAS, Eloi Martins. **Coronavírus e Educação**: análise dos impactos assimétricos. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 2, n. 5, p. 128-136, maio 2020.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **O professor e o combate à alienação impostam**. São Paulo, Cortez & Autores Associados, 2020.

SKINNER, B. F. **Tecnologia do ensino**. São Paulo: EPU, 2019.

SOUZA, A. C. A, et al. **“Ei, desliga esse celular!”**: vilania e heroísmo da utilização de tecnologias móveis na sala de aula [de língua inglesa], 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/LinguaTec/article/view/3678>, Parlamento francês aprova proibição dos celulares em escolas na França. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticias/2018/07/31> Acesso em 2023.

VERCELLI, Ligia de Carvalho Abões. **Aulas Remotas em Tempos de COVID-19: a percepção de discentes de um programa de mestrado profissional em educação**. Revista @mbienteeducação, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 47-60, maio/ago. 2020.

ZABALLA, Vidiella Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Porto alegre: Artmed, 2018.

FAMÍLIA E ESCOLA: a necessidade de uma aliança para a formação dos alunos

Luizete Moreira da Fonseca¹⁰

RESUMO

A família, como agente educacional que é, forma junto com a escola duas instituições educacionais que precisam estar unidas para a obtenção do sucesso escolar. O objetivo do estudo consiste em analisar o nível de envolvimento da família com a escola e os fatores que influenciam essa relação. Este estudo está baseado numa pesquisa bibliográfica, descritiva e qualitativa. Apresenta como problema do estudo: Qual o nível de envolvimento da família com a escola e os fatores que influenciam essa relação? Assim, surge a necessidade de analisar a relação entre a família e a escola, procurando sempre o benefício dos alunos, das famílias e da escola. Trata-se, portanto, em assumir que ambos os sistemas têm um impacto direto e poderoso na realização de todas as dimensões da formação integral do educando. A pesquisa revelou resultados importantes sobre a relação entre família e escola na formação dos alunos. O envolvimento da família com a escola foi considerado essencial para o sucesso educacional dos estudantes, sendo que a falta de engajamento dos pais ou responsáveis foi apontada como um dos principais desafios enfrentados pelas escolas. A comunicação entre a família e a escola também foi um tema abordado na pesquisa, sendo que a transparência e a abertura na relação entre as partes foram destacadas como fundamental para a construção de uma parceria efetiva e colaborativa na formação dos alunos. No entanto, a pesquisa apontou que existem dificuldades na relação entre família e escola, incluindo barreiras de comunicação, falta de confiança mútua e divergências de valores e expectativas.

Palavras-chave: Família. Escola. Aliança. Fatores. Desempenho.

ABSTRACT

The family, as an educational agent that it is, forms together with the school two educational institutions that need to be united in order to obtain school success. The objective of the study is to analyze the level of family involvement with the school and the factors that influence this relationship. This study is based on a bibliographical, descriptive and qualitative research. It presents as a study problem: What is the family's level of involvement with the school and the factors that influence this relationship? Thus, the need arises to analyze the relationship between the family and the school, always seeking the benefit of students, families and the school. It is, therefore, about assuming

¹⁰ **Graduação:** em Pedagogia. Universidade Federal do Amazonas, UFAM, Brasil. **Pós-graduação:** em Pós-Graduação em Alfabetização, Universidade Federal do Amazonas, UFAM, Brasil. **Mestrado:** em Ciências da Educação – Universidad de la Integración de las Américas – UNIDA. luizete_moreira@hotmail.com

that both systems have a direct and powerful impact on the realization of all dimensions of the student's integral formation. The research revealed important results about the relationship between family and school in the formation of students. The involvement of the family with the school was considered essential for the educational success of students, and the lack of engagement of parents or guardians was identified as one of the main challenges faced by schools. Communication between the family and the school was also a topic addressed in the research, and transparency and openness in the relationship between the parties were highlighted as fundamental for building an effective and collaborative partnership in the education of students. However, the research pointed out that there are difficulties in the relationship between family and school, including communication barriers, lack of mutual trust and differences in values and expectations.

Keywords: Family. School. Alliance. Factors. Performance.

1. INTRODUÇÃO

A família é por excelência o primeiro agente socializador que a criança possui, uma vez que constitui o meio natural em que se inicia a sua vida e as suas aprendizagens básicas através de uma série de estímulos e experiências que a condicionarão ao longo de toda a sua vida (VASCONCELOS, 2017).

A escola surge como uma instituição ao serviço dos fins familiares, uma vez que é a família que aceita a ajuda da escola na educação dos seus filhos, mas sem que isso implique uma transferência ou descarga de responsabilidades por parte da família (TEIXEIRA, 2020).

A família e a escola constituem dois contextos de aprendizagem fundamentais na nossa sociedade, pelo que é necessária a colaboração entre ambas para que haja coerência na educação das novas gerações. Por isso, precisam se relacionar, comunicar, colaborar, compartilhar expectativas, ações e recursos, também precisam se conhecer, identificar suas potencialidades e limitações mútuas e analisar conjuntamente como podem se ajudar para melhor direcionar suas ações para alcançar esse objetivo comum (SOARES, 2020).

A relação família-escola é um espaço de contradições e tensões para os protagonistas dos processos educativos dos discentes, por isso, vários caminhos têm sido buscados para abordar esse vínculo, gerar melhorias e impactar os processos de aprendizagem (RODRIGUES, 2019).

Tradicionalmente, as capacidades formativas da família e da escola têm estado dissociadas, gerando assim uma divisão artificial quanto ao que corresponde a cada um destes sistemas. A família tem atribuído exclusivamente o papel de satisfazer necessidades biológicas, afetivas e de formação de valores. A escola, por outro lado, tem sido considerada uma instituição destinada à satisfação das necessidades intelectuais e acadêmicas (ARIÉS, 2019). Se esta “divisão de papéis” segundo Ariés (2019), for aceita, nega-se às famílias a possibilidade de contribuir e ser agentes na formação acadêmica e intelectual dos seus filhos, e nega-se às escolas o enorme potencial formativo e socializador que possuem. Além disso, por acreditar que constituem espaços independentes e isolados, surgem culpas, medos e desvalorizações cruzadas ao avaliar os níveis de desenvolvimento alcançados, o que vai diretamente contra a formação dos alunos.

Embora existam diferentes obstáculos e fatores em relação à aliança família-escola, a verdade é que as formas de melhorar a relação e ultrapassar os conflitos são diversas e numerosas, o importante é que cada escola encontre a possibilidade que lhe convém para empreender trabalho conjunto que leva a um projeto comum.

Uma boa relação família-escola passa para o aluno a imagem de proximidade entre seus cuidadores e confere ao ambiente escolar um caráter de familiaridade e segurança. Cada relação família-professor é única, portanto, deve ser individualizada, ter confiança mútua e conhecimento (CASARIN, 2019).

Neste estudo, procura elencar os principais fatores que dificultam a aliança entre a escola e a família na formação dos alunos. A partir de uma revisão da pesquisa recente e do consenso básico dos autores que postulou a

crise dessa aliança, pretende-se contribuir para a compreensão dos desafios enfrentados por essas duas instituições na promoção de uma educação integral e de qualidade.

Uma das principais dificuldades apontadas na literatura segundo Narodowski e Arias (2019) é a falta de engajamento da família na rotina escolar dos alunos. Muitas vezes, os pais ou responsáveis não se sentem estimulados a participar das atividades escolares ou não possuem tempo disponível para acompanhar o desempenho e o progresso dos filhos. Essa falta de envolvimento pode levar a uma desconexão entre as expectativas da família e as práticas educativas adotadas pela escola, o que pode gerar conflitos e desentendimentos na relação entre as partes.

Outro fator que se discute neste estudo, sobre a dificuldade da aliança entre escola e família é a falta de comunicação transparente e aberta. Muitas vezes, os pais ou responsáveis não se sentem informados sobre as atividades e projetos desenvolvidos pela escola, o que pode gerar desconfiança e falta de confiança na instituição de ensino. Além disso, a escola também pode não estar atenta às demandas e necessidades da família, o que pode gerar insatisfação e conflitos na relação. Nesse entendimento surge problema do estudo: Qual o nível de envolvimento da família com a escola e os fatores que influenciam essa relação?

Nesse contexto, justifica-se a pesquisa na importância de destacar que a aliança entre escola e família é fundamental para a promoção de uma educação integral e de qualidade. É necessário buscar estratégias que incentivem o envolvimento da família na rotina escolar dos alunos, promover uma comunicação transparente e aberta entre as partes, considerar as expectativas e necessidades da família na elaboração das práticas educativas. Somente assim será possível estabelecer uma relação colaborativa e efetiva entre escola e família na formação dos alunos. O objetivo do estudo consiste em analisar o nível de envolvimento da família com a escola e os fatores que influenciam essa relação.

2. ALIANÇA ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA

A família segundo Sousa (2020), é o primeiro pilar de formação das pessoas, por isso é considerada a principal instituição e base das sociedades humanas; este núcleo social tem como objetivo primordial orientar seus integrantes para o enfrentamento do meio em que irão se desenvolver, cada um possui suas características próprias, portanto, está imerso em diversos fatores que podem beneficiar ou afetar seu desenvolvimento. Daí a grande importância das crianças se desenvolverem em contextos familiares agradáveis, pois é aqui que os primeiros padrões de comportamento, valores, ideais são adquiridos e suas próprias características influenciadas pela maior parte desse ambiente são formadas. O outro contexto próximo em que a criança se desenvolve é a escola; alguns autores aludem que um influencia o outro e vice-versa. Portanto, esforços são feitos para trabalhar em conjunto, a fim de obter maior sucesso no progresso do aluno.

A família como uma instituição que assume atualmente grande importância, pois nela as pessoas se relacionam entre si, de acordo com determinadas regras organizacionais, permitindo aos indivíduos estabelecer os vínculos adequados para uma efetiva comunicação entre os grupos, bem como uma integração na sociedade. Oliveira (2019, p. 65) define que a família se transformou pelo que consideram a crescente diversidade familiar, as novas estruturas e o seu funcionamento. Em apoio à visão Almeida (2018) afirma:

[...] A família é um grupo social, organizado em sistema aberto, constituído por um número variável de membros, que na maioria das vezes convivem no mesmo local, ligados por laços, sejam eles consanguíneos, legais e/ou de afinidade. É responsável por orientar e proteger seus membros, sua estrutura é diversa e depende do contexto em que se insere (ALMEIDA, 2018, p. 41).

Sobre esse conceito e do ponto de vista demográfico, Alves (2020) menciona que as famílias constituem esferas de relações sociais de caráter íntimo, nas casas vivem juntas e interagem com outros membros, também

constroem fortes laços de solidariedade, atendem e alocam recursos para atender às necessidades básicas.

Segundo Casarin (2019, p. 78), uma perspectiva antropológica, “a família é o principal determinante do destino de uma pessoa”. É assim que dão a conhecer que este núcleo é a base da sociedade humana, na qual dá sentido aos seus membros e influencia grande percentagem na qualidade de vida das pessoas, uma vez que a primeira formação é dada em casa e a preparação para o futuro vida.

Ao analisá-la desde o campo sociológico, Nakano (2020, p. 40) descreve que “a família tem sido considerada a principal instituição e a base das sociedades humanas”, razão pela qual engloba a virtude de cuidar de seus membros, sejam parentes, consanguíneos ou afins, também tem como objetivo primordial orientar seus membros para o enfrentamento do ambiente em que irão se desenvolver, social, cultural, político, econômico, entre outros.

Nesse sentido, Maccario (2022) analisa como os hábitos educacionais da família influenciam significativamente na origem dos problemas escolares dos filhos. Por isso, define o clima familiar:

[...] como traços, atitudes e comportamentos dos membros do grupo familiar, principalmente dos pais, acaba por ser um subsistema muito importante pela sua relação com o trabalho escolar do aluno” (MACCARIO, 2022, p. 13).

Esta definição leva em consideração uma série de aspectos importantes que fazem com que a família se comunique e viva de uma forma única, que é transmitida de um membro para outro, portanto o ambiente afetivo criado em casa é um elemento essencial de motivação do aluno para obter melhores resultados acadêmicos. Para que seja positivo, é preciso colocar em prática a compreensão, o respeito, o carinho e o incentivo. O aluno que cresce em tal ambiente sente-se integrado e adaptado em casa. Além disso, Almeida (2018) aponta que

[...] Os alunos com sucesso escolar têm um clima familiar que ajuda e incentiva a atividade exploratória, que os orienta para a tarefa, que estimula a avaliação das consequências do seu próprio comportamento, que estimula a verificação e verificação das suas ações, que dá feedback frequentemente. volta positivo, oferece informações e índices específicos e relevantes e levanta mais questões e questões (ALMEIDA, 2018, p. 76).

Portanto, os alunos que se desenvolvem em um clima familiar favorável tendem a alcançar o sucesso escolar com mais facilidade, pois têm vantagens, por exemplo, que são auxiliados na realização das tarefas escolares, conhecem seu comportamento e os orientam em suas ações. O contrário acontece em um ambiente desfavorável, pois impede que os alunos se sintam seguros, tranquilos e mantêm sua concentração.

Os pais segundo Nakano (2020), são modelos do desenvolvimento do educando porque ajudam no seu crescimento e formação e ajudam na sua socialização, pelo que o aluno cria a sua própria formação, com características específicas, mas é de salientar que as dinâmicas familiares que se dão dentro de um núcleo familiar para outro varia, pois, cada pai tem sua forma de tratar e educar seus filhos. Assim, uma das dimensões do clima familiar é o estilo educativo dos pais.

Com relação às formas de educar, Araújo (2018) estabelece duas áreas. A primeira é a exigência em que os pais estabelecem padrões elevados para seus filhos e insistem para que sejam atendidos, mas também há outros pais que não tentam influenciar o comportamento dos filhos. A segunda é a receptiva, na qual os pais estão mais abertos ao diálogo e costumam participar de discussões abertas. Essa classificação dá lugar a várias combinações de exigente e receptivo.

Garcia e Veiga (2021) alude ao fato de que um dos elementos que influenciam o desempenho acadêmico é o contexto familiar, porque os pais são pilares na educação de seus filhos, eles participam e são apoiados em seu aprendizado; fornecem os recursos financeiros para a criança frequentar a escola, são responsáveis por ajudar nos deveres de casa, participam das reuniões escolares, entre outras obrigações que devem cumprir como pais.

Bertoncello e Rossete (2019) concordam que as variáveis familiares têm uma correlação com o sucesso ou fracasso escolar, porque, segundo pesquisas, o baixo desempenho educacional aumenta em certas famílias que carecem de alguma coisa, seja por causa de sua situação econômica, a estrutura familiar interna, o nível de estudos dos pais, a falta de interesse e motivação dos pais para que seus filhos se destaquem, entre outras causas.

Dessa forma, o contexto familiar tem grande relação com o rendimento escolar dos alunos, razão pela qual nem todos os alunos estão no mesmo nível educacional, e isso influencia sobretudo que os alunos não tenham a mesma motivação para aprender ou frequentar a escola, razão pela qual há alunos que tendem a reprovar na escola ou vice-versa.

2.1. Fatores familiares que afetam o desempenho escolar dos alunos

Diferentes investigações mencionam que os fatores que têm mais peso são os que têm a ver com a família, isso porque é o primeiro círculo social onde o aluno adquire a maioria dos hábitos e valores; Portanto, são estes que, no momento da passagem para a escola, podem gerar possibilidades de sucesso ou insucesso; para Narodowski e Arias (2019) o exposto tem a ver com o conceito de *habitus*, que se refere ao que é incutido pelos agentes sociais; neste caso a primeira instância seria a família; assim, ao transferi-lo para o campo acadêmico, cada indivíduo tem certas oportunidades de sucesso de acordo com o contexto em que está imerso.

A partir do exposto, são reconhecidos como fatores familiares todos aqueles elementos que emanam dessa estrutura social e que influem nos resultados acadêmicos dos alunos; alguns exemplos deles são: escolaridade dos pais, nível econômico, nível cultural, importância da educação para os pais, clima familiar, envolvimento parental, entre outros (VASCONCELOS, 2017; TEIXEIRA, 2020; SOARES, 2020; RODRIGUES, 2019; ARIÉS, 2019; CHRAIM, 2019; CASARIN, 2019; NOGUEIRA, 2020).

Existem fatores relacionados à família que estão ligados ao baixo desempenho escolar dos alunos, Soares (2020) aponta que estas podem ser classificadas em características familiares estruturais e características familiares dinâmicas. Dentro dos fatores das características estruturais familiares estão o nível econômico, pertencimento a grupos minoritários, escolaridade e saúde dos pais; enquanto nos fatores das características dinâmicas da família estão os eventos circunstanciais estressantes e o clima educacional familiar.

Outra classificação dos fatores familiares é a realizada por Rodrigues (2019) e Ariés (2019) em que eles se dividem em fatores estruturais e não estruturais. Nos fatores estruturais organizam a escolaridade dos pais, condições de alimentação e saúde, recursos educativos em casa, hábitos de leitura dos pais. Já os não estruturais consideram as expectativas educacionais e de trabalho em relação aos filhos, clima afetivo, práticas sociais e educativas dos pais, envolvimento nas atividades escolares, apoio em casa com os deveres de casa e estudo dos filhos.

O fator clima familiar, segundo Chraim (2019) é o ambiente com um valor único e exclusivo que confere ao indivíduo a sua forma de pensar, sentir e agir. Pode ser entendido como todos aqueles elementos que envolvem a família como formas de pensar, valores, interesses, comportamentos que influenciam o desenvolvimento do indivíduo; no caso dos alunos, o exposto acima é extremamente importante, pois o contexto determina a forma de agir dentro da escola; o que o leva a colocar em prática certos hábitos e valores que vão condicionar o seu perfil de aluno e, ao mesmo tempo, o seu desempenho.

Havendo um clima familiar equilibrado, Ariés (2019) explica que o aluno terá condições de se desenvolver adequadamente; portanto, o afeto, a compreensão, o apoio, a existência de regras claras e bem estabelecidas, o estímulo e as atitudes positivas são considerados como elementos que favorecem o bom desempenho acadêmico. Pelo contrário, um clima familiar gerador de baixo rendimento acadêmico é aquele em que existe tensão,

autoritarismo parental, pouca orientação e motivação, poucas relações afetivas, abusivas ou conflituosas. Por isso, é de extrema importância que o clima familiar seja o mais equilibrado possível para gerar um ambiente estimulante onde o aluno se sinta confortável e possa focar em seu aprendizado.

Sobre o clima familiar, como acrescenta Nogueira (2020), o ambiente em que o aluno vive e cresce pode ter um impacto significativo em seu desempenho na escola, e isso inclui a qualidade das relações familiares:

[...] Um clima familiar acolhedor e afetivo pode contribuir para o desenvolvimento integral do aluno, permitindo que ele se sinta valorizado e seguro para explorar suas habilidades e potencialidades. Por outro lado, um ambiente familiar hostil, marcado por conflitos, brigas e tensões, pode gerar um estresse emocional que afeta negativamente o desempenho do aluno na escola (NOGUEIRA, 2020. p. 33).

Isso acontece porque a forma como a família se relaciona reflete diretamente na autoestima e autoconfiança do aluno. Quando o clima familiar é positivo, o aluno se sente encorajado a explorar o mundo e a aprender novas coisas, sem medo de errar. Por outro lado, quando o ambiente familiar é negativo, o aluno pode se sentir desencorajado e desmotivado, o que prejudica seu desempenho escolar. Outro aspecto importante colocado por Bertencello e Rossete (2019), é a influência da família na rotina escolar do aluno. A participação ativa dos pais ou responsáveis na vida escolar dos filhos, acompanhando seu desempenho e auxiliando em suas tarefas, pode contribuir significativamente para a melhoria do desempenho acadêmico. Por outro lado, a falta de interesse e envolvimento da família pode levar à desmotivação do aluno em relação aos estudos.

A respeito do fator nível econômico, Soares (2020) aponta que diversas investigações têm demonstrado que o nível econômico dos alunos tem certa influência no desempenho acadêmico, pois se constatou que as famílias com menor renda tendem a ser as mais desfavorecidas na maioria dos aspectos, inclusive no desempenho. Pelo contrário, os alunos pertencentes às classes sociais mais abastadas apresentam melhor

desempenho. Isso pode ser entendido porque a família com menos dinheiro tem menos oportunidades de obter os recursos básicos para o aluno atender às suas necessidades escolares, como por exemplo material escolar ou recursos aos quais ele tenha acesso como livros, enciclopédias, computadores, entre outros.

O fator nível econômico tem sido apontado como um dos aspectos que podem afetar o desempenho acadêmico dos alunos. De acordo com Nakano (2020), diversas investigações têm demonstrado que o nível econômico das famílias pode influenciar o desempenho acadêmico dos alunos. Isso acontece porque o nível econômico das famílias pode afetar a qualidade de vida dos alunos, incluindo aspectos como a alimentação, a saúde, a moradia e o acesso a recursos educacionais. Alunos de famílias com maior poder aquisitivo, por exemplo, podem ter acesso a escolas particulares de qualidade, a uma alimentação saudável e a recursos educacionais adicionais, como livros e materiais de estudo.

Por outro lado, Almeida (2018) aponta que alunos de famílias com menor poder aquisitivo pode enfrentar dificuldades em acessar recursos educacionais, além de lidar com condições de moradia e alimentação precárias. Essas dificuldades podem gerar um estresse emocional que afeta negativamente o desempenho acadêmico do aluno. No entanto, é importante ressaltar que o nível econômico não é o único fator que influencia o desempenho acadêmico dos alunos. Existem muitos exemplos de alunos que superam as adversidades e alcançam sucesso acadêmico, apesar das condições precárias em que vivem.

O fator nível cultural explicado por Vasconcelos (2017), está relacionado ao nível econômico, pois este determina o acesso a situações que permitem incrementar a cultura. Está bem definido que as famílias com maiores possibilidades econômicas são as que podem oferecer as melhores oportunidades de acesso à cultura, pois são elas que fornecem recursos como computadores, livros, visitas a museus, jornais, enciclopédias, viagens; enfim, tudo que possa aumentar o patrimônio cultural do aluno; o que se refletirá no

desempenho acadêmico, pois segundo Alves (2020), a cultura que é oferecida ao aluno desenvolve a inteligência, a socialização e a personalidade; que mostram uma relação com o desempenho acadêmico.

O fator educação dos pais constatado por Bertoncello e Rossete (2019), que os pais com maior escolaridade tendem a se envolver no estudo de seus filhos em um nível superior do que aqueles com baixa escolaridade, o que gera resultados favoráveis no desempenho acadêmico, o anterior que se tem, pois, quanto maior a oportunidade de acesso aos recursos que possibilitam o acesso ao conhecimento. O fato de os pais terem níveis acadêmicos elevados aumenta o nível de exigência e expectativas para com o aluno, o que se reflete num bom desempenho.

Narodowski e Arias (2019) classificam a escolaridade dos pais como um fator externo que influencia o desempenho acadêmico, citando que quanto maior o nível de escolaridade, os alunos obtêm melhores resultados. Eles realizaram um estudo sobre a relação entre as notas obtidas e a escolaridade dos pais, escola de origem, renda familiar; os autores explicam que existe uma relação entre a escolaridade dos pais e o rendimento acadêmico, embora exista uma forte correlação com o tipo de escola de origem. Apesar disso, os resultados são contundentes e mostram a influência da escolaridade dos pais.

Para efeitos deste estudo, a variável será o envolvimento da família na escola, que será decomposta em subtemas como apoio nos trabalhos de casa, expectativas, envolvimento nas atividades escolares. Em seguida, é descrito como isso influencia o desempenho acadêmico.

Foi comprovado que o apoio familiar é fundamental para que o aluno apresente um nível acadêmico aceitável, pois se os pais acompanham e supervisionam as atividades escolares de seus filhos, geralmente são gerados bons resultados (Anabalón, Carrasco, Díaz, Gallardo & Cárcamo, 2008). Segundo Bernal, Rodríguez, González e Torres (2018), quando os pais cuidam, estimulam, protegem; são desenvolvidas diferentes habilidades relacionadas

ao desempenho escolar; Eles descobriram que essas funções executivas (funções que ordenam e dirigem as operações cognitivas e comportamentais) são fortalecidas em períodos de acompanhamento que ocorrem nas fases da idade escolar. Isso comprova a importância do apoio familiar nas tarefas escolares (Suárez, Fernández, Cerezo, Rodríguez, Rosário e Núñez, 2012

Ruiz de Miguel (2001) confirma que os pais com maior escolaridade são mais atentos; O contrário ocorre com os pais com baixa escolaridade, pois apresentam mais dificuldades em manter uma aproximação com a escola, o que dificulta que conheçam plenamente o desempenho de seus filhos; embora também suscite a ideia de que nem todos os pais com um bom nível acadêmico têm tempo para os filhos, pelo que negligenciam este aspecto.

Um fato importante e impeditivo da aliança entre a família e a escola, diz respeito a comunicação transparente e aberta entre escola e família, que segundo Araújo (2018) é fundamental para garantir uma aliança efetiva na formação dos alunos. No entanto, muitas vezes, essa comunicação falha, gerando desconfiança e falta de confiança na instituição de ensino. Os pais ou responsáveis precisam se sentir informados sobre as atividades e projetos desenvolvidos pela escola, bem como sobre o desempenho acadêmico dos filhos. Isso permite que eles acompanhem de perto a vida escolar dos filhos, auxiliando em suas necessidades e contribuindo para o sucesso acadêmico dos mesmos.

Por outro lado, Nakano (2020) adverte quando a comunicação entre escola e família falha, os pais ou responsáveis podem se sentir desinformados e desconfiados em relação à instituição de ensino. Isso pode gerar uma falta de confiança na escola, prejudicando a relação entre família e escola e afetando negativamente o desempenho acadêmico dos alunos.

É fundamental que a escola estabeleça canais claros e abertos de comunicação com os pais ou responsáveis, garantindo que eles sejam informados sobre as atividades e projetos desenvolvidos pela instituição. Isso pode ser feito por meio de reuniões periódicas, comunicados e boletins

informativos, além de plataformas digitais que permitem o acesso à informação de forma rápida e eficiente. Dessa forma, é possível estabelecer uma relação de confiança entre escola e família, garantindo uma aliança efetiva na formação dos alunos. A comunicação transparente e aberta é um fator fundamental para o sucesso acadêmico dos alunos, permitindo que os pais ou responsáveis acompanhem de perto a vida escolar dos filhos e contribuam para o desenvolvimento integral dos mesmos.

O envolvimento da família na rotina escolar dos alunos de acordo com Garcia e Veiga (2021), é um fator fundamental para garantir um ambiente educacional acolhedor e seguro, contribuindo para o sucesso acadêmico dos mesmos. No entanto, a falta de engajamento da família pode gerar desafios na aliança entre escola e família. Portanto, quando os pais ou responsáveis não se envolvem na vida escolar dos filhos, a aliança entre a família e a escola pode se tornar distante e conflituosa. Isso pode gerar um sentimento de desmotivação no aluno em relação aos estudos, além de dificultar o trabalho dos professores em garantir um ambiente educacional adequado.

Assim, a aliança entre família e escola é fundamental para a obtenção do sucesso escolar dos alunos. A união dessas duas instâncias educacionais pode garantir um ambiente educacional mais acolhedor e seguro para os alunos, bem como proporcionar um aprendizado mais significativo e efetivo. Quando essas duas instâncias trabalham juntas, é possível estabelecer uma parceria que se reflete no sucesso acadêmico dos estudantes. É importante que as escolas busquem estabelecer canais de comunicação claros e abertos com as famílias, garantindo que elas sejam informadas sobre as atividades e projetos desenvolvidos pela instituição. Isso permite que a família acompanhe de perto a vida escolar dos filhos, auxiliando em suas necessidades e contribuindo para o sucesso acadêmico dos mesmos. Quando essas duas instâncias educacionais trabalham juntas, é possível garantir um ambiente educacional acolhedor e seguro para os alunos, contribuindo para seu desenvolvimento acadêmico e pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As principais conclusões desta pesquisa estão expostas nos seguintes pontos: em relação ao objetivo da pesquisa, verifica-se que os fatores familiares influenciam o desempenho acadêmico dos alunos, e um dos principais diz respeito ao nível econômico, pois a maioria dos participantes não possui renda suficiente para adquirir todos os materiais necessários, como livros, computador e outros, o único seguro que eles têm são os materiais básicos escolar mínimo, que não implique em gastos onerosos por parte da família. Além disso, por possuírem recursos econômicos limitados, não dispõem de espaços adequados para a realização das tarefas, pois a maioria as realiza em espaços compartilhados como salas de estar, refeitórios, cozinhas e até mesmo em seus próprios quartos; o que mostra que são espaços com distrações, com pouca iluminação, sem mobiliário adequado, fator que causa redução na hora de fazer os deveres de casa ou trabalhos escolares. Compreende-se, que o nível econômico impede que os alunos tenham a oportunidade de continuar com estudos mais avançados, como ensino médio e universitário, apesar de a maioria dos pais desejar que seus filhos continuem estudando, eles sabem que é difícil para eles conseguirem.

Conclui-se que a relação entre a família e a escola é fundamental para o sucesso acadêmico dos alunos. No entanto, a falta de engajamento dos pais ou responsáveis tem sido apontada como um dos principais desafios enfrentados pelas escolas, podendo afetar negativamente a formação integral dos alunos. A participação ativa da família na vida escolar dos filhos é fundamental para garantir um ambiente educacional acolhedor e seguro. Quando os pais ou responsáveis se engajam na rotina escolar dos filhos, acompanhando seu desempenho e auxiliando em suas tarefas, os alunos se sentem mais valorizados e motivados a aprender.

Dessa forma, não havendo a participação dos pais ou responsáveis na vida escolar dos filhos, não se estabelece a aliança entre a família e a escola. Por isso, é fundamental que a família assuma um papel ativo no processo educativo, buscando estabelecer uma aliança com a escola em prol da

formação integral dos alunos. Isso inclui a participação em reuniões e eventos escolares, o acompanhamento do desempenho acadêmico dos filhos, a comunicação frequente com os professores e a participação em projetos educacionais da escola.

Compreendeu-se que, um dos principais desafios na aliança entre escola e família é o nível de envolvimento da família na vida escolar dos filhos. Muitas vezes, os pais ou responsáveis não se sentem motivados ou informados sobre a importância de seu envolvimento, o que pode gerar falta de interesse ou falta de compreensão em relação ao papel da família na formação dos alunos.

Compreendeu-se ainda, que é fundamental que as escolas trabalhem de forma integrada com as famílias, buscando estabelecer um ambiente colaborativo e de parceria na educação dos alunos. Isso pode ser feito por meio de ações como a oferta de reuniões periódicas, eventos e atividades conjuntas entre escola e família, além da promoção de uma comunicação transparente e aberta entre as partes. Dessa forma, é possível fortalecer a relação entre a família e a escola, garantindo um ambiente educacional acolhedor e seguro para os alunos. A participação ativa dos pais ou responsáveis na vida escolar dos filhos é fundamental para a formação integral dos alunos, contribuindo para o desenvolvimento socioemocional e acadêmico dos mesmos.

Conclui-se, que é possível fortalecer aliança entre a família e a escola, garantindo um ambiente educacional acolhedor e seguro para os alunos. A participação ativa dos pais ou responsáveis na vida escolar dos filhos é fundamental para a formação integral dos alunos, contribuindo para o desenvolvimento socioemocional e acadêmico dos mesmos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E.B. **A relação entre pais e escola: A influência da família no desempenho escolar do aluno.** Campinas, Monografia. Universidade Estadual de Campinas. 2018.

ALVES, J.H.M. A evolução nas definições de família, suas novas configurações e o preconceito. Natal. Monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.

ARAÚJO, C. A. de. **Pais que educam – uma aventura inesquecível.** São Paulo: Gente, 2018.

ARIÉS, Philippe. **História Social da criança e da família – 2ª Ed.** Rio de Janeiro. RJ. Zahar, 2019.

BERTONCELLO, L; ROSSETE,R.S. **A importância do diálogo na relação professor-aluno e o paradigma da complexidade.** CESUMAR. Paraná.v.13.n.2.p.177-190.2019.

CASARIN, N.E.F. **Família e aprendizagem escolar.** Porto Alegre, Dissertação.Faculdade de Física da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2019.

CHECHIA, V. A.; ANDRADE, A. D. S. **O desempenho escolar dos filhos na percepção de pais de alunos com sucesso e insucesso escolar.** Estudos de Psicologia, 10(3), 431-440, 2019.

CHRAIM, Albertina de Mattos. **Família e escola: a arte de aprender para ensinar.** Rio de Janeiro: Wak editora, 2019.

CÚNICO, S.D; ARPINI, D.M. **A família em mudanças: desafios para a paternidade contemporânea.** Porto Alegre, Artigo Acadêmico. Universidade Federal de Santa Maria, 2020.

DESSEN, M.A; POLÔNIA, A.C. **A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano.** Distrito Federal, Artigo Acadêmico. Universidade de Brasília, 2017.

DUARTE, M J N P; FEITOSA, M L O. **Ausência da família no âmbito escolar.** Editora Protexito. 2022 Disponível em: < www.protexito.com.br/texto.php?cod_texto_2520> acesso em 02/11/2017. Acesso, 2023.

FERNANDES, A.C.O.G. **A família na vida escolar.** Campina Grande, Monografia. Universidade Estadual da Paraíba, 2021.

FERREIRA, S. H.A; BARRERA, S.D. **Ambiente familiar e aprendizagem escolar em alunos da educação infantil.** PSICO. São Paulo. v.41.n.4.p.462-472.out, 2022.

FONSECA, Luizete Moreira. **A Relação família e escola no processo de aprendizagem dos estudantes na Escola Municipal Ten Geraldo Rossi Charchar** Em Itacoatiara, Amazonas, Brasil – Ano 2019.

FONSECA, Luizete Moreira; **A Relação Família E Escola No Processo De Aprendizagem Dos Estudantes Na Escola Municipal Ten Geraldo Rossi Charchar** Em Itacoatiara, Amazonas, Brasil – Ano 2019. Dissertação acadêmica de Mestrado em Ciências da Educação Universidad de la Integración de las Américas, Paraguai, 2021.

GARCIA, E. G. VEIGA, E.C. **Psicopedagogia e a teoria modular da mente.** São José dos Campos: Pulso. 2021.

MACCARIO, Barbara. **O dano moral no direito de família: a responsabilidade civil pela prática de alienação parental.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 04, Vol. 06, pp. 35-60. Abril de 2022. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/lei/o-dano-moral>. Acesso, 2023.

NAKANO, J.M.Z. **A percepção dos professores quanto a participação e ausência da família na vida escolar das crianças.** Brasília, Monografia. Universidade de Brasília, 2020.

NARODOWSKI, Mariano e ARIAS, María Eugenia. **Cinco explicações sobre a crise da aliança entre a escola e a família.** *Rev. Reflex* [online]. 2019, vol.27, n.1 [citado 2023-05-03], pp.166-177. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-99492019000100166&lng=pt&nrm=iso>. Epub 17-Out-2019. ISSN 1982-9949. <https://doi.org/10.17058/rea.v27i1.9989>. Acesso, 2023.

NOGUEIRA, M.A. **Família e escola na contemporaneidade: Os meandros de uma relação.** EDUCAÇÃO & REALIDADE. Rio Grande do Sul. v.31.n.2.p.155-170. julho, 2020.

OLIVEIRA, C.B.E; MARINHO-ARAÚJO, C.M. >**A relação família-escola: intersecções e desafios.** Brasília Artigo Acadêmico. Universidade de Brasília, 2019.

RODRIGUES, M. I. **A importância da parceria família e escola.** Colégio Integral. Bahia. Dez/2012. Disponível em: www.integralweb.com.br/a-importancia-da-parceria-familia-e-escola/. Acesso em: 06 de julho de 2019.

SARRAMONA, Jaume. **Educação na Família e na escola: o que é, como se faz.** São Paulo: Editora Loyola, 2021.

SIQUEIRA, Anriet. **Educação e processo**. Boletim Psicológico, 20/10/2020.

SOARES, J.M. **Família e escola**: Parcerias no processo educacional da criança. Amapá. Artigo Acadêmico. Instituto do Ensino Superior do Amapá, 2020.

SOUSA, J.A. **Família e escola**: Desafios de uma relação. Londrina, Monografia. Universidade Estadual de Londrina, 2020.

TEXEIRA, G.A.S. **Família e escola**: Considerações sobre o papel social dessas instituições na sociedade contemporânea. Mato Grosso do Sul. Artigo Acadêmico. Universidade Federal da Grande Dourados, 2020.

VASCONCELOS, K.M. **A representação social da família**: Desvendando conteúdos e explorando processos. Brasília. Tese. Universidade de Brasília, 2017.

TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDIC'S), NA PRÁTICA PEDAGÓGICA: a formação de professores como desafio

Verônica Rodrigues da Silva¹¹

RESUMO

A utilização das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC's), tem sido cada vez mais frequente no âmbito escolar, e isso tem suscitado reflexões acerca da natureza do trabalho pedagógico e do processo formativo dos profissionais da educação. No entanto, o uso desses recursos tecnológicos não tem garantido transformações significativas nas práticas pedagógicas das escolas. Nesse contexto, este artigo tem como objetivo analisar as práticas pedagógicas a partir da utilização das TDIC'S na formação dos professores. É importante considerar que a lógica estabelecida pelas TDIC'S implica um trabalho em rede, o que é muito diferente do que é realizado atualmente nas escolas. Diante disso, o problema a ser investigado é: como as TDIC'S podem ser utilizadas de forma efetiva na formação dos professores, considerando as particularidades do trabalho pedagógico realizado nas escolas? Os resultados deste estudo indicam que a utilização das TDIC'S na formação dos professores ainda enfrenta alguns desafios, tais como a falta de acesso adequado às tecnologias, a falta de preparação adequada dos professores para utilizar esses recursos, e a necessidade de adaptar as práticas pedagógicas para acomodar as TDIC'S de forma significativa.

Palavras-chave: TDIC'S. Formação. Professor. Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

The use of Digital Information and Communication Technologies (TDIC's) has been increasingly frequent in the school environment, and this has raised reflections about the nature of the pedagogical work and the training process of education professionals. However, the use of these technological resources has not guaranteed significant changes in the pedagogical practices of schools. In this context, this article aims to analyze the pedagogical practices from the use of TDIC'S in teacher training. It is important to consider that the logic established by TDIC'S implies networking, which is very different from what is currently carried out in schools. In view of this, the problem to be investigated is: how can TDIC'S be used effectively in teacher training, considering the particularities of the pedagogical work carried out in schools? The results of this study indicate that the use of TDIC'S in teacher training still faces some challenges, such as the lack of adequate access to technologies, the lack of adequate preparation of teachers to use these resources, and the

¹¹ **Graduação:** História, UFAM/ Universidade Federal do Amazonas; **Pós-graduação:** Gestão Escolar, UFAM/ Universidade Federal do Amazonas; **Pós-graduação:** em Didática do Ensino Superior em FASE no Espírito Santo - Tecnóloga em Gestão Ambiental; **Mestrado:** em Ciências da Educação, UNIDAS (UNIVERSIDAD DE LA INTEGRACIÓN DE LAS AMERICAS). acinorev.r@gmail.com

need to adapt pedagogical practices to accommodate TDIC'S in a meaningful way.

Keywords: TDIC'S. Training. Teacher. Pedagogical practices.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TDIC'S) têm se tornado cada vez mais presentes na sociedade em geral e, conseqüentemente, na educação. Essas tecnologias têm permitido uma abordagem mais dinâmica, interativa e colaborativa nas práticas de ensino e aprendizagem, o que pode melhorar significativamente a qualidade da educação oferecida (IKESHOJI e TERCARIOL, 2020).

No entanto, a utilização dessas ferramentas exige dos docentes um repensar de suas práticas pedagógicas, o que pode ser um desafio para muitos professores na contemporaneidade. Para Duarte & Rezende (2021), é necessário, portanto, agregar às práticas de ensino e aprendizagem recursos disponíveis em TDIC'S a fim de atender às demandas da sociedade atual. Na escola, em particular, essa demanda é ainda mais evidente, tendo em vista a necessidade de formação dos professores aptos a lidar com as questões do ensino e aprendizagem de forma crítica e reflexiva. Nesse sentido, a utilização das TDIC'S pode contribuir significativamente para a formação desses profissionais, possibilitando uma abordagem mais integrada e interdisciplinar.

Nesse sentido, é importante que os estudantes sejam instrumentalizados e mediados na adoção dessas tecnologias, de modo que possam desenvolver suas competências digitais e estar preparados para a sociedade da informação e cultura digital. Para isso, os professores desempenham um papel fundamental, uma vez que são responsáveis por mediar o processo de ensino e aprendizagem e introduzir as TDIC'S nas atividades pedagógicas. No entanto, muitos professores enfrentam dificuldades em relação à utilização dessas tecnologias em sala de aula, seja

pela falta de conhecimento técnico, seja pela resistência em mudar as práticas pedagógicas tradicionais.

Dessa forma, a formação dos professores na área das TDIC'S é imprescindível. É necessário que eles sejam capacitados a selecionar os recursos tecnológicos adequados e planejar atividades que envolvam a adoção dessas tecnologias de forma efetiva e integrada ao processo educativo.

Almeida (2020) reforça essa necessidade, destacando a importância da formação dos professores na área das TDIC'S para o desenvolvimento das competências digitais dos estudantes. A formação dos professores deve contemplar não apenas o uso das ferramentas tecnológicas, mas também a reflexão sobre as implicações pedagógicas do seu uso em sala de aula.

Nesse contexto, Benite (2021) acrescenta que é preciso que haja um investimento em formação continuada para os professores, visando ao aprimoramento de suas competências digitais e à adequada utilização das TDIC'S nas práticas de ensino e aprendizagem. Somente dessa forma será possível proporcionar aos estudantes uma formação mais completa e prepará-los para a sociedade da informação e cultura digital. Diante disso, o problema a ser investigado é: como as TDIC'S podem ser utilizadas de forma efetiva na formação dos professores, considerando as particularidades do trabalho pedagógico realizado nas escolas?

A justificativa para essa pesquisa se dá pelo fato de que a utilização das TDIC'S na formação dos professores pode contribuir para uma educação mais atualizada e adaptada às necessidades dos alunos, além de promover uma aprendizagem mais participativa e significativa. É necessário compreender como essas tecnologias podem ser utilizadas de forma efetiva e efetiva na formação dos professores, a fim de melhorar a qualidade da educação oferecida nas escolas. O objetivo do estudo consiste em analisar as práticas pedagógicas a partir da utilização das TDIC'S na formação dos professores.

2. CONHECIMENTO PEDAGÓGICO FRENTE ÀS TIC.

O conhecimento pedagógico está relacionado com o saber educar para um tipo de sociedade, é neste ponto que se descrevem três vertentes deste tipo de conhecimento: teórica, prática e crítica; a primeira busca identificar fenômenos educacionais; a segunda, busca atuar para empoderar a pessoa e a sociedade; finalmente a terceira fundamenta a prática educativa; É também uma reflexão crítica sobre a prática pedagógica. Duarte & Rezende (2021) buscam entender e dominar a educação através dos componentes do fenômeno educacional que devem ser compreendidos para dominar esse fenômeno e ensino interativo.

Se relacionarmos o que precede com o contexto educativo, o interesse recai sobre a formação de professores para o emprego e a adaptabilidade a estas novas tecnologias e a repercussão que esta traz face ao TDIC'S, é aqui que o papel do professor adquire grande importância quando considerado como uma aprendizagem mediadora, respeitando e valorizando os novos desafios de uma educação na era do conhecimento.

Os processos de ensino devem levar a uma reflexão séria do professor, nem sempre realizada, sobre a importância de ter conhecimento sobre qual é o uso adequado que deve ser dado às TDIC'S para conseguir uma verdadeira integração na educação; assim, uma mudança deve ser feita na concepção de seu uso em relação ao que e por que usá-los.

Duarte & Rezende (2021) neste contexto, e de forma de compreender o impacto das TDIC'S na educação, tem sido cada vez mais levantada a necessidade de estudar empiricamente a forma como professores e alunos utilizam estas novas tecnologias na educação. as práticas realizadas em sala de aula, considerando avaliar a forma como os processos de formação de professores têm sido realizados face a estas novas mudanças e a atitude para assumir maiores responsabilidades.

Almeida (2020) menciona que deve ser definido um perfil docente flexível e variável, capaz de se adaptar às contínuas mudanças que ocorrem

na nossa sociedade. Desta forma, o papel do professor é variável no sentido de novas formas de relacionamento com os alunos e o seu ambiente de aprendizagem, os cenários onde decorre uma aula adquirem um maior protagonismo com base na utilização das novas tecnologias.

A definição de conhecimento pedagógico como descreve Benite (2021), refere-se às atividades pedagógicas que um professor pode usar, aos processos e práticas do método de ensino e como estes se relacionam com o pensamento. A sua utilização permite a participação e realização de tarefas ajustadas às necessidades e interesses dos alunos.

Embora as TDIC'S possam ser consideradas uma ferramenta eficaz para melhorar a educação dos alunos, é necessária uma transformação das ações de ensino, pois o aprendizado está relacionado à qualidade das práticas das quais eles participam em sala de aula. Nos últimos anos, foi mencionado o problema da formação em TDIC'S para professores e as habilidades que eles precisam para usá-la. Um dos desafios desta sociedade do conhecimento é incorporar na formação docente novas competências que envolvam o uso das TIC no ensino e aprendizagem, integrando estes aspetos para atingir os objetivos pedagógicos.

2.1. A utilização das TDIC'S na formação dos professores

Esta aproximação das TDIC'S ao sistema educativo incluiu a disponibilização de equipamentos (computadores) inseridos nas escolas e a formação emergente de professores através de cursos de tecnologia. O conteúdo dos cursos e a preparação tecnológica recebida marcaram profundamente as primeiras ações do professor em sala de aula e levaram a uma série de propostas alheias ao currículo e centradas na ferramenta informática (IKESHOJI e TERCARIOL, 2020).

Com o surgimento das TDIC'S, é necessária uma atualização constante, tanto para o professor quanto para o aluno. Neste sentido, o

professor de um ponto de vista centrado faz com que o aluno pratique, aplicando magníficas aulas, formando-o de forma sistemática e focada num contexto de aprendizagem interativa. Para Duarte & Bastos (2020):

[...] o uso das TDIC'S que vão além do aprendizado, são direcionados ao uso formativo; Trata-se da sua utilização como meio didático ao serviço da aprendizagem e aquisição de conhecimentos, e não apenas para desenvolver competências tecnológicas; aspiração que se faz acompanhar de algumas propostas metodológicas e modalidades de formação ainda insuficientes para converter estas ferramentas tecnológicas em verdadeiros recursos pedagógicos, que permitam a professores e alunos uma visão mais ativa da aprendizagem, que estimulem a capacidade de reformular a realidade e proporcionem soluções criativas e inovadoras aos problemas (DUARTE & Bastos, 2020, p. 62).

Nesse ponto de vista, colocado Ferrari e Angotti (2020) objetivo dos TDIC'S, é remodelar a metodologia de uso da tecnologia, mas não apenas garantir o domínio destes, mas, sim, conhecer e utilizar como meios didáticos na aprendizagem e aquisição do conhecimento.

A implementação das TDIC'S, implica uma mudança na atuação do professor, exige-se que seja inovador e capaz de transformar seu próprio aperfeiçoamento, para que a partir de sua atuação essa aspiração deixe de ser um mero discurso e se torne uma ação prática, na qual, como verdadeiro agente, promove situações de desenvolvimento de capacidades de aprendizagem; transformações que dizem respeito às bases do sistema educacional e representam a adoção de modelos pedagógicos baseados em metodologias inovadoras que finalmente resolvem o desacordo existente entre TDIC'S, e educação.

A formação profissional segundo Almeida (2020), exige um processo permanente de aquisição, estruturação e reestruturação de competências, conhecimentos, habilidades e valores para o desempenho de determinada função. No caso da formação de professores, estamos falando de competências profissionais na perspectiva da ciência pedagógica, da tecnologia educacional e das relações sociais. Pelo que se exige de metodologias de ensino que provoquem no futuro professor a inconformidade pelos conhecimentos já elaborados; despertar o interesse pela reflexão e

confronto crítico permanente da informação, obtida através da consulta e pesquisa em diferentes fontes.

No entanto, Araújo e Vianna (2021), alude que a formação dos educadores muitas vezes não teve um preparo metodológico sólido para o uso das tecnologias, na melhor das hipóteses foram capacitados para o uso das TIC como ferramentas de acesso e transmissão da informação, restringindo o uso de TDIC'S, em um contexto educacional tradicional.

Por outro lado, a formação emergente de muitos professores para a implementação das TDIC'S, na sala de aula tem-se limitado a workshops e seminários centrados nos aspetos processuais, quebrando a ligação entre o como ensinar com o como aprender e os conteúdos a ensinar; reafirmando assim o papel do professor como executor e não como facilitador do processo; além de desconhecem suas capacidades investigativas e possibilidades de ação inovadora a partir do conhecimento da ciência que transmitem, levando à negligência devido ao uso desses meios em seu trabalho didático. Esta formação tem tido um impacto limitado e insuficiente na prática educativa, não tendo havido mudanças significativas.

Ferrari e Angotti (2020) colocam que é por isso que a formação de professores deve ser reformulada e voltada para a obtenção de um profissional com as competências necessárias para incorporar conscientemente as TDIC'S em sua prática pedagógica; assim, o educador deve ser comprometido com uma educação de acordo com seu tempo e com as necessidades da sociedade; competentes para desenhar e implementar estratégias metodológicas que incluam essas tecnologias como meios de apoio educacional, avaliando previamente as possibilidades e limitações de cada uma das ferramentas digitais à sua disposição e os possíveis significados de seu uso em sala de aula.

O professor por meio da sua formação, como descrevem Araújo e Vianna (2021), deve ter a capacidade de combinar essas ferramentas e chamadas tradicionais; ser crítico, pensar sempre em adaptar as tecnologias

ao ensino e não ensinar às tecnologias; bem como promover espaços de aprendizagem colaborativa e cooperativa, que realmente provoquem mudanças paradigmáticas, que vão além do estilo tradicional de pedagogia centrada no professor e promovam o desenvolvimento da independência cognitiva no corpo discente por meio da promoção do pensamento analítico, crítico e reflexivo. Como argumenta Benite (2021):

[...] Poder dizer desta forma, que estamos perante um professor com domínio das TDIC'S, quando este educador sabe utilizar metodologias orientadas para a aprendizagem colaborativa e para a criação de conhecimento, que motiva o interesse dos alunos pelo conhecimento e os ensina a selecionar e usar adequadamente as tecnologias para acessar a informação, processá-la e transformá-la em conhecimento; bem como consolidá-lo, compartilhá-lo e transferi-lo (BENITE, 2021, p. 93).

Como discorreu o autor, certamente, as TDIC'S são uma oportunidade de provocar o salto qualitativo nos sistemas educacionais necessários para atender às necessidades da sociedade, que exige cada vez mais profissionais capazes de promover as constantes transformações que o próprio desenvolvimento da ciência e da tecnologia gera. Isso requer, sem dúvida, uma revisão urgente da organização, currículos e metodologias dos processos educativos, em especial os relacionados à formação de professores, uma vez que este profissional é responsável pela formação das novas gerações, responsáveis pela continuidade do desenvolvimento das nações (IKESHOJI e TERCARIOL, 2020).

Em qualquer processo de formação, Flôres e Vasconcelos (2022) explicam que a metodologia é de vital importância para o alcance dos objetivos elencados para a formação do aluno; o desenho de estratégias metodológicas inovadoras é essencial na transformação dos processos de aprendizagem e formação, uma vez que contribui para assegurar a compreensão dos alunos sobre o mundo em que vivem. Tais estratégias, quando contextualizadas e pensadas de acordo com as necessidades de aprendizagem na formação dos professores, não podem prescindir do uso das TDIC'S como meios didáticos para alcançar aprendizagens significativas.

Por outro lado, Lima (2020) sobre como vimos, as TDIC'S são produto que tem por finalidade de aprender de forma efetiva, por meio de dinâmicas e práticas formativas apoiadas nos usos didáticos da tecnologia digital, graças aos seus atributos de interatividade, que torna o aprendiz protagonista da construção do seu próprio conhecimento, adequando o processo às suas individualidades, estilo e ritmo de aprendizagem; bem como a interconectividade que facilita a combinação de diferentes mídias e recursos digitais para fins de multitarefa, quebrando as barreiras do espaço e do tempo.

O que evidentemente requer o desenho, implementação e avaliação de metodologias, que vão além do uso instrumental dessas tecnologias, para abranger cenários que favoreçam a gestão da aprendizagem, que deve ser baseada em: alfabetização tecnológica, desenvolvimento de habilidades digitais e construção de conhecimento.

Embora o objetivo não seja alcançar o domínio tecnológico por parte do professor, Araújo e Vianna (2021) coloca que é necessário que ele aprenda sobre o uso dessas ferramentas e sua utilidade didática, a fim de favorecer sua implementação no processo de ensino-aprendizagem. A formação de professores deve dirigir a sua atenção para a necessidade de aprender a usar a tecnologia, que deve ser motivada e partir da contradição entre as possibilidades reais disponíveis e as aspirações do seu emprego para o desempenho óptimo do seu trabalho profissional.

Logicamente, Lima (2020) coloca que a implementação dessas mídias digitais requer alfabetização tecnológica por parte do professor; para isso, devem conseguir adquirir uma cultura referencial tecnológica básica que lhes permita saber por que e para que precisam desses recursos, o que é feito em grande parte através do estudo de materiais relacionados às tecnologias

Alcançar esta literacia para Benite (2021), representa a criação de competências nos professores que lhes permitam reconhecer as suas necessidades de informação e saber de que forma podem ser satisfeitas, de

forma a responder aos novos papéis impostos pela implementação do TDIC'S nos sistemas educativos do século XXI.

A formação do educador refere-se ao desenvolvimento de competências na gestão das informações necessárias no processo pedagógico, como acrescenta Flôres e Vasconcelos (2022):

[...] Gerenciar informações supõe o conhecimento, gestão e seleção de diferentes motores de busca e bases de dados de acordo com as necessidades de informação, analisar e interpretar esta informação, comparar e avaliar o conteúdo dos media com base na sua validade, fiabilidade e adequação entre as fontes, saber transformar informação em conhecimento e ser capaz de armazená-lo (FLÔRES e VASCONCELOS, 2022, p. 46).

Nesse caso, o professor deve ter a capacidade de criar conteúdo; conhecer os diferentes formatos de conteúdos digitais (texto, áudio, vídeo, imagens) e ser capaz de distinguir aplicações e programas consoante o tipo de conteúdos a criar. Contribuir para o conhecimento do domínio público (fóruns públicos, wikis, artigos em revistas, etc.), respeitando os direitos de autor e as licenças de utilização.

É certo que a alfabetização dos professores e o desenvolvimento de suas habilidades digitais segundo Silva (2021) são elementos-chave para favorecer o uso dos TDIC'S; Kenskio simples uso de tecnologias digitais não garante a transformação dos sistemas educacionais nem a qualidade do aprendizado; é também necessário desenhar novas estratégias de ensino que promovam a inovação e que ponham fim à tendência de utilização destas tecnologias como mero acesso ou transmissão de informação, mantendo a essência da educação tradicional, centrada no professor como transmissor de conhecimentos.

Portanto, o uso adequado do TDIC'S; requer o desenho, implementação e avaliação de metodologias na formação do educador, que vão além de seu uso instrumental, para abranger cenários que favoreçam a gestão da aprendizagem. Metodologias assentes na literacia tecnológica, no desenvolvimento de competências digitais (gestão da informação, competências de comunicação, competências de criação de conteúdos,

competências para proteger e assegurar a informação e capacidade de resolução de problemas) e construção do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo concluiu que a integração das TDIC'S; no campo educativo depende de várias características, que no seu conjunto irão favorecer a metodologia do professor. O conhecimento pedagógico é um valor determinante no processo de ensino; no entanto, o aspecto socioemocional (percepções - atitudes) que os professores têm relativamente a estes meios será determinante na sua utilização e integração nos processos educativos.

Atualmente, o professor concebe a utilização das TDIC'S; como um desafio e a atualização destes processos conduz à melhoria da prática educativa. Este panorama permite inverter o ensino tradicional e permite ao professor adaptar-se à mudança e tornar-se o agente predominante destes novos recursos.

A integração das TDIC'S no campo da formação está passando por uma mudança substancial, onde esses recursos e a imagem do professor são concebidos como um facilitador da aprendizagem, onde as TIC são um elemento útil para dinamizar o processo de aprendizagem; isso requer um conjunto de habilidades que o professor deve adquirir com a lógica de agregar uma metodologia capaz de tirar proveito das ferramentas tecnológicas, onde a formação de professores deve ser considerada uma das primeiras opções antes de enfrentar novos desafios educacionais.

Este novo desafio de adquirir conhecimentos pedagógicos relacionados com as TDIC'S na formação do professor, indicam que a comunicação, a criatividade e a gestão da mudança se tornaram essenciais. Estas novas propostas de formação de professores em TIC e a aquisição de conhecimentos pedagógicos relativos à utilização destes recursos indicam que o professor deve possuir competências em diferentes dimensões, o que

permitirá a utilização objetiva das TDIC'S e a sua possibilidade de adaptação às características educativas. quer transmitir.

Portanto, a formação docente deve ser integral desde uma perspectiva que integre a tecnologia como recurso para ensinar e obter a aprendizagem do aluno e isso conduz à formação de um professor com gestão reflexiva, construtivista e avaliativa na obtenção de novos produtos. No entanto, a expansão das TDIC'S em nossa sociedade apresenta uma série de limitações, como problemas técnicos, de segurança e limitações econômicas e culturais, porém, isso não deve ser limitante para que a formação de professores continue. para novas alternativas de aprendizagem com recursos tecnológicos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. P. de. **A produção de vídeos digitais: uma situação de aprendizagem na formação de professores de ciências.** Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia, 6(2), 132-146, 2020, DOI: 10.3895/S1982-873X2013000200008. Acesso, 2023.

ARAÚJO, R. S., & VIANNA, D. M. **Ouvindo formadores em licenciaturas em Física a distância sobre as políticas públicas educacionais.** Caderno Brasileiro de Ensino de Física, 29(n. esp.), 448-46, 2021. DOI: 10.5007/2175-7941.2012v29nesplp448. Acesso, 2023.

BENITE, A. M. C. **O computador no ensino de Química: Impressões versus Realidade.** Em Foco as Escolas Públicas da Baixada Fluminense. Ensaio, 10(2), 320-339, 2021. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/epec/v10n2/1983-2117-epec-10-02-00320.pdf>. Acesso, 2023.

DUARTE, J. W., Angotti, J. A. P., & Bastos, F. P. **Ensino de Física por meio de questões do PISA associadas a Temas Estruturadores e Conceitos Unificadores.** Caderno Brasileiro de Ensino de Física, 33(2), 333-354, 2020. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/epec/v10n2/1983-2117-epec-10-02-00320.pdf>. Acesso, 2023.

DUARTE, M., & Rezende, F. **Tecnologias da informação e comunicação e qualidade da educação na perspectiva de uma professora de Ciências.** Ensaio, 13(3), 263-281., 2021. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/epec/v13n3/1983-2117-epec-13-03-00263.pdf>. Acesso, 2023.

FERRARI, P. C., Angotti. **Educação problematizadora a distância para a inserção de temas contemporâneos na formação docente: uma introdução à Teoria do Caos.** *Ciência & Educação*, 15(1), 85-104, 2020. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v15n1/v15n1a05.pdf>. Acesso, 2023.

FLÔRES, A., Vasconcelos. **O uso da tv pendrive como instrumento pedagógico para o ensino de ciências.** *Revista Areté | Revista Amazônica de Ensino de Ciências*, 8(17), 2022. Recuperado de <http://periodicos.uea.edu.br/index.php/arete/article/view/191>. Acesso, 2023.

IKESHOJI, Elisangela Aparecida Bulla y TERCARIOL, Adriana Aparecida de Lima. **As Tecnologias de Informação e Comunicação na Prática Pedagógica e Gestão Escolar.** *Rev. iberoam. tecnol. educ. educ. tecnol.* [online]. 2020, n.15 [citado 2023-05-03], pp.51-62. Disponible en: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-99592015000100007&lng=es&nrm=iso>. ISSN 1851-0086. Acesso, 2023.

KENSKI, V. M. **Aprendizagem mediada pela tecnologia.** *Diálogo Educacional*, 4(10), 47-56, 2019.

LIMA, A. C. C. **Educação à distância e formação continuada em Ciências: Indicativos para configuração de cursos via internet.** *Amazônia - Revista de Educação em Ciências e Matemáticas*, 6(12), 40-46, 2020. Recuperado de <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistaamazonia/article/view/1702/2107>. Acesso, 2023.

SILVA, Verônica Rodrigues, **Os Desafios Para Os Professores Incorporar As Tdic's Às Suas Práticas Pedagógicas, Na Da Escola Estadual Maria Madalena Santana De Lima, Manaus-AM/BRASIL**, 2020-2021. Universidad de la Integración de las Américas, Paraguai, 2021.

O ENSINO DA CARTOGRAFIA COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO E APRENDIZAGEM

Eduarda Maria de Almeida Barros¹²

RESUMO

Este estudo caminha numa investigação que trata do ensino de Geografia para os novos tempos e surge da problemática produzida pela falta de implementação de estratégias de aprendizagem que promovam uma aula agradável, participativa e problematizada. Trata-se de um ensaio descritivo, explicativo e qualitativo, apoiado em extensa pesquisa bibliográfica. O estudo trouxe como objetivo: analisar o ensino por meio da cartografia como recurso didático no Ensino Fundamental. Um dos problemas enfrentados no Ensino de Geografia reside, principalmente, na falta de motivação suficiente dos alunos, resultado de aulas centradas no professor, trabalhada por estratégias de ensino inadequadas que apresenta aos alunos trabalhos escolares com excessivos fatos de memorização, apoiados exclusivamente no livro didático e viés que não atendem às expectativas dos alunos; além disso, carecem de metodologias de ensino inovadoras e condizentes com as mudanças histórico-sociais da comunidade em que vivem. O resultado do estudo apontou que a realização de um adequado processo de ensino-aprendizagem apoiado na utilização de material cartográfico, significa dotar os alunos das competências básicas para identificar, analisar e avaliar as dinâmicas espaciais e participar ativamente na procura de soluções para os múltiplos problemas que a sociedade enfrenta, seria formar cidadãos com alfabetização geográfica no âmbito da comunidade em que vive.

Palavras-chave: Cartografia. Recurso Didático. Ensino. Aprendizagem.

ABSTRACT

This study is part of an investigation that deals with the teaching of Geography for the new times and arises from the problem produced by the lack of implementation of learning strategies that promote a pleasant, participatory and problematized class. This is a descriptive, explanatory and qualitative essay, supported by extensive bibliographical research. The study aimed to: analyze teaching through cartography as a didactic resource in Elementary Education. One of the problems faced in the Teaching of Geography resides, mainly, in the lack of sufficient motivation of the students, result of classes

¹² **Graduação:** Licenciatura em Geografia; UFAM_ Universidade Federal do Amazonas. **Pós-graduação:** especialização em Educação de Jovens e Adultos -EJA; Faculdade Táhiri - ADCAM; **Mestrado:** Ciência em Educação; Universidad De La Integración De Las Américas - UNIDA. almeida.eduarda16@hotmail.com

centered on the teacher, worked by inadequate teaching strategies that present the students with school work with excessive memorization facts, supported exclusively in the textbook and bias that do not meet the expectations of students; in addition, they lack innovative teaching methodologies consistent with the historical and social changes in the community in which they live. The result of the study pointed out that carrying out an adequate teaching-learning process supported by the use of cartographic material means providing students with basic skills to identify, analyze and evaluate spatial dynamics and actively participate in the search for solutions to multiple problems that society faces, would be to form citizens with geographical literacy within the community in which they live.

Keywords: Cartography. Didactic Resource. Teaching. Learning.

1. INTRODUÇÃO

A educação constitui um primeiro passo para desenvolver novas concepções e práticas que permitam um diálogo preciso entre o homem e a natureza. Por isso, é cada vez mais crescente a necessidade de educar a humanidade de uma forma diferente, em que ela se torne sujeito de mudança na medida em que se aproprie de sua essência genérica (FRANCISCHETT, 2020).

Algumas das experiências educativas que contribuem para essa nova relação harmoniosa segundo Girardi (2020), estão agrupadas no que se conhece como uma educação cartográfica no uso de novas metodologias e ferramentas, que possibilitam a análise, gestão e tomada de decisão por meio da construção coletiva do conhecimento, tornando o homem sujeito ativo da transformação de seu contexto social e realidade.

O trabalho inovado do professor conforme Dantas, Mesquita e Silva (2023), deve ser orientado para o estudo da realidade sociogeográfica do espaço local a fim de produzir formas alternativas de ensino que façam da aula uma ação inovadora e assente na abordagem dos conteúdos de forma integrada. Deve insistir na abordagem cartográfica como articuladora dos processos geossociais e pedagógicos que acontecem no espaço cotidiano em que a escola está inserida. O ensino e aprendizagem deve se expressar em propostas de ensino estruturadas a partir das realidades da escola e apoiados

por materiais didáticos construídos a partir de uma conceituação da pedagogia da geografia. Em suma, seu propósito deve ser buscar formas, caminhos e meios alternativos para alcançar um ensino que responda às novas mudanças histórico-sociais que o país vive.

No entanto, Passini (2020) o ensino da Geografia tem sido afetado por uma série de problemas que resultam em uma educação geográfica insuficiente e ineficiente que leva os alunos a um desconhecimento dos espaços e suas dinâmicas e a uma apatia pela participação na solução dos problemas socioambientais que devem ser enfrentados a partir da sua realidade. A geografia é o estudo mais negligenciado nas escolas e faculdades; muitos alunos, a maioria dos que terminam os trabalhos de casa não sabem ou sabem pouco de Geografia. “Não é admissível que uma pessoa ignore o lugar onde vive” (PASSINI, 2020, p. 23).

A cartografia como recurso pedagógico e ferramenta didática metodológica para o exercício do professor, Ludwig e Nascimento (2016) mencionam que permite ensinar o aluno no reconhecimento do seu espaço como parte do processo de construção da memória coletiva. Assenta no reconhecimento da importância e compromisso do professor, em ensinar a partir do Ensino Fundamental o reconhecimento de seus locais de origem, ou seja, com espaços próprios que fazem parte da memória coletiva da comunidade que habitam.

Da mesma forma, o inadequado processo de ensino-aprendizagem da Geografia resulta em um analfabetismo geográfico da maioria dos alunos, o que leva ao seu conhecimento e compreensão da dinâmica espacial deste território é escasso, ao fato de o seu sentido de pertença ser nulo, o que os torna pessoas pouco interessadas no destino da sua pátria em particular e do mundo em geral, para quem a poluição ambiental, a pobreza de grande parte da população, o caos urbano, a insegurança e outros problemas que os afetam, são vistos como estranhos à sua própria vida e dos quais não participam na procura de soluções. O problema da pesquisa consiste: O ensino e aprendizagem por meio da cartografia como recurso didático no

Ensino Fundamental contribui para que o aluno seja um participante ativo da transformação de seu contexto social e realidade?

Nesse contexto, o estudo justifica-se, em função que todo professor deve ter estratégias convenientes que encorajem e estimulem o aluno para atingir esse objetivo e devem estar integrados em sua própria experiência, ou seja, o trabalho que é realizado em sala de aula embasado na cartografia como recurso pedagógico possa ser adequadamente aproveitado no ensino-aprendizagem da Geografia, inserindo permanentemente no trabalho com os diversos conteúdos da disciplina. Para tanto, faz-se necessário elaborar um processo de educação cartográfica, o qual deve se iniciar a partir da formação de professores com domínio dos conhecimentos cartográficos e com didática adequada para ministrá-los na educação básica, e se consolidar na escola com a elaboração de atividades didático-pedagógicas que promovam o aprendizado da linguagem cartográfica, bem como a construção e o uso de mapas nas aulas de Geografia pelos estudantes. A pesquisa realizada traz como objetivo: analisar o ensino por meio da cartografia como recurso didático no Ensino Fundamental.

2. ENSINO DE GEOGRAFIA PARA OS NOVOS TEMPOS

O ser humano tem procurado representar o mundo que o rodeia através de várias formas criativas: narrativas, arte, escrita, fotografia, entre muitas outras; nesse amálgama de possibilidades, os mapas costumam ser uma produção humana na qual se busca compreender o entorno, seja em relação à geografia, seja com o que está além do solo.

Gentile (2021) explica que é provável que a crença dos filósofos pré-socráticos, em que a terra era concebida como um disco flutuante, venha da tradição cultural e dos textos sagrados de civilizações ribeirinhas como a mesopotâmica e a egípcia.

Essa alusão à configuração geográfica do mundo conhecido teve suas primeiras manifestações sistemáticas na filosofia de Tales de Mileto. Afirma-se também que Anaximandro de Mileto, discípulo de Tales, foi o primeiro que ousou desenhar a terra habitada em uma tábua; depois dele, “Hecateu de Mileto, viajante incansável, aperfeiçoou a carta, a ponto de se tornar motivo de admiração” (FANI e CARLOS, 2020, p. 45).

Por seu lado, Girardi (2020) aclara que Heródoto diz que “os gregos adquiriram conhecimento da esfera celeste dos babilônios” (Heródoto, II, 109) e questiona as letras do mundo conhecido, talvez os jônios: “Rio ao ver que muitos, até hoje, desenharam contornos da terra e que nenhum desenvolveu sensivelmente: eles desenharam o Oceano fluindo ao redor da terra, que eles pintam circular, como se fosse um compasso, e igualam a Ásia à Europa” (Heródoto, IV, 36).

Esse interesse dos gregos em mapear o mundo Silva (2022) sugere a importância de poder fazer uma representação do terrestre e do superterrestre, como no caso da observação astronômica ou dos mapas geográficos. E ainda que a confecção de cartas geográficas tenha tido uma importância não pequena na história, elas só têm valor na medida em que diferentes pessoas podem interpretá-las, sendo capazes de decodificar o que quem as fez quis captar. Consequentemente, o que se reflete em tais mapas é uma representação do mundo geográfico e comumente se assume que eles são “espelhos, representações gráficas de alguns aspectos do mundo real [...] e que o papel do mapa é apresentar uma imagem factual da realidade geográfica” (SILVA, 2022, p. 34); realidades que podem ser compreendidas segundo as representações socioculturais de quem desenha o gráfico e de quem o lê; ou seja, o que é representado é um sistema relacional de compreensão do mundo.

Embora esta mania humana de cartografia seja antiga e os gregos já o fizessem de forma sistemática não foi senão no século XIX que surgiu o termo cartografia, “foi cunhado pelo historiador português Manuel Francisco de Barros y Sousa” (PASSINI, 2020), p. 43).

De qualquer forma, Almeida (2019) descreve que os mapas mostram a hegemonia de certos modelos de compreensão do mundo, pois mesmo quando tentam mostrar como é realmente a terra (como é o caso das fotografias de satélite ou da localização através do sistema de posicionamento global), as tensões econômicas e sociais de quem desenha os mapas sempre ficam evidentes ao referenciar certas convenções que são úteis para quem por elas se orienta. O mapa-múndi mostra as tensões políticas e culturais da dominação colonial que sobrevivem além da ocupação territorial por meio do controle econômico e político que permeia a cultura e, ainda hoje tal situação continua a ocorrer:

[...] Até o mapa mente. Aprendemos a geografia do mundo em um mapa que não mostra o mundo como ele é, mas como seus donos mandam que seja. No planisfério tradicional, aquele usado nas escolas e em todo o lado, o equador não está no centro, o norte ocupa dois terços e o sul, um. A América Latina ocupa menos espaço no mapa-múndi do que a Europa e muito menos do que os Estados Unidos e o Canadá juntos, quando na realidade a América Latina tem o dobro do tamanho da Europa e é muito maior do que os Estados Unidos e o Canadá. O mapa, que nos torna menores, simboliza todo o resto. Geografia roubada, economia saqueada, história falsificada, usurpação cotidiana da realidade do chamado Terceiro Mundo, habitado por gente de terceira classe, cobre menos, come menos, lembra menos, vive menos, fala menos (ALMEIDA., 2019, p. 36).

Os mapas são, em suma, uma das formas de exercício do poder onde os impérios se apoderaram dos territórios, de modo que a ideologia dominante é reproduzida no discurso cartográfico. Assim, Pinheiro (2020) disserta que a cartografia abissal usada para definir e introduzir a noção de pensamento abissal, em que se inscreve o radicalismo dicotômico moderno, eurocêntrico, em que se aguça a separação entre norte e sul, que a partir da Colônia se impôs veementemente universalizando um conceito único da humanidade:

Girardi (2020) coloca que existe, portanto, uma cartografia moderna dual: uma cartografia jurídica e uma cartografia epistemológica. Nesse contexto, a cartografia como representação do físico está sempre carregada das intenções políticas de sua elaboração, dos horizontes ideológicos de sua leitura e, ao mesmo tempo, não se circunscreve ao mapa que representa exclusivamente o geográfico, mas designa as formas de representar aqueles

espaços não visíveis que escapam às representações gráficas e que permanecem na cultura através da delimitação do território. Assim, e tentando ir além dos mapas geográficos, surge a cartografia social (CS) em que, inicialmente, a partir de considerações espaciais do terreno, se buscam comunidades para reconfigurar a territorialidade dos espaços habitados. Esta estratégia de intervenção e investigação social ganha cada vez mais força em diferentes campos qualitativos de investigação, uma vez que permite reconstruir representações do mundo físico, social e cultural para configurar percursos de transformação. Da mesma forma, surge a cartografia social pedagógica (CSP), na qual se tenta transferir para o campo da educação certos aspectos da cartografia social.

Sobre o mapa como ferramenta não só de representação de fatos e fenômenos geográficos, Pissinati, Mariza e Archela (2020) coloca que configura também como objeto de análise da realidade, permite estabelecer uma série de relações em torno de uma diversidade de temas que podem ser propostos em um projeto pedagógico de sala de aula e que deve permear todo o conteúdo programático das áreas acadêmicas. Da mesma forma, cabe ensinar ao aluno que qualquer fenômeno da natureza e das sociedades humanas tem uma dimensão espacial, que pode ser representada em um mapa.

Consequentemente, a cartografia serve de instrumento para uma melhor compreensão dos conteúdos programáticos das diferentes áreas do conhecimento da Educação Básica. Esse conhecimento, que, por sua vez, deve ser inserido de forma integral por meio da proposta pedagógica, através dos recursos pedagógicos.

2.1. A cartografia como recurso didático no ensino e aprendizagem

do Ensino de Geografia, segundo Fani e Carlos (2020), apresenta-se o tratamento tradicional que tem tido, destacando-se a necessidade de romper com a forma de ensino dominante, caracterizada pela presença de um forte conteúdo teórico - metodológico, de memória, descritivo, repetitivo com ênfase na descrição física, com predominância de informações de caráter geral sem dar atenção suficiente ao local. Contrastam com este conceito tradicional segundo Almeida (2019), as novas tendências de um ensino da Geografia inovador, problematizado e inclusivo, onde o centro da aprendizagem é o indivíduo atuando num contexto social definido e concreto.

A cartografia conforme expõe Pinheiro (2020) no ensino e aprendizagem, constitui-se neste sentido numa estratégia didática:

[...] como um contributo para os novos campos do conhecimento geográfico que contribuem para o reconhecimento de espaços e contextos em relação ao quotidiano de quem o habita. Tanto pela sua aplicação nos espaços escolares, no ensino da geografia e das ciências sociais em geral (PINHEIRO, 2020, p. 45).

Conforme discorre o autor, ao permitir mostrar as relações quotidianas dos alunos e os seus papéis enquanto membros da comunidade, os professores por meio do ensino cartográfico, envolve aqueles que compartilham esse caminho. Por outro lado, os mapas são ideais para apresentar as características que definem qualquer população. E com isso nos referimos especialmente à análise dos grandes problemas que afetam os territórios. Tabelas estatísticas, gráficos ou imagens constituem um excelente complemento didático no ensino da geografia, mas por si só não têm capacidade suficiente para o ensino. A visão inicial fornecida pela cartografia é essencial para associar realidades geográficas.

Ludwig e Nascimento (2016) definem a cartografia como uma opção metodológica para abordar por exemplo, a compreensão do território que um grupo de seres humanos possui. Pode também ser utilizado para identificar três características importantes do referido: é um exercício coletivo, implica

um mapa da área, representa como os atores desse espaço se relacionam e criam significados comuns a partir dessa referência geográfica.

Fani e Carlos (2020) mencionam que a cartografia é um exercício coletivo de reconhecimento do meio socioterritorial através da construção de mapas, com este exercício evidenciam-se as relações sociais, revelam-se saberes que permitem aos seus participantes o melhor conhecimento de sua realidade, gera espaços de reflexão e permite a construção de uma linguagem comum de interpretação das diferentes percepções da realidade presentes nas comunidades. Para Gentile (2021)

[...] É de grande importância indicar que uma cartografia social não é o mesmo que um mapa geográfico, principalmente porque o segundo busca uma representação objetiva de um território (GENTILE, 2021, p. 55).

Por outro lado, a cartografia usa o território físico como referência, mas ao mesmo tempo procura fazer uma representação da realidade. É totalmente subjetivo e também qualitativo, não só porque as informações coletadas das vivências dos atores em tal território serão interpretadas pelo pesquisador, mas mesmo os resultados recebem um significado dependendo da personalidade do leitor, “que tem um papel muito importante no processo de compreensão e na memorização das representações” (SILVA, 2022, p. 48).

A cartografia social de acordo com Dantas, Mesquita e Silva (2023), é a representação de uma realidade que implica em primeira instância a construção de três mapas: mapas de conflito, mapas de rede e mapas de recursos. Os mapas de rede referem-se às representações dos vínculos entre o território e seus atores. Segundo Pereira (2020, p. 35) “um ator social é outro com quem encontra-se em uma relação interativa em um cenário específico”. Um ator pode ser um indivíduo ou uma organização, um grupo ou uma instituição. O que importa para a própria cartografia é a posição particular dos atores no palco, seu papel ou função, o que fazem ou poderiam fazer nele e seus propósitos ou interesses em relação a esse cenário ou ao que se processa.

Por outro lado, Girardi (2020) esclarece que uma das vantagens da cartografia seria poder localizar e identificar, as ideologias como crenças, fé e culturas. Ao macrosistema como instituições, escolas, igrejas, empregos e administração; ao exossistema como as relações (amigos, família, esportes); ao mesossistema identificado como EU, a dimensão estrutural do ser, que perdura apesar do tempo; todos eles no mesmo mapa.

A cartografia para Pissinati, Mariza e Archela (2020), proporciona uma importante etapa diagnóstica nos processos de transformação social, compreendendo a realidade para transformá-la. Pinheiro (2020) identifica como vantagem desta ferramenta a capacidade dos professores trabalharem recriando espaços de possibilidade e espaços para a comunidade.

Sobre a cartografia social pedagógica Ludwig e Nascimento (2016) explica que os professores podem utilizar como ferramenta para trabalhar com os alunos apresentando os retratos de realidades opostas que servem para identificar as diferentes perspectivas que permitem uma reestruturação pertinente dentro do contexto em que cada sistema educacional está inserido. Um exemplo do que foi mencionado pode ser os entrelaçamentos e recriações culturais que expressam singularidades sócio-históricas que redefinem as culturas escolares e as tornam diferentes de cada comunidade.

Como explica Gentile (2021), em primeiro lugar, é necessário que o professor junto aos alunos passe a conhecer a localização geográfica da escola, bem como os lugares que a circundam. A interpretação cartográfica, feita pelos alunos, sobre a realidade que o rodeia, é a ideia que ele próprio terá da realidade que depois capta num suporte físico. Portanto, não é uma realidade objetiva, real e absoluta, mas sim condicionada por muitos fatores, depende da cultura, ideologia ou características sociais de quem a elabora e muda com o tempo. Conseqüentemente, Girardi (2020) esclarece que nesse ponto, o professor busca-se uma aula mais ativa, participativa e vinculada ao meio ambiente, que tenha um caráter problematizado e fortemente significativo, de forma a contrapor-se à aula de geografia tradicional, cujo conteúdo geralmente é descontextualizado do local onde o professor e o

aluno atuam. Portanto, os educadores, devem dotar os alunos de habilidades e competências cartográficas. Ludwig e Nascimento (2016) afirma que:

[...] Devemos ensinar aos nossos alunos a linguagem cartográfica com o objetivo de que saibam ler e fazer mapas. A cartografia é uma disciplina que aplica a linguagem gráfica à representação espacial. Além disso, permitem fomentar a interdisciplinaridade já que o espaço é representado graficamente neles, mas aparecem outros elementos que podem ser objetos de estudo em outras disciplinas (História, Biologia, Botânica, Antropologia...) (LUDWIG E NASCIMENTO, 2016, p. 67)

Saber e saber usar a linguagem cartográfica, como descreve os autores, significa saber fazer o processo mais importante da confecção de um mapa: a simbolização. Esse processo consiste em saber traduzir informações de difícil leitura, como o espaço real, em uma síntese de fácil compreensão, o mapa. Para isso, todo professor deve ter estratégias convenientes que encorajem e estimulem o aluno. Para atingir esse objetivo devem estar integrados em sua própria experiência, ou seja, o trabalho que é realizado em sala de aula deve ser o menos imposto possível para evitar a rejeição do processo ensino-aprendizagem.

De acordo com Dantas, Mesquita e Silva (2023), sobre a aprendizagem cartográfica, é preciso despertar a atenção para a turma e uma forma adequada, por exemplo, seria um passeio pela comunidade, pelo entorno da escola, a fim de despertar a curiosidade dos educandos e estimular seu interesse em conhecer mais a fundo os elementos do ambiente, suas inter-relações. Também faça perguntas bem direcionadas onde o porquê é discutido de cada objeto no espaço, sobre como o homem influencia a sociedade e sobre a própria natureza dos eventos que ocorrem localmente, isso estimula o interesse e o espírito de investigação no aluno.

Portanto, é necessário ensinar cartografia no Ensino Fundamental, pois é utilizada para ajudar os alunos a compreender o ambiente em que vivem e as características que possui conforme sua disposição em mapas ou outras opções. Ao trabalhar as representações cartográficas em sala de aula, o educador permite que os alunos adquiram uma nova linguagem, a linguagem simbólica, por meio da qual é possível fazer representações

gráficas da realidade. Isso produz um grande salto em seu desenvolvimento cognitivo, pois permite que eles passem do pensamento concreto e egocêntrico para o pensamento mais abstrato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado apontou que a cartografia como recurso pedagógico utilizada em sala de aula se apresenta como uma ferramenta didático eficaz para o ensino e aprendizagem da geografia e das ciências sociais em geral. Uma vez que constitui uma estratégia didática relevante, capaz de contribuir para o reconhecimento de espaços e contextos em relação ao cotidiano dos alunos em sua comunidade.

Compreende-se, que os professores em sua metodologia de ensino desempenham um papel importante na aplicação do ensino cartográfico, envolvendo aqueles que compartilham desse caminho e utilizando a cartografia como uma ferramenta que permite a análise dos grandes problemas que afetam os espaços.

Conclui-se, que a pesquisa realizada destaca que a visão inicial fornecida pela cartografia é essencial para associar realidades geográficas. Dessa forma, a utilização da cartografia como recurso didático no ensino da geografia contribui para a formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de compreender as complexidades e diversidades dos territórios em que vivem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosângela D. de; PASSINI, Elza Y. **O espaço geográfico. Ensino e Representação.** 7^a. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

BARROS, Eduarda Maria de Almeida. **Alfabetização cartográfica como proposta metodológica de aprendizagem nos anos iniciais na Escola**

Estadual Capitão General Mendonça Furtado de Ensino Fundamental no município de Itacoatiara/Amazonas-Brasil-Anos 2021/2022. Dissertação acadêmica de Mestrado em Ciências da Educação da Universidad de la Integración de las Américas, Paraguai, 2023.

DANTAS, S.; MESQUITA, D.; SILVA, J. Alfabetização cartográfica no Ensino Fundamental: : a retomada do processo pós ensino remoto emergencial. **Metodologias e Aprendizado**, [S. l.], v. 6, p. 247–255, 2023. DOI: 10.21166/metapre.v6i.3083. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/3083>. Acesso em: 17 mar. 2023.

FANI, Ana, CARLOS, Alessandra (Org.). **A Geografia na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2020.

FRANCISCHETT, M. N. **Cartografia no ensino da Geografia: construindo caminhos do cotidiano.** Rio de Janeiro: Kro Art, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** Saberes necessários à prática educativa. 31 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GENTILE, P. **O Tesouro nos mapas.** In Revista Nova Escola. Edição nº 150, março, 2021.

GIRARDI, G. A Cartografia no Ensino Superior de Geografia: desafios e possibilidades. **Boletim de Geografia**, Universidade Estadual de Maringá, ano 19, n. 2, p. 7 - 42, 2020.

LUDWIG Aline Beatriz; NASCIMENTO, Ederson. **Os Conhecimentos Cartográficos na prática docente: um estudo com professores de Geografia,** CAMINHOS DE GEOGRAFIA - revista online, 2016. <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia>

OLIVEIRA, Simone Santos de. **O ENSINO DA CARTOGRAFIA NA FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA: O QUE O CURRÍCULO TEM A VER COM ISSO?** Metodologia do Ensino da Geografia no Departamento de Educação do Campus XI da Universidade do Estado da Bahia, 2020.

PASSINI, E. Y. Gráficos: fazer e entender. In: PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. (org.). **Geografia em Perspectiva: ensino e pesquisa.** São Paulo: Contexto, p. 209-215, 2020.

PEREIRA, Giselle Maria da Silva, et al. **O Ensino da cartografia na perspectiva do professor de Geografia do Ensino Básico, em Escolas Públicas Estaduais do Município de Caxias - Maranhão, Brasil.** *Geografia: Publicações Avulsas.* Universidade Federal do Piauí, Teresina, v.3, n. 2, p. 113-130, jul./dez. 2021.

PINHEIRO, A. C. **Dilemas da formação do professor de Geografia no Ensino Superior.** In: CAVALCANTI, L. S. (org.). Formação de professores: concepções e prática em Geografia. Goiânia: Editora Vieira, p.91-108, 2020.

PISSINATI, Mariza C.; ARCHELA, Rosely S. Fundamentos da alfabetização cartografia ensino de geografia. sem autor: 18 Jogos - Cartografia e Orientação Geográfica. Fórmula Geo, 2020. Disponível em: . Acesso em: 2023.

SILVA, Jefté Sousa da Silva. A ALFABETIZAÇÃO CARTOGRÁFICA ATRAVÉS DO USO DAS GEOTECNOLOGIAS NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL. Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB – Diretoria Executiva Nacional, 2022.
[file:///C:/Users/roann/Downloads/A%20Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20Cartogr%C3%A1fica%20atrav%C3%A9s%20do%20uso%20das%20Geotecnologias%20nos%20anos%20finais%20do%20Ensino%20Fundamental.%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/roann/Downloads/A%20Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20Cartogr%C3%A1fica%20atrav%C3%A9s%20do%20uso%20das%20Geotecnologias%20nos%20anos%20finais%20do%20Ensino%20Fundamental.%20(1).pdf). Acesso, 2023

A LINGUAGEM LÚDICA COMO MECANISMO PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO, EMOCIONAL E SOCIAL DO ALUNO

Elisângela Cristina Carvalho de França¹³

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa, traz como objetivo analisar a linguagem lúdica como mecanismo que contribui com o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos alunos. Este estudo. Foi desenvolvido uma pesquisa bibliográfica, descritiva, qualitativa. O problema da pesquisa compreende: como a linguagem lúdica pode contribuir com o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos alunos? O resultado do estudo constatou que o brincar é uma ferramenta essencial para a prática educativa, pois os jogos e atividades lúdicas desenvolvem a criança em diversos aspectos, incluindo físico, cognitivo, emocional e social. A linguagem lúdica trabalhada pelo professor exerce um papel importante na formação do educando, proporcionando experiências enriquecedoras e favorecendo a construção de novos conhecimentos. Nesse sentido, conclui-se que o lúdico deve ser valorizado na Educação Básica como uma metodologia eficiente para a aprendizagem significativa, estimulando o desenvolvimento integral da criança. Os resultados desta pesquisa podem contribuir para a formação de professores comprometidos com uma educação de qualidade, que valorize a importância do lúdico na prática pedagógica, por isso novas e melhores estratégias são necessárias para realizar o processo ensino-aprendizagem, amparada na aplicação de jogos educativos em sala de aula.

Palavras-chave: Linguagem Lúdica. Desenvolvimento. Prática. Pedagógica.

ABSTRACT

This research work aims to analyze ludic language as a mechanism that contributes to the cognitive, emotional and social development of students. This study. A bibliographical, descriptive, qualitative research was developed. The research problem comprises: how can playful language contribute to the cognitive, emotional and social development of students? The result of the study found that playing is an essential tool for educational practice, as games and recreational activities develop the child in several aspects, including physical, cognitive, emotional and social. The ludic language used by the teacher plays an important role in the education of the student, providing enriching experiences and favoring the construction of

¹³ **Graduação:** Curso Normal Superior – Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental – UEA – Universidade do Estado do Amazonas. **Graduação:** em Letras – Língua Portuguesa e Literatura Portuguesa – UFAM - Universidade Federal do Amazonas. **Pós-graduação:** Especialização em Educação Infantil - UFAM - Universidade Federal do Amazonas. **Mestrado:** em Ciências da Educação – Universidad de la Integración de las Américas – UNIDA. elisangelalinda2011@gmail.com

new knowledge. In this sense, it is concluded that the ludic should be valued in Basic Education as an efficient methodology for meaningful learning, stimulating the integral development of the child. The results of this research can contribute to the training of teachers committed to quality education, which values the importance of play in pedagogical practice, which is why new and better strategies are needed to carry out the teaching-learning process, supported by the application of educational games. in the classroom.

Keywords: Ludic Language. Development. Practice. Pedagogical.

1. INTRODUÇÃO

Os jogos didáticos como forma de ensino permitem aumentar a motivação de quem participa deles, melhorando a tarefa que estão realizando naquele momento. Carvalho (2018) foca seu estudo, principalmente, no fato de que os jogos também podem ser utilizados no processo de ensino-aprendizagem para atender aos objetivos traçados durante uma determinada aula ou tema, portanto, a ideia é demonstrar que as atividades estão sempre voltadas para a melhoria do desempenho dos alunos.

O jogo surge como elemento da história do ser humano e vem progressivamente ocupando um lugar importante dentro da pedagogia infantil, conforme registra Dias (2019), que em um percurso cronológico correlaciona o jogo como fator de formação como ser individual e social, principalmente para crianças na fase da Educação Infantil, para quem o jogo é uma atividade que ocupa grande parte do seu dia a dia. Nas palavras de Souza *et al.* (2019, p. 45) "O jogo como grande elemento de educação, o método é amplamente baseado em [...] entreter e ao mesmo tempo dirigir a criança de forma agradável".

É nesse contexto de se divertir enquanto aprende que se desenvolve a pedagogia lúdica, que tem importante suporte na brincadeira, principalmente para as crianças. O jogo segundo Cunha *et al.* (2022), pode ser livre ou estruturado. Ambas as alternativas se aplicam à presente investigação, com exceção e necessidade de enfocá-la na motivação para o desenvolvimento cognitivo e nos processos de socialização.

Desta forma, Carvalho (2018) explica que os processos de ensino-aprendizagem na Educação Infantil procuram influenciar comportamentos e estruturas de conhecimento, porque se não forem direcionados corretamente, podem afetar o contato com sua família, seus pares, seu ambiente físico e social. É assim que desde a infância começam a interagir, compartilhar e desenvolver habilidades e vínculos sociais amplos que lhes permitem adaptar-se ao meio e recriar as normas, valores, comportamentos e atitudes que os preparam para assumir a vida adulta.

Nesse cenário, Friedmann (2016) explica que qualquer ferramenta pedagógica, inclusive no caso particular das brincadeiras deve levar em conta que o sujeito (criança) extrai significados do ambiente, transcendendo o físico. Desta forma, o significado é um fator crucial na aprendizagem implícita e deve sê-lo também na aprendizagem explícita, intencional e sistemática. A escola deve assumir o jogo a partir de uma aprendizagem significativa, para desenvolver as habilidades cognitivas e sociais de crianças, assim como as emocionais.

O trabalho do educador segundo Santos *et al.* (2022), não deve estar alheio a essa problemática, em que o jogo não esteja vinculado às atividades realizadas em sala de aula para contribuir com o desenvolvimento cognitivo e os processos de socialização, pois os professores devem contar com o jogo como estratégia pedagógica. Ao ser ministrado em suas aulas, isso faz com que os alunos tenham uma efetiva participação nas atividades, passem a ter maiores interesse em aprender. Por isso deve ser planejado o brincar livremente e nas atividades em grupo, que permitam a socialização entre meninos e meninas.

A importância do jogo como adverte De Souza e Da Silva (2022), reside no fato de não ser uma tarefa esporádica ou algo que se faz por obrigação. A criança vê no jogo sua principal atividade para o prazer da vida. É o adulto que deve compreender e saber mobilizar recursos através da imaginação, tarefas, movimentos, experiências, etc. que são gerados através das brincadeiras infantis. A criança o faz em seu estado natural, porque acaba

sendo algo importante para ela, porém, no caso do professor, é possível e necessário utilizar o potencial de tal ocupação da criança.

Nesse contexto, Sales e Neves (2022) consideram que o jogo é um construtor de capacidades ou habilidades voltadas para o desenvolvimento, de natureza prazerosa, razão pela qual a atividade lúdica estimula a expansão e o equilíbrio de quem joga, desde os aspectos físicos (corporais) e sociais. A brincadeira da criança também está relacionada à simbolização nos processos de construção da personalidade, que gera recursos cognitivos, principalmente por meio da interação com outras pessoas, que normalmente ocorrem a partir e para os vínculos afetivos.

De acordo com esses argumentos, a presente investigação tem como objetivo geral analisar a linguagem lúdica como mecanismo que contribui com o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos alunos. O problema da pesquisa compreende: como a linguagem lúdica pode contribuir com o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos alunos?

2. A LUDICIDADE COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO, EMOCIONAL E SOCIAL DO ALUNO

Segundo Santos (2015), o brincar é uma ferramenta ao alcance dos professores, que possibilita o fortalecimento da aprendizagem de meninos e meninas. Considerado uma estratégia pedagógica muito importante na qual eles não apenas se divertem, mas também melhoram o desenvolvimento integral do indivíduo, indo às correntes teóricas da Montessori e Piaget. Estes dois autores permitem-nos reconhecer o papel do brincar dentro da sala de aula para o desenvolvimento cognitivo das crianças.

[...] Do ponto de vista afetivo-social, por meio da brincadeira a criança entra em contato com seus pares, e isso a ajuda a conhecer as pessoas ao seu redor, aprender regras de comportamento e se descobrir no âmbito dessas trocas. Todas as atividades lúdicas realizadas por meninos e meninas ao longo da infância estimulam seu desenvolvimento progressivo do eu social (SANTOS, 2015, p. 45).

Os estudos realizados pelo autor, destacam que os jogos simbólicos, os jogos de regras e os jogos cooperativos possuem qualidades intrínsecas que os tornam relevantes no processo de socialização infantil. Por seu lado, Dias (2019) indica que o brincar é uma atividade presente em todos os seres humanos, normalmente associada à infância, mas que se mantém ao longo da vida. Muitas vezes é associado à diversão, satisfação e lazer, porém, o efeito está longe de ser uma concepção tão simplista. O jogo permite a adoção e transmissão de valores, bem como o desenvolvimento de facetas da personalidade.

De acordo Carvalho (2018), com essa importância, a atividade lúdica é constituída por uma série de elementos e relações complexas, que no caso do jogo a abordagem vem sendo dada há décadas, buscando encontrar respostas e correlações dessa atividade natural para as crianças e outras variáveis de tipo emocional, social, motor, entre outros. Pensadores clássicos como Platão e Aristóteles anunciaram a necessidade de aprender brincando e incentivaram os pais a dar aos filhos brinquedos que os ajudassem a “formar suas mentes” para futuras atividades quando adultos.

Em tempos mais recentes, por volta de meados do século XIX, foram formuladas as primeiras teorias psicológicas sobre o jogo. No caso de Spencer (1855) considerou-se que a energia excedente é gasta através da brincadeira, evidenciando uma percepção sem base estimulante. Para Lázaro (1883) o jogo tem um valor maior, pois indicava que as pessoas saíssem da rotina por meio do jogo, atingindo um estado de relaxamento. Esses e outros autores concordam que o jogo na fase infantil motiva capacidades fundamentais para a fase adulta. O objetivo é que tal reforço contribua para o desenvolvimento da personalidade do adulto no âmbito do bem-estar individual e coletivo.

Souza *et al.* (2019) reitera a importância da aprendizagem precoce que indica que pesquisas das últimas três décadas confirmam que a parte mais importante do desenvolvimento humano é durante os oito primeiros anos de vida. É precisamente neste período que se forjam os alicerces das

competências cognitivas, do bem-estar emocional, da competência social e da boa saúde física e mental, com efeito na vida adulta.

Rolim (2018) aclara que por meio de sua pesquisa compreendeu a importância de implementar o jogo como estratégia pedagógica para melhorar a socialização de meninos e meninas na fase infantil e, por sua vez, fortalecer a convivência entre os alunos.

Sobre a teoria de Froebel, Carlos (2020) explica que o jogo sustenta que esta não é uma simples forma de diversão, mas através do jogo consegue-se que meninos e meninas tenham um melhor relacionamento social, a partir da socialização fortalece nelas os valores que pouco a pouco foram se perdendo.

Neste sentido, Dallabona e Mendes (2020), considera que na fase da Educação Infantil é o período privilegiado para o desenvolvimento da competência social e o equilíbrio progressivo do ajustamento emocional. Nessa fase, a vida afetiva desempenha um papel importante na interação social e, por outro lado, a brincadeira infantil tem sido descrita como uma atividade com grande potencial para promover o desenvolvimento.

Em relação à autorregulação social, cognitiva e emocional da criança, Ferreira *et al.* (2023), indica que os professores consideram o jogo como um elemento central do seu currículo, após observações que demonstram uma forte interação entre o currículo, o ambiente, as rotinas e o desenvolvimento de autorregulação.

Portanto, o jogo como uma fonte de aprendizado estimula a ação, a reflexão e a expressão. É uma atividade que permite investigar e aprender sobre o mundo dos objetos, das pessoas e sua relação, explorar, descobrir e criar. As crianças aprendem através das suas brincadeiras, investigam e descobrem o mundo que as rodeia, estruturando-o e compreendendo-o. Não há diferença entre brincar e aprender, pois qualquer jogo que apresente novas demandas deve ser considerado como uma oportunidade de aprendizado; Além disso, na brincadeira, meninos e meninas aprendem com

notável facilidade porque estão especialmente predispostos a receber o que lhes oferece a atividade lúdica a que se dedicam com prazer.

2.1. O jogo como ferramenta lúdica para o desenvolvimento cognitivo da criança.

Huizinga (2012) fala da importância para o desenvolvimento cognitivo através do jogo desde a sala de aula, com extensão para casa, sobretudo como complementa Ferreira *et al.* (2023), devido às mudanças sociais ocorridas recentemente (pandemia). Nesse sentido, a brincadeira na primeira infância é vista como um elemento prioritário para o desenvolvimento de diferentes funções cognitivas. Torna-se uma experiência humana elementar que permite fortalecer as capacidades de representar, interpretar e explorar o mundo.

[...] o jogo como peça-chave no desenvolvimento integral da criança, uma vez que guarda conexões sistemáticas com o que não é jogo, ou seja, com o desenvolvimento do homem em outros planos como a criatividade, resolução de problemas, aprendizagem de papéis sociais..., ou seja, com inúmeros fenômenos cognitivos e sociais (FERREIRA *et al.*, 2023, p. 56).

Das conclusões destes estudos pode-se deduzir que o jogo é uma atividade vital e essencial para o desenvolvimento humano, uma vez que contribui para o desenvolvimento psicomotor, afetivo-social e intelectual. Dessa forma, ao brincar, conforme Oliveira (2021), a criança interage, se conecta e se relaciona com os outros, em uma situação de prazer. É papel do professor viabilizar espaços para brincadeiras livres e/ou estruturadas, de modo a promover habilidades cognitivas, como orientação, visuoespacial, gnósias, praxias, linguagem e cognição social.

A importância do jogo para a formação sociocognitiva da criança tem outro ângulo de análise, o relacionado com a sua liberdade de gerar energia, que segundo Souza *et al.* (2019) o jogo oferece à criança a possibilidade de liberando energia reprimida, promove habilidades interpessoais e fornece ferramentas para encontrar um lugar no mundo social. Esses autores

consideram importante abordar a educação socioemocional por meio do brincar, a partir do autocontrole necessário para interagir e brincar com outras pessoas.

Segundo Mendes (2020), o jogo é mais do que uma atividade rotineira ou imposta, tornando-se por vezes uma das principais atividades das crianças. Na fase inicial (antes dos 6 anos) o jogo é vivido intensamente com a ajuda de objetos e materiais, que são manipulados, bem como espaços, levando à partilha desses elementos e lugares através da interação e onde a liderança pode ser perceptível.

Silva (2018) considera que o professor deve implementar ferramentas com uma abordagem pedagógica clara, a partir da compreensão da evolução do jogo diante de cada pessoa. Nas fases iniciais, as atividades lúdicas estão de acordo com sua capacidade mental e motora. Com o passar do tempo, o jogo se torna mais interativo e ajudar a criança para que essas recompensas sejam comportamentos voltados para o crescimento sociocognitivo da criança. Assim, surge a necessidade de a criança desenvolver habilidades para resolver com sucesso conflitos com seus pares ou poder brincar com crianças desconhecidas.

Para Ferreira *et al.* (2023), a brincadeira é um processo complexo que permite que meninos e meninas dominem o mundo ao seu redor, ajustem seu comportamento a ele e, ao mesmo tempo, aprendam seus próprios limites para serem independentes e progredirem na linha de pensamento e ação autônoma. Da capacidade social, o jogo é uma ferramenta de integração, pois é uma atividade livre e cada um pode desempenhar o papel que quiser com base em suas “preferências” e limitações, representando a base da socialização nessas idades.

[...] As habilidades sociais são um conjunto de comportamentos aprendidos que incluem aspectos comportamentais, cognitivos e afetivos. A característica essencial dessas habilidades é que elas são adquiridas principalmente por meio do aprendizado, portanto não podem ser consideradas um traço de personalidade (FRANÇA, 2022, p. 34).

O processo de socialização implantado desde a Educação Infantil permite que a criança aprenda orientações, regras, proibições, entre outros, a formação de vínculos afetivos, a aquisição de comportamentos socialmente aceitáveis e a participação de outros na construção de sua personalidade. Ou seja, com o processo de socialização a criança desde o nascimento está em contínuo desenvolvimento de habilidades sociais, o que define a forma como ela funcionará no ambiente, seja em um contexto familiar ou estranho. Portanto, na escola permite fortalecer e melhorar este tipo de aspectos que andam de mãos dadas com o cognitivo-social.

Além disso, Pimentel *et al.* (2022) também chegam à conclusão de que a participação ativa do aluno dependerá em parte da metodologia que está sendo aplicada naquele momento, pois deve atender aos objetivos propostos em termos de motivação e constante participação de todos, pois leva a uma maior troca de ideias devido às diversas opiniões que podem ser tratadas naquele momento e com isso o corpo discente reforça o que aprendeu.

Vale destacar a contribuição de Ferreira, De Souza e Da Silva (2022, p. 56), que propõe que "a importância pedagógica do jogo reside em sua capacidade de mediação entre o aluno e os conteúdos por meio da internalização de significados e seus níveis de aplicação". Se um jogo didático é jogado, e o aluno não aprende ou não reforça algo, ele é visto apenas como um jogo, mas se consegue causar alguma mudança no nível do que foi aprendido, cumpriu seu papel objetivo anterior e pode ser considerado como um jogo didático.

Como mencionado, o jogo possui um grande número de vantagens e aspectos a favor de poder fazer parte do aprendizado que ocorre em sala de aula, além disso, os alunos adoram jogar e esse mesmo tipo de metodologia permite o desenvolvimento em várias áreas como cognitivo, social, físico e emocional, além de outros que Carneiro (2015, p. 78) acrescentam, que seriam atitudes sociais que incluem "iniciativa, responsabilidade, respeito, criatividade, comunicabilidade, entre outros".

Masullo e Coelho (2019) explicam que os jogos educativos não buscam apenas facilitar o desenvolvimento de habilidades sociais, mas também promover o aprendizado de habilidades e aspectos pré-didáticos, pois é necessário que o uso de jogos seja visto pelos alunos como um meio que facilite ou reforce a aprendizagem. Além disso, o papel do professor é desenvolver atividades de acordo com o nível de seus alunos, a fim de permitir que eles participem ativamente do jogo e assim, mantê-los motivados para que o aprendizado ocorra. Portanto, a partir dessa realidade, o professor deve aproveitar os benefícios do jogo, que fortalecerá tanto a parte do desenvolvimento cognitivo quanto seus processos de socialização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo ressaltou a importância do jogo e da brincadeira como elementos prioritários para o desenvolvimento cognitivo da criança na primeira infância. Através do jogo, a criança pode liberar energia reprimida, promover habilidades interpessoais e encontrar um lugar no mundo social.

Cabe destacar que a brincadeira deve ser considerada o principal elemento a ser ensinado em cada aula para que isso tenha um efeito positivo na formação da criança, deve ser acompanhado e orientado por intenções que reforcem conhecimentos, comportamentos e atitudes, levando em consideração que cada um tem seu próprio processo de aprender e adquirir novos conhecimentos, portanto, é necessário ser flexível e apoiá-los tanto quanto possível para que possam seguir em frente.

O professor, por sua vez, deve ser capaz de implementar ferramentas com uma abordagem pedagógica clara, compreendendo a evolução do jogo diante de cada aluno. É importante que as atividades lúdicas estejam de acordo com a capacidade mental e motora da criança, proporcionando experiências enriquecedoras e favorecendo o seu desenvolvimento integral.

Destaca-se ainda que, além de ser um elemento importante na prática pedagógica, o jogo e a brincadeira podem ser utilizados como complemento das atividades realizadas em casa, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo da criança de forma mais ampla.

Portanto, pode-se concluir que o jogo e a brincadeira são elementos fundamentais para o desenvolvimento cognitivo da criança na primeira infância, promovendo habilidades interpessoais e fornecendo ferramentas para a sua inserção no mundo social. O papel do professor é fundamental na implementação de ferramentas lúdicas com abordagem pedagógica clara, buscando sempre adequar as atividades às necessidades e capacidades individuais de cada aluno.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Nunes de. **Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos**. São Paulo, SP: Loyola, 2018.

CARLOS, A. M. **O significado do jogar e do brincar**. 2020. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/142876/000993420.pdf?sequence=1>. Acesso em 2023.

CARVALHO, A.M.C. ET al. (Org.). **Brincadeira e cultura: viajando pelo Brasil que brinca**. Vol. 1 e 2. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2018.

CUNHA, A. P. SILVA, E. S. da. LEAL, M. M. .; SALES, R. E. da S. . **Importância, Inserção E Dificuldades Para A Realização De Atividades Lúdicas Em Uma Escola Do Campo**. *Revista Campo da História*, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 421–437, 2022. DOI: 10.55906/rcdhv7n1-030. Disponível em: <https://campodahistoria.com.br/ojs/index.php/rcdh/article/view/61>. Acesso em: 20 mar. 2023.

DALLABONA, S. R.; MENDES, S. M. S. **Atividades lúdicas aguçam as emoções, o intelecto, a cultura e o proceder**. 2020. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/professor/arquivos_alunos/doc_1311627172.pdf. Acesso em 2023.

DIAS Elaine. **A importância do lúdico no processo de ensino-aprendizagem na educação infantil** *Revista Educação e Linguagem* – Vol. 7, n. 1. 2019. Disponível:

<<http://www.ice.edu.br/TNX/storage/webdisco/2013/12/09/outros/2774a576f536917a99a29a6ec671de86.pdf>>. Acesso em 2023.

FERREIRA, L. M. DE SOUZA, A. L. T. .; DA SILVA, C. N. B. . **Atividades Lúdicas Como Instrumentos Pedagógicos Na Educação Infantil: Experiências E Práticas De Uma Professora Do Município De Maracanã-PA.** Revista Campo da História, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 584–600, 2022. DOI: 10.55906/rcdhv7n2-009. Disponível em: <https://campodahistoria.com.br/ojs/index.php/rcdh/article/view/73>. Acesso em: 20 mar. 2023.

FERREIRA, L. M. SALES, R. E. da S. .; DA SILVA, E. M. .; LEITE, O. V. B. . **Práticas pedagógicas com atividades lúdicas no Maternal II: entre desafios e possibilidades da docência.** Revista Campo da História, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 209–234, 2023. DOI: 10.55906/rcdhv8n1-013. Disponível em: <https://campodahistoria.com.br/ojs/index.php/rcdh/article/view/93>. Acesso em: 20 mar. 2023.

FRANÇA, Elisângela Cristina Carvalho de. **A importância do lúdico na aprendizagem da criança da educação infantil do centro educacional Jamel Amed, e a influência na melhoria do seu comportamento em sala de aula durante o ano letivo de 2020/2021 no Município De Itacoatiara/AM – BRASIL.** Dissertação de Mestrado -Pós-Graduação em Ciências da Educação da Universidad de la Integración de las Américas - UNIDA, 2022.

FRIEDMANN, Adriana. **Brincar, crescer e aprender: o resgate do jogo infantil.** São Paulo: Moderna, 2016.

HUIZINGA, J. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura.** 7.^a ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

MASULLO, V. F.; COELHO I. S. **As dificuldades dos professores na Educação Infantil - questões estruturais e pedagógicas.** 2019. Disponível em: <<http://periodicos.unisanta.br/index.php/hum/article/view/421/431>>. Acesso em 10 de outubro, 2022.

OLIVEIRA, F. **Lúdico um facilitador na aprendizagem da educação infantil.** 2019. Disponível em: https://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/posdistancia/35505.pdf. Acesso em 2023.

OLIVEIRA, M. I. **Inserção ao universo lúdico na prática pedagógica.** 2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n27/v27a04.pdf>. Acesso em 2023.

PIMENTEL, C. A. .; BOTELHO, S. P. .; RODRIGUES-MOURA, S. .; SALES, R. E. da S. . **DESAFIOS DO ENSINO REMOTO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: COM A PALAVRA AS FAMÍLIAS DOS ESTUDANTES DO CAMPO.** Revista Campo da História, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 471–488, 2022. DOI:

10.55906/rcdhv7n2-003. Disponível em:
<https://campodahistoria.com.br/ojs/index.php/rcdh/article/view/65>.
Acesso em: 20 mar. 2023.

RAMOS, F. B. (ORG). Educação Infantil: muitos olhares. 9ª Ed. SP: Cortez, 2020

ROLIM, J. L. **Análise e leitura de Vygotsky o brincar na aprendizagem e no desenvolvimento infantil.** 2018. Disponível em: <https://brincarbrincando.pbworks.com/f/brincar%20vygotsky.pdf>. Acesso em 10 de outubro, 2022.

SANTOS, D. C. dos.; SANTOS, G. C. dos.; SILVA, E. C. .; SALES, R. E. da S. . **Participação Das Famílias No Processo Educativo De Crianças Da Educação Infantil Em Uma Escola Do Campo.** Revista Campo da História, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 439–454, 2022. DOI: 10.55906/rcdhv7n2-001. Disponível em:
<https://campodahistoria.com.br/ojs/index.php/rcdh/article/view/62>.
Acesso em: 20 mar. 2023.

SANTOS, E. B. **A Ludicidade Na Educação Infantil:** perspectivas a partir de uma escola de Lagoa De Dentro/PB. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/3406/1/EBS25112016.pdf>. Acesso em 10 de outubro, 2022

SANTOS, Santa Marli Pires dos. **O lúdico na formação do educador.** 5 ed. Vozes, Petrópolis, 2015.

SILVA, Cilnaria De Mello. **O lúdico na educação infantil:brincar e jogar uma forma de aprender e ensinar.** Anais V CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em:
<<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/48154>>. Acesso em: 20/03/2023 10:19

SOUSA, M. N. J.; JUVÊNCIO, J. S.; MOREIRA, M. A. **Jogos E Brincadeiras: O Lúdico Na Educação Infantil.** 2019. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA9_ID1545_03102019123241.pdf. Acesso em 2023.

RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS MATEMÁTICOS: o paradigma cognitivo da interpretação textual

Cecília Oliveira da Silva¹⁴

RESUMO

Este estudo traz como objetivo analisar as dificuldades dos alunos na resolução de problemas matemáticos e propor estratégias pedagógicas que contribuam para a melhoria desse processo. Foi desenvolvido um estudo qualitativo, descritivo e bibliográfico. O problema da pesquisa consiste: Como melhorar a compreensão e resolução de problemas matemáticos, dos alunos do Ensino Fundamental? Os resultados indicam que a abordagem pedagógica tradicional, que se limita ao exercício repetitivo de procedimentos ou à aplicação de fórmulas ao final dos conteúdos desenvolvidos pelo professor, não tem sido eficiente para promover a resolução de problemas matemáticos pelos alunos. Conclui-se, portanto, que a resolução de problemas matemáticos deve ser incentivada desde cedo na prática pedagógica, a fim de desenvolver habilidades lógicas e cognitivas nos alunos. A abordagem pedagógica deve ser aprimorada para promover uma aprendizagem significativa da matemática, valorizando a resolução de problemas como um processo criativo e desafiador, e não apenas como um exercício mecânico de aplicação de fórmulas.

Palavras-chave: Problema Matemático. Resolução. Ensino. Aprendizagem.

ABSTRACT

This study aims to analyze students' difficulties in solving mathematical problems and propose pedagogical strategies that contribute to the improvement of this process. A qualitative, descriptive and bibliographical study was developed. The research problem consists of: How to improve the understanding and resolution of mathematical problems, of Elementary School students? The results indicate that the traditional pedagogical approach, which is limited to the repetitive exercise of procedures or the application of formulas at the end of the content developed by the teacher, has not been efficient in promoting the resolution of mathematical problems by students. It is concluded, therefore, that the resolution of mathematical problems should be encouraged from an early age in pedagogical practice, in order to develop logical and cognitive skills in students. The pedagogical approach must be improved to promote a meaningful learning of

¹⁴**Graduação:** Licenciatura em Matemática – UEA - Universidade do Estado do Amazonas; **Pós-graduação:** Metodologia do Ensino de Matemática da Educação Básica – UEA - Universidade do Estado do Amazonas; **Mestrado:** Mestrado em Educação – UNIDA - Universidad de La Integración de Las Americas – Paraguay- PY. cecilia.oliveira.silva42@gmail.com

mathematics, valuing problem solving as a creative and challenging process, and not just as a mechanical exercise in applying formulas.

Keywords: Mathematical Problem. Resolution. Teaching. Learning.

1. INTRODUÇÃO

A resolução de problemas matemáticos é um tema de estudo desenvolvido por vários autores, devido ao desafio que os alunos têm de ler e compreender os elementos que os compõem, identificar a questão que necessita de ser respondida e conseguir seguir o algoritmo correspondente. A origem dessa situação pode ser devido ao fato de que desde cedo os alunos são ensinados a resolver problemas de forma repetitiva e mecânica, trabalhar com informações que não cabem na idade das crianças, pouca ligação entre a abordagem da matemática e situações de vida dos alunos, como consequência, os alunos resolvem problemas mecanicamente, gerando rejeição para o aprendizado da matemática (BACQUET, 2021):

Fica evidente, o que Ferreira (2021) afirmou, quando se entende que nos processos matemáticos, a grande maioria dos alunos tem problemas, principalmente aqueles que não desenvolvem a compreensão leitora, então o aluno não consegue processar, analisar, deduzir e construir, aprendendo com textos relacionados a problemas matemáticos. Segundo Henry (2021, p. 65), para “resolver um problema matemático, primeiro é preciso entender o problema, desenvolver um plano, executar o plano e verificá-lo”.

Portanto, deve-se notar que essas duas variáveis estão altamente relacionadas, conforme corroboram as investigações realizadas a esse respeito. Machado (2021) e Alves (2021) verificaram que a compreensão de leitura e a capacidade de resolver problemas matemáticos estão significativamente relacionados, observando que quanto maior o nível de compreensão de leitura, maior a capacidade do aluno de propor e resolver problemas matemáticos. Da mesma forma, determinaram que existe uma

relação direta e muito significativa entre o nível literal, inferencial e a resolução de problemas matemáticos, com a compreensão da leitura. De tal forma, que a primeira dificuldade que os alunos enfrentam ao tentar resolver um problema matemático é tentar entender o que é proposto, portanto, ler sem compreensão e interpretação é insuficiente e ainda mais quando se trata de resolver um problema.

Com base no exposto, essa investigação se justifica pela importância do aprendizado da matemática para o desenvolvimento cognitivo dos alunos e sua formação integral como cidadãos. Formula-se o problema de pesquisa: Como melhorar a compreensão e resolução de problemas matemáticos, dos alunos do Ensino Fundamental?

Todo processo mental como resolução de problemas e compreensão requer etapas de desenvolvimento e fortalecimento. Embora essas etapas sejam dadas individualmente, Nascimento e Ramirez (2022) descrevem que é dever da escola contribuir com atividades, estratégias e ferramentas para que os alunos desenvolvam determinada habilidade. Para enfrentar esta situação, o objetivo principal deste estudo é analisar as dificuldades dos alunos na resolução de problemas matemáticos.

2. DIFICULDADES DOS ALUNOS NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS MATEMÁTICOS

Compreender as dificuldades na aprendizagem da matemática como expõem Furtado (2019) tornou-se uma preocupação manifesta de boa parte dos profissionais que se dedicam ao mundo da educação, sobretudo se considerarmos a elevada percentagem de insucesso nestes conteúdos que os alunos que concluem a escolaridade obrigatória. A isto devemos acrescentar que a sociedade atual, cada vez mais desenvolvida tecnologicamente, exige insistentemente elevados níveis de competência na área da matemática.

Neste contexto, podem surgir dificuldades em conteúdos como geometria, probabilidade, medição, álgebra ou aritmética. Mas, muitos de nós concordamos que é nas operações básicas que os alunos encontram mais dificuldades, já que são os conteúdos que eles enfrentam em primeiro lugar, além de possivelmente ser a base sobre a qual se baseiam os demais conteúdos.

Ora, muitos podem estar pensando que, ao reduzir os conteúdos da matemática nas operações básicas, o interesse estará direcionado fundamentalmente para os números e as operações básicas, pois são esses os aspectos sobre os quais tradicionalmente tem girado o ensino da aritmética. Isso é parcialmente verdade. Segundo Magnani (2020), os números e especialmente as operações fazem sentido quando aprendidos no contexto da resolução de situações-problema. Dito de outra forma, as operações básicas devem estar a serviço da resolução de problemas e não vice-versa, pois o ensino da aritmética geralmente tem se concentrado em usar os problemas como mero exercício de operações; ou seja, o aluno aprendeu a somar e resolveu inúmeros problemas de adição para praticar a operação até que ela fosse automatizada. Para o autor:

[...] Nossa intenção é inverter esta abordagem e considerar a resolução de problemas como um eixo fundamental para o processo de ensino/aprendizagem da aritmética, sem descuidar das operações, mas entendendo-as como mais um componente da resolução de problemas (MAGNANI, 2020, p. 90).

Desta forma, as dificuldades que os alunos podem encontrar nestes conteúdos, especificamente do seu processo de desenvolvimento, de forma a, a partir dessa análise, interpretar algumas das dificuldades que podem surgir nesse processo. Assim, Martins (2020) considera como os conteúdos básicos das operações básicas que são adquiridos e que desenvolvimento seguem, distinguindo entre os que surgem da experiência informal, ou seja, que não implicam ensino explícito, e os que são adquiridos através do ensino formal.

Silva (2020) explica que é necessário ter uma compreensão do que significa um problema matemático. Nesse sentido, é definido como aquele

problema que pode ser representado, analisado e resolvido por meio de métodos matemáticos ao resolver o problema, é formalmente demonstrado. Este é o cerne da análise, levanta-se em torno de questões que procuram uma resposta, a partir do processo de exploração alcança-se a aprendizagem, individual ou em grupo, para além de permitir a comunicação dos resultados. O problema deve ser colocado em torno de perguntas que busquem uma resposta a partir da exploração, pois isso permitirá alcançar processos de aprendizagem por meio do trabalho individual e em grupo e da comunicação de resultados.

A compreensão do problema matemático conforme Viana e Silva (2022), que requer um processo de avaliação e o desenvolvimento de instrumentos, devendo considerar elementos como:

[...] compreensão e expressão; a capacidade de identificar, resolver problemas e o raciocínio a partir do qual o procedimento requerido é identificado. Durante este processo o aluno é capaz de representar graficamente, expressar um conceito, sistematizar e resumir conclusões (VIANA E SILVA, 2022, p. 76).

Isso permitirá que o aluno interprete ideias matemáticas, traduza os elementos de uma expressão em outra e defenda as estratégias mais apropriadas. No processo de avaliação será tida em conta a organização do procedimento, os processos de síntese, a abordagem e resolução do problema.

A compreensão da leitura segundo Landsmann (2022), está relacionada com os processos que envolvem a resolução de problemas, o conhecimento da matemática e as competências do aluno. Observa-se também no corpo discente a falta de confiança e falhas na resolução do problema, delegando a resolução dos problemas a outros, falta de conexão ativa entre o conhecimento prévio e o que estão aprendendo no momento, poucas estratégias de resolução e pouca aplicação ajuda os alunos a compreender os problemas de matemática. Outro aspecto são os problemas de memória naqueles casos em que os alunos têm dificuldade em lembrar operações básicas, ou naqueles casos que exigem etapas específicas para resolver problemas e não voltam ao aprendizado anterior.

A heurística na educação matemática conforme descreve Magnani (2020) facilita a resolução de problemas, sendo uma estratégia que é utilizada para encontrar a solução de problemas. Dentro das correntes teóricas, a proposta continua presente no contexto atual. Para isso, concebe-se um plano de resolução do problema, elaborando previamente um método para chegar à resposta do que se requer nos próximos e sucessivos cálculos. Da qual emerge uma estratégia de resolução baseada em critérios como plausibilidade, rapidez e familiaridade ou experiência, tempo, recursos disponíveis para resolução, que é a base conceitual e ferramentas metodológicas, alcançando o sucesso se o domínio for alcançado. no conhecimento.

2.1. O problema de matemática

Como explica Lajolo (2016), um problema é uma situação nova que apresenta uma série de dificuldades para se obter uma solução e seu objetivo é descobrir o caminho para se obter um resultado da forma mais adequada e exata possível. Porque é feito de dados, objetivos e obstáculos; pelo que o sucesso da sua resolução dependerá de estratégias, interesses, motivações e consciência do problema. A maioria desses problemas é utilizada para exercitar a resolução de operações e como uma ferramenta para incentivar e facilitar tarefas da vida diária usando a matemática, ou seja, propõe ao aluno uma situação (de preferência conhecida) ou uma afirmação que propõe um obstáculo que deve ser superado usando as operações matemáticas correspondentes.

Compreender o texto do problema como descreve Nascimento e Ramirez (2022), é um ato de raciocínio, pois se trata de saber orientar uma série de ações lógicas para a construção de uma interpretação do que está escrito no texto e do conhecimento do leitor e, ao mesmo tempo. Mais uma vez, iniciar outra série de raciocínios para controlar o andamento daquela

interpretação de forma que possam ser detectados possíveis mal-entendidos produzidos durante a leitura do texto do problema.

Segundo Soares (2018), entender o problema é essencial para sua solução bem-sucedida, para o que o leitor deve se perguntar: O que ele está procurando? O que você quer saber? Discriminar os dados que estão disponíveis na busca pela solução. Este processo é complexo e contém quatro aspectos essenciais que permitem o desenvolvimento de diferentes competências, tais como: analisar (formar opinião, tirar ideias centrais, deduzir e prever conclusões); reter (conceitos fundamentais, dados para responder às perguntas, detalhes isolados, detalhes coordenados); organizar (estabelecer consequências, esboçar, resumir e generalizar) e avaliar (entender o significado do que foi lido, formar relações de causa e efeito, diferenciar fatos de opiniões, distinguir o que é verdadeiro do que é falso e o que é real do que é imaginário).

O processo de compreensão pode ser classificado em três níveis, segundo Ferreira (2021, p. 39):

1. **Nível Literal:** Classifica-se em dois níveis, concentra-se nas ideias e informações que são explicitamente apresentadas no texto, por reconhecimento ou evocação de fatos. O tema principal também é identificado, fazendo sínteses e resumos.

2. **Nível Inferencial:** O objetivo deste nível será a elaboração de conclusões. Esse nível de compreensão raramente é colocado em prática nas instituições, pois requer um nível considerável de abstração.

3. **Nível Crítico:** Julgamentos são feitos sobre o que foi lido, é rejeitado ou aceito, mas com razões. A leitura crítica é avaliativa onde participa a formação do leitor, seus conhecimentos e critérios do que se lê.

Para resolver um problema, Cagliari (2019) menciona que a primeira coisa que o aluno deve fazer é lê-lo, o que implica realizar a compreensão leitora necessária, que se define como a capacidade de produzir conhecimentos a partir da leitura; não se trata apenas de entender o que é

dito, mas de criar mais informações, que o sujeito interpreta, infere e recria a partir do que leu. Nessa ordem de abordagens, a habilidade de leitura está relacionada à resolução do problema, pois na medida em que o aluno compreende o problema lido, ele dispõe de ferramentas e técnicas para sua resolução.

A compreensão do problema Marques (2020) coloca é considerada essencial em todos os métodos, tanto pelo seu papel na motivação quanto na compreensão do enunciado do problema. O problema é compreendido quando se consegue reproduzi-lo com as próprias palavras e analisar seus elementos essenciais, o que pode ser favorecido por impulsos em forma de perguntas que mobilizam o pensamento: do que se trata o problema? de que dados são dados? está sendo procurado? Serei capaz de resolvê-lo? O conhecimento que tenho é suficiente para encontrar a solução? Os dados são suficientes?

Nesta fase Mendes (2019) argumenta que é importante identificar os conceitos e definições envolvidos ou relacionados às informações fornecidas pelo problema, o que é típico da dimensão lógica. É proveitoso que o aluno seja treinado na reflexão e no autoquestionamento, o que promove o autocontrole e a capacidade de tomar certas decisões que podem determinar o andamento do processo de resolução, elementos da dimensão metacognitiva.

Uma segunda fase como descreve Pavanello (2020) é a elaboração de um plano, começa com a precisão do problema, analisam-se os meios e procura-se uma ideia de solução. Encontrar a ideia ou forma de solução é um processo de deduções, induções, análises e sínteses, fruto da atividade mental desenvolvida na fase anterior.

Para isso, Machado (2021) aponta que o professor pode fornecer impulsos, na forma de sugestões, que quando assumidas como hábitos facilitam a exploração de possíveis soluções. Entre outros, o professor pode sugerir:

[...] analise todas as possíveis deduções que podem ser inferidas a partir dos dados do problema, você se lembra de outro problema semelhante ou semelhante que você resolveu? construa tabelas, diagramas ou gráficos, você pode formular alguma hipótese sobre a solução do problema? problema? Que fórmula, expressão ou modelo posso usar para encontrar a solução? (MACHADO, 2021, p. 56).

Nesta fase, as informações podem ser organizadas em tabelas, diagramas ou outros organizadores gráficos que facilitem a descoberta de relações que não são diretamente evidentes, estratégias são exploradas, hipóteses são formuladas, ações são realizadas para obter ideias sobre o caminho da solução.

Na execução do plano concebido, especifica-se a solução do problema, num processo em que se articulam as deduções e proposições pensadas de forma lógica e coerente, validam-se as hipóteses previamente formuladas, entre outras ações destinadas a estruturar a solução caminho e satisfazendo o requisito do problema. Aqui, o treinamento linguístico desempenha seu papel, as habilidades do aluno para comunicar suas ideias aos outros, desenvolver a ideia de solução de maneira coerente, lógica e precisa (OLIVEIRA, 2020).

Na realidade, ao longo de todo o processo de resolução, Santos e Mendes (2019) colocam que a atividade avaliativa e de controle estão presentes, pois o problema passa a ser lido reflexivamente, formam-se critérios sobre ele, suas demandas e condições para a solução, esses critérios influenciarão posteriormente as decisões que forem tomadas no processo de busca de uma solução: se é viável continuar com a ideia de solução que está sendo desenvolvida ou se é necessário reorientá-la diante de obstáculos que não foram levados em consideração inicialmente.

O desenvolvimento da capacidade de resolução de problemas matemáticos de acordo com Marques (2020), é potenciado na medida em que se conjuga com o estímulo da capacidade de pensar na resolução de problemas, sendo necessário que o aluno desenvolva uma forma de pensar

que articule as dimensões do pensamento matemático, e, para isso, a instrução heurística pode se tornar uma excelente estratégia de ensino.

Apesar de os métodos de solução de problemas serem especificados em procedimentos estruturados em uma ordem, Pavanello (2020) explica que eles não devem ser usados como padrões rígidos, pois a busca por um caminho de solução pode exigir avanços e retrocessos, daí a razão de lhes conferir maior flexibilidade, levando em conta em cada fase o raciocínio lógico dedutivo, heurística e metacognição.

O pensamento matemático D'Antônio (2020) permitem ao professor compreender, avaliar e refletir sobre a importância de contextualizar os conteúdos em Matemática, e assim oferecer oportunidades para desenvolver habilidades matemáticas básicas nos alunos. Tudo isso implica determinar: conteúdos matemáticos (conceitos, procedimentos, atitudes); transversal; metodologia; recursos didáticos; organização da sala de aula e do tempo; critérios e instrumentos de avaliação. Essa concepção engrandece o trabalho do professor, mas também torna seu papel mais autônomo e relevante no processo de ensino-aprendizagem.

A resolução de um problema segundo Bacquet (2021): deve ser feita através de quatro fases:

- ✓ Compreender o problema: lê-se o problema e colocam-se questões relacionadas, tais como: Qual é a incógnita? Quais são os dados? Qual é a condição?, É possível satisfazer a condição? resposta não é esperada, mas sim provisória. Se houver uma figura relacionada ao problema, a figura deve ser analisada e a incógnita e os dados devem ser destacados nela. Para isso, procedemos a uma leitura compreensiva, questionando o que não foi compreendido, colocando o problema com as próprias palavras, estabelecendo o que é solicitado no pedido e os dados fornecidos pelo problema e selecionando os dados necessários para o cálculo.

- ✓ **Concepção de um plano:** quando sabe, de certa forma, quais cálculos, quais raciocínios ou construções serão realizados para determinar o desconhecido. Para o qual estão escritos os dados relevantes do problema, relacionado com um problema conhecido que está sendo apresentado e tentar resolvê-lo, se o problema for muito complexo, procurar uma forma de simplificá-lo e estabelecer claramente as operações matemáticas que devem ser solicitadas a sua resolução;
- ✓ **Execução do plano:** Ao executar o plano, deve-se verificar se cada uma das etapas está correta, garantindo o sucesso de sua resolução. Sobre o que devem ser feitos os cálculos pertinentes, compare os resultados e estabeleça uma ordem de desenvolvimento do problema;
- ✓ **Verificar os resultados:** uma vez obtida a solução do problema e o raciocínio claramente formulado, existe uma forma rápida e intuitiva de garantir a precisão do resultado ou raciocínio, por meio das perguntas: *Consegue verificar o resultado? Você pode verificar o raciocínio? Você pode obter a resposta de uma maneira diferente? No qual procedemos à verificação dos resultados alcançados para identificar se são parciais ou finais, chegamos à solução de diferentes maneiras, comparamos os resultados obtidos, determinamos se atende às condições do problema e finalmente formulamos uma breve análise em resposta.*

Entre as dificuldades associadas à compreensão da leitura, segundo Ferreira (2021), citam-se:

- ✓ **Dificuldades de leitura:** os alunos devem ter desenvolvido a capacidade de ler de forma abrangente e crítica para resolver o problema, essa deficiência gera dificuldades para a resolução do problema, pois se eles não lerem bem, não entenderão a leitura e não poderão dar as soluções corretas ao problema;
- ✓ **Dificuldade em entender frases e conceitos matemáticos:** Os problemas matemáticos apresentam certas "pistas" que os alunos devem decifrar para resolver o problema são as chamadas sentenças numéricas, nas quais o indivíduo pode imaginar essa sentença numérica e outros para chegar a entendê-la devem escrevê-la para baixo, mas antes de determinar

essas pistas e resolver o problema, existem etapas adicionais que devem ser seguidas adequadamente;

- ✓ Dificuldade de atenção e autocontrole: os alunos conseguem ler o problema e explicar como resolvê-lo, mas podem dar a resposta errada, devido à falta de atenção e autocontrole, distraíndo-se com as palavras e outras ideias que extraem do problema, o que os leva a omitir partes importantes ou cometer erros simples de cálculo; Outro aspecto que deve ser considerado é que em alguns problemas são incorporadas informações adicionais que não são necessárias para resolver o problema e apenas geram confusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do presente estudo indicam que o entendimento do problema é importante para o aprendizado do aluno, pois segundo a teoria para realizar esse processo, na primeira fase é necessário entender o problema, de onde derivam os seguintes procedimentos.

Constatou-se que os alunos apresentaram dificuldades na compreensão do conteúdo do problema matemático, na discriminação dos dados fornecidos para sua execução, no estabelecimento de relações com os dados literais e numéricos. Tudo isso mostra falta de domínio dos procedimentos para formar um plano organizado de resolução, sua execução, desenvolvimento e os resultados obtidos.

Os resultados do problema matemático, na maioria das vezes encontra dificuldades para estabelecer alternativas para resolvê-lo, isso repercute no aluno sentindo-se frustrado e com falta de iniciativa para resolver um problema matemático, o que o impede de executar operações matemáticas e obter o resultado correto após relacionar dados literais e numéricos na resolução de um problema matemático.

Portanto, após a realização da pesquisa sobre as dificuldades dos alunos na resolução de problemas matemáticos, pode-se constatar que muitos alunos apresentam dificuldades na compreensão do conteúdo do problema matemático. Essa dificuldade pode ser atribuída à abordagem pedagógica tradicional, que muitas vezes se limita ao exercício repetitivo de procedimentos ou à aplicação de fórmulas ao final dos conteúdos desenvolvidos pelo professor. Essa abordagem não tem sido eficiente para promover a resolução de problemas matemáticos pelos alunos, e pode até mesmo gerar rejeição pelo aprendizado da disciplina. Assim, conclui-se que é fundamental repensar a abordagem pedagógica na resolução de problemas matemáticos, buscando uma abordagem mais contextualizada e significativa que possa contribuir para o desenvolvimento cognitivo dos alunos e tornar a matemática mais atraente e desafiadora para eles.

REFERÊNCIAS

ALVES, Daniele dos Santos. **Dificuldades de interpretação de problemas matemáticos no 9º ano: Causas e soluções.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 05, Vol. 01, pp. 26-41. Abril de 2020. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/interpretacao-de-problemas>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/interpretacao-de-problemas. Acesso, 2023.

BACQUET, M. **Matemática sem dificuldades:** ou como evitar que seja odiada por seu aluno. Tradução de: SCHNEIDER, M. E. Porto Alegre: Artmed, 2021.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Linguística.** São Paulo, S.P: 7ª Ed. editora Scipione 2019.

COURA, Flávia Cristina Figueiredo. **Matemática e língua materna: propostas para uma interação positiva.** 13 p. Programa de Pós-graduação em Educação Faculdade de Educação, 2019. – Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2019/artigos_teses/MATEMATICA/Artigo_Coura.pdf>. Acesso em 2023.

D'ANTONIO, S. R. **Linguagem e matemática**: uma relação conflituosa no ensino? Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência e a Matemática) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá 2020.

FERREIRA, M. C. L. **Da ambiguidade ao equívoco**: as resistências da língua nos limites da sintaxe e do discurso. Porto Alegre: EDUFRGS, 2021.

FRANCHI, E. **Pedagogia do Alfabetizar Letrando**: da oralidade à escrita. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 8ª ed. Editora Paz e terra, 2014.

FURTADO, Ana Maria Ribeiro; BORGES, Marizinha Coqueiro. **Módulo: Dificuldades de aprendizagem**. Vila Velha-ES, ESAB–Escola Superior Aberta do Brasil, 2019.

HENRY, P. A. **A ferramenta imperfeita**: língua, sujeito e discurso. Tradução de: CASTRO, M. F. P. de. Campinas: Editora da UNICAMP, 2021.

LAJOLO, Marisa. **Leitura em crise na escola**: as alternativas do professor. Mercado Aberto, 2016.

LANDSMANN, Liliana. **Lo práctico, do científico y do literário**: três componentes em na nacional de alfabetismo. *In: Comunicação, linguagem y educação*, 2022.

MACHADO, N. J. **Matemática e língua materna**: análise de uma impregnação mútua. 5. ed. São Paulo: Moderna, 2021

MAGNANI, Maria Aparecida Ceravolo. **Formação de Leitores**: um salto necessário para a escola pública. Série Ideias, n. 13, p. 13-14, 2020.

MARQUES, Fernanda Pizzigatti. **A competência leitora e suas relações com processos de ensino e aprendizagem da Matemática** / Fernanda Pizzigatti Marques Jasinevicius, 149 f. Orientador: Nelson Antonio Pirola Dissertação (Mestrado)–Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2020.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo, 2020.

NASCIMENTO, Francisca Nemézia Caldeira do. RAMIREZ, Ricardo Benítez. **Dificuldades da compreensão de leitura no ensino fundamental I: um estudo investigativo**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 12, Vol. 03, pp. 56-71. 2022. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/compreensao-de-leitura>. Acesso, 2023.

OLIVEIRA GP de, Mastroianni MTMR. **Resolução De Problemas Matemáticos Nos Anos Iniciais Do Ensino Fundamental: Uma Investigação Com Professores Polivalentes.** Ens Pesqui Educ Ciênc (Belo Horizonte) [Internet].. May;17(Ens. Pesqui. Educ. Ciênc. (Belo Horizonte), 2018. 17(2)):455–82. Available from: <https://doi.org/10.1590/1983-21172015170209>. Acesso, 2023.

PAVANELLO RM, Lopes SE, Araujo NSR de. **Leitura e interpretação de enunciados de problemas escolares de matemática por alunos do ensino fundamental regular e educação de jovens e adultos (EJA).** Educ rev [Internet]. (Educ. rev., 2020 (se1)):125–40. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602011000400009>. Acesso, 2023.

SANTOS, Nathália Ferreira dos e MENDES, Andréia Almeida. **A importância da língua portuguesa na linguagem matemática: metodologias que podem ser usadas na sala de aula.** Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2019.

SILVA, Cecília Oliveira. **Problemas Matemáticos: aprendizagem baseada no desafio da leitura, compreensão e interpretação de problemas matemáticos nas turmas de 9º ano da escola Estadual Professor Fernando Ellis Ribeiro, Itacoatiara, Amazonas, Brasil - Anos -2019/2020.** Dissertação acadêmica de Mestrado em Ciências da Educação - Universidad de la Integración de las Américas, Paraguai, 2022.

SILVA, Ezequiel. **Ler é, antes de tudo, compreender.** In: **O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura.** São Paulo: Cortez, p. 42-45, 2020.

SOARES, Magda. **Letramento-um tema em três gêneros.** Autêntica, 2018.

VIANA, Maria Betânia Rossi. SILVA, Jose Amauri Siqueira da. **O desafio do ensino-aprendizagem do componente curricular de história: na leitura, interpretação e produção textual.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 10, Vol. 02, pp. 05-23. Outubro de 2022. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/componente-curricular>, Acesso, 2023.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA ATENDER ALUNOS COM TEA

Elisângela Maria Figueiredo de Oliveira¹⁵

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar a adaptação de estratégias pedagógicas que possam ajudar no processo de aprendizagem de alunos com Transtorno de Espectro Autista (TEA), considerando as particularidades desse grupo e as dificuldades que enfrentam em sala de aula. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratório e de caráter transversal. Os resultados apontaram para a importância de práticas pedagógicas adaptadas, que considerem as particularidades dos alunos com TEA e possam proporcionar um ambiente de aprendizagem mais acolhedor e inclusivo. Essas práticas devem ser flexíveis e individualizadas, considerando as necessidades específicas de cada aluno. As estratégias pedagógicas adaptadas podem incluir o uso de recursos e a utilização de atividades lúdicas e sensoriais, a criação de rotinas e a definição de objetivos claros e concretos para a aprendizagem. Conclui-se, portanto, que a adaptação de estratégias pedagógicas é fundamental para o processo de aprendizagem de alunos com TEA, e que é preciso um esforço conjunto da escola, dos pais e dos profissionais para criar um ambiente de aprendizagem mais acolhedor e inclusivo para esses alunos.

Palavras-chave: TEA. Estratégias. Inclusão. Ensino. Aprendizagem.

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze the adaptation of pedagogical strategies that can help in the learning process of students with Autistic Spectrum Disorder (ASD), considering the particularities of this group and the difficulties they face in the classroom. This is a qualitative, exploratory and cross-sectional study. The results pointed to the importance of adapted pedagogical practices, which consider the particularities of students with ASD and can provide a more welcoming and inclusive learning environment. These practices must be flexible and individualized, considering the specific needs of each student. Adapted pedagogical strategies may include the use of resources and the use of ludic and sensorial activities, the creation of routines and the definition of clear and concrete objectives for learning. It is concluded, therefore, that the adaptation of pedagogical strategies is fundamental for the learning process of students with ASD, and that a joint effort by the school, parents and professionals is needed to create a more welcoming and inclusive learning environment for these students.

Keywords: TEA. Strategies. Inclusion. Teaching. Learning.

¹⁵ **Graduação:** Curso Normal Superior- Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental.UEA- Universidade Do Estado Do Amazonas; **Pós- graduação:** Psicopedagogia Institucional, Faculdade Kurios; **Mestrado:** Ciências da Educação – Universidad de La INTEGRACIÓN de LAS AMÉRICA – UNIDA. elisangela.oliveira90@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento que se inicia na infância e perdura por toda a vida; Caracteriza-se porque a pessoa apresenta deficiências persistentes na comunicação e na interação social. Além disso, Frias e Menezes (2018) mencionam que podem apresentar padrões repetitivos de comportamento, interesses ou atividades com dificuldades em lidar com mudanças inesperadas.

Araújo *et al.* (2018) sustenta que o TEA é considerado um espectro (uma gama) de distúrbios, porque as manifestações variam amplamente em tipo e gravidade. Anteriormente, os TEAs eram subdivididos em: autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância e transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação. Distúrbios são considerados no espectro do autismo (com exceção da síndrome de Rett, que é um distúrbio genético separado). Da mesma forma, Ferreira e Vicenti (2018) aponta que esses transtornos ocorrem em aproximadamente 1 em 59 pessoas e, em relação à sua incidência, são 4 vezes mais frequentes em meninos do que em meninas; além disso, o número estimado de pessoas com transtorno do espectro do autismo aumentou porque médicos e cuidadores aprenderam mais sobre os sintomas do transtorno.

O TEA é uma deficiência que tem um impacto significativo no desenvolvimento das relações sociais, familiares e acadêmicas de quem sofre e, embora seja um distúrbio conhecido e estudado por cientistas, a maioria das pesquisas realizadas a esse respeito não conseguiu dar uma resposta conclusiva à sua etiologia. Da mesma forma, ainda não existe um tratamento medicamentoso totalmente eficaz, “razão pela qual continua a ser a doença menos compreendida” (OLIVEIRA, 2023, p. 54).

Em relação ao ambiente escolar, a situação das crianças com TEA não é fácil, os primeiros anos de escolaridade para elas em uma escola costumam ser períodos muito complexos, devido a sua condição, não buscam se

relacionar com os demais; e se o fizerem, sua forma de interagir pode não ser a mais adequada, o que pode levar ao isolamento e ao bullying em sala de aula. Por isso, o acompanhamento educacional durante o período de adaptação nessas fases iniciais é fundamental para o seu desenvolvimento posterior.

No contexto educacional, o conceito de inclusão de crianças com TEA torna-se importante, pois não se limita à simples presença física daqueles alunos que possuem condição especial nas escolas convencionais, mas deve considerar também o processo em si, que é contínuo e dinâmico, onde educar crianças com e sem deficiência em sala de aula é um grande desafio, uma vez que deve ser pensado um enquadramento social e educativo adequado (tem sido uma luta pelos direitos das pessoas com deficiência), onde várias arestas se juntam: as adaptações da parte curricular, um professor inclusivo que facilite o desenvolvimento da criança respeitando sua individualidade, suas possibilidades e capacidades. Isso significa que o professor deve utilizar diversas metodologias, estratégias com diferentes níveis de precisão e resultados, para possibilitar que uma criança com TEA seja educada em uma escola comum.

A justificativa para este estudo reside na necessidade de se desenvolver estratégias pedagógicas adaptadas para alunos com Transtorno de Espectro Autista (TEA). Os indivíduos com TEA apresentam dificuldades de comunicação e socialização, além de uma percepção diferenciada do mundo, o que torna o processo de aprendizagem em sala de aula um desafio para eles e para os educadores. A adaptação de estratégias pedagógicas é essencial para a inclusão escolar desses alunos e para que possam desenvolver suas habilidades e competências. É importante que os professores estejam preparados para lidar com as particularidades dos alunos com TEA, e que sejam capazes de criar um ambiente de aprendizagem mais acolhedor e inclusivo. O objetivo deste estudo foi analisar a adaptação de estratégias pedagógicas que possam ajudar no processo de aprendizagem de alunos com Transtorno de Espectro Autista (TEA).

2. DESAFIO DA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

O espectro do autismo e os transtornos invasivos do desenvolvimento abrangem um amplo grupo de transtornos cognitivos e neurocomportamentais que incluem características definidoras centrais de socialização, “padrões de comportamento restritos e repetitivos e comunicação verbal e não verbal prejudicada” (GOLDBERG, 2020, p. 43). Essas áreas implicadas representam limitações para crianças com transtorno do espectro do autismo (TEA) que, quando não são intervencionadas, dificultam seu aprendizado e inclusão na escola.

A inclusão educacional conforme aponta Araújo *et al.* (2018) deve ser entendida como um equilíbrio entre aprendizagem de qualidade e desempenho escolar condizente com as habilidades do aluno que garanta uma aprendizagem significativa para todos. Nesse sentido, é relevante conhecer os problemas que as crianças com TEA passam, bem como as intervenções que abordem essas dificuldades e melhorem seu desempenho para a correta fixação da aprendizagem na escola.

Embora um aspecto que afeta significativamente o progresso de crianças com TEA seja o diagnóstico e tratamento precoce, Oliveira (2023) fala do reconhecimento das características dessas crianças fora do ambiente clínico ainda é tardio, situação que dificulta o uso das possibilidades de intervenção oferecidas pela neuroplasticidade nos primeiros anos de desenvolvimento.

Assumir o desafio da inclusão social de pessoas com necessidades educativas especiais, impõe a necessidade de melhoria dos sistemas educativos e da preparação contínua de professores, como premissas para a realização das transformações educacionais necessárias a partir da delimitação dos problemas sociais deste e de seus contextos. Para Nunes (2021), a relação pedagógica e, conseqüentemente, uma melhor preparação dos professores constitui um dos fatores essenciais do seu desenvolvimento e

uma condição importante para qualquer renovação educacional nesse sentido.

A preparação continuada e permanente dos professores é um dos meios eficazes para alcançar patamares superiores no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, a preparação e a pesquisa científica estimulam a abordagem de novos procedimentos para introduzir novas estratégias na prática educativa. Segundo Santana (2019), uma das práticas educativas mais humanas é a atenção aos alunos com TEA, levando em consideração a variabilidade de seu desenvolvimento e as possibilidades de inclusão social, o que constitui um desafio pedagógico para os professores.

O desafio está em como satisfazer as necessidades de desenvolvimento de cada aluno por meio de um processo de ensino-aprendizagem com caráter desenvolvidor. Nesse sentido, ao incluir o aluno com TEA, significa integrar informações atualizadas que promovam a manutenção e enriquecimento de estratégias de ensino para o desenvolvimento da compreensão a partir de práticas cada vez mais inclusivas.

Frias e Menezes (2018) explicam que o autismo envolve várias áreas do desenvolvimento e é importante que uma equipe multidisciplinar participe na sua detecção e intervenção precoce, promovendo assim o apoio psicológico aos pais e a integração da criança na escola e no seu meio. O desenvolvimento de estratégias voltadas para facilitar o desempenho de crianças com TEA requer a participação precoce de diversos profissionais e o estabelecimento de uma cultura de diálogo contínuo, constante e fluido entre eles.

Para Mello (2021), então, são muitos os fatores que dificultam o trabalho docente, entre eles o grande número de alunos matriculados em sala de aula, dificultando um ensino de qualidade. Outro fator é a falta de programas específicos para abordar a inclusão, razão pela qual alguns professores utilizam estratégias de ensino típicas da educação básica regular.

Como podemos observar, diversos estudos apontam a importância da formação de professores para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, inclusive alunos com TEA, nas salas de aula regulares da educação básica; porém, na realidade, a maioria dos professores não está preparada para trabalhar com crianças com necessidades especiais. O currículo de formação de professores, tanto nas universidades quanto nas escolas em geral, não garante a formação ideal dos professores para realizar sua prática pedagógica.

2.1. Estratégias pedagógicas que possam ajudar no processo de aprendizagem de alunos com TEA

A esse respeito, Araújo *et al.* (2018), menciona que é necessário que meninos e meninas com TEA concluam o processo de escolarização em tempo hábil, sendo essencial para a inclusão nas classes regulares, portanto, o professor deve dispor de uma grande variedade de instrumentos e estratégias que auxiliam e estimulam o desenvolvimento da aprendizagem das crianças, sendo assim possível proporcionar aos alunos um processo de ensino significativo, que contribua favoravelmente para o nível de competências e habilidades cognitivas, físicas e integrais. Para Nunes (2021):

[...] Claro que há casos em que os professores e até mesmo o pessoal das instituições não necessariamente conhecem as características do TEA, mas assumem o desafio, e veem a situação não como um problema ou barreira no processo de aprendizagem (NUNES, 2021, p. 34).

Portanto, esses professores buscam ferramentas que lhes permitam atender de forma acolhedora às necessidades educacionais desses alunos com TEA e, assim, educá-los com qualidade. Favacho e Caetano Dos Santos (2023), explicam que a inclusão implica vários aspectos, em primeiro lugar, reconhecer a diversidade, em segundo lugar, valorizar as diferenças humanas e ser capaz de as aceitar num contexto social que ofereça as melhores condições para o máximo desenvolvimento das capacidades dos

seus membros, colocando os mesmos benefícios e oportunidades ao seu alcance.

A inclusão escolar segundo Sousa (2018), implica poder dar às crianças que têm uma condição especial, como o TEA, uma oportunidade de integração na comunidade educativa:

[...] sem distinção das suas potencialidades, capacidades, interesses, formas de apropriação da aprendizagem, dos seus ritmos de trabalho, de acordo com suas habilidades e desenvolvendo-se em um ambiente caloroso e harmonioso junto com sua sociedade e cultura” (SOUSA, 2018 p. 127).

Isso alude à necessidade de envolver as crianças com TEA “além da escola”, em aniversários, festas familiares, clubes, enfim, para expandir seu mundo. É importante ressaltar que não é fácil para nenhum professor enfrentar alunos com TEA em sua sala de aula, pois a maior dificuldade é o amplo espectro ou heterogeneidade de comportamentos e processos neuropsicológicos que a população autista manifesta. Araújo *et al.* (2018) coloca que além da diversidade de sintomas, o autismo também pode se manifestar em diferentes níveis de gravidade (nível 1, nível 2 e nível 3). É necessário observar que alguns tipos de TEA envolvem certo grau de deficiência intelectual e outros, como a Síndrome de Asperger, apresentam um QI acima da média.

Isso significa segundo Silva, Araújo e Sousa (2018), que as estratégias ou atividades pedagógicas que devem ser aplicadas a todo o grupo de alunos podem ajudar igualmente toda a população autista. É por isso, e especificamente para alunos com TEA, que a individualização do processo de ensino é fundamental, ou seja, uma atenção personalizada baseada nas potencialidades.

Nessa ordem de ideias, Filho e Lowenthal (2021) mencionam que é de grande importância ressaltar que as estratégias pedagógicas que o professor deve utilizar e devem se basear em três aspectos essenciais:

1. Comunicação, pois de acordo com a idade da criança com TEA e a fase de desenvolvimento linguístico em que ela se encontra, o professor especialista e a professora devem programar atividades como brincadeiras, músicas, sinais e pictogramas, para despertar e estimular a necessidade de comunicação da criança; embora se ele já tem avanços na comunicação, o próximo passo será alimentá-lo com um vocabulário mais amplo e rico e depois treiná-lo na criação de frases juntando palavras;

2. O contato visual, que é muito importante porque o professor, ao explicar a atividade ou simplesmente conversar com o aluno com TEA, deve se conectar visualmente com o aluno e convidar a criança a olhar para o rosto dele. As brincadeiras de imitação são estratégicas para acostumar a criança a manter o contato visual com os outros;

3. Reconhecimento e expressão das emoções, para ajudar a criança a reconhecer e interpretar as suas emoções e as dos outros, o professor deve mostrar-lhe desenhos, fotos ou vídeos que representem os diferentes estados de espírito.

Assim, Cruz (2020) adverte que a inclusão educacional refere-se ao equilíbrio que deve existir entre a aprendizagem e o desempenho escolar, de acordo com as capacidades do aluno e em que essa aprendizagem seja significativa. No caso de crianças com TEA, é necessário saber quais problemas elas estão passando para apoiá-las e melhorar seu desempenho. Nesse sentido Da Costa (2016) sugere que outras estratégias devem ser empregadas:

- ✓ Oferecer uma resposta educativa igualitária à inclusão de alunos com TEA em diferentes contextos escolares;
- ✓ Incorporar à prática educativa os resultados de pesquisas realizadas voltadas à compreensão textual da Língua Espanhola, com suas correlatas adequações para o trabalho com escolares com TEA;

- ✓ Aproveitar ao máximo as potencialidades do contexto escolar, familiar e comunitário para a concepção e desenvolvimento da compreensão textual destes escolares.

Através da inclusão de alunos com TEA na escola, as características de seu comportamento podem ser muito mais compreendidas, pois ficam evidentes como dificuldade de relacionamento ou comunicação, padrões que se repetem significativamente, às vezes por meio de movimentos com o corpo e suas restrições. No entanto, os mais observados são os que dizem respeito à falta de comunicação e ausência de linguagem verbal ou desenvolvimento tardio. A esse respeito, Benini e Castanha (2016) destacam:

Frias e Menezes (2018) salientam que é importante ressaltar que é preciso ter professores comprometidos com a educação e aprendizagem dos alunos, de forma a tornar menos complexa a inclusão de crianças com TEA nas práticas educativas regulares. O trabalho do professor é complicado, pois ele deve definir as orientações educacionais adequadas para cada aluno com transtorno autista.

Nesse sentido, o impacto da aplicação de estratégias didáticas, na melhoria do processo ensino-aprendizagem de crianças com autismo deve ser sempre considerado positivo pelos professores, mesmo que sejam gradativos, os professores devem reiterar, que por menores que sejam as mudanças, isso significa que eles vão em na direção certa, por isso destacam que as estratégias são significativas no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, pois contribuem para melhorar seu processo de socialização no ambiente.

O Estado deve focar no processo de formação permanente de professores para fortalecer competências e habilidades. Da mesma forma, as universidades formadoras devem modificar seu currículo e incorporar disciplinas relacionadas ao espectro do autismo em seus cursos. A inclusão mostra a grande força que os professores têm conquistado em equipe, planejando estratégias, atualizando-se, mantendo a comunicação com os

familiares, o que auxilia no seu crescimento profissional e pessoal. Os professores focam nas potencialidades, isso é decisivo na abordagem do trabalho, facilitando a aplicação de estratégias em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados apresentados, pode-se concluir que a aplicação de estratégias didáticas adaptadas é de extrema importância para a melhoria do processo ensino-aprendizagem de crianças com autismo. Embora as mudanças possam ser graduais, é fundamental que os professores reconheçam e valorizem os avanços obtidos pelos alunos, pois cada pequena conquista significa um passo em direção ao sucesso na aprendizagem.

As estratégias didáticas adaptadas permitem que os alunos com autismo sejam incluídos em um ambiente de aprendizagem mais acolhedor e inclusivo, que considera suas particularidades e necessidades específicas. Elas podem contribuir significativamente para o desenvolvimento do processo de socialização dos alunos, além de melhorar sua aprendizagem.

Nesse sentido, é importante que os professores estejam preparados e capacitados para desenvolver práticas pedagógicas adaptadas, que envolvam a participação dos pais e profissionais de saúde, e que possam proporcionar um ambiente de aprendizagem mais acolhedor e inclusivo para os alunos com autismo. Em resumo, pode-se afirmar que as estratégias didáticas adaptadas são significativas para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem de crianças com autismo, e que a valorização dos avanços obtidos pelos alunos é fundamental para motivá-los e promover sua aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Elisângela do Nascimento de. **A Contribuição Do Método Teacch Para O Atendimento Psicopedagógico**. Universidade Federal Da Paraíba – UFPB: João Pessoa, 2019.

ARAÚJO, M. dos S.; BARROS, J. T. L. de; ARAÚJO, D. D. S.; SOUSA, S. C. O transtorno do espectro autista: Desafios e possibilidades na prática

pedagógica de professores em Floriano, Piauí, Brasil. **Somma: Revista Científica do Instituto Federal do Piauí**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 9–24, 2018. DOI: 10.51361/somma.v4i1.109. Disponível em: <http://revistas.ifpi.edu.br/index.php/somma/article/view/109>. Acesso em: 20 mar. 2023.

CRUZ, Talita. **Autismo e Inclusão: experiências no ensino regular**. Jundiaí: Paco editorial, 2020.

DA COSTA, Paulo Jorge L. **Repensar o ensino da metodologia de investigação: uma reflexão centrada nas dificuldades de estudantes universitários**. Mérignac-France, Copy-média, 2016.

ESTELZER, Fernando Gustavo. **Retrato do Autismo no Brasil**. Pandorga, São Leopoldo, V.01, p.10-29, jun. 2020.

FAVACHO, D. G. de A. .; CAETANO DOS SANTOS, N. . Ensino-Aprendizagem em Ciências de Alunos com Transtorno do Espectro Autista. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, [S. l.], p. e40432, 1–7, 2023. DOI: 10.28976/1984-2686rbpec2023u2329. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/40432>. Acesso em: 20 mar. 2023.

FERREIRA, Maria de Fatima Matos; VICENTI, Terezinha. **O processo de inclusão do aluno deficiente no ensino regular pública na última década no Brasil**. Disponível em: Acesso em: 08 set. 2018

FILHO, José Belizário; LOWENTHAL, Rosane. **A formação do professor e os transtornos do espectro do autismo**. In: SCHIMIDT, Carlo (org.). *Autismo, educação e transdisciplinaridade*. Campinas, SP: Papyrus, Série Educação Especial, 2021.

FRIAS, E.M.A; MENEZES, M.C.B. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: contribuições ao professor do Ensino Regular**. FAFIPA, 2018.

GALLIANO, Alfredo Guilherme. **O método científico: teoria e prática**. São Paulo: Harbra, 2016.

GOLDBERG, Karla. **A percepção do professor acerca do seu trabalho com crianças portadoras de autismo e síndrome de Down: um estudo comparativo**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

MARTINS, Alessandra Dilair Formagio e Monteiro, Maria Inês Bacellar. **Alunos autistas: análise das possibilidades de interação social no contexto pedagógico**. *Psicologia Escolar e Educacional* [online]. v. 21, n. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-3539201702121108>>. Epub May-Aug 2017. ISSN 2175-3539. <https://doi.org/10.1590/2175-3539201702121108>. Acesso, 2022,

MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Formação de professores para atendimento aos alunos com Autismo**: guia prático. 6ª ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE. Disponível em: acesso em 15 de julho de 2021.

MORAIS, Thalita Martins. **Perfil do autista institucionalizado na associação de mães de autistas de Ariquemes**- AMAAR. 2017. 101f. Monografia (Bacharel em Fisioterapia) - Faculdade de Educação e Meio Ambiente, Ariquemes/RO, 2017. Disponível em: Acesso em: 15 de agosto de 2019.

NUNES, P D R.; **Formação continuada e a Inclusão educacional de pessoas com Autismo**. Revista Educação Especial, v.26, n.47, p.557-572, 2021.

OLIVEIRA, C R. **Formação e inclusão de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo**. 2017. 122f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2017.

OLIVEIRA, Elisângela Maria Figueiredo de. **A criança autista na escola contemporânea: uma análise sobre a inclusão escolar e a prática pedagógica na cidade de Itacoatiara/Amazonas – Brasil, 2023**. Dissertação acadêmica de Mestrado em Ciências da Educação da Universidad de la Integración de las Américas, Paraguai, 2023.

OLIVEIRA, Elisângela Maria Figueiredo de; **A criança autista na escola contemporânea: uma análise sobre a inclusão escolar e a prática pedagógica na cidade de Itacoatiara/Amazonas – Brasil, 2023**. Dissertação acadêmica de Mestrado em Ciências da Educação da Universidad de la Integración de las Américas, Paraguai, 2023.

SANTANA, Claudeci Pereira; **A Inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista no ensino regular**. o curso de Pedagogia pela FUCAMP/FACIHUS, Monte Carmelo, 2019 MG.<http://repositorio.fucamp.com.br/handle/FUCAMP/438?mode=full>. Acesso, 2022.

SILVA, W. M. B. da; ARAÚJO, M. dos S.; SOUSA, S. C. Formação continuada e prática profissional docente: A percepção de professores da rede estadual do município de Buriti Bravo, Maranhão, Brasil. **Somma: Revista Científica do Instituto Federal do Piauí**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 25–36, 2018. DOI: 10.51361/somma.v4i1.110. Disponível em: <http://revistas.ifpi.edu.br/index.php/somma/article/view/110>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SOUSA, Janaina Santos. **Avaliação da independência funcional de indivíduos com transtorno do espectro autista baseado na escala medida de independência funcional**. Ariquemes: FAEMA, 2018.

FAMÍLIA E ESCOLA: dois contextos comprometidos com a formação do educando

Ezeane Moraes Monteiro¹⁶

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar a importância da participação da família no processo de aprendizagem dos alunos, bem como a necessidade de estabelecer uma parceria entre escola e família em prol de um ensino de qualidade. É comum percebermos que muitas famílias não participam da vida escolar de seus filhos por diversos motivos, o que pode levar a uma falta de engajamento e interesse por parte dos alunos. Desenvolveu uma pesquisa qualitativa, descritiva exploratória e bibliográfica. Os resultados apontam que a parceria escola-família exerce grande importância na formação da criança, pois é na família que são trabalhadas as primeiras formações morais, enquanto na escola são consolidadas de forma sistematizada. É fundamental que a escola ofereça ambiente que possam criar laços e aproximar as famílias, buscando a colaboração e participação ativa dos pais no processo educacional de seus filhos. Conclui-se que é necessário haver uma união entre família e escola na condução do processo educacional das crianças, com o objetivo comum de proporcionar uma formação integral e de qualidade aos alunos. É fundamental que sejam estabelecidas parcerias que favoreçam a participação da família no processo de aprendizagem, a fim de que seja possível construir um ambiente escolar acolhedor, colaborativo e propício à formação plena dos alunos.

Palavras-chave: Família. Aprendizagem. Parceria. Formação. Escola.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the importance of family participation in the students' learning process, as well as the need to establish a partnership between school and family in favor of quality education. It is common to see that many families do not participate in their children's school life for various reasons, which can lead to a lack of engagement and interest on the part of students. Developed a qualitative, descriptive, exploratory and bibliographical research. The results indicate that the school-family partnership is of great importance in the child's education, as it is in the family that the first moral formations are worked, while at school they are consolidated in a systematized way. It is essential that the school offers an environment that can create ties and bring families closer, seeking collaboration and active participation of parents in the educational process of their children. It is concluded that it is necessary to have a union between family and school in conducting the educational process of children, with the common objective of providing comprehensive and quality training to

¹⁶ **Graduação:** Licenciatura em Pedagogia Plena – Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras- FÁCEL; **Pós-graduação:** Psicopedagogia com Gestão e Supervisão – Faculdade Evangélica do Meio Norte – FAEME; **Mestrado:** em Ciência da Educação – Universidad de La Integración de Las América – UNIDA. ezeanemoraes@gmail.com

students. It is essential that partnerships be established that favor the participation of the family in the learning process, so that it is possible to build a welcoming, collaborative school environment that is conducive to the full formation of students.

Keywords: Family. Learning. Partnership. Training. School.

1. INTRODUÇÃO

A afinidade da família com a escola é produto de um processo de corresponsabilidade em que tanto os pais como a comunidade educativa desempenham um papel ativo fundamental para o sucesso da educação do aluno. Cabe à família, diante das exigências do momento atual, abrir-se a novos campos educativos para proporcionar esforços e alcançar elementos básicos para seus filhos em sua educação integral (MACCARIO, 2022).

A família e a escola constituem ambientes decisivos na educação do aluno, pelo que tem sido reiteradamente salientada a necessidade da colaboração mútua entre pais e professores, apontando as conquistas que daí decorrem. A família tem uma função fundamental no campo da educação, uma vez que perante as contínuas mudanças se estabelece como uma obrigação, e um dever, atualizar os processos formativos que respondam às urgências do momento atual. Família e escola formam uma dupla de maneira marcante: a família conhece intuitivamente melhor os filhos e a escola fornece técnicas científicas para a apreensão do conhecimento, enquadradas em todo um processo pedagógico (BITENCOURT *et al.*, 2019).

A educação familiar conforme Silva (2019), faz parte da unidade família-escola, ou seja, a relação da realidade educacional com a família. Neste sentido, existem dois campos de estudo: a educação nasce no ambiente natural e familiar e da relação da família com a comunidade educativa. Por esse motivo, é necessário abordar como os fatores relacionados ao ambiente familiar podem explicar as diferenças de desempenho ou sucesso escolar em maior medida do que outros fatores, ou seja, que as conquistas acadêmicas dos alunos estariam relacionadas a fatores sociais, aspectos culturais,

experiências, concepções sobre aprendizagem, atitudes e expectativas presentes no contexto familiar

A missão educativa não poderá desenvolver-se adequadamente se não existir um ambiente familiar harmonioso. A responsabilidade dos pais é decisiva na educação dos filhos, pois a família é o primeiro ambiente necessário e natural para toda a educação. São consideráveis as características que poderiam ser destacadas no ambiente familiar ao se analisar os benefícios que ocorreriam no sucesso ou insucesso dos alunos na escola. No lar, por exemplo, os valores que são cultivados tornam-se educação permanente e vivencial, pois as diversas ações devem ser enquadradas no caminho do amor que dará o perfil e a identidade de cada um de seus membros, dentro do processo de formação e maturidade. Na primeira etapa da formação da criança, as características culturais e a estrutura familiar devem ser levadas em consideração para pensar como educar os filhos. Assim se refere Weber e Silva (2019) ao esclarecer que a família é o ambiente natural no qual a criança inicia sua vida e aprendizado:

Nesse sentido, (ANDRADE, 2021, p. 53). aponta que "desde as primeiras fases da vida, a família deve favorecer a manifestação da identidade e integridade pessoal" para enfrentar novas experiências, preparar para a maturidade, assumir as próprias responsabilidades e estimular iniciativa individual. A educação ministrada em casa deve ser integral e adequada, ou seja, deve abranger todas as facetas da pessoa, de acordo com as circunstâncias e características de cada um.

Diante dessa realidade, torna-se fundamental estabelecer uma relação de parceria entre escola e família, para que possam juntas garantir uma educação de qualidade aos alunos. É preciso compreender que a educação é uma responsabilidade compartilhada, que exige a colaboração de todos os envolvidos. Nesse sentido, o presente trabalho visa aprofundar a discussão sobre a importância da participação da família no processo de aprendizagem dos alunos e a necessidade de uma parceria efetiva entre escola e família. Dessa forma, foi elaborado o objetivo deste estudo: analisar

a importância da participação da família no processo de aprendizagem dos alunos, bem como a necessidade de estabelecer uma parceria entre escola e família em prol de um ensino de qualidade.

2. O ENVOLVIMENTO DOS PAIS É FUNDAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALUNO

Ao analisar a inter-relação da família com a escola, Maldonado (2020) aponta que é importante ter em mente os papéis que cada um dos membros desempenha e a afinidade que deve ter entre eles, a fim de equalizar o padrão que deve servir de guia na socialização e formação da criança que já iniciou um processo intencional e informal e que agora passa a ser complementado pela escola de forma ordenada e institucionalizada.

Pureza (2022) salienta que a escola e a família são percebidas como as duas instituições que ao longo dos séculos se encarregaram de formar, socializar e preparar as novas gerações para se inserirem positivamente no mundo cultural dos adultos. Ou seja, é necessária uma relação família-escola para atingir o objetivo de orientar de acordo com as necessidades do aluno, onde o manejo das variáveis leva a responder a um sujeito que está em processo de formação de sua personalidade. e maturidade.

Tanto a escola quanto a família Silva (2019) descrevem que devem formar valores, pois estes são componentes necessários para a realização do ser humano e para sua inserção no meio social. A pedagogia atual deve ser inclusiva e deve assumir o ambiente familiar, com a respectiva participação de pais e filhos no processo formativo voltado para o presente, que exige mudanças profundas e inovadoras, como urgência de adaptação à cultura.

O envolvimento dos pais no processo educacional refere-se a professores e pais compartilhando a responsabilidade de ensinar os alunos e trabalhar juntos para alcançar os objetivos educacionais. Para conseguir isso, os professores convidem os pais para reuniões e eventos regulares da escola

e que os pais se comprometam voluntariamente a priorizar esses objetivos.

De acordo com Cortelazzo (2022)

[...] Infelizmente, o envolvimento dos pais no processo educacional está em declínio, muitos pais acreditam que a comunicação entre eles e os professores é ineficaz, pois preferem métodos de comunicação online (como mensagens de texto, e-mail e mídia social) a participar de conferências ou reuniões informativas (CORTELAZZO, 2022, p. 32).

Embora um maior envolvimento ajudasse a melhorar a comunicação, essa baixa frequência reflete pouco apoio dos pais e disponibilidade de tempo para participar desses eventos.

De acordo com Garcia e Veiga (2021), existe uma conexão direta entre o desempenho acadêmico do aluno e o envolvimento dos pais na educação de seus filhos; Além disso, quanto mais cedo for estabelecida uma conexão entre os pais e o processo educacional de seus filhos, mais sólida será a base para o sucesso do aluno.

O envolvimento dos pais para Brandão e Carvalho (2022) é fundamental para o desenvolvimento do aluno e oferece muitos benefícios. Existem muitos estudos, que falam sobre como essa participação na vida do aluno e também dos professores pode melhorar e ajudar. Algumas das vantagens são:

- ✓ Quando há uma boa comunicação entre pais e professores, o absenteísmo diminui;
- ✓ O desempenho acadêmico aumenta. Aspectos como a compreensão e a fluência da leitura melhoram quando há a participação dos pais, ainda mais se os pais dedicam tempo para ler com os filhos, pois os alunos sabem que os pais estão olhando, procuram melhorar por eles, sentem-se mais motivados a aprender e melhorar suas notas;
- ✓ Também ajuda a melhorar o comportamento do aluno em sala de aula. O fato de pais e professores terem mais comunicação ajuda o aluno a se sentir mais motivado nas aulas, melhorando sua autoestima e atitude em sala de aula.

O benefício se estende a todas as idades. Embora o benefício em alunos da Educação Infantil ou do Ensino Fundamental seja normalmente discutido, Araújo (2018) aponta que existem outros estudos focados em alunos do Ensino Médio. O envolvimento dos pais faz diferença em todos os níveis, embora diminua claramente à medida que o aluno progride. Ainda assim, no ensino médio, por exemplo, o envolvimento dos pais pode afetar a decisão se o aluno quer continuar estudando ou não.

2.1. A importância do apoio dos pais nas atividades escolares dos filhos

O apoio dos pais nas atividades escolares dos filhos conforme esclarece Garcia e Veiga (2021), expressa-se por proporcionar não só os elementos e condições físicas para o desenvolvimento do estudo, mas também permitir que os filhos assumam a sua responsabilidade na realização dos seus trabalhos escolares:

[...] Às vezes, alguns pais confundem o apoio escolar aos filhos com alguns tipos de protecionismo, como fazer o trabalho e a lição de casa. Numa outra perspectiva, este apoio é geralmente assumido sentando-se ao lado da criança e supervisionando-a a fazer os trabalhos de casa. Os adultos podem estar por perto para ver que as crianças fazem o dever de casa sem problemas, e haverá momentos em que será necessário ajudá-los, mas ajudá-los não é o mesmo que fazer o dever de casa (GARCIA E VEIGA, 2021, p. 140).

Convém rever o resultado segundo os autores e se a criança não entender, sentar-se e dar-lhe a explicação pertinente, mas, sobretudo, permitir que assuma a responsabilidade do seu dever. Como descreve Bitencourt *et al.* (2019), essa participação pode ser bidirecional: por um lado, os pais auxiliam os professores e alunos nas atividades escolares que consideram adequadas, com orientação da escola, para o aprendizado em casa. E são dadas sugestões para que os pais ajudem seus filhos em casa em atividades articuladas com o ensino recebido em sala de aula.

No entanto, Santos (2021) alude que a separação entre a escola e a vida cotidiana continua sendo um problema para a educação. Se os professores desconhecerem as condições e peculiaridades do contexto da

educação familiar, será difícil para eles incorporar o contexto sociofamiliar em seus projetos educacionais e curriculares, razão pela qual pode-se constatar que o vínculo entre as duas instituições contribui para o desempenho dos alunos.

Maccario (2022) aclara que o envolvimento total dos pais na escola é um fator importante no sucesso acadêmico de seus filhos. Os pais costumam ser um recurso oculto nas escolas e é importante que os professores reconheçam seu potencial. Na maioria das vezes, a relação escola-família é muito limitada, de modo que as reuniões de pais se reduzem a distribuir boletins, dar avisos, muitas vezes repreender a frequência dos alunos, o tamanho do uniforme, a limpeza, a falta de desempenho, indisciplina, entre outros:

[...] Às vezes nos parece que a pedagogia é para as aulas, mas não para as reuniões, e essas reuniões de pais também precisam de formas pedagógicas, talvez diferentes. No entanto, as chamadas a pais que têm filhos com problemas acadêmicos ou disciplinares não podem continuar a ser um tormento para o aluno (MACCARIO, 2022, p. 61).

A preocupação dessa relação começa com o esclarecimento do papel dos professores dentro da comunidade. Weber e Silva (2019) comentam sobre o repertório de relações dos pais com o contexto escolar que é pobre e rotineiro, precisam arriscar criando novas ferramentas e renovando muitas ideias para contribuir com a construção de comunidades educativas. É necessário desenvolver instâncias mediadoras entre as famílias e a escola, pois a integração da escola com a família implica a aceitação do conflito e da diversidade.

Para Andrade (2021), a relação da escola com os pais e com as demais pessoas da comunidade deve considerar a necessidade da diferença e a possibilidade de controvérsia. Portanto, a família e a escola têm papel fundamental na educação dos menores, sobre todo porque a função conjunta entre os dois permite um desenvolvimento integral adequado dos alunos, porque o que é transmitido na escola afeta a dinâmica familiar dentro de casa,

e o que é gerado lá afetará o desempenho acadêmico dos alunos. Nesse sentido, é uma relação direta, talvez um seja melhor.

Moraes e Mendes (2020) adverte que a escola é exigida para solucionar múltiplos problemas da sociedade, como a violência e a perda de valores, entre outros. Isso não fez mais do que propor novas responsabilidades que a escola não pode enfrentar sozinha. Para os professores, pensar que a escola não pode fazer nada diante dessa nova realidade constitui pessimismo pedagógico, mas, por outro lado, pensar que a escola é mágica e pode resolver todos esses problemas é um sonho pedagógico.

[...] Não pretendemos que a escola articule por si só uma sociedade tão fragmentada como a que vivemos. A escola não pode pensar na reconstrução da comunidade social, mas sim na construção de uma comunidade escolar viva que estabeleça relações educativas interdependentes com o seu contexto, ou seja, que contribui para a construção de comunidades educativas (MORAES E MENDES, 2020, p. 23).

Muitas vezes as comunidades educativas decidem em conjunto fazer mudanças no sistema que irão encorajar o envolvimento dos pais e melhorar a educação. Assim, Brandão e Carvalho (2022) chamam a atenção para o fato de os pais terem consciência da ruptura relacional que se tem gerado entre a família e a escola, mas que através da união e trabalho de equipe das duas instituições se podem conseguir mudanças significativas nos processos educativos dos menores, sobretudo naqueles ciclos em que têm impactado os diferentes meios de comunicação, redes sociais e outros instrumentos, que de uma forma ou de outra acabam por se tornar as ferramentas a que têm acesso as crianças.

Para alguns professores Andrade (2021) coloca que é quase impossível imaginar a sua articulação com os pais e com as pessoas do contexto-comunidade, se antes não houve um processo de articulação dos professores da escola. A participação não deve ser apenas um instrumento ao serviço da gestão, mas também um meio educativo. O que tem ocorrido é um

modelo de participação separada e pontual que na maioria das vezes se manifesta e se esgota na votação e na delegação de responsabilidades.

Os espaços mais adequados para o exercício e aprendizagem da participação segundo Monteiro (2021), são aqueles em que decorre o cotidiano, ou seja, os alunos na sala de aula, os pais na relação tutorial, os professores com os colegas e os gestores. Na vida concreta das escolas, a participação dos pais tornou-se um conflito que, aparentemente, compromete a privacidade e o profissionalismo do trabalho dos educadores.

Para Maldonado (2020), a participação e colaboração não significam trabalhar juntos e em harmonia. É um processo cheio de conflitos, discussões e tensões. Também não é possível reivindicar uniformidade: a cultura da colaboração requer um acordo básico sobre os valores educacionais mais importantes, mas também respeita a diversidade e tolera discordâncias. A participação família-escola deve ter como objetivo específico a mudança das relações de poder na perspectiva de torná-las mais horizontais, mais dialógicas e, portanto, mais democráticas:

[...] O cotidiano de uma escola oferece muitas oportunidades favoráveis para a participação de todos. Tais experiências têm um valor educativo extraordinário, pois, participando de um projeto comum, [...] graças aos processos comunicativos (MALDONADO, 2020, p. 27).

Existem algumas condições, dentro e fora das escolas, que desempenham um papel determinante no que diz respeito à pouca ou nenhuma integração dos pais com a instituição de ensino. Entre eles Moraes e Mendes (2020) apontam que estão: cultura de não participação, circunstâncias econômicas, sociais e culturais difíceis. Todos esses fatores se combinam, impedindo a participação adequada das famílias.

Outra causa associada Andrade (2021) salienta que consiste na não participação, que são os conteúdos da educação escolar que implicam apenas uma das formas de conhecimento existentes na sociedade; métodos de ensino baseados na suposta diferença entre quem sabe e quem não sabe e a memorização predominante de conteúdos, ao invés de promover a

criatividade, são componentes que entorpecem a participação. O resultado se traduz na aceitação por parte dos alunos em assumir posturas e atitudes totalmente passivas.

Muitas questões ficam pendentes, como por que a relação escola-família sempre foi apontada como uma dificuldade e não como uma experiência significativa onde se vislumbram conquistas e aprendizados positivos? É uma possibilidade educativa com capacidade de conectar a educação e os processos participativos com as referências culturais do contexto. Rodrigues (2019) argumenta que a participação individual dos pais na escola pode ser resumida em duas atividades principais.

[...] Em primeiro lugar, existe a comunicação entre pais e professores e gestores escolares, o que, logicamente, parece muito conveniente para o bom funcionamento do processo educativo. Em segundo lugar, existe o apoio que os pais podem prestar às atividades escolares, seja na forma de ajudar os seus filhos nos trabalhos de casa, nas aulas, na participação nas atividades organizadas pelo centro ou na coordenação com ele da realização de atividades educativas com as crianças em tempo de lazer (RODRIGUES, 2019, p. 34).

Algumas abordagens educativas e de trabalho com a comunidade analisam as diferenças, a diversidade, como sinônimos do problema. A importância desta abordagem reside no fato de permitir o estudo e validação de saberes construídos nas práticas sociais da relação família-escola. O diálogo do conhecimento e a negociação cultural tornam-se uma ferramenta para a reconstrução do conhecimento das pessoas, para o seu enriquecimento e complexidade.

Portanto, pode-se afirmar que a relação escola-família é um processo de mão dupla que exige um trabalho em equipe gerado a partir da sala de aula, a partir das necessidades, exigências e saberes das crianças e jovens, que vão articulando e fortalecendo o interior todos os níveis da comunidade educativa. É lá e no lar que os direitos humanos e, portanto, os das crianças são construídos, vividos e apropriados. Os conceitos “família” e “escola” permitem considerar toda a comunidade educativa e as suas relações com o contexto, os pais, o bairro, a cidade. A interação no ambiente educacional

implica ter um grande valor, perder o medo da transformação e da mudança e perceber que devemos ser menos transmissores de informações e mais professores que fornecem ferramentas criativas, inovadoras e de reflexão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo concluiu que, no que se refere às famílias, deve-se levar em conta o espaço geográfico em que se encontram, bem como as especificidades econômicas, sociopolíticas e culturais que as cercam. A realidade mostra são evidenciados alguns aspectos que influenciam o desempenho dos alunos, encontramos aspectos relacionados à composição da família, o nível de estudos, a profissão exercida pelos pais, bem como o acompanhamento e supervisão dos pais em o dever de casa feito em casa.

Na dinâmica social é necessário ter em conta estes núcleos: a família, a escola, os grupos de alunos e a comunidade do contexto. A escola deve ser vista e analisada como uma instituição diferente de todas as outras instituições da nossa sociedade: se é uma comunidade de conhecimento, deve-se discutir o processo de ensino e aprendizagem, onde o conhecimento, a ciência e a pesquisa adquirem significado. Na escola compartilhamos experiências e construímos uma ordem social com um grupo de seres que fazem a diferença. Então, desse ponto de vista, fica fácil entender a escola, olhar para ela e se apaixonar por ela em um espaço de desenvolvimento social.

A relação família-escola assume hoje novos significados, mas sobretudo, apresenta novos desafios. Da análise extraída, consiste em analisar a relação família-escola e vê-la em sentido de projeção conjunta, considerando-a como recontextualizadora da cultura e como possibilitadora de novos horizontes e janelas de conhecimento de usos e costumes. A escola pode servir como um catalisador na construção de espaços de democracia, especialmente para aquelas crianças e jovens de lares violentos e conturbados. A instituição educacional enfrenta hoje o desafio de construir

soluções para que crianças e jovens conheçam outras formas de relacionamento humano com a família e a sociedade.

Diante de um mundo em constante transformação, torna-se cada vez mais importante estabelecer uma parceria efetiva entre essas duas importantes instituições da sociedade. O presente estudo evidenciou a importância dessa relação na formação das crianças e na melhoria da qualidade do processo educacional. A participação ativa da família na vida escolar dos alunos é essencial para a promoção de um ambiente escolar saudável e acolhedor, além de contribuir para o desenvolvimento integral dos alunos. É importante destacar que a parceria entre escola e família deve ser construída de forma contínua e dialogada, com o objetivo de estabelecer uma relação de confiança e colaboração mútua. Somente dessa forma, será possível superar os desafios e garantir uma educação de qualidade aos nossos alunos

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. B. P. de. **Os centros de convivência infantil da UNESP: contexto e desafios**. Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social da UNESP. Franca, SP. 2021.

ARAÚJO, C. A. de. **Pais que educam – uma aventura inesquecível**. São Paulo: Gente, 2018.

ARIÉS, Philippe. **História Social da criança e da família** – 2ª Ed. Rio de Janeiro. RJ. Zahar, 2019.

BITENCOURT, Kelly Bitencourt. et al. **Relação família escola: possíveis influências da ausência dos pais no processo de ensino-aprendizagem de crianças**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 05, Vol. 01, pp. 157-181 Maio de 2019.

BRANDÃO, A. C. P.; CARVALHO, M. J. P. As fichas de atividades de linguagem escrita na educação infantil. In: BRANDÃO, A. C. P.; ROSA, E. C. de S (Org.). **Ler e escrever na Educação Infantil: discutindo práticas pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

CHRAIM, Albertina de Mattos. **Família e escola: a arte de aprender para ensinar**. Rio de Janeiro: Wak editora, 2019.

CORTELAZZO, I. B. de C. Ensinar e Aprender: as duas faces da educação. In: **Colaboração, Trabalho em Equipe e as Tecnologias de Comunicação: Relações de proximidade em cursos de pós-graduação**: Tese de Doutorado – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2022.

GARCIA, E. G. VEIGA, E.C. **Psicopedagogia e a teoria modular da mente**. São José dos Campos: Pulso. 2021.

MACCARIO, Barbara. **O dano moral no direito de família: a responsabilidade civil pela prática de alienação parental**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 04, Vol. 06, pp. 35-60. Abril de 2022. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/lei/o-dano-moral>. Acesso, 2023.

MALDONADO, M. T. P. **Comunicação entre pais e filhos: A Linguagem do senti**. 20 Ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

MONTEIRO, Ezeane Moraes. **Escola e Família: Uma parceria necessária para o sucesso escolar do aluno de uma escola estadual pública de Ensino Fundamental do município de Itacoatiara/Amazonas-Brasil** - Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. Universidad de la Integración de las Américas, Paraguai, 2021.

MORAES, M. C. MENDES, S.T. **Subsídios para Fundamentação do Programa Nacional de Informática na Educação**. Secretaria de Educação à Distância, Ministério de Educação e Cultura, Jan/2020.

MORAES, Maria Cândida. **Paradigma Educacional Emergente -5ª Edição**. Campinas: Papyrys, 2022.

PUREZA, Benedita Machado. **Desafios, oportunidades e aprendizados trazidos pela pandemia no âmbito familiar, trabalho, pessoal e relação com próximo: relatos de moradores da cidade de Macapá**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 02, Vol. 06, pp. 54-72. Fevereiro de 2022. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/opportunidades-e-aprendizados> Acesso, 2023.

RODRIGUES, M. I. **A importância da parceria família e escola**. Colégio Integral. Bahia. Dez/2012. Disponível em: www.integralweb.com.br/a-importancia-da-parceria-familia-e-escola/. Acesso em: 06 de julho de 2019.

SANTOS, Joana Maria DI. **Família e Escola: relação de ajuda**. Relatório sobre o desenvolvimento humano- PNUD, 2021.

SANTOS, Lúcia Maria Matos Silva. **A relação família-escola e sua contribuição no rendimento escolar de crianças com necessidades educativas especiais que possuem dificuldades de aprendizagem.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 06, Ed. 09, Vol. 07, pp. 78-94. Setembro 2021. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/familia-escola>, Acesso, 2023.

SARRAMONA, Jaume. **Educação na Família e na escola: o que é, como se faz.** São Paulo: Editora Loyola, 2021.

SCOZ, B. J. L. **Psicopedagoga e realidade escolar: O problema escolar e de aprendizagem.** 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2020.

SILVA, Cristiane Rosana da. **A importância da parceria da família e a escola na educação infantil.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 07, Vol. 09, pp. 86-95. Julho de 2019. ISSN: 2448-0959. Link de Acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/familia-e-a-escola>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/familia-e-a-escola. Acesso, 2023.

SIQUEIRA, Anriet. **Educação e processo.** Boletim Psicológico, 20/10/2020.

WEBER, G. A; SILVA, I. F. de. S. da. **A Importância da família na escola. Faculdade Internacional (FACINTER).** Sorriso, MT. 2019. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/a-importancia-familia-na-escola.htm>. Acesso em: 2023.

ACESSO À EDUCAÇÃO: Desafios na Inclusão de Pessoas com Deficiência

Erenice Almeida Alegria¹⁷

RESUMO

A inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional é um desafio importante que enfrentamos na atualidade. A garantia do acesso à educação é um direito fundamental para todas as pessoas, independentemente de suas limitações ou condições. No entanto, ainda existem muitos desafios na inclusão de pessoas com deficiência, desde a falta de recursos e adaptações necessárias até a discriminação e preconceito. Este artigo tem como objetivo discutir os desafios enfrentados na inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional. Foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, descritiva com estudos bibliográficos. Para tanto, serão apresentados dados e informações sobre a realidade atual da educação inclusiva, destacando as barreiras e desafios encontrados. Serão abordados aspectos relacionados às políticas públicas voltadas para a inclusão escolar, bem como as dificuldades enfrentadas pelos educadores e gestores escolares no processo de inclusão de pessoas com deficiência. Também serão apresentados exemplos de boas práticas e soluções encontradas para a inclusão escolar. Por fim, será destacada a importância da inclusão escolar na promoção da igualdade de oportunidades e da valorização da diversidade, ressaltando a necessidade de se superar os desafios para garantir o acesso à educação para todas as pessoas, independentemente de suas limitações.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva. Pessoas Com Deficiência. Inclusão Escolar. Desafios. Acesso à Educação.

ABSTRACT

The inclusion of people with disabilities in the educational system is an important challenge we face today. Ensuring access to education is a fundamental right for all people, regardless of their limitations or conditions. However, there are still many challenges in the inclusion of people with disabilities, from lack of resources and necessary adaptations to discrimination and prejudice. This article aims to discuss the challenges faced in the inclusion of people with disabilities in the educational system. A qualitative, descriptive research with bibliographical studies was developed. To this end, data and information on the current reality of inclusive education will be presented, highlighting the barriers and challenges encountered. Aspects related to public policies aimed at school inclusion will be addressed, as well as the difficulties faced by educators and school administrators in the process of inclusion of people with disabilities. Examples of good practices

¹⁷**Graduação:** Escola Normal Superior- Universidade do Estado do Amazonas- UEA - Licenciatura em Letras - Universidade Federal do Amazonas- UFAM; **Pós-graduação:** em Educação de Jovens e Adultos- FACULDADE TÁHIRIH; **Mestrado:** em Ciência da Educação – Universidad de La Integración de Las América – UNIDA. erenice.alegria@seduc.net

and solutions found for school inclusion will also be presented. Finally, the importance of school inclusion in promoting equal opportunities and valuing diversity will be highlighted, emphasizing the need to overcome the challenges to ensure access to education for all people, regardless of their limitations.

Keywords: Inclusive Education People With Disabilities. School inclusion. Challenges. Access to Education.

1. INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional é um desafio importante que a ser enfrenta na atualidade. A garantia do acesso à educação é um direito fundamental para todas as pessoas, independentemente de suas limitações ou condições. No entanto, ainda existem muitos desafios na inclusão de pessoas com deficiência, desde a falta de recursos e adaptações necessárias até a discriminação e preconceito (OLIVEIRA, 2021).

A educação inclusiva é um processo que busca a valorização da diversidade e o respeito às diferenças, promovendo o acesso à educação para todas as pessoas. A inclusão escolar de pessoas com deficiência é parte integrante desse processo, que busca garantir a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade.

As políticas públicas de inclusão escolar têm sido um tema central de discussões no Brasil nos últimos anos, uma vez que a garantia do direito à educação para todos é um dos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988. No entanto, a efetivação dessa política ainda enfrenta desafios, como a falta de acessibilidade nas escolas e a falta de formação adequada dos profissionais da educação para atender às necessidades de todos os estudantes. Diante desse cenário, acredita-se que o conhecimento teórico-histórico dessa temática é essencial para uma compreensão mais aprofundada dos seus desdobramentos, trajetória e perspectivas, e pode contribuir para uma melhor prática educativa inclusiva.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo discutir os desafios enfrentados na inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional. Para tanto, serão apresentados dados e informações sobre a realidade atual da educação inclusiva, destacando as barreiras e desafios encontrados.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO ESCOLAR

Conforme aponta De Araújo e Silva (2020), no Brasil, as políticas públicas voltadas para a inclusão das pessoas com deficiência têm passado por mudanças ao longo dos últimos cinquenta anos. No entanto, dependendo do ponto de vista adotado na análise, essas mudanças podem ser vistas como grandes rupturas com as práticas instituídas ou como uma continuidade dos antigos modos de conceber a pessoa com deficiência.

Em décadas anteriores, Oliveira (2021) comenta que as pessoas com deficiência eram vistas como indivíduos que precisavam ser cuidados e protegidos, muitas vezes sendo excluídos da sociedade e impedidos de ter acesso à educação, ao trabalho e a outros direitos fundamentais.

No entanto, Amaral (2020) explica que nas últimas décadas, a inclusão das pessoas com deficiência tem sido um tema cada vez mais presente na agenda das políticas públicas. Foram criadas leis e políticas específicas para garantir a acessibilidade e a inclusão dessas pessoas, bem como para promover a conscientização e a sensibilização da sociedade sobre a importância da inclusão e do respeito às diferenças. Como discorre Aranha (2020):

[...] Apesar disso, ainda existem desafios a serem enfrentados. É necessário que as políticas públicas sejam efetivamente implementadas, com a disponibilização de recursos e adaptações necessárias para garantir o acesso às pessoas com deficiência (ARANHA, 2020, p. 34).

Como colocou o autor, também é importante que haja uma mudança de mentalidade na sociedade como um todo, para que a inclusão seja

encarada como uma oportunidade de valorização da diversidade e de garantia do acesso aos direitos fundamentais para todas as pessoas.

O Brasil é um país que tem um compromisso histórico com a defesa dos direitos humanos e a promoção da cidadania. Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, a cidadania e a dignidade da pessoa humana são fundamentos do Estado brasileiro, que busca garantir a igualdade de direitos e oportunidades para todos os seus cidadãos. Nesse contexto, Santos (2021) explica que é importante destacar a necessidade de se promover a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade brasileira. Embora os direitos humanos sejam universais, é preciso reconhecer as nuances e particularidades de grupos mais vulneráveis, como as pessoas com deficiência, para que possam conquistar a cidadania e terem suas necessidades e peculiaridades respeitadas.

A inclusão das pessoas com deficiência é um desafio que requer ações coordenadas e comprometidas de diferentes setores da sociedade. De acordo com França *et al.* (2022) salienta que é necessário que haja políticas públicas efetivas para garantir a acessibilidade e a inclusão dessas pessoas, bem como a promoção da conscientização e sensibilização da sociedade sobre a importância da inclusão e do respeito às diferenças.

Além disso, Mazzotta *et al.* (2017) adverte que é fundamental que as pessoas com deficiência sejam empoderadas e tenham acesso à educação, ao trabalho e à cultura, para que possam desenvolver suas capacidades e contribuir para o desenvolvimento da sociedade. A inclusão das pessoas com deficiência é um processo contínuo, que deve ser acompanhado e avaliado constantemente, para garantir que as políticas e ações implementadas estejam efetivamente promovendo a inclusão e a cidadania dessas pessoas.

Sobre a Lei nº 9394 de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, é uma legislação fundamental para a organização do sistema educacional brasileiro. Em seu artigo 4º, a LDB como expõem Fávero (2019), estabelece que o atendimento educacional aos alunos com deficiência deve

ser preferencialmente realizado na rede regular de ensino, demonstrando um compromisso do Estado com a inclusão desses alunos na educação.

Além disso, Santos (2021) alude que a LDB dedica um capítulo específico, o capítulo V, para tratar da Educação Especial. Nesse capítulo, a legislação define que os sistemas de ensino deverão assegurar currículos, métodos, técnicas e recursos educativos específicos para o atendimento às necessidades dos alunos com deficiência. É necessário também garantir a organização adequada das escolas e a formação de professores com especialização adequada para o atendimento desses alunos.

A LDB estabelece como descreve Kupfer (2020), que a obrigatoriedade da inclusão dos alunos com deficiência na educação, garantindo o acesso a uma educação de qualidade e respeitando suas necessidades específicas. A legislação busca garantir que esses alunos tenham acesso aos mesmos recursos educacionais e às mesmas oportunidades de aprendizagem que os demais alunos, promovendo a inclusão e combatendo a exclusão social.

Santos (2021) fala do objetivo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, que assegurou a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Essa política orienta os sistemas de ensino para garantir o acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino.

Nessa circunstância, Amaral (2020) atesta que a modalidade de educação especial deve ser transversal desde a educação infantil até a educação superior. Deve-se oferecer o atendimento educacional especializado e garantir a formação de professores e demais profissionais da educação para o atendimento educacional especializado. A implementação das políticas públicas deve ser feita de forma intersetorial, com a articulação

entre diferentes áreas e setores, para garantir a efetividade das ações e a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade.

No entanto, Figueira (2020) assevera que apesar das políticas públicas e das iniciativas em prol da inclusão das pessoas com deficiência na educação, ainda existem muitos desafios a serem enfrentados. É necessário garantir que as políticas públicas sejam efetivamente implementadas, com a disponibilização de recursos e adaptações necessárias para garantir o acesso e a inclusão das pessoas com deficiência na educação. Também é fundamental que a sociedade como um todo promova uma mudança de mentalidade, para que a inclusão seja encarada como uma oportunidade de valorização da diversidade e de garantia do acesso aos direitos fundamentais para todas as pessoas.

No que diz respeito sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) Marques (2018) salienta que é uma importante política pública que busca orientar o desenvolvimento da educação no Brasil. A versão atual do PNE foi aprovada em 2014 e traz diversas metas e estratégias para a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade. Uma das metas mais relevantes do PNE para a promoção da educação inclusiva é a Meta 4, que busca garantir a oferta de educação inclusiva e de qualidade para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em todas as etapas e modalidades da educação básica. O autor aponta que:

[...] o PNE estabelece diversas outras metas e estratégias para a promoção da educação inclusiva, tais como: a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado; a promoção da acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nas comunicações e informações; a criação de programas de avaliação e certificação de competências profissionais para pessoas com deficiência; entre outras (MARQUES, 2018, p. 76).

O PNE, portanto, como descreveu o autor, é uma importante ferramenta para a promoção da educação inclusiva no Brasil. Suas metas e estratégias buscam garantir o acesso e a qualidade da educação para todos, respeitando as diferenças e necessidades de cada aluno. No entanto, Orsolon (2017) aclara que apesar das metas estabelecidas pelo PNE, ainda existem

muitos desafios a serem enfrentados para garantir a efetiva inclusão dos alunos com deficiência na educação. É necessário que haja a efetiva implementação das políticas públicas, com a disponibilização de recursos e adaptações necessárias para garantir o acesso e a inclusão desses alunos na educação.

Nesse caso, Kupfer (2020) destaca que é fundamental que haja uma mudança de mentalidade na sociedade como um todo, para que a inclusão seja encarada como uma oportunidade de valorização da diversidade e de garantia do acesso aos direitos fundamentais para todas as pessoas. Somente assim poderemos construir uma educação verdadeiramente inclusiva e de qualidade para todos.

A Lei n. 13.146, como alude Prieto (2019) mais conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), foi promulgada em 2015 e representa um marco na história do reconhecimento da cidadania e dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil. A LBI estabelece uma série de medidas para assegurar os direitos das pessoas com deficiência em diversas áreas, como educação, trabalho, saúde, acessibilidade e mobilidade, entre outras. Além disso, a lei reconhece a pessoa com deficiência como um sujeito de direitos, garantindo-lhe a igualdade de oportunidades, o direito à autonomia, à participação e à acessibilidade.

A Lei Brasileira de Inclusão como menciona Oliveira (2021), também estabelece a obrigatoriedade de ações afirmativas para assegurar a inclusão e a participação das pessoas com deficiência em todas as esferas da sociedade. Isso inclui a reserva de vagas em concursos públicos, a criação de programas de apoio ao trabalho e a inclusão de recursos de acessibilidade em espaços públicos e privados.

Fonseca (2019) comenta sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência, portanto, representa um avanço significativo na luta pelos direitos das pessoas com deficiência no Brasil. Ao reconhecer como um sujeito de direitos e assegurar a inclusão e a acessibilidade em todas as áreas da sociedade, a

LBI representa uma conquista importante para a promoção da igualdade e da justiça social. No entanto, ainda é necessário avançar na efetiva implementação das medidas estabelecidas pela lei. É necessário que haja recursos e adaptações necessárias para garantir o acesso e a inclusão das pessoas com deficiência em todas as esferas da sociedade, bem como a conscientização da população sobre a importância da inclusão e do respeito à diversidade. Somente assim poderemos construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva e respeitosa com todos.

O Plano Nacional de Educação Especial (PNEE) de 2018 descrito por Rodrigues (2022), é um documento que está em discussão e traz importantes modificações na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-PEI) de 2008, que atualmente está em vigor.

O PNEE de 2018 de acordo com Costa *et al.* (2021), tem como objetivo principal assegurar o direito à educação inclusiva de qualidade para todas as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em todas as etapas e modalidades da educação básica e superior. Para isso, o plano traz diversas estratégias e metas, que vão desde a formação de professores até a promoção da acessibilidade e da inclusão.

Entre as principais modificações trazidas pelo PNEE de 2018 como menciona França *et al.* (2022), está a substituição do termo "educação especial" por "educação inclusiva", o que reflete uma mudança de paradigma em relação à forma como se concebe a educação para as pessoas com deficiência. Além disso, o plano busca garantir a oferta do atendimento educacional especializado (AEE) de forma complementar ao ensino regular, assegurando a formação de professores e de outros profissionais para atuar nessa área.

No entanto, a discussão do PNEE de 2018, Paiva (2021) relata que também tem gerado controvérsias e debates acerca de suas possíveis consequências para a educação inclusiva no país. Algumas críticas apontam

para a possibilidade de que o plano possa levar à segregação e à exclusão das pessoas com deficiência, ao invés de promover a inclusão e a acessibilidade. Nesse contexto, é fundamental que a discussão do PNEE de 2018 seja pautada pela participação efetiva dos diversos atores envolvidos na área da educação inclusiva, garantindo que as modificações propostas possam de fato contribuir para a promoção da inclusão, da acessibilidade e da qualidade da educação para todas as pessoas com deficiência. Somente assim poderemos avançar na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva.

Portanto, embora tenham ocorrido mudanças nas políticas públicas voltadas para a inclusão das pessoas com deficiência nos últimos cinquenta anos, ainda há muito a ser feito para garantir a efetiva inclusão dessas pessoas na sociedade brasileira. É necessário um compromisso efetivo do Estado e da sociedade como um todo, para que as pessoas com deficiência possam ter acesso aos seus direitos e contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva. A inclusão das pessoas com deficiência é um tema fundamental para a promoção dos direitos humanos e da cidadania no Brasil.

2.1. Política de apoio à Família da Pessoa com Deficiência

Figueira (2020) fala da importância da Política de Apoio à Família da Pessoa com Deficiência, pois é fundamental para garantir o pleno desenvolvimento e inclusão dessas pessoas na sociedade. Embasada no artigo 205 da Constituição Federal, que prevê a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família, essa política busca promover a colaboração da sociedade em prol da garantia desse direito.

A educação é um dos principais pilares para a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. Como descrever Rodrigues (2022), é por meio dela que essas pessoas podem desenvolver suas habilidades, adquirir

conhecimento e se preparar para o exercício da cidadania e para o mercado de trabalho.

No entanto, Paiva (2021) elucida que a educação inclusiva não deve ser vista como uma responsabilidade exclusiva das escolas e dos professores. A família e a sociedade em geral também têm um papel fundamental nesse processo, oferecendo apoio e suporte para que as pessoas com deficiência possam ter acesso à educação e desenvolver todo o seu potencial.

Por isso, Costa *et al.* (2021) salienta que a Política de Apoio à Família da Pessoa com Deficiência é tão importante:

[...] Ela busca garantir que as famílias dessas pessoas tenham acesso a informações e recursos que possam ajudá-las a lidar com as demandas e desafios da deficiência, promovendo a inclusão e a participação dessas pessoas na sociedade (COSTA *et al.*, 2021, p. 57).

Entre as medidas previstas por essa política estão a oferta de programas de capacitação e formação para as famílias, o acesso a informações sobre recursos e serviços disponíveis, o estímulo à participação da família no processo educacional e a promoção de campanhas de conscientização e sensibilização sobre a importância da inclusão e do respeito à diversidade. Dessa forma, Santos (2021) opina que a Política de Apoio à Família da Pessoa com Deficiência contribui para garantir a efetivação do direito à educação inclusiva e para promover a inclusão e a cidadania das pessoas com deficiência na sociedade.

Sobre a Política de Apoio à Família da Pessoa com Deficiência Baptista (2019) refere que é uma medida fundamental para promover a inclusão e garantir os direitos na sociedade. Essa política é embasada no artigo 208, parágrafo 3º da Constituição Federal, que atribui ao poder público a responsabilidade de recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

A partir dessa premissa, Amaral (2020) aponta que a Política de Apoio à Família da Pessoa com Deficiência busca assegurar que todas as crianças e adolescentes com deficiência tenham acesso à educação e possam frequentar a escola regularmente. Para isso, o poder público deve recensear esses estudantes, fazer a chamada regularmente e garantir que os pais ou responsáveis acompanhem e apoiem a frequência escolar.

No entanto, Pessoti (2017) esclarece que a garantia da frequência escolar não é suficiente para assegurar a inclusão e o desenvolvimento das pessoas com deficiência na escola. É preciso que haja um ambiente escolar acolhedor e inclusivo, com recursos e profissionais capacitados para atender às necessidades desses estudantes.

Por isso, Bisol *et al.* (2018) reporta que a Política de Apoio à Família da Pessoa com Deficiência também prevê medidas como a oferta de formação e capacitação para os professores e demais profissionais da educação, o acesso a recursos e tecnologias assistivas, a promoção de adaptações curriculares e a garantia do acesso à educação inclusiva em todas as etapas e modalidades da educação.

Dessa forma, Aranha (2020) esclarece que a Política de Apoio à Família da Pessoa com Deficiência contribui para garantir o direito à educação inclusiva e para promover a inclusão e a participação das pessoas com deficiência na sociedade. Além disso, a política valoriza o papel da família e do poder público na promoção dos direitos das pessoas com deficiência e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Em relação a participação plena e ativa das pessoas com deficiência na vida em família Fonseca (2019) explica que:

[...] é um direito fundamental reconhecido internacionalmente. Os estados têm a responsabilidade de promover e proteger esse direito, garantindo que as pessoas com deficiência possam viver em suas famílias e ter acesso a serviços de assistência e atendimento adequados (FONSECA, 2019, p. 54).

Para isso, segundo o autor, é necessário que os estados desenvolvam políticas e programas que estimulem a inclusão de módulos relativos à

deficiência e seus efeitos na vida em família na orientação familiar. Além disso, devem ser oferecidos serviços de assistência temporária ou atendimento em domicílio para as famílias que tenham pessoas com deficiência. É importante que os estados eliminem todos os obstáculos desnecessários que possam impedir as pessoas que desejem cuidar de uma criança ou adulto com deficiência ou adotá-lo. Dessa forma, será possível promover a inclusão e garantir que todas as pessoas, independentemente de suas habilidades e limitações, tenham acesso aos mesmos direitos e oportunidades.

Os estados também devem velar para que a legislação não faça discriminações de portadores de deficiência no que se refere a relações sexuais, a casamento e a procriação. Para Kupfer (2020), é necessário garantir que as pessoas com deficiência tenham autonomia e liberdade para fazer escolhas em sua vida pessoal e sexual, sem que isso seja limitado por preconceitos ou estigmas. Em suma, a promoção da plena participação de pessoas com deficiência na vida em família é uma questão de direitos humanos e de justiça social. Os estados têm a responsabilidade de garantir que todas as pessoas, independentemente de sua condição, possam viver com dignidade, respeito e inclusão como aponta Fávero (2019):

[...] A educação de crianças com necessidades educativas especiais é uma tarefa que envolve não apenas os profissionais da área, mas também os pais e familiares dessas crianças. Uma atitude positiva dos pais pode contribuir significativamente para a integração escolar e social da criança com necessidades educativas especiais (FÁVERO, 2019, p. 63).

No entanto, o autor salienta que os pais precisam de apoio para poder assumir suas responsabilidades. É necessário que sejam oferecidas informações claras e acessíveis sobre as necessidades da criança e sobre como podem ajudá-la a se desenvolver. Além disso, é importante que os pais recebam capacitação e treinamento adequados para lidar com as necessidades específicas de seus filhos.

Para atender às necessidades dos pais e das famílias, Marques (2018) coloca que é importante que os profissionais da área da educação e da saúde

estejam disponíveis para fornecer informações e orientações de forma simples e clara. Além disso, é necessário que sejam desenvolvidos programas de capacitação e treinamento que atendam às necessidades específicas de cada família.

Em contextos culturais com escassa tradição de escolarização, a função das famílias e dos pais na educação de crianças com necessidades educativas especiais pode ser ainda mais desafiadora. Por isso, Fonseca (2019) aclara que é importante que sejam oferecidos recursos e apoio adequados para que essas famílias possam assumir suas responsabilidades e ajudar seus filhos a se desenvolver plenamente. Dessa forma, as diretrizes de ação no plano nacional para a educação de crianças com necessidades educativas especiais destacam a importância do envolvimento dos pais e familiares nesse processo. É necessário que sejam oferecidos recursos e apoio adequados para que essas famílias possam desempenhar seu papel de forma eficaz e contribuir para a integração escolar e social de seus filhos com necessidades educativas especiais.

A relação entre família e escola como aponta Kupfer (2020), é fundamental para a promoção da Educação Inclusiva. Quando essa relação é estabelecida de forma colaborativa e participativa, os resultados são mais positivos tanto para as crianças com deficiência quanto para a escola em si. A participação das famílias no processo educacional de seus filhos é essencial para aprimorar a competência e estimular a autonomia das crianças com deficiência. Os pais conhecem melhor as necessidades de seus filhos e podem colaborar com a escola para encontrar soluções para os desafios que se apresentam. Essa colaboração contribui para uma melhoria no atendimento das necessidades da escola e para a concretização do processo de ensino e aprendizagem.

Além disso, Mazzota (2017) fala da participação das famílias também permite que sejam vencidos vários obstáculos que podem surgir no processo de inclusão escolar. Os pais podem auxiliar na adaptação do ambiente escolar às necessidades de seus filhos, colaborar na escolha de materiais didáticos

adequados e contribuir para a implementação de estratégias pedagógicas que atendam às necessidades específicas de cada criança com deficiência.

Portanto, quando a escola e a família trabalham juntas, a inclusão escolar se torna mais efetiva e promove a igualdade de oportunidades para todos os alunos. A relação colaborativa entre família e escola também contribui para a formação de uma comunidade escolar mais inclusiva e acolhedora, que valoriza a diversidade e reconhece a importância de se promover uma educação de qualidade para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apontou que a inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional é um desafio importante que enfrentamos na atualidade. A garantia do acesso à educação é um direito fundamental para todas as pessoas, independentemente de suas limitações ou condições. No entanto, ainda existem muitos desafios na inclusão de pessoas com deficiência, desde a falta de recursos e adaptações necessárias até a discriminação e preconceito.

Neste estudo discutiu os desafios enfrentados na inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional. Foi apresentado dados e informações sobre a realidade atual da educação inclusiva, destacando as barreiras e desafios encontrados. Foi abordado aspectos relacionados às políticas públicas voltadas para a inclusão escolar, bem como as dificuldades enfrentadas pelos educadores e gestores escolares no processo de inclusão de pessoas com deficiência. Também foram apresentados exemplos de boas práticas e soluções encontradas para a inclusão escolar.

A partir da análise realizada, pode-se concluir que ainda há muito a ser feito para garantir a inclusão escolar de pessoas com deficiência de forma efetiva e satisfatória. É necessário que as políticas públicas voltadas para a educação inclusiva sejam implementadas de forma mais efetiva, com a

disponibilização de recursos e adaptações necessárias para garantir o acesso à educação para todas as pessoas. Além disso, é fundamental que os educadores e gestores escolares sejam capacitados para atender às necessidades específicas das pessoas com deficiência, e que sejam oferecidas soluções e boas práticas para a inclusão escolar. A inclusão escolar de pessoas com deficiência é um processo contínuo e que deve ser acompanhado de perto. É necessário que haja uma conscientização maior por parte da sociedade como um todo, para que a inclusão escolar seja encarada como uma oportunidade de valorização da diversidade e de garantia do acesso à educação para todas as pessoas, independentemente de suas limitações.

Por fim, é importante ressaltar que a inclusão escolar de pessoas com deficiência é um processo fundamental para a promoção da igualdade de oportunidades e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. A inclusão de pessoas com deficiência na educação é um tema cada vez mais importante e relevante. A garantia do acesso à educação é um direito fundamental de todas as pessoas, independente de suas diferenças e limitações. No entanto, ainda há muitos desafios a serem superados para que a educação inclusiva seja uma realidade em nosso país. As políticas públicas têm um papel fundamental nesse processo, garantindo que haja condições adequadas para a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas. A legislação brasileira avançou muito nesse sentido, estabelecendo diretrizes claras para a inclusão educacional de pessoas com deficiência. No entanto, ainda é necessário avançar na implementação dessas políticas, garantindo que elas sejam efetivas e atinjam os objetivos propostos.

REFERÊNCIAS

AMARAL. L. A.; **Diferenças, Estigma e preconceitos: O desafio da inclusão.** In: Oliveira, M. K. de; Souza, D. TR; Rego, T. C. (Orgs). Psicologia, educação e as temáticas da Vida contemporânea. São Paulo: Moderna, 2020.

ARANHA, Maria Salete. **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência**. Artigo publicado na Revista do Ministério Público do Trabalho, Ano XI, n. 21 de março, 2020. Disponível em: <http://centroruibianchi.sp.gov>. Acesso em: 2023.

BAPTISTA, Claudio Roberto. Política pública, **Educação Especial e escolarização no Brasil**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 45, e217423, 2019. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022019000100407&lng=pt&nrm=iso. Epub 14-Out-2019. <https://doi.org/10.1590/s1678-4634201945217423>. Acessos, 2023.

BISOL, Cláudia Alquati; VALENTINI, Carla Beatris; STANGHERLIN, Rafaella Ghidini y BASSANI, Priscila Paolla Peyrot. **Desafios para a inclusão de estudantes com deficiência física**: uma revisão de literatura. *Conjectura: filos. e Educ.* [online]. 2018, vol.23, n.3 [citado 2023-03-23], pp.601-619. Disponible en: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-46122018000400010&lng=es&nrm=iso. Epub 30-Jul-2019. ISSN 2178-4612. <https://doi.org/10.18226/21784612.v23.n3.9>.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, de 30 de março de 2007. Protocolo Facultativo a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008; e Decreto Executivo nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, SEB, 2017

COSTA, N.R., et al. **Proteção social e pessoa com deficiência no Brasil**. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2016, vol. 21, nº 10, pp. 3037-3047. [viewed 17th November ISSN: 1678-4561., 2021. DOI: [10.1590/1413-812320152110.18292016](https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.18292016). Available from: <http://ref.scielo.org/v2nmdf>. Acessos, 2023.

DE ARAUJO E SILVA, Roberta et al. **Políticas públicas para la inclusión social en la discapacidad - revisión sistemática**. *av. enferm.*, Bogotá, v. 30, n. 2, p. 13-24, July 2020. Available from http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-45002012000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso, 2023.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade**. Rio de Janeiro: WVA, 2019.

FIGUEIRA, Emílio. **Caminhando em silêncio: Uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil**. São Paulo: Giz Editora, 2020.

FONSECA, Vitor da. **Educação Especial**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2019.

FRANÇA, I. S. X. de., Pagliuca, L. M. F., & Baptista, R. S. (2008). **Policies for the inclusion of disabled people: limits and possibilities**. *Acta Paulista De Enfermagem*, 21(1), 112–116, 2022. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002008000100018>. Acessos, 2023.

KUPFER, M. C. **Duas notas sobre a inclusão escolar**. In *Escritos da criança*, n.6 Centro Lydia Coriat, (pp. 71-82) Porto Alegre, RS, 2020.

MARQUES, Luciana Pacheco. **O Professor de Alunos com Deficiência Mental**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MAZZOTTA, M. J. da S., & D'Antino, M. E. F. **Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer**. *Saúde E Sociedade*, 20(2), 377–389.2017. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902011000200010>. Acessos, 2023.

OLIVEIRA, Antonio Eudes Lima de. **Pessoas com deficiência e inclusão escolar: um desafio a vencer**. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 06, Ed. 05, Vol. 15, pp. 56-72. Maio de 2021. ISSN: 2448-0959, [Link](https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/desafio-a-vencer) de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/desafio-a-vencer>

ORSOLON, L. A. M. **O coordenador/formador como um dos agentes de transformação da/na escola**. In: ALMEIDA, L. R. de; PLACCO, V. M. N. S. (Orgs.). **O coordenador pedagógico e o espaço de mudança**. 6ª Ed. São Paulo: Loyola, 2007. p.17-26 2017.

PAIVA, Juliana Cavalcante Marinho; BENDASSOLLIL, Pedro F.. **Políticas Sociais De Inclusão Social Para Pessoas Com Deficiência**. *Psicol. rev. (Belo Horizonte)*, Belo Horizonte , v. 23, n. 1, p. 418-429, jan. 2021. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682017000100025&lng=pt&nrm=iso. acessos em 01 maio 2023. <http://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2017v23n1p418-429>. Acessos, 2023.

PESSOTI, Isaias. **Deficiência Mental: da Superstição à Ciência**. São Paulo: Quereiroz/EDUSP. 2017.

PRIETO, R. G. **Inclusão escolar: algumas considerações sobre o conceito e suas implicações**. In A. M. Machado, et al. (Org.), **Psicologia e Direitos Humanos: Educação inclusiva, direitos humanos na escola** (pp. 99-105). São Paulo: Casa do Psicólogo; Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2019.

RODRIGUES, Éverton Luís. **A percepção das pessoas com deficiência sobre o trabalho e a Lei de Cotas: uma revisão da literatura.** *Physis: Revista de Saúde Coletiva* [online]. v. 31, n. 01 2022., e310114. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312021310114>>. ISSN 1809-4481. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312021310114>. Acessos, 2023.

ROMANOWSKI, J. P. **Formação e Profissionalização Docente.** Curitiba: IBPEX, 2017.

SANTOS, W. **Deficiência como restrição de participação social: desafios para avaliação a partir da Lei Brasileira de Inclusão.** *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 21, n° 10, pp. 3007-3015, 2021. [viewed 17th November 2016] ISSN: 1678-4561. DOI: [1413-812320152110.15262016](https://doi.org/10.15262/2016.1413-812320152110.15262016). Available from: <http://ref.scielo.org/4ysh9v>. Acessos, 2023.

SILVA, O. M. **A Epopeia Ignorada- A pessoa deficiente na História do mundo de Ontem e de Hoje.** São Paulo. Cedas, 2020.

WERNECK, Cláudia. **Integração ou Inclusão? Conceitos básicos para usar este manual.** Em: Manual da mídia legal 1: jornalistas e publicitários mais qualificados para abordar o tema inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. – Rio de Janeiro: WVA, 2020.